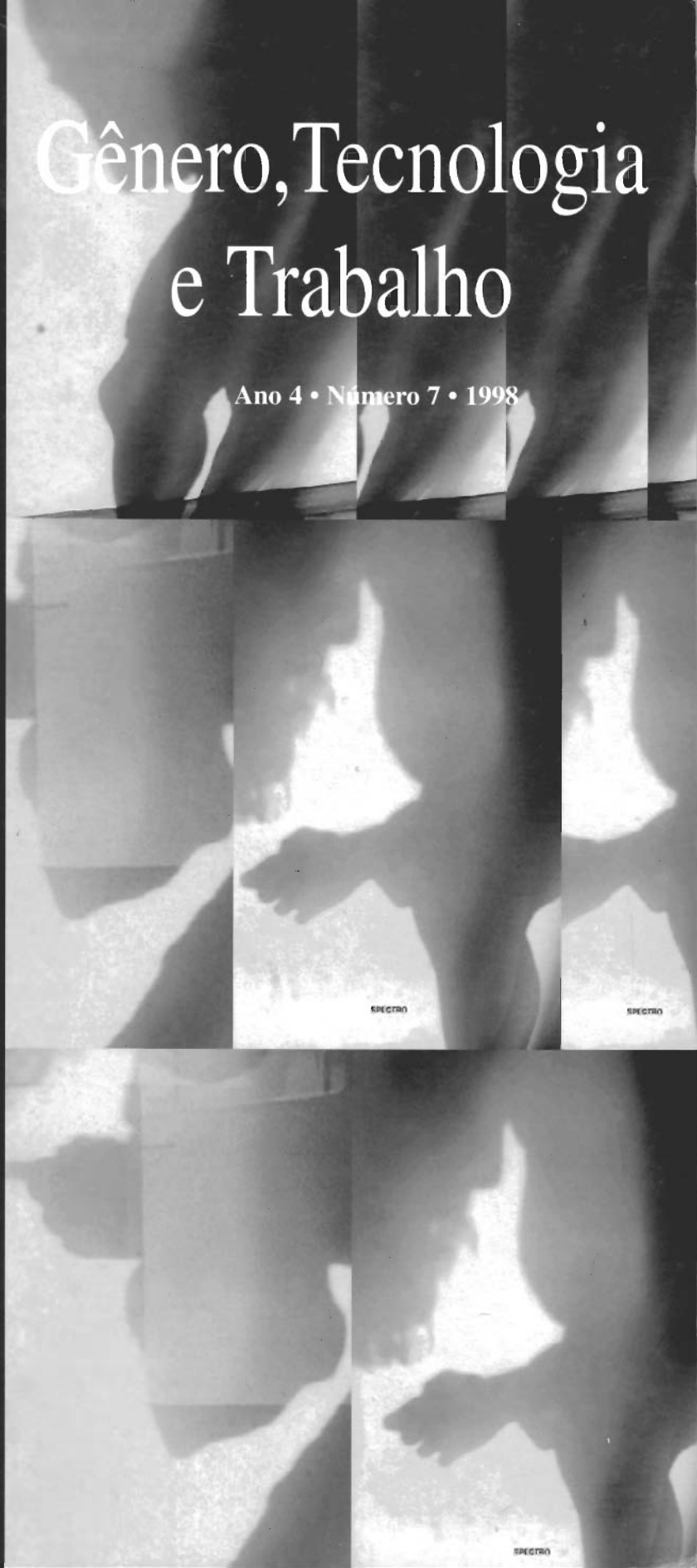


Revista Latinoamericana de  
**E**STUDIOS del **T**RABAJO

# Gênero, Tecnologia e Trabalho

Ano 4 • Número 7 • 1998



# Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo

---

## Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho

Ano 4, Nº 7, 1998

Revista Latinoamericana de  
Estudios del Trabajo

Publicação semestral da  
Alast - Associação Latino-  
americana de Sociologia do  
Trabalho

### DIRETORIA

Presidente: Alice de Abreu  
Secretária: Magda Neves  
Tesoureira: Leda Gitaly

### EDITORAS

Marcia de Paula Leite  
Nadya Araujo Castro

### COMITÊ DE REDAÇÃO

Edna Castro  
Élida Rubini Liedke  
José Ricardo Ramalho  
Maria Célia Paoli  
Maria Cristina Bruschini  
Maria Teresa Fleury  
Ricardo Antunes

### CONSELHO EDITORIAL

Adriana Marshall (Argentina)  
Enrique de la Garza (México)  
Harry Katz (Estados Unidos)  
Helena S. Hirata (França)  
John Humphrey (Inglaterra)  
Juan José Castillo (Espanha)  
Juarez B. Lopes (Brasil)  
Michelle de la Rosa (Itália)  
Rainer Dombois (Alemanha)  
Richard Hyman (Inglaterra)

### SECRETARIA

Rua Morgado de Mateus, 615  
04015-902 São Paulo, SP  
Brasil  
Fone: +5511-574-0399  
Fax: +5511-574-5928  
E-mail das editoras:  
<nadya@uol.com.br>  
<mpleite@uol.com.br>

Assinatura anual (dois nú-  
meros):

Brasil:  
R\$20 + R\$ 5 (correio) = R\$25  
Outros países da América  
Latina:

US\$20 + US\$ 5 (correio) = US\$25  
Países fora da América Latina:

US\$40 + US\$10 (correio) = US\$50  
Preço por exemplar:

Brasil:  
R\$ 12 + R\$ 5 (correio) = R\$17

Outros países da América  
Latina:

US\$ 12 + R\$ 5 (correio) = R\$17

Países fora da América Latina:

US\$ 25 + R\$ 10 (correio) = R\$35

## Gênero, Tecnologia e Trabalho

Nota das editoras

3

Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero

Helena Hirata

5

Fazendo gênero na cozinha: tecnologias e práticas

Elizabeth Bortolotta Silva

29

Inovação industrial em eletrodomésticos:  
concepção de uso e concepção de produção

Danielle Chabaud-Rychter

55

Género y trabajo en las decisiones empresariales

Laís Abramo y Rosalba Todaro

77

Pobreza, hogares y condición femenina

Vania Salles y Rodolfo Tuirán

97

La experiencia de vida y trabajo de las mujeres  
en España: el caso de las cigarreras en las primeras  
décadas del siglo XX

Paloma Candela Soto

119

- Debates -

A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado

Ruth Milkman, Ellen Reese e Benita Roth

143

- Avanços de pesquisa -

A manutenção de microcomputadores no feminino

Cleli Elena Rąpkiewicz e Natacha Djani

169

- Balanços -

Gênero e trabalho: bibliografias internacionais

189

- Resenhas -

*El papel del trabajo materno en la salud  
infantil: contribuciones al debate desde*

*las ciencias sociales*, de C. Stern, por B. García  
Guzmán • *Communicating gender in context*, de H.  
Kotthoff e R. Wodak, por M. Choque Aldana

• *La división sexual del trabajo: permanencia y cambio*,  
de H. Hirata e D. Kergoat, por R. Aguirre e E.  
Massera • *Sexes et sociétés: répertoire de la recherche en*  
*France*, de D. Senotier e N. Cattaneo, por Editoria da  
*Estudios del Trabajo*

215

A publicação deste número contou com o apoio de:



CEBRAP



Programa de Apoio a Publicações Científicas Finep/MCT/CNPq  
Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp  
Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Unicamp (área de Trabalho e Sindicalismo)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

*Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*  
Ano 4, número 7, 1998

Certificado de licitud 9332  
ISSN 1 405-1311

Capa: Germana Monte-Mór,  
a partir da sequência fotográfica "Spectro",  
1972, de Iole de Freitas.  
Editoração: Fernando Mismeti e Milton Paulo  
Revisão do português: Alice Miyashiro  
Secretária: Claudinéia Rodrigues  
Impressão: Oficinas Gráficas da Unicamp

Este número foi impresso em setembro de 1998.

Tiragem: 1.000 exemplares

As opiniões e informações constantes dos textos publicados neste número  
são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Fica permitida a reprodução total ou parcial dos textos  
contidos neste número desde que citada a fonte.

As editoras agradecem especialmente o apoio recebido de:  
Alexandre Morales, Anderson Kazuo, Ângela Carneiro, Ângela da Rocha,  
Cibele Rizek, Ciro Biderman, Helena Hirata, John Monteiro, Laís Abramo, Mart  
Novick, Omar Ribeiro Thomaz, Tom Dwyer, Vera Pereira e aos editores da  
*Cahiers du Mage* e da *Recherches Feministes*.

## Nota das editoras

O número 7 vem a público lançando uma temática que, conquanto  
cada vez mais presente no campo dos estudos do trabalho, ainda não  
havia sido abordada pela *Revista*. Com efeito, buscando elucidar as com-  
plexas inter-relações que se estabelecem entre gênero, tecnologia e tra-  
balho, *Estudios del Trabajo* dedica este número a um tema importante,  
atual e polêmico, provendo a comunidade latino-americana de análises  
construídas seja a partir da realidade de outros países, seja a partir de  
nossa própria experiência.

A grande preocupação teórica que aproxima os textos aqui apre-  
sentados refere-se às relações de gênero no mundo do trabalho e no  
universo doméstico. O papel da mulher no trabalho, na vida doméstica,  
bem como a atenção que a academia vem dando à questão das relações  
sociais de gênero constituem, assim, o eixo principal dos textos que ora  
apresentamos. Múltiplos enfoques temáticos e variados pontos de vista  
disciplinares asseguram a riqueza e a pluralidade interpretativas que são  
a marca de *Estudios del Trabajo*. Assim, os artigos sobre gênero e tecno-  
logias domésticas trazem uma discussão ao mesmo tempo atual e inova-  
dora. Os textos sobre o Chile e México analisam o "lugar" da mulher no  
trabalho e na família, trazendo à luz determinantes que vêm tanto das  
estratégias gerenciais, quanto da dinâmica das condições de reprodução  
nos grupos domésticos. A experiência de vida e trabalho das operárias  
da indústria do tabaco espanhola no início do século é revisitada e pro-  
blematizada. O desenvolvimento teórico dos estudos sobre relações de  
gênero no contexto da globalização é tematizado.

Continuando o esforço editorial no sentido da consolidação do  
formato da *Revista*, este número apresenta novas contribuições às três  
seções inauguradas em 1997. Em "Debates", discute-se a instigante ques-  
tão do trabalho doméstico remunerado, questionando-se o porquê de  
sua expansão no mundo atual, em tudo contrária às expectativas dos  
estudiosos. Na seção "Avanços de pesquisa", problematiza-se a temática  
da participação da mulher no domínio científico e tecnológico. Final-  
mente, em "Balanços", apresentamos o leitor com um conjunto de levan-  
tamentos bibliográficos sobre títulos básicos em gênero e trabalho, espe-  
cialmente preparado para o *Cahiers du Mage* por estudiosos de compe-  
tência internacionalmente reconhecida, cobrindo um leque significativo  
de países.

*Estudios del Trabajo* espera continuar contando com o apoio da  
comunidade científica no provimento de colaborações de qualidade  
para os seus próximos números, que serão dedicados prioritariamente  
aos seguintes temas: relações industriais no contexto da globalização;  
trabalho, desigualdades e relações de raça e etnia; mobilidade e trabalho.

## Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho

Ano 3, Número 6, 1997

Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho

### Uma nova trama produtiva? Competitividade, novos atores e relações interfirmas

*Para além do princípio do mercado*  
Francisco de Oliveira

*Redes sociais e flexibilidade no trabalho:  
uma análise comparativa*  
Scott Martin

*Relações interfirmas, eficiência coletiva e emprego  
em dois clusters da indústria brasileira*  
Leda Gitahy, Roberto Ruas, Flavio Rabelo e  
Elaine Antunes

*Competitividad en la industria de televisores  
en México*  
Jorge Carrillo e Michael Mortimore

*Competitividade e redes na cadeia produtiva  
do vestuário na América do Norte*  
Gary Gereffi

*La "trama productiva" del sector automotriz  
argentino: cambios en las firmas y demanda de  
nuevas  
competencias laborales*  
Marta Novick e Mariana Buceta

### Debates

*Sindicalismo e conflitos de status nos Estados  
Unidos: por uma estratégia de pesquisa integrada*  
Daniel Cornfield

### Avanços de pesquisa

*Calidad total, control y trabajo*  
María Eugenia Trejos

### Resenhas

## Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero

Helena Hirata

### Resumo

Este artigo nota a ausência de uma dimensão de gênero nas ciências sociais e em particular na sociologia do trabalho, que sempre fundou suas construções teóricas sobre o modelo masculino do trabalhador. Ele mostra o impacto das formas recentes de organização do trabalho sobre homens e mulheres. Novas oportunidades de empregos qualificados emergem e, simultaneamente, a precarização da força de trabalho feminina é reforçada. Três aspectos são considerados: o lugar do conceito de gênero no debate das ciências sociais sobre os "novos conceitos de produção"; as tendências atuais do emprego feminino num contexto marcado por uma transformação paradoxal do trabalho (estabilidade requerida pelos "novos modelos produtivos"; instabilidade de emprego); o interesse em ampliar o conceito de trabalho do ponto de vista de gênero para contribuir ao debate sobre o "fim do trabalho".  
*Palavras-chave:* divisão sexual e internacional do trabalho; novos modelos produtivos; precarização do trabalho e flexibilidade.

### Abstract

This article discusses the relative absence of a gender dimension in the social sciences and in particular in labor sociology, which always has based its theoretical constructions on a male model of worker. We will show that the impact of recent forms of work organization are not the same for women and men. While new opportunities of more skilled jobs appear, at the same time the precarious character of the female labour force is reinforced. Three aspects are emphasized here: the place of the concept of gender in the social science debate over "new production concepts"; second, the current trends of female employment in a context deeply marked by a dual though paradoxical transformation of work (stability required by the "new production models"; instability of employment); third, the need to broaden the concept of work from a gendered point of view in order to contribute to the debate about the "end of work".

*Keywords:* sexual and international division of labour; new productive models; precarious employment and flexibility.

As implicações das reestruturações produtivas sobre a divisão sexual do trabalho e do emprego e as relações sociais de sexo/gênero serão analisadas, neste texto, a partir de três pontos diferentes, sobre os quais se situa, hoje, nas ciências sociais do trabalho, o debate acadêmico. O primeiro ponto refere-se ao lugar da categoria de gênero no debate sobre a emergência de "novo(s) modelo(s) produtivo(s)" (Kern e Schumann, 1989; Durand, 1993), da "especialização flexível" (Piore e Seibel, 1984) ou de "novos conceitos de produção" (Beggren, 1989). O segundo, à dupla transformação – paradoxal – do trabalho no contexto das reestruturações produtivas, as tendências atuais da organização do trabalho e do emprego e suas conseqüências diferenciais para a mão-de-obra masculina e feminina. Salienta-se aqui não apenas a emergência internacional de uma "nova figura salarial feminina"

(Kergoat, 1991), mas uma nova figura salarial feminina de crise. O terceiro refere-se à incidência desse contexto sobre o lugar do trabalho na sociedade, ponto altamente polêmico, como atesta o debate atual sobre o “fim do trabalho” ou sua “centralidade”. Sublinha-se aqui o interesse, para o aprofundamento desse debate, em ampliar o conceito de trabalho, levando em conta as relações de gênero.

### Novos modelos produtivos e relações de gênero

A quase totalidade das pesquisas sobre o pós-fordismo, a especialização flexível e os novos modelos produtivos dos anos 80, ou, mais recentemente, a partir do final daquela década, as teses macroeconômicas sobre globalização não levam em conta a diferenciação entre a população masculina e a feminina. Trata-se de trabalhos *gender-blinded*, isto é, não consideram a dimensão de gênero. Raras são as exceções.<sup>1</sup>

Já mostramos como a extensa literatura da sociologia do trabalho (Freyssenet, Schumann e Kern etc.), da economia do trabalho (Coriat, por exemplo) e da ergonomia (entre outros, de Terssac) sobre a requalificação dos operadores nos novos modelos produtivos não concede nenhum espaço às diferenças de gênero (Hirata, 1990). A partir da constatação de um processo de requalificação de operadores do sexo masculino, esses autores generalizam o resultado para o conjunto dos trabalhadores. Entretanto, as repercussões da especialização flexível e dos novos modelos de organização e desenvolvimento industriais não são as mesmas quando se consideram os pontos de vista dos homens e das mulheres. Da mesma maneira, os impactos das reestruturações produtivas sobre a qualificação – ou sobre a formação profissional – não têm a mesma extensão, a mesma significação e nem o mesmo alcance segundo se trate de trabalhadores homens ou mulheres. (Acréscense-se que também no interior do conjunto dos trabalhadores homens há diferenças de acordo com a qualificação e a categoria socioprofissional, as quais nem sempre são levadas em conta na construção dos modelos de organização.) As consequências podem ser eminentemente contraditórias. Pesquisas efetuadas tanto em países europeus como nos da América Latina têm permitido afirmar que a introdução de novas tecnologias pode redundar em abertura de novas oportunidades e em consequências positivas para o trabalho feminino (Abramo, 1997: 12, 24), criando novas chances de emprego qualificado, sobretudo no setor da informática (Rapckiewicz, 1997: 34-35; Marry, 1992: 264). Mas ela pode também reforçar a marginalização das mulheres e constituir um risco real

no plano do emprego, sobretudo para as trabalhadoras não-qualificadas (Coninck, 1996; Massera, 1994; Posthuma e Lombardi, 1996; Leite, 1997).

Avesso a essa diversidade, o conceito de “especialização flexível” é fundado sobre o arquétipo do “operário prudhoniano” (Boyer, 1986: 237), pertinente ao trabalhador do sexo masculino de grandes empresas, com emprego regular e dotado de certa autonomia no trabalho, mas não à massa de trabalhadoras. Na verdade, o modelo japonês, no qual apenas o trabalhador do sexo masculino desfruta do emprego estável (dito “vitalício”), da promoção por tempo de serviço e carreira na empresa, parece ser o inspirador da construção desse novo paradigma de produção industrial alternativo ao fordismo, que tem pretensões a uma validade universal.

Ora, a introdução da categoria de gênero faz-se necessária, pois as condições de trabalho e de emprego, as situações de trabalho, as formas de inserção na atividade de mulheres e homens<sup>2</sup> variam consideravelmente segundo o sexo da mão-de-obra. Isso pode levar a duas consequências: a primeira, no plano analítico, é que a introdução de uma perspectiva sexuada faz “explodir” a unidade “categorial” da empresa,<sup>3</sup> as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessa a sociedade e não apenas o espaço da empresa; a segunda, no nível analítico, é que a introdução da dimensão gênero questiona fortemente as ciências sociais, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarnando o universal.

Da mesma maneira que, da consideração da divisão internacional do trabalho, resulta a observação da coexistência das ilhas de modernidade e práticas tayloristas, ou mesmo pré-tayloristas, de produção de massa, sem grandes preocupações com a qualidade, o intuito deste trabalho é apreender as desigualdades entre os sexos, levando em conta a divisão social do trabalho.

### A transformação paradoxal do trabalho no contexto da reestruturação produtiva

Uma das consequências da emergência desses novos modelos produtivos parece consistir de um amplo processo de precarização do trabalho (Castel, 1995: 411-412). Assistimos, hoje, a uma dupla trans-

2 Privilegiamos neste artigo as diferenças de gênero. As diferenças de classe, as consideramos “co-extensivas” às diferenças de gênero: ver Hirata e Kergoat (1993). Numa perspectiva similar, ver Beneria e Roldán (1987). Quanto às diferenças Norte-Sul, Hirata *et al.* (1994); Hirata (1997a).

3 Alguns desenvolvimentos da especialização flexível (ex.: a análise em termos de distritos industriais) levam em conta a unidade familiar, por exemplo, ampliando o terreno produtivo que é a empresa, mas, mesmo nesse caso, é raro encontrar um enfoque em termos de relações sociais (de sexo/gênero).

1 Quanto às teses sobre o pós-fordismo e a especialização flexível, ver Jenson (1989); Hirata (1990); Kergoat (1992); Arestis e Paliginis (1995); Abramo (1997). Quanto às teses sobre globalização, Todaro e Rodríguez (1995); Mears (1995); Labrecque (1996); Yanez, Todaro (1997).

formação do trabalho, tanto quanto ao conteúdo da atividade como quanto às formas de emprego – transformação aparentemente paradoxal, pois esse duplo processo ocorre em sentidos opostos. De um lado, para a realização desses novos modelos, há uma exigência de estabilização, de implicação do sujeito no processo de trabalho, através de atividades que requerem autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação ou “intercompreensão” (Zarifian, 1996). Por outro lado, verifica-se um processo de “instabilização”, de precarização dos laços empregatícios, com o aumento do desemprego prolongado, das formas de emprego precário, da flexibilidade no uso da mão-de-obra.

Deve-se acrescentar que o segundo movimento, de “instabilização” e precarização, é macro e mundializado, enquanto o primeiro, de implicação, concerne, tendencialmente, sobretudo aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte. Deve-se também notar que o segundo movimento é consequência do primeiro, no sentido de que a emergência de um novo modelo produtivo, a especialização flexível, fundado sobre a flexibilidade máxima dos processos, da tecnologia, do emprego etc., implica um amplo movimento de precarização (Castel, 1995: 411-412; Appay e Thébaud-Mony, 1997). Pode-se afirmar que esse grande movimento macro e mundializado de precarização social e dos laços empregatícios é passível de uma análise mais precisa quanto à convergência crescente entre a instabilidade e precariedade do emprego dos assalariados do Norte e a insegurança estrutural dos trabalhadores do Sul no mercado de trabalho. Assiste-se a uma convergência cada vez maior – guardadas, evidentemente, as proporções, e contempladas as situações historicamente desiguais na divisão internacional do trabalho – entre os trabalhadores do Norte e do Sul (sem que se configure uma “brasilianização” de um país do Norte – França –, como sugere Lipietz, 1996).<sup>4</sup>

Esse movimento extenso de precarização não parece implicar o fim do trabalho, mas, sim, a dispersão, no sentido estatístico, das situações de trabalho ou dos “mundos de trabalho” (Hirata, 1997a).

Uma análise mais pormenorizada do processo de estabilização e implicação do sujeito no processo de trabalho mostra que essas situações são bastante diferenciadas e que o paradoxo é menor do que à primeira vista, pois o processo de “instabilização” e precarização atinge o coração da organização do trabalho e as condições nas quais este se dá, e não apenas os laços empregatícios. Pesquisas sobre

<sup>4</sup> Tendo em vista sobretudo as imensas diferenças históricas no processo de constituição das sociedades civis e de seus atores, dos Estados e de suas instituições. O mesmo tipo de analogia já tinha levado o autor a se referir a um “fordismo periférico” para designar países como o Brasil, onde um “círculo virtuoso” harmonizando normas de produção e normas de consumo nunca se delineou.

condições de trabalho (CT) efetuadas pelo Ministério do Trabalho francês (Gollac e Volkoff, 1997) mostram que tem havido não apenas aumento da intensificação do trabalho, como também da dependência dos colegas e da hierarquia. Quantitativas, elas fornecem dados que contradizem, ao menos parcialmente, as análises correntes sobre o “novo conceito de produção”, o modelo de especialização flexível etc. A pesquisa de 1991, comparada à precedente, de 1984, contradiz a idéia de que a era da especialização flexível corresponde a uma maior autonomia do trabalhador, a uma maior iniciativa de organização e a um maior enriquecimento do conteúdo do trabalho.

As análises estatísticas que ultrapassam o universo dos grandes grupos industriais, das grandes indústrias, que empregam sobretudo trabalhadores homens mais qualificados, parecem desmentir as visões mais otimistas de que a automatização e o sistema *just-in-time* diminuiriam a “penosidade” e a cadência de trabalho. Ao contrário, a produção flexível e sem estoques conduziu, segundo a pesquisa CT, a uma maior intensificação do trabalho. Entre 1984 e 1993, o percentual de assalariados que declarou ter seu ritmo de trabalho determinado pela demanda dos clientes ou do público passou de 39,0% para 58,0%. Já o percentual daqueles para os quais seus movimentos estavam sendo ritmados pelo deslocamento automático de um produto ou de uma peça passou de 3,0% para 6,0%; pela cadência automática de uma máquina, de 4,0% para 7,0%; por normas ou prazos de um dia ou de menos de 24 horas, de 19,0% para 44,0%; e, enfim, por controle da hierarquia, de 17,0% para 24,0% (Gollac e Volkoff, 1996: 59).<sup>5</sup>

Na era do “trabalho imaterial”, a persistência, e mesmo o aumento das imposições temporais, não pode deixar de ter consequências sobre as condições de trabalho e saúde das mulheres trabalhadoras, tradicionalmente mais sujeitas à imposição de cadências e ritmos, como têm mostrado as pesquisas CT desde 1978. Também a persistência do trabalho sujo, insalubre e penoso<sup>6</sup> – este, sobretudo para os homens – interpela as imagens recorrentes na literatura dos anos 70 e 80 da “fábrica do futuro”, robotizada e asseptizada. A seguir, analisa-se a

<sup>5</sup> A pesquisa Condições de Trabalho, do Ministério do Trabalho francês, conta com uma amostra constituída de vinte mil indivíduos tendo um emprego. Sua taxa de sondagem é de 1/1000. Certamente, esse tipo de levantamento de dados quantitativos não leva aos mesmos resultados das monografias e estudos de caso, e podem complementar esses últimos, ou questioná-los.

<sup>6</sup> Em 1991, na França, segundo a pesquisa CT, 37,0% dos assalariados e 57,0% dos operários carregam peso; 29,0% e 49,0%, respectivamente, trabalham num ambiente sujo; 35,0% e 63,0%, respectivamente, respiram poeira. O trabalho “desmaterializado” nas salas de controle ou diante das máquinas/ferramentas de controle numérico não é o da grande massa dos operários na França dos anos 90.

inserção diferencial de homens e mulheres nas assim chamadas “novas formas” de organização do trabalho: tal análise pode contribuir, a partir de uma perspectiva de gênero, aos debates sobre a emergência de um novo paradigma produtivo.

### **Novas tendências na organização sexuada do trabalho?**

Um certo número de descontinuidades ou rupturas marcariam a passagem do taylorismo/fordismo para o(s) novo(s) modelo(s) produtivo(s) ou o novo “conceito de produção”,<sup>7</sup> em gestação, em processo de emergência, ou já consolidados, segundo os especialistas. Não cabe retomar essa polêmica nos limites deste trabalho (Ferreira *et al.*, 1991). Pode-se observar, entretanto, que tanto a evolução do debate quanto a consideração das diferenças de gênero levam a pensar que a visão dicotômica separando “antigas” e “novas” formas de organização do trabalho não dá conta da realidade complexa e contraditória das mutações produtivas, na qual práticas tayloristas se renovam no coração mesmo das novas organizações do trabalho. A dimensão comparativa – implícita ou explícita – Norte-Sul enriqueceu incontestavelmente o debate sobre a adoção complexa (porque diferenciada) das novas formas de organização do trabalho e da produção.<sup>8</sup> A introdução do ponto de vista de gênero pode ajudar a superar esse enfoque dicotômico, contribuindo, assim, para situar diferentemente esse debate.

7 Formulados de forma sintética, tais rupturas ou descontinuidades poderiam ser as seguintes: passagem de uma produção de massa padronizada (economia de escala) para uma produção de massa ou em pequena escala, flexível (economia de variedade) com preeminência de critérios de qualidade dos processos e dos produtos; introdução de tecnologias automatizadas de base microeletrônica; uma organização produtiva com a preocupação de aperfeiçoar a gestão dos fluxos, com divisões menos acentuada do trabalho (adoção de um perfil multifuncional), integração mais pronunciada de funções, maior impulso para a formação e reprofissionalização da mão de obra direta; uma organização do trabalho substituindo a noção de postos pelo conceito de trabalho em equipe (de equipes de operadores a de multi-profissionais, como os “grupos de projeto”) ou pelo de “organização qualificante” (Zarifian, 1996); passagem do modelo de qualificação para a “lógica da competência”; passagem da ideia do trabalhador-objeto para a de sujeito do processo de trabalho – do sujeito para o qual se destinem as políticas de envolvimento/incitação/mobilização da parte da empresa; do isolamento e da não-comunicação a um modelo em que são fundamentais as ideias de cooperação e de intercompreensão.

8 Ver, por exemplo, para uma análise comparativa entre países asiáticos e Brasil, Fleury *et al.* (1995) e Humphrey (1995). Ver também, de Humphrey, a comparação Índia-Brasil nos Anais do 5º Encontro Internacional do Gerpisa (1997); para um apanhado das diferenças entre os países latino-americanos, Gitahy (1994); para uma comparação das inovações organizacionais na Europa (França, Itália) e no Brasil, Salerno (1996). Para a reflexão sobre as descontinuidades no quadro da reestruturação produtiva brasileira, E. Leite (1995); M. Leite (1994, 1996); Castro (1997: 46-48); sobre a indústria automobilística, em vários países, ver Gerpisa (1997) (vários autores).

Nossas pesquisas comparativas sobre trabalho e divisão sexual do trabalho em grandes empresas industriais, assim como a literatura existente sobre gênero e reestruturação produtiva (Jenson, 1989; Roldán, 1993; Massera, 1994; Abreu e Sorj, 1995; Todaro e Rodrigues, 1995; Mitter e Rowbothan, 1995; Posthuma e Lombardi, 1996; Leite, 1997; Abramo, 1997; Appay e Thébaud-Mony, 1997), tendem a indicar que, entre os setores, empresas e atividades que empregam homens e os que empregam mulheres, não se constrói da mesma maneira o conjunto das descontinuidades ou rupturas que marcam os novos modelos produtivos.

Algumas pesquisas têm mostrado que, com a introdução da informática nos serviços ou mesmo no setor industrial, certas profissões e tarefas que exigem iniciativa, responsabilidade, conhecimento técnico e criatividade estão sendo abertas a mulheres: engenheiras, analistas de sistemas (por exemplo, na indústria de vidro plano no Brasil e no Japão), programadoras, técnicas etc. (Marry, 1992). Mas tais postos são em número limitado, e são preenchidas majoritariamente – e de preferência – por trabalhadores do sexo masculino (Rapkiewicz, 1997). Por outro lado, no Brasil, apesar de dados quantitativos da OIT/Cinterfor/Senai indicarem, nos cursos técnicos do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, um aumento expressivo de mulheres aprendizes (em São Paulo, essa participação passou de 7,9%, em 1980, para 15,0%, em 1995), o conteúdo do ensino por ele oferecido continua a se referir ao quadro de indústrias e postos tradicionalmente femininos, como no ramo têxtil ou alimentício (Posthuma, 1996-97: 10).

Os resultados da pesquisa Brasil-França-Japão, no que diz respeito à repercussão das inovações tecnológicas e organizacionais sobre a divisão sexual do trabalho – associada a conjunturas econômicas particulares, que têm peso específico –, demonstram como a mão-de-obra feminina foi incorporada em ofícios e tarefas antes considerados eminentemente masculinos e qualificados. Incontestavelmente, a análise das mudanças tecnológicas (no início dos anos 80) e da adoção de outros modelos organizacionais (em meados dos anos 90) mostra que novos campos ocupacionais foram abertos às mulheres trabalhadoras.

Dois exemplos, no Brasil. Nos anos que se sucederam ao “milagre” econômico (1969-1972), os efetivos femininos multiplicaram-se não só em setores tais como da construção civil ou transportes coletivos como também na indústria de transformação, com mulheres recrutadas no ramo metalúrgico como operadoras de fresa, torno e outras máquinas e equipamentos. No entanto, para as empresas, essa abertura de postos de trabalho às mulheres representou uma diminuição de custos, pois essa feminização implicou uma desqualificação – se antes, como ocorreu numa das empresas pesquisadas, todas as máquinas eram preparadas por contramestres, essa atividade, até então qualificada, passou a ser repetitiva e sem responsabilidade, justificando salários rebaixados e

conseqüente desvalorização do emprego. O aumento das oportunidades de emprego deu-se concomitantemente à manutenção de uma hierarquia social e técnica, com a supremacia do masculino. O segundo exemplo diz respeito à entrada de mulheres nos postos de manutenção elétrica/instrumentação, em meados dos anos 90, simultaneamente ao processo de descentralização da manutenção, instalada na área de fabricação. Essas trabalhadoras, jovens e com curso técnico, estão sujeitas a ouvir «piadas e brincadeiras» e, por isso, têm que usar roupas folgadas. Além disso, não contam, quando da entrada nessa nova função, com instalações adequadas (WC feminino), e exercem «os piores serviços na manutenção» (E.B., em entrevista, 1996) por «medo da concorrência» da parte dos homens. A questão da negação da identidade sexual na realização do trabalho é continuamente observada: «Tem que ter postura bem profissional, como se fosse um homem trabalhando».<sup>9</sup> Mas a capacidade técnica lhes é solicitada no exercício da atividade, e a continuidade da formação – um curso universitário de engenharia – passa a ser uma realidade na sua trajetória profissional.

Cremos que esses dois exemplos ilustram bem a nossa tese de que os movimentos complexos da mão-de-obra feminina são ligados a três fatores indissociáveis: a conjuntura do mercado de trabalho (de «boom» econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, enfim, à subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de entrar e se manter no mercado de trabalho.<sup>10</sup> Daí afirmarmos a necessária complementaridade entre uma teoria dos mercados de trabalho, uma teoria correlativa dos processos de trabalho e uma teoria do «sujeito sexuado» (Hirata, 1997b).

A entrada das mulheres como operárias e técnicas de manutenção elétrica, acima referido, constitui fato novo, e é ainda bastante excepcional na indústria brasileira.<sup>11</sup> O panorama, na maioria absoluta das empresas, parece ser a tendência conceituada por Kergoat (1992: 80-81) para a França, seja em termos de «justaposição» entre taylorismo (setor feminizado) e flexibilidade (setor masculinizado), seja da existência de dois tipos de flexibilidade: formação qualificada e polivalência para os homens, formas de empregos «atípicos» para as mulheres.

9 Baseamo-nos numa entrevista com E.B., técnica de manutenção elétrica/instrumentação numa empresa do setor químico de São Paulo, em 1996, e num texto escrito por seis técnicas de manutenção e estagiárias, *A mulher na manutenção* (s/d), apresentada no terceiro seminário de manutenção industrial, promovido pela empresa.

10 Essa idéia foi desenvolvida na tese de habilitação para dirigir pesquisas, defendida por esta autora na Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, em maio de 1997 (Hirata, 1997b: p.45 e seg.).

11 As pesquisas que conhecemos sobre a indústria francesa mostram que também naquele país o posto de operário de manutenção é raramente ocupado por mulher; quanto ao Japão, não temos conhecimento de qualquer caso do tipo.

Tendência similar é descrita por Leite (1997: 19) para o Brasil: justaposição, igualmente, de enriquecimento do trabalho (para os homens) e de intensificação do trabalho (para as mulheres); apelo a tipos opostos de multifuncionalidade, com a integração das atividades mais complexas para os operadores e daquelas mais simples para as operadoras. Assim, tanto no caso francês quanto no brasileiro, responsabilidade, trabalho em grupo, competência técnica, ação frente a eventos, poder e autoridade, não parecem caracterizar geralmente o trabalho industrial feminino.

Parece-nos, assim, possível afirmar que, no Brasil, a difusão das inovações organizacionais e tecnológicas nos anos 80 e 90 deu-se de forma desigual, afetando principalmente as grandes empresas do setor dinâmico e, no âmbito dessas, o contingente de trabalhadores qualificados do sexo masculino. As operárias continuam sendo frequentemente controladas segundo modalidades tayloristas de organização do trabalho, com cadências e ritmos impostos por linhas de montagem, máquinas e/ou normas disciplinares, ou pela demanda do cliente (sistemas *just-in-time*). A manutenção do cronômetro – instrumento taylorista de controle do tempo – nas indústrias têxtil, de confecções e de calçados combina com proibições diversas, desmentindo a idéia da «morte do fordismo» (Oliveira *et al.*, 1996: 22).

Quanto ao lugar da mão-de-obra feminina no processo de inovações tecnológicas, não tínhamos conhecimento, em 1990 (e a situação parece não se ter modificado em 1997), de equipamentos programáveis – comandos numéricos (CNC), concepção e fabricação assistidos por computador (CAD/CAM), controladores lógico-programáveis (CLP)<sup>12</sup> – operados por mulheres no Brasil. O crescimento médio anual bastante expressivo da nova tecnologia de base microeletrônica na segunda metade dos anos 80 parece não se ter mantido nos anos 90. De difusão ainda bastante limitada, essas ilhas de sofisticação tecnológica parecem ainda manter-se como reduto masculino.

Quanto à difusão das inovações organizacionais, parece ter havido alguma mudança em relação ao momento em que Posthuma (1990: 13) observou, numa empresa de autopeças, o controle estatístico de processo (CEP): essa atividade, que requeria maior formação e envolvimento dos trabalhadores, era realizada apenas pelos homens, e a totalidade das mulheres era empregada na inspeção de qualidade em fim de linha, sem qualquer instrumento estatístico. Essa integração maior das mulheres nos processos de inovação organizacional não parece ter conduzido a mudanças sensíveis em termos de aumento de qualificação (Leite, 1996; Posthuma e Lombardi, 1996). O processo de

12 No Japão, observamos, em 1991, numa empresa do ramo agroalimentício, duas linhas de embalagem dotadas de CLP sendo operadas por mulheres.

precarização da força de trabalho desde o início da década de 90 parece, ao contrário, ter reforçado a polarização das qualificações segundo o sexo, na qual as mulheres encontram-se em postos paradoxalmente empobrecidos pela integração de tarefas ou pela “combinação de duas tarefas de baixa qualificação” (Posthuma e Lombardi, 1996: 129; cf. também Leite, 1997).

As consequências da adoção desses sistemas *just-in-time* sobre a mão-de-obra feminina podem ser verificadas também em outros países da América Latina. Roldán (1993: 50) considera que, se esse processo tiver continuidade, “as mulheres ficarão cada vez mais confinadas a atividades periféricas e a firmas periféricas”. Entretanto, resultados de pesquisa em outros setores econômicos – como o de serviços –, em países como o Chile, indicaram melhorias relativas nas oportunidades de acesso ao emprego e a novos postos de trabalho, à formação e à promoção (Abramo, 1997: 20). Mas, mesmo nesse caso, a maioria das mulheres estava concentrada em ocupações menos qualificadas (como de digitadora) e sujeitas à precarização do trabalho.

No caso da França, pesquisas sobre as inovações organizacionais na indústria revelam que os postos de fabricação ou de inspeção, com tarefas monótonas e repetitivas aliadas a uma intensidade elevada de trabalho, são alocados também crescentemente às trabalhadoras, à medida que os postos masculinos se enriquecem. Aqueles não são propícios ao exercício da criatividade e da autonomia, elementos constitutivos dos novos modelos produtivos, ao contrário dos atribuídos aos trabalhadores do sexo masculino (Zarifian, 1996; Salerno, 1996, 1998). Uma pesquisa realizada por Coninck (1996: 61) num grupo industrial francês do setor alimentício revelou que os programas de requalificação dos operadores aplicam-se sobretudo aos homens, e que esse fato acaba aumentando a distância entre os sexos; também a adoção de inovações organizacionais e tecnológicas redundou na diminuição sensível do recrutamento de mulheres, que “passa de 20,0% para 5,0% em cinco anos, quando elas representavam tradicionalmente 40,0% da mão-de-obra” da empresa. A formação contínua teve como consequência “reforçar as divisões internas à mão-de-obra de produção”. Além desse aprofundamento da divisão sexual do trabalho, a “discriminação da força de trabalho por gênero” (Massera, 1994: 189) é notada como consequência da adoção das inovações organizacionais pelas empresas.

Entretanto, o que aumenta consideravelmente a dificuldade de uma resposta linear à questão das consequências da adoção de novos modelos produtivos sobre a organização sexual do trabalho é sua diversidade e variabilidade no espaço. Dados da nossa pesquisa comparativa Brasil-França-Japão mostram que a divisão do trabalho entre os sexos não é linear nem similar aos três países, e que, no caso do Japão, uma operadora pode acumular funções de fabricação,

pequenas manutenções corretivas, controle de qualidade em linha e gestão dos estoques. Comparada à operadora da filial brasileira do mesmo grupo industrial, no ramo alimentício, aquela tem um perfil polivalente e trabalha numa organização bem mais integrada. Entretanto, na empresa japonesa, uma comparação entre as operadoras e os operadores revela grandes diferenças: eles ocupam todos os cargos de chefia e elas, nenhum (esta afirmação vale para o conjunto da indústria japonesa, não se trata aqui de uma generalização abusiva); o nível de responsabilidade, de complexidade técnica das funções, a exigência de melhoria contínua são, no caso dos homens, reconhecidos através de salários, promoções e carreiras bastante distintos dos das trabalhadoras – embora possuam um nível de responsabilidade técnica e de iniciativa maiores que os das trabalhadoras francesas ou brasileiras, elas não têm suas competências reconhecidas.

Faz-se necessário sublinhar, enfim, as similitudes e as convergências de situações das(dos) trabalhadoras(res) no interior da organização do trabalho em contextos nacionais bastante diversos. Os aspectos convergentes podem encontrar parcialmente sua explicação na relação capital-trabalho, mas parece-nos difícil chegar a uma compreensão cabal dessa realidade sem recorrer a relações sociais de sexo/gênero: como explicar satisfatoriamente, pelas relações econômicas ou unicamente por uma análise em termos de classes sociais, o fato de que na França as imposições temporais são muito mais fortes sobre as operárias que sobre os operários, e que, tanto no Brasil como no Japão – países de níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico tão contrastados –, é exercido controle de idas ao banheiro apenas sobre assalariados do sexo feminino?<sup>13</sup>

Pode-se concluir que a compreensão da divisão sexual do trabalho profissional requer a introdução de dimensões explicativas oriundas da esfera extraprofissional, como, por exemplo, a atribuição diferenciada das tarefas domésticas, ou, mais geralmente, as correlações de força e as relações de poder entre os sexos não apenas na empresa, mas também na família e na sociedade.

### Reestruturação produtiva e emergência internacional de uma “nova figura salarial feminina” de crise

O trabalho de tempo parcial (TTP) nos países europeus hoje, assim como no Japão, desde os anos 60, permite pensar a evolução do

13 Entrevistando operária de uma filial de uma firma multinacional francesa perto de Tóquio verificamos que a “chapinha” não é um monopólio das operárias do assim chamado Terceiro Mundo: “Temos tempo para ir ao banheiro: dez minutos às 10 horas e dez minutos às 15 horas”. Desnecessário dizer que todos os homens “podem ir livremente” (Hirata, 1996: 196).

emprego feminino na conjuntura atual e, de forma mais ampla, o modelo de emprego e de trabalho que se desenha hoje no nível internacional.

De fato, pode-se definir o TTP como o regime que implica menos horas de trabalho e menor remuneração em relação àquele de tempo completo (TTC), mas, como agrega Rubery (1996): "o TTP também pode ser uma forma distinta de emprego, segundo princípios diferentes e envolvendo termos e condições diferentes do TTC", podendo ser "uma forma de segmentação do mercado de trabalho (...) que tem uma influência específica sobre a diferenciação de gênero dentro do mercado de trabalho".

Nossa idéia é de que o TTP aparece cada vez menos definido pelo número de horas trabalhadas e mais como um estatuto particular de emprego no local de trabalho. "Modelo" do emprego feminino por excelência num contexto de crise e/ou desemprego de massa dos países capitalistas desenvolvidos, ele encontra seu fundamento no lugar ocupado pelas mulheres na divisão sexual do trabalho doméstico e profissional. Ter um emprego em "tempo parcial" parece socialmente justificado, pela necessidade de "conciliação da esfera familiar e da profissional". O pressuposto aqui subjacente é que tal conciliação seja uma obrigação atribuível unicamente ao sexo feminino. As trabalhadoras podem ser vistas, nesse contexto, como "cobaias para o desmantelamento do assalariamento".<sup>14</sup> Um cenário possível é o da extensão ou generalização desse modelo a toda a população ativa, inclusive masculina (Trat, 1995). Parece-nos mais provável o cenário de uma dupla segmentação, com a constituição de dois segmentos do emprego masculino e dois do emprego feminino, um estabilizado e outro precarizado. Falamos de cenários, pois se trata de um processo em curso, no qual ainda é difícil entrever as tendências que se firmarão no longo prazo. A dificuldade é reforçada pela carência de dados, tanto quantitativos quanto qualitativos, que analisem esse processo a partir da consideração do gênero. As pesquisas de Bruschini para o Brasil levantam – a partir de um conjunto de resultados precisos – uma interrogação sobre os rumos da divisão sexual da precarização e da "instabilização" do emprego. Ela chama atenção sobretudo para o fato de que o processo de reestruturação produtiva está deslocando (novamente) as fronteiras do masculino e do feminino, e que tal processo atinge ambos os sexos, não sendo possível, a partir dos dados disponíveis, "afirmar com segurança que a informalidade e a precarização

14 As mulheres podem ser mais facilmente usadas como cobaias para "experimentações sociais" porque são menos protegidas e mais vulneráveis. Sobre a importância da variável sindical e da negociação coletiva na relativa proteção dos homens e na vulnerabilidade da situação das mulheres no mercado de trabalho, ver Posthuma e Lombardi (1996: 127).

tenham atingido mais as mulheres do que os homens" (Bruschini, 1997).

Acreditamos que, com base na análise da situação instável das trabalhadoras de tempo parcial, pode-se pensar o processo mais amplo de precarização do trabalho (subcontratação, trabalho temporário, contrato por tempo determinado, trabalho informal etc) e de precarização social que esse tipo de emprego prefigura. Consideramos, aqui, o trabalho de tempo parcial "imposto", sem possibilidade de opção em relação ao integral. Mesmo quando fruto de uma opção – para conciliar obrigações familiares e profissionais –, não se pode dizer que o tempo parcial seja uma real opção. A maioria dos empregos nesse regime de trabalho criados nos últimos anos nos países europeus e no Japão corresponde a essa categoria do tempo parcial "imposto": ela tem permitido um crescimento importante da atividade feminina, mas tem aumentado simultaneamente sua vulnerabilidade.

Notem-se duas especificidades do comportamento do emprego feminino no contexto atual de crise e de reestruturação. Em primeiro lugar, a evolução do emprego desmente a tese do "exército industrial de reserva", segundo a qual as mulheres são mobilizadas quando o capital necessita delas e voltam para a "reserva" (a esfera doméstica) quando se instaura a concorrência entre os sexos pelo emprego assalariado. As taxas de atividade masculina estagnam ou decrescem, enquanto as de atividade feminina ampliam-se durante o período de expansão e continuam a crescer durante a crise em praticamente todos os países industriais. Em segundo lugar, observa-se, no último período, um crescimento simultâneo da taxa de atividade feminina e da precariedade do emprego, seja pelo aumento do trabalho dito de "tempo parcial" – caso do Japão e da França – seja pelo aumento do trabalho informal ("sem registro em carteira") – caso do Brasil.

Assim, por exemplo, na França tem havido forte crescimento da atividade feminina nos últimos trinta anos; a taxa de atividade das mulheres de 25 a 54 anos passou de 66,1%, em 1982, a 76,7%, em 1994. Esse crescimento continuou nos últimos anos, mas pela criação de empregos de tempo parcial (Insee/Service des Droits des Femmes, 1995; Maruani, 1996). A participação destes no total de empregos ocupados pelas mulheres é, em 1998, de quase 31%, quando ela representava apenas 18,0% há 15 anos atrás. Cerca de 16,0% dos ativos ocupados hoje têm emprego de tempo parcial.

No Japão, o aumento da participação das mulheres no trabalho assalariado deu-se fundamentalmente em razão da criação de empregos ditos de "tempo parcial", denominação que reflete mais a precariedade do emprego e a baixa remuneração do que o número de horas trabalhadas, que não difere muito daquele cumprido por trabalhadoras de tempo integral. Se a taxa de participação das mulheres na força de

trabalho não se modificou muito desde 1970 (importante proporção de trabalhadoras não remuneradas outrora), a taxa de emprego remunerado passou de 21,9%, em 1960, para 36,6%, em 1991 (Osawa, 1996: 201). Como na França, o crescimento da atividade feminina nos últimos anos é devido essencialmente às *part timers*.

No Brasil, observa-se um movimento no mesmo sentido que o apontado para o Japão e a França: o forte aumento da taxa de atividade feminina coincide com o importante aumento da precariedade do emprego no mesmo período, isto é, com o crescimento do trabalho sem carteira assinada. Segundo Saboia (1996), o período 1980-1990 é marcado pelo ingresso, no mercado de trabalho, "de um grande número de mulheres adultas com nível de escolaridade relativamente elevado", e que, frente a uma taxa de atividade masculina estável, "a feminina elevou-se de 33,6%, em 1979, para 39,2%, em 1990".<sup>15</sup> Se o tempo parcial não é, como na França, uma alternativa premente no Brasil, em vista da flexibilidade generalizada do emprego,<sup>16</sup> no âmbito político, a questão do tempo de trabalho (redução das horas trabalhadas, com ou sem redução de salário) e da criação de novos tipos de emprego mais instáveis e precários são temas de atualidade social e política, dados os projetos de lei propostos pelo governo que visam a diminuição dos custos de contratação e de demissão. Como na França, o objetivo desses projetos é estimular a criação de emprego através da sua flexibilização (a redução dos encargos sociais, em função de contrato de trabalho por prazo determinado, corresponde à legislação francesa que permite redução de 30,0% dos encargos sociais para recrutamento em tempo parcial e às facilidades preconizadas, aos empregadores, pela recente lei Robien<sup>17</sup>). Também no Japão o governo incita, pela exoneração de taxas, ao recrutamento de pessoal temporário e em tempo parcial.

Esses dados parecem indicar a emergência de uma "nova figura salarial feminina" – idéia proposta por Kergoat (1991: 74 e seg.) para

caracterizar a situação de expansão do assalariamento feminino, descrita acima, e em referência às enfermeiras em greve pelo reconhecimento "de um trabalho com forte valor de troca e um trabalho com forte valor de uso, recusando negociar um aspecto em detrimento do outro" –, mas trata-se, aqui, de uma figura salarial feminina de crise que se projeta para além de fronteiras nacionais bem delimitadas. Seu surgimento contrasta com a tese do exército industrial de reserva, que subestima a complexidade dos movimentos da mão-de-obra feminina e minimiza a subjetividade das trabalhadoras, cuja vontade de permanecer numa atividade remunerada, a despeito da penúria geral do emprego, não pode deixar de afetar as relações sociais de sexo/gênero.

### Organização flexível do trabalho, conjuntura do emprego e saúde

As mulheres são as primeiras vítimas do paradoxo do crescimento do emprego feminino num contexto de crise: menores salários, maior instabilidade, condições de trabalho acumulando atividades domésticas e profissionais, maior desemprego, impactos previsíveis sobre a saúde.

Com efeito, a saúde das mulheres parece duplamente ameaçada: pela conjunção da precariedade do emprego, das exigências de flexibilidade que empresas do mundo inteiro, em número crescente, fazem às assalariadas (estas, no Brasil, sobretudo pelo processo de terceirização, aproximam-se, pelas suas condições de trabalho, das trabalhadoras do setor informal) e pelas formas recentes de intensificação do trabalho<sup>18</sup> impostas pelas novas tecnologias e processos produtivos. A idéia de que os novos modelos produtivos eliminam trabalhos monótonos e repetitivos é parcialmente verdadeira: muitos postos de trabalho desse tipo (ocupados por mulheres) têm sido eliminados pela informatização e pela introdução da automação flexível. Mas o trabalho repetitivo e monótono reaparece sob novas formas (desnecessário dizer que as anteriores continuam a coexistir com as emergentes). As técnicas *just in time*, com a abolição de estoques e a preeminência do cliente puxando o processo produtivo, parecem acarretar conseqüências similares às da organização taylorista-fordista do trabalho: intensificação crescente, com o desenvolvimento de múltiplas doenças – desde as chamadas doenças da "hipersolicitação" ou LER (lesões por esforços repetitivos), uma doença profissional que se dá majoritariamente em mulheres, cujo desenvolvimento espetacular é constatado no conjunto dos países

15 Para uma apresentação mais abrangente dos dados sobre emprego feminino no Brasil no período recente, ver Barsted e Lavinas (1997), Bruschini (1994), e também os Boletins da Fundação Seade, em São Paulo: *Mulher e Trabalho*, do nº 1, jan. 1997, ao nº 8, out. 1997 (último nº no momento da redação deste artigo).

16 Trabalho de tempo parcial existe no Brasil (ver Segnini, 1994: 51 e seg., sobre pesquisas realizadas no setor bancário), mas em proporção bem menor. Infelizmente parece não haver estatísticas nacionais para essa forma de emprego. Entretanto, sabe-se que, globalmente, o tempo de trabalho das mulheres é menor que o dos homens (agradeço a R. Bernardes, da Fundação Seade, pela informação).

17 Segundo a lei Robien, as empresas, praticando a redução do tempo de trabalho, beneficiam-se, durante três anos, de exoneração significativa de encargos sociais – de 40,0% para o primeiro ano, de 30,0% para os dois anos seguintes.

18 Dados estatísticos desse fenômeno existem apenas para a França (Gollac e Volkoff, 1996).

industrializados,<sup>19</sup> até as descompensações psíquicas (Guiho-Bailly, 1996), passando pelos múltiplos ataques à saúde vindos da difusão da informática (Pearson, 1995) e do "isolamento social" induzido pela telemática (Soares, 1991, 1997).

"Se as mulheres são maciçamente o alvo privilegiado das LER, não é por causa de sua morfologia (30,0% de massa muscular a menos) ou de fatores hormonais incidindo sobre sua construção biológica e psicológica (puberdade, gravidez, menopausa), mas porque a *organização do trabalho* [grifo nosso] as exclui em massa da concepção e da decisão", afirmou Marie Pezé (1997), em um seminário internacional de psicopatologia do trabalho. O estudo das razões do crescimento da LER num momento caracterizado pelas transformações da estrutura produtiva deve ser aprofundado: a organização do trabalho deve ser certamente interpelada, mas outros elementos devem ser, a nosso ver, considerados. Trata-se de uma manifestação patogênica recente, ou essa doença nasceu com o modelo taylorista de organização do trabalho? Se até recentemente ela não foi diagnosticada como tal, isso não se deveu essencialmente ao fato de não estar classificada no passado entre as doenças profissionais? Qual a relação entre o desenvolvimento maciço dessa doença entre as mulheres e o notável aumento da atividade feminina nos últimos anos? Cremos que o desenvolvimento dessa doença não deve ser considerado isoladamente do crescimento do emprego feminino.

Parece-nos, em todo caso, que sua permanência e seu desenvolvimento atual, tanto na indústria, na agroindústria, em particular no caso da França, quanto nos serviços, desmentem por si só a idéia de que as tarefas monótonas e repetitivas, assim como a imposição temporal, estão em vias de desaparecimento no(s) mundo(s) do trabalho.

### Fim do trabalho ou centralidade do trabalho?

A que desafios políticos e teóricos corresponde hoje o debate sobre o fim do trabalho? Essa questão poderia ser retomada a partir da formulação de uma outra: a das alternativas a serem apontadas a essa situação de crise econômica, de reestruturação produtiva, de ajustes

19 Conforme o grande número de comunicações sobre as patologias da "hipersolicitação" ou "LER" (L. Snelwar, A. Merlo, M.E. Antunes Lima, para o caso brasileiro) apresentados no Colóquio Internacional de Psicopatologia e Psicodinâmica do Trabalho, Laboratório de Psicología do Trabalho, CNAM, Paris, 30-31 jan. 1997. Pudemos também constatar, numa pré-pesquisa junto a uma empresa farmacêutica, que a explosão de casos de LER tem levado empresas brasileiras a realizarem cursos de prevenção junto a líderes de produção.

neoliberais e de emergência contraditória de novos modelos produtivos.<sup>20</sup>

Quanto aos desafios políticos, deve-se notar a resposta convergente, em termos de políticas públicas, de Lipietz (1996) e Rifkin (1995), ao fim do trabalho entendido como desemprego ou falta de emprego remunerado, propondo a criação de um "terceiro setor" (*tiers secteur*; ou *third sector*), nem público nem privado, "permanentemente subvencionado" para gerar um "novo setor de empregos" considerados socialmente úteis (Lipietz, 1996: 267). Eles se situam, aqui, no plano da reestruturação do emprego e do mercado de trabalho. Pode-se confrontar essa proposta, em termos de política social e de emprego, a duas outras: uma, no terreno da empresa, e outra, no dos movimentos sociais. A primeira considera o indivíduo – trata-se da noção de empregabilidade (modelo de gestão individualizado de tratamento do desemprego) (Hirata, 1997a); a outra faz referência ao coletivo – trata-se do modelo alternativo ao "fim do trabalho", sob a forma de movimentos sociais múltiplos: pelo pleno emprego (na França, o *Appel des économistes contre la pensée unique*;<sup>21</sup> ou o AC, *Agir ensemble contre le chômage*)<sup>22</sup> e pela redução maciça do tempo de trabalho, reivindicação que mobiliza hoje o Collectif National pour les Droits des Femmes na França. De fato, se chegássemos à superação da divisão atual entre os que têm excesso de trabalho e os sem trabalho, e se, para todos, o trabalho "não-livre", remunerado, fosse apenas um dos momentos da vida, haveria menos desempregados e virtualmente mais "tempo livre". Todos esses movimentos fazem parte do que chamamos "dimensão política do desafio cristalizado pelo debate sobre o fim do trabalho".

Quanto aos desafios teóricos, um de seus aspectos pode ser resumido pela questão: quais as consequências da precarização mundializada dos laços empregatícios sobre o lugar do trabalho na socie-

20 Que esse debate tem incidências políticas fundamentais foi claramente demonstrado – no caso da França – no encontro États Généraux du Mouvement Social, em Paris, no qual se retomou o "fim do trabalho" como um dos principais temas de discussão. Esse evento reuniu, nos dias 23 e 24 de novembro de 1996, sindicalistas e pesquisadores identificados com os conflitos trabalhistas de novembro-dezembro de 1995 no país.

21 Reunindo trezentos economistas representando as principais correntes econômicas contra a *pensée unique*, apresenta-se como um movimento social organizado e solidário, entre outros, dos movimentos operários e sindicais. Ele define "pensamento único" como o conjunto de teses que conjuga a teoria econômica e a política econômica no singular, assimilando a primeira à teoria neoclássica exclusivamente e a segunda, ao liberalismo.

22 A AC reagrupa desempregados, aposentados, sindicalistas, e se organiza tanto para a ação quanto para a discussão sobre, por exemplo, a noção abrangente de atividade, opondo-se à noção de "excluídos". Os militantes de AC promovem atividades associativas, artísticas, intelectuais, militantes, de desempregados de "inativos" (aposentados) e de trabalhadores precários.

dade hoje? Pode-se afirmar que o trabalho, no sentido daquele assalariado, perde sua centralidade à medida que o volume do emprego assalariado regride e, também, que empregos precários e desemprego de massa crescem no nível internacional. O trabalho assalariado é questionado pela realidade atual do emprego. Assim, a idéia do progresso técnico, com a conseqüente supressão de empregos, estaria – idéia sustentada, com variantes, por Habermas' (1987), Offe (1985) e Gorz (1992) – na origem da perda da centralidade do trabalho nas sociedades contemporâneas. Parece-nos que a tripla crítica que se pode endereçar a eles é que tal posição é, em primeiro lugar, fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho; em segundo, conseqüência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho – entendido, este, como de caráter produtivo e industrial –, excluindo, por exemplo, toda a produção doméstica, assim como o setor de serviços pessoais, hoje em forte desenvolvimento; em terceiro lugar, ela parte de um ponto de vista europocentrista, que não leva em conta a divisão internacional do trabalho, a qual concentra cada vez mais, nos países ditos “em vias de desenvolvimento”, as atividades justamente “intensivas em trabalho”.

Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho, que continua a ocupar uma posição determinante nas sociedades contemporâneas. Um conjunto de vozes converge para a afirmação da centralidade do trabalho, para a importância do trabalho como referência na vida dos indivíduos. Como diz Zarifian (1997), na consciência individual, a centralidade do trabalho se mantém mais do que nunca, e mais por falta de alternativa que pelas suas características próprias. A relevância dessa questão pode ser medida pela importância do trabalho na própria estruturação da vida dos trabalhadores, e mesmo na estruturação da vida dos desempregados, como o demonstram várias pesquisas qualitativas (Rogerat e Senotier, 1996), e na transversalidade de uma série de questões que atravessa tanto a esfera do trabalho quanto a do não-trabalho, o que possibilita uma discussão no plano de alternativas mais coletivas (Zarifian, 1997). Se levarmos em conta as relações de gênero, é possível afirmar que a relativização do trabalho assalariado foi feita de longa data: o trabalho doméstico/ a gestão da esfera doméstica, modalidade de trabalho central na vida do conjunto das mulheres e estratégica no funcionamento da sociedade, é o exemplo-arquétipo desse trabalho não assalariado, não remunerado, não profissional, não formal e não estatutário. Por outro lado, o trabalho profissional pode ser visto como lugar privilegiado de socialização, de encontro, de acesso ao coletivo para as mulheres, sobretudo nas lutas e nos movimentos sociais (Kergoat, 1989, 1992); também nesse sentido, a centralidade do trabalho é inegável.

“Ao debate sobre a centralidade do trabalho é preciso associar o da não-centralidade do político como atividade ordinária”, afirma Zarifian (1997), acrescentando – e a contribuição parece-nos preciosa – a dimensão do político, da “civildade” à discussão sobre o fim do trabalho. Segundo ele, para que o trabalho (assalariado) deixasse de ser uma atividade central, seria necessário que uma outra pretendesse a centralidade que o trabalho assalariado ocupa. A atividade política de todo cidadão, valorizada por Méda (1995) em oposição à heteronomia representada pelo trabalho assalariado, não tem hoje essa centralidade.

Repensar o sentido do trabalho no nível da sociedade é, de certa forma, tentar dar respostas para essa questão da centralidade. Talvez valha a pena retomar, criticamente, a velha idéia do trabalho ou das “relações sociais de trabalho” (Dejours, 1996) como uma mediação necessária entre o inconsciente e o campo social,<sup>23</sup> como uma passarela entre o individual e o coletivo (Dejours, 1987-1988, 1994).

Recebido em agosto de 1997.

Helena Hirata, pesquisadora do Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail (Gedisst), Centre National de la Recherche Scientifique.

## Bibliografia

- Abreu, Alice R. de P. e Sorj, B. (1995). “Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção”. In: Abreu, A. R. de P. e Pessanha, E. G. da F. (org). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ. (Série Ciências Sociais).
- Abramo, Lais (1997). *Oportunidades y nuevas experiencias de trabajo para la mujer en el contexto de la reestructuración productiva y de la integración regional*. São Paulo. (Trabalho apresentado no Segundo Seminário Mujer y Mercosur, organizado por Unifem, 29-30 abril).
- Appay, Béatrice e Thebaud-Mony, Annie (1997). *Précarisation sociale, travail et santé*. Paris: Iresco/CNRS.
- Arestis, Philip e Paliginis, Eleni (1995). “Fordism, post-fordism and gender”. *Economie Appliquée*, 48 (1).
- Barsted, Leila L. e Lavinias, Lena (1997). *Direitos trabalhistas da mulher*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Ipea.

23 Admitindo-se que a construção da identidade não pode passar unicamente pela economia erótica, mas também por uma “atividade socialmente valorizada” (Freud), que faça interagir esfera privada e esfera social (Dejours, 1994: 23).

- Beggren, Christian (1989). "New production concepts' in final assembly – the Swedish experience". In: Wood, S. (ed.). *The transformation of work?* Londres: Unwin Hyman.
- Beneria, Lourdes e Roldán, Martha (1987). *The crossroads of class and gender*. Chicago: The University of Chicago. (Edição em espanhol: Fondo de Cultura Económica, 1992).
- Bruschini, Cristina (1994). "O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes". *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, nº esp., 2º semestre.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 85-95*. São Paulo: OIT, out. (Relatório de pesquisa, versão preliminar).
- Boyer, Robert (org.) (1986). *La flexibilité du travail en Europe*. Paris: La Découverte.
- Castel, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question social – une chronique du salariat*. Paris: Fayard. (L'espace du politique).
- Castro, Nadya A. (org.) (1995). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1997). *A fabricação de um novo consenso: reestruturando a produção e as relações industriais (estudo de caso na petroquímica brasileira)*. (Mimeo). (Relatório).
- Coninck, Frédéric de (1996). *Travail intégré, société éclatée*. Paris: PUF. (Le sociologue).
- Dejours, Christophe (org.) (1987-1988). *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: Edition de l'AOCIP. t. I, II.
- \_\_\_\_\_. (1994). "Le sens du travail". *Politis la Revue*, nº 7, avril-juin.
- \_\_\_\_\_. (1996). Centralité du travail et théorie de la sexualité. *Adolescence*, 14 (2).
- Doniol-Shaw, Ghislaine e Guiho-Bailly, Marie-Pierre (1996). Emploi, conditions de travail et santé des employés dans les services. *Les Cahiers du Mage*, 4.
- Durand, J.P. (org.) (1993). *Vers un nouveau modèle productif?* Paris: Syros.
- Ferreira, Candido G.; Hirata, Helena; Marx, Roberto; Salerno, Mario S. (1991). "Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro". In: Seminário Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho, abr. 1991, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Abet. Codac/USP. (Também in: Coleção Documentos, São Paulo: IEA/USP, 1991; Cadernos do Cesit, Campinas: Unicamp, 1991; Cadernos Codeplan nº 1, Brasília, 1992).
- Fleury, Afonso e Leme Fleury, Maria Tereza (1995). *Aprendizagem e inovação organizacional: experiências de Japão, Coreia e Brasil*. São Paulo: Editora Atlas.
- Gerpisa. *Actes du Cinquième Rencontre Internationale du Gerpisa* (1997). Paris: Université d'Evry. 12-13 juin.
- Gitahy, Leda (org.) (1994). *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas: IG/Unicamp.
- Gollac, Michel e Volkoff, Serge (1996). "Citius, altius, fortius: l'intensification du travail". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 114, set.
- Gorz, André (1988). *Métamorphoses du travail: quête du sens – critique de la raison économique*. Paris: Galilée, Coll. Débats.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Misères du présent: richesse du possible*. Paris: Galilée, Coll. Débats.
- Habermas, Jurgen (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987.
- Hirata, Helena (1990). "Nouvelles technologies, qualification et division sexuelle du travail: une perspective comparative". *Cahiers du Gedisst*, nº 1.
- \_\_\_\_\_. (1996). "Division sexuelle du travail et du temps au Japon". In: Hirata, H. e Senotier, D. (org.). *Femmes et partage du travail*. Paris: Syros.
- \_\_\_\_\_. (1997a). "Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos". In: Casali, A. e al. (org.). *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Educ, Rhodia.
- \_\_\_\_\_. (1997b). "Travail et division sexuelle du travail. Comparaisons internationales du travail industriel". *Mémoire de synthèse pour l'habilitation à diriger des recherches*. Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, maio.
- Hirata, Helena e Kergoat, Danièle (1993). "La classe ouvrière a deux sexes". *Politis, la Revue*, nº 4. (Em português, in: *Estudos Feministas*, 2 (3), 1994).
- Hirata, Helena; Husson, Michel e Roldán, Martha (1994). "Restructurations productives et changements dans la division sexuelle du travail et de l'emploi: Argentine, Brésil et Mexique". In: *Amérique Latine, démocratie et exclusion*. Paris: L'Harmattan, Coll. Futur Antérieur. (Em espanhol, in: *Sociologia del Trabajo*, nº 24, 1995).
- Humphrey, John (org.) (1995). "Industrial organization and manufacturing competitiveness in developing countries". *World Development*, 23 (1), Jan.
- Insee/ Service des Droits des Femmes (1995). *Les femmes: contours et caractères*. Paris.
- Jenson, J. (1989). "The talents of women, the skills of men: flexible specialization and women". In: Wood, S. (ed.). *The transformation of work?* London: Unwin Hyman.
- Kergoat, Danièle (1990). "Lutas operárias e relações sociais de sexo: da construção do sujeito coletivo no universo de trabalho operário". In: Seminário Internacional Políticas de gestão, Relações de Trabalho e Produção Simbólica, 16-17 ago. 1989, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Codac/USP.
- \_\_\_\_\_. (1991). "L'infirmière coordonnée". *Futur Antérieur*. nº 6.
- \_\_\_\_\_. (1992). "Les absentes de l'histoire". *Autrement*, nº 126. (Série Mutations).
- Kern, Horst e Schumann, Michael (1989). *La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle*. Paris: MSH.
- Labrecque, Marie-France (1997). "Résistance et mondialisation: femmes d'Amérique Latine, travail et crise". In: Soares, A. (org.). *Stratégies de résistance et travail des femmes*. Montréal, Paris: L'Harmattan.
- Leite, Elenice (1995). "Renovação tecnológica e qualificação do trabalho: efeitos e expectativas". In: Castro, Nadya A. (org.). *A máquina e o equilibrista: inovações na indústria automobilística brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.
- Leite, Márcia de Paula (1994). "Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra". In: Oliveira, Carlos Alonso et al. (org.). *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. Campinas: Cesit, Scritta, MTB/Pnud.
- \_\_\_\_\_. (1996). "Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira". *São Paulo em Perspectiva*, 10 (1).
- \_\_\_\_\_. (1997). *Competitividade e trabalho na cadeia automotiva brasileira*. (Programa de Pesquisa em Ciência, Tecnologia, Qualificação e Produção, Convênio Cedes/Finep-Proeduc/CNPq-CCDT).
- Lipietz, Alain (1996). *La société en sablier: le partage du travail contre la déchéance sociale*. Paris: La Découverte.
- Marry, Catherine (1992). "Les ingénieurs: une profession encore plus masculine en Allemagne qu'en France?". *L'orientation scolaire et professionnelle*, 21 (3).

- Maruani, Margaret (1996). "L'emploi féminin à l'ombre du chômage". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 115, déc.
- Massera, Ema Julia (1994). Calidad productiva y autonomía obrera acerca del papel de los sindicatos en la innovación productiva: el caso uruguayo. In: Neffa (comp.). *Nuevo paradigma productivo, flexibilidad y respuestas sindicales en América Latina*. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad.
- Mears, Rona R. (1995). *The impact of globalization on women and work in Americas*. Quito. (Trabalho apresentado na XXXII Inter-American Bar Association Conference, Women's Rights Committee (XX), 12-17 nov.).
- Mitter, Swasti e Rowbothan, Sheila (eds.) (1995). *Women encounter technology: changing patterns of employment in the Third World*. London, New York: Routledge and the United Nations University.
- Offe, Claus (1985). "Le travail comme catégorie de la sociologie". *Les Temps Modernes*, n° 466. (Em português, in: *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da 'sociedade do trabalho'*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; também in: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989).
- Oliveira, Eleonora M. de; Carneiro, Fernanda; Storti, Raffaella. *Gênero, saúde e trabalho: a dimensão oculta*. São Paulo: Sindicato Bancários, CUT.
- Osawa, Machiko (1996). "Politiques publiques et emploi féminin au Japon". In: Hirata, H. e Senotier D. (org.). *Femmes et partage du travail*. Paris: Syros.
- Pearson, Ruth (1995). "Gender perspectives on health and safety in information processing. Learning from international experience". In: Mitter, Swasti e Rowbothan, Sheila (eds.). *Women encounter technology: changing patterns of employment in the Third World*. Londres, Nova York: Routledge and the United Nations University.
- Peze, Marie (1997). *Les troubles musculo-squelettiques: pathologie de l'usure pulsionnelle?* In: *Actes du Colloque International de Psychodynamique et Psychopathologie du travail*. Paris: CNAM. t.1 (Trabalho apresentado no Séminaire International de Psychopathologie du Travail, 30-31 jan., Paris).
- Piore, Michael e Sabel, Charles (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. Nova York: Basic Books.
- Posthuma, Anne C. (1990). *Japanese production techniques in Brazilian automobile components firms: a best practice model or basis for adaptation?* Aston. (Comunicação apresentada na conferência Organization and Control of the Labor Process, Aston University, Mar. 28-30).
- \_\_\_\_\_ (1996-97). "Industrial restructuring, skills, and persistent inequality for women workers in Brazil". *Latin American Labor News*, n° 15.
- Posthuma, Anne C. e Lombardi, Maria Rosa (1996). *Gênero e exclusão social no novo paradigma produtivo*. Caxambu. (Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, GT Trabalho e Sociedade, 22-26 out.)
- Rapkiewicz, Clevi E. (1997). "Femmes et métiers de l'informatique". *Cahiers du Gedisst*, n° 19.
- Rifkin, Jeremy (1995). *The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the Post-Market Era*. Nova York: G.P. Putnam's Sons.
- Rogerat, Chantal e Senotier, Danièle (1996). "De l'usage du temps de chômage". In: Hirata, H. e Senotier D. (org.). *Femmes et partage du travail*. Paris: Syros.

- Roldán, Martha (1993). "Industrial restructuring, deregulation and new JIT labour processes in Argentina: towards a gender aware perspective?". In: Humphrey, J. (ed.). *Quality and productivity in industry: new strategies in developing countries*. (IDS Bulletin, v. 24, n° 2, April).
- Rubery, Jill (1996). *Part time work for less than part-time pay? (private)*. Berlin. (Trabalho apresentado no workshop Part-Time Prospects, Wissenschaftszentrum, 13-14 set.).
- Saboia, J. (1996). *Mercado de trabalho no Brasil – evolução e tendências recentes*. Rio de Janeiro. (Mimeo).
- Salerno, Mário S. (1996). *Autonomia, trabalho em grupo e hierarquia: uma discussão a partir de casos na indústria brasileira*. Paris: Latts/ENPC. (no prelo).
- \_\_\_\_\_ (1998). "Restructurations de la production et travail dans les entreprises installées au Brésil". *Revue Tiers Monde*, 33 (154), avril-juin.
- Segnini, Liliana R.P. (1994). "Feminização do trabalho bancário". In: Bruschini, C. e Sorj, B. (orgs.). *Novos olhares: mulheres – relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Marco Zero.
- Soares, Angelo (1991). "The hard life of the unskilled workers in new technologies: data entry clerks in Brazil". In: Bullinger, H.J. (ed.). *Human aspects in computing*. Amsterdam: Elsevier Science Publishers.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Miroir, gentil miroir, à quoi bon travailler chez soi? Le (Télé)travail à domicile*. Montréal, Cinbiose. (Rapport de recherche).
- Todaro, Rosalba e Rodriguez, Regina (éds.) (1995). *El trabajo de las mujeres en el tiempo global*. Santiago: CEM/ Isis Internacional.
- Trat, Josette (1995). *Les femmes au coeur des changements sociaux et de la crise*. Paris. (Contribuição ao Congrès Marx International, Université de Paris X-Nanterre, 27-30 set.).
- Yanez, Sonia e Todaro, Rosalba (1997). *Sobre mujeres y globalización*. Santiago: CEM.
- Zarifian, Philippe (1996). *Travail et communication: essai sociologique sur le travail dans la grande entreprise industrielle*. Paris: PUF.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Eloge de la civilité: critique du citoyen moderne*. Paris: L'Harmattan.

## Genre et techniques domestiques

Coordonné par Danielle Chabaud-Rychter

### SOMMAIRE

**Danielle Chabaud-Rychter** - Introduction

**Cynthia Cockburn** - Les techniques domestiques ou Cendrillon et les ingénieurs

**Susan Ormrod** - Genre et pratiques discursives dans la création d'un nouveau mode culinaire

**Danielle Chabaud-Rychter** - L'industriel et le domestique dans la conception d'appareils électroménagers

**Anne-Jorunn Berg** - Peur, amour et technique : ambiguïtés et ambivalences des femmes

**Jacqueline Coutras, Jean-Louis Lacascade** - À propos des technologies domestiques : quand les mères parlent de liberté et les filles d'indépendance

**Comptes rendus :** Knibiehler Yvonne - *La révolution maternelle depuis 1945. Femmes, maternité, citoyenneté* (Arlette Gautier). Nancy Folbre - *De la différence des sexes en économie politique* (Anne Bustreel). Nira Yuval-Davis - *Gender & Nation* (Hélène Le Doaré). Catherine Bidou Zachariasen - *Proust Sociologue* (Alain Suied). Evelyne Tardy, Manon Tremblay, Ginette Legault - *Maires et mairesses. Les femmes et la politique municipale*. (Angelo Soares).

## Fazendo gênero na cozinha: tecnologias e práticas

Elizabeth Bortolaia Silva

### Resumo

Este artigo analisa as relações entre gênero e desenvolvimento de tecnologias, introduzindo uma nova perspectiva nas análises sociológicas e feministas sobre as tecnologias domésticas. A interpretação convencional afirma que essas tecnologias têm, historicamente, retirado das mulheres suas habilidades e sua competência técnica, sem gerar benefícios para seus encargos domésticos. Abordando duas das principais invenções tecnológicas do século XX aplicadas ao processo de cozinhar – o forno controlado por termostato (nos anos 20 e 30) e o forno microondas (anos 80 e 90) –, o artigo demonstra que não houve perda de competência técnica e que, junto com as inovações tecnológicas nos fogões, também se transformou o ato de cozinhar e a identidade de gênero da cozinheira.

*Palavras-chave:* tecnologias do lar; cozinha; gênero.

### Abstract

This paper discusses how gender is related to the development of technology by introducing a new perspective to sociological and feminist analyses of household technology. The conventional analysis is that technological advance historically has divested women of capabilities and skills, generating no overall benefits to the burdens of housework. By focusing on the two major developments in cooking technology in the twentieth century – the thermostat oven control (1920s-30s), and the microwave oven, (1980s-90s) – I show that there has been no loss of skills, and that the art of cooking as well as the gender identity of the cook have been transformed along with technological innovations in cooking devices.

*Keywords:* household technology; cooking; gender.

Uma tese predominante na história e na sociologia feminista sobre as tecnologias domésticas afirma que a inovação tecnológica aumentou a carga de obrigações das mulheres, tanto por lhes impor padrões mais elevados de trabalho doméstico quanto por dar origem a novas atividades, tais como fazer compras e transportar pessoas e coisas. Uma consequência disso teria sido a anulação do trabalho doméstico, poupado pela introdução de novos utensílios e novos equipamentos de infra-estrutura (Cowan, 1983). Parcela significativa dessa literatura diz que praticamente todas as ocupações domésticas estereotipadas como masculinas foram, através da história, pouco a pouco eliminadas pelas inovações econômicas e tecnológicas, enquanto as mulheres foram ficando cada vez mais atreladas aos serviços de casa. Esses estudos alegam que os novos produtos são projetados para sustentar a estrutura familiar prevalecente nas unidades domiciliares (Thrall, 1978); que o aumento da aquisição de tecnologias domésticas exacerba os estereótipos de gênero na divisão do trabalho (Bose, 1979); que as mulheres perdem competências com a introdução de novas tecno-

logias, mas continuam firmemente "amarradas" aos serviços de casa (Murcott, 1983); que a ideologia da limpeza construída pela publicidade subordina as mulheres a uma "intensificação do trabalho doméstico" (Cowan, 1976); e que o acesso a equipamentos modernos gerou uma demanda por um padrão uniformemente elevado de serviço doméstico (Vanek, 1978).

O sujeito *mulher* aparece, nessa literatura, subjugado por objetos tecnológicos controlados por patriarcas. Trata-se, sobretudo, de uma mulher urbana, branca, dona de casa, mãe e de classe média. A influência dessa literatura tem sido muito grande e seu argumento central é freqüentemente reafirmado. Dada a ampla aceitação da idéia de que há algum tipo de conspiração patriarcal embutido nas inovações tecnológicas que acorrentam as mulheres eternamente aos serviços de casa, quase não existem estudos sobre essas tecnologias. No entanto, embora se diga que a ideologia e a cultura patriarcal determinam o curso dos desenvolvimentos tecnológicos, também se afirma que a tecnologia determina os estereótipos de gênero na divisão do trabalho, bem como os papéis das mulheres na esfera doméstica. Portanto, as tecnologias são vistas como agentes de estabilidade social.

Esse ponto de vista conflita com opiniões mais recentes de que mudanças ocorridas na divisão do trabalho, marcada pelo gênero, impõem inovações no desenho, na eficiência e no raio de ação das tecnologias domésticas, e que essas inovações também contêm um potencial para modificar a forma predominante de divisão do gênero do trabalho. A série de estudos organizada por Cockburn e Fürst Dilic (1994) desenvolve-se no marco teórico da construção social da tecnologia (Bijker e Law, 1992; Mackenzie e Wajcman, 1985), ao afirmar que gênero e tecnologia se moldam um ao outro, em um permanente processo de mudança social.

Todavia, o exame dos processos de construção social das tecnologias é um projeto amplo e difícil. Recentes contribuições para a história das tecnologias têm afirmado a impossibilidade de se descobrirem essas construções; em vez disso, alega-se que a complexidade e a não determinação dos processos históricos é que exigem a construção do quadro conceitual adequado à interpretação. Isso envolve estabelecer significados distintos daqueles usados pelos atores e fenômenos estudados (Scranton, 1995). Por outro lado, tal construção implica uma prática interpretativa de "como o gênero aparece" e não do "que o gênero é" (Stanley, 1995).

Scott (1988) propôs a utilização de quatro níveis de análise para a interpretação dos modos como o gênero participa da construção do poder, e Scranton (1995) aventou a possibilidade de aplicar esse mesmo quadro analítico ao estudo das relações entre gênero e construção de tecnologias. Eu adoto esta sugestão no presente trabalho.

Os níveis de análise propostos por Scott são os seguintes: os "símbolos culturais que evocam representações múltiplas (e freqüentemente contraditórias)"; os "conceitos normativos" que determinam significados dominantes para esses símbolos; os complexos institucionais nos quais tais símbolos são enunciados; e a maneira como símbolos, normas e instituições pertinentes estão envolvidos na construção subjetiva de identidades de gênero.

Minha pesquisa – cuja análise concentra-se no caso da Grã-Bretanha – trata de dois aperfeiçoamentos tecnológicos aplicados ao processo de cozinhar e das suas relações com a vida das mulheres. O primeiro refere-se à introdução do termostato, um dispositivo mecânico para controlar a temperatura dos fornos, nos anos 20 e 30. O segundo é uma inovação eletroeletrônica, o forno de microondas, introduzido no final da década de 80 e começo da de 90. O material original de pesquisa provém de uma variedade de fontes: guias e manuais de instrução dos fabricantes, impressos promocionais, anúncios e artigos especiais em jornais e revistas femininas, livros de culinária e relatórios produzidos por associações de consumidores.

A tecnologia escolhida, o fogão, constitui, em si mesmo, um símbolo da identidade do gênero feminino, e o/a operador/a dessa tecnologia, o/a cozinheiro/a é identificado/a principalmente com uma mulher: a criada ou a dona de casa. O significado dominante do fogão como um objeto a ser usado por mulheres no espaço doméstico define os processos de inovação e desenho industrial, fazendo o artefato técnico coincidir com o significado historicamente predominante da mulher. Manuais de instrução e receitas de culinária, nos quais se expressa a relação entre o inovador e a/o usuária/o, são os textos de referência para minha interpretação da construção de identidades de gênero e da construção social de tecnologias.

Tomo emprestado de Akrich (1992) as orientações para interpretar o guia (*script*) inscrito pelos inovadores (fabricantes e profissionais de *marketing*) no objeto.<sup>1</sup> A contribuição de Akrich segue de perto a tese de alguns sociólogos da tecnologia (Callon, 1989; Latour, 1992) de que os tecnólogos, quando definem as características dos seus objetos, precisam formular hipóteses sobre como é o mundo no qual eles serão colocados.

1 Os termos inovador, designer e fabricante são usados como sinônimo no contexto dos argumentos deste artigo, porque me preocupo basicamente com o resultado final da tecnologia em sua interface com o/a usuário/a. No entanto, se designer e inovador podem ser vistos como sinônimos, o termo inovação também se refere a uma função mais ampla, que abrange o desenho do produto e a fabricação. Os fabricantes concretizam as intenções dos designers. Nas condições atuais, essas três funções raramente se fundem. (Thomas Edison é uma importante exceção histórica.) (Hughes, 1987).

Os guias definem um modelo de ação para agentes que têm gosto, competências, motivações, aspirações e princípios morais específicos, bem como renda, condições de moradia e relações peculiares com o tempo cronológico e emocional e com os outros agentes. Mas os usuários e usuárias sempre acrescentam interpretações próprias ao texto. Contudo, quaisquer que sejam essas novas interpretações, o *script* original impõe um rumo à futura história do objeto em qualquer circunstância que não seja radicalmente diferente dos cenários originais imaginados pelos *designers*.

Com o objetivo de descobrir esse *script*, analiso, em primeiro lugar, as instruções quanto à *operação do fogão*, o texto-guia original do inovador. Outro tipo de material são as declarações sobre as vantagens da tecnologia contidas nos anúncios e nos folhetos promocionais. Em segundo lugar, examino as instruções sobre o *processo de cozimento* de certos alimentos e algumas receitas. Valho-me dessas receitas (as que acompanham manuais de instrução ou estão publicadas em livros de culinária especializados em determinados tipos de aparelhos domésticos) para tentar identificar as transformações introduzidas pela usuária no texto original.

Cozinhar é apenas uma das atividades envolvidas na preparação da comida e um dos componentes da tarefa de "alimentar uma família". A preparação dos alimentos inclui uma série de outras tarefas menores: planejar as refeições, fazer compras, "botar" a mesa, preparar e cozinhar a comida, servir a comida, "tirar" a mesa, jogar fora os restos de comida, lavar os pratos ou colocá-los na lavadora de louças, secá-los ou retirá-los da lavadora, guardar os pratos, limpar o fogão e os balcões, limpar a mesa e varrer o chão da cozinha (Luxton, 1980). Alimentar a família também pressupõe um complexo de atividades cercadas de emoções e concepções ideológicas, as quais foram analisadas a fundo por DeVault (1991) e Charles e Kerr (1988). Contudo, nenhum desses minuciosos estudos sobre o trabalho das mulheres para alimentar suas famílias faz referência aos instrumentos que determinam as condições para o ato de cozinhar. Os fogões são agentes inteiramente ausentes nesses estudos, mas estão presentes por detrás das considerações acerca dos limites que o tempo e o dinheiro impõem ao "o quê" cozinhar, como cozinhar, quando cozinhar e às expectativas sobre os padrões de cozinha. Limites e exigências são percebidos e enfrentados de modo diverso pelos diferentes grupos de mulheres. Os fogões dos quais elas dispõem funcionam de maneira diversa e lhes impõem diferentes padrões de execução.

Enquanto processo técnico, cozinhar significa aplicar calor ao alimento. Os dois mais importantes aperfeiçoamentos técnicos deste século quanto ao controle da aplicação desse calor – o forno controlado por termostato e o forno de microondas – deram origem a diferentes construções sociais sobre o fogão e sobre quem cozinha.

### A introdução do forno controlado por termostato

No começo deste século, era preciso uma certa dose de experiência prática para se saber que quantidade de combustível produziria qual temperatura de cozimento. Uma mulher nascida em 1902 descreveu da seguinte maneira o processo que empregava para regular a temperatura: "Depois de reunir uma pilha de lenha, eu sabia que eram necessárias quatro toras de quarto de tonelada para aquecer o forno para assar o pão. Bastava um pedaço de papel amassado e um ou dois pedaços de galho seco para ferver água na chaleira. Se você queria cozinhar *muffins* [bolinhos doces], só precisava acender a fomalha, colocar a mão dentro do forno e começar a contar. Se contasse até oito antes de esquentar mais do que sua mão podia agüentar, estava bom para os *muffins*. Para o pão era preciso contar até seis, e para tortas, até dez" (Luxton, 1980: 134-35).

O termostato de regulação do forno, quer dizer, o controle mecânico do tempo e da temperatura, é um marco na história do fogão, a primeira grande invenção desde meados do século XIX. Segundo Giedion (1948), o termostato foi inventado por um técnico da American Stove Company e introduzido na linha de fogões da fábrica em 1915. Bush (1983) informa que um forno controlado por termostato foi usado em um fogão elétrico em 1919. Por volta de 1930, esse dispositivo já era adotado pela maior parte dos fabricantes filiados à American Gas Association.

Contudo, na Grã-Bretanha, antes da Segunda Guerra Mundial, somente alguns modelos de qualidade superior possuíam termostato. Essa diferença em relação ao padrão americano devia-se ao poder aquisitivo mais baixo da população inglesa e a uma infra-estrutura mais limitada. Antes da guerra, cerca de 70% das famílias britânicas tinham renda inferior a £ 220 por ano, e elas não podiam poupar mais que 10 xelins por mês (PEP – Political and Economic Planning, 1945: 24 e tabela 51). Gastava-se pouco em utensílios domésticos e, por isso, os fabricantes inventaram um sistema de crediário para aumentar o mercado. Entretanto, chegou-se à conclusão de que o sistema de compra a prestação contribuía para reduzir a velocidade do progresso tecnológico: com a sustentação do mercado de aluguel dos modelos obsoletos, a tendência era retardar o lançamento de novos produtos (PEP, 1945: vxi). Outro importante fator de restrição do mercado de massa era a infra-estrutura: em 1921, apenas 12% dos domicílios britânicos tinham acesso à rede elétrica, embora em 1938 esse percentual atingisse cerca de 65% (Corley, 1966, tabela 2).

Em 1939, na Grã-Bretanha, muitos fogões a gás eram controlados por termostatos providos, na maior parte das vezes, de um disco seletor de gradação numérica, mas, em alguns casos, com marcas indicando

graus Fahrenheit. Acrescentar um termostato significava um custo adicional de uma libra (PEP, 1945: 50-51). Poucos fogões elétricos tinham termostato.

Em 1939, a Electrical Domestic Appliances Sales Conference firmou um acordo de calibragem padrão para os termostatos de fogão (PEP, 1945). A calibração consistia na equivalência entre uma escala numérica e graus Fahrenheit correspondentes. Outros padrões foram determinados pela indústria: o disco seletor, ou o interruptor, deveria girar no sentido horário para aumentar o calor; o disco seletor deveria ter um mínimo de quatro posições para os queimadores, com marcas de “desligado”, “alto”, “médio” e “baixo”.

Esses aperfeiçoamentos técnicos tornaram-se inovações de grande aceitação e mudaram os padrões de interação entre a máquina e sua operadora. Os fabricantes e a publicidade divulgaram a novidade como sendo o advento do “fogão inteligente”. A produção de fogões orientou-se para o trabalho de donas de casa em geral, mas, dentre estas, um tipo especial foi destacado como alvo: aquela de classe média que administrava sua casa quase sempre sem qualquer ajuda, em virtude da crescente escassez de empregadas domésticas. Essa era a cozinheira que o fabricante tinha em mente – seu lar seria formado pela típica família pequena do novo casal de profissionais assalariados.

A dona de casa da classe operária e a mulher trabalhadora só tiveram condições de adquirir equipamentos domésticos mais baratos no período entre as duas guerras, então disponíveis em abundância no mercado. Muitas delas haviam trabalhado antes como criadas para famílias de posses, e “hoje fabricavam os bens que as mulheres de classe média compravam para ajudar no trabalho doméstico, porque não conseguiam arranjar empregadas” (Glucksmann, 1990: 229).

A tese de que os aperfeiçoamentos tecnológicos destinados ao uso doméstico criaram “mais trabalho para as mães” baseia-se na substituição das criadas por aparelhos domésticos (Cowan, 1983). Com a ajuda da tecnologia, a dona de casa de classe média tinha de fazer sozinha o trabalho antes feito por alguém pago para tal. Nesse sentido, a comparação implícita é entre um trabalho doméstico inexistente (aquele que as criadas eliminam) e o que efetivamente existe. Contudo, para as mulheres da classe operária, acostumadas a fazer, elas mesmas, os serviços de casa, a tecnologia melhorou suas condições de existência, aumentou sua produtividade e, de um modo geral, facilitou suas vidas.

No que diz respeito à mãe e dona de casa de classe média, a lida de casa inclui um conteúdo ideológico, o de praticar uma virtude. O significado emocional do trabalho da mãe e esposa zelosa reforçou os aspectos estereotipados da feminilidade, enquanto as inovações tecnológicas proclamavam libertá-la para melhor cumprir suas responsabilidades de cuidar da casa e da família.

## Fogão inteligente, cozinheira descansada

A primeira menção ao forno com termostato que encontrei na Grã-Bretanha referia-se ao “Regulo”, introduzido em 1923 pelos Fogões Regulo Novo Mundo, fabricados pela empresa Radiation Ltd., de Birmingham.<sup>2</sup> “Cozinhar num forno Regulo Novo Mundo é uma operação automática que torna desnecessárias a vigilância e a atenção constantes da usuária. Os mesmos resultados serão certamente obtidos dia após dia” (Radiation Ltd., 1927: v) (grifos meus).

Para analisar o funcionamento dessa máquina, tenho de examinar os tipos de relações requeridos entre fogão e cozinheira. Todo fogão Regulo Novo Mundo vinha acompanhado de uma publicação, um manual de instruções chamado *Livro de Cozinha Radiation – para ser usado com os fogões a gás Regulo Novo Mundo*. A seguir, identifico as normas de operação do fogão e demonstro como elas contradizem a alegação de que a máquina faz tudo sozinha, deixando claros os limites da liberdade da operadora e as exigências que o fogão impõe à cozinheira.

Como usar o fogão Regulo? “Ajuste o interruptor do Regulo para a marca de cozer, gire o botão seletor do forno para Alto e acenda o gás. Arrume as prateleiras do forno à sua vontade e feche a porta. Deixe o forno aquecer ... [tempos mínimos de aquecimento estão indicados no manual]. Quando o forno estiver quente, coloque o alimento e feche a porta com firmeza. *Não há necessidade de alterar o nível do gás ou abrir a porta do forno para examinar a comida durante o cozimento – o alimento estará perfeitamente cozido no tempo apropriado*” (Radiation Ltd., 1927: v) (grifos meus).

Cozinhar num fogão dotado de termostato Regulo parece ser uma operação puramente mecânica, que dispensa todo pensamento ou julgamento. Porém, do guia de instruções, que fornece a temperatura e o tempo de cozimento adequados aos vários tipos de alimentos, consta uma série de “notas”, classificadas de A a H, definindo requisitos especiais para o cozimento.

As “notas” fazem referência a quase todos os grupos de alimentos – carnes, aves, bolos, pães, tortas, pudins etc. O tempo de cozimento de muitos alimentos varia de “30-45 minutos” a “2-3 horas” ou “2 horas ou mais”. Assim, quando se trata do uso concreto do fogão, nota-se que a avaliação do tempo de cozer depende de examinar e formar juízo sobre o processo de cozimento e, decerto, sobre quando abrir a porta do forno. No entanto, ao citar os atributos técnicos do fogão, o fabricante não reconhece a necessidade do exame e do julgamento de

<sup>2</sup> Existem referências de que a Revo Electric Company Ltd. adaptou um termostato elétrico, o Revostat, em 1935.

quem cozinha. Há o pressuposto de que a máquina detém esse saber. Ao mesmo tempo, o fabricante nega a necessidade de abrir a porta do forno durante o processo de cozimento. Essa negação é importante porque significa uma censura à cozinheira que acha necessário checar os alimentos enquanto são cozidos.

De que maneira fogão e cozinheira impõem exigências mútuas ou se liberam reciprocamente no processo de cozinhar?

Alguns exemplos extraídos das “notas” do guia de instruções (Radiation Ltd., 1927: vii) revelam as ambigüidades contidas nas declarações sobre a inteligência do fogão e a ociosidade da cozinheira. Dentre elas, selecionei algumas aparentemente mais ambíguas (os grifos são todos meus).

“Nota A: *Carnes*. [Apresenta-se uma série de tempos de cozimento] ‘...Esses tempos servem apenas de orientação, pois é preciso levar em conta o formato da peça de carne e a proporção de osso contida, isto é, um pedaço de carne grosso ou com muito osso pesando 1,5 kg leva tanto tempo para assar quanto um pedaço de 2 kg. com pouco osso’.”

As regras de cozer incluem muitos “mas”, “se”, “porém” – exigem julgamento por parte da cozinheira e, em certos casos, até algum conhecimento de aritmética para determinar proporções de tempo de acordo com peso e grossura, e intensidade de aplicação do calor. Conferir, mudar, vigiar e prestar atenção são ingredientes tão cruciais no processo de cozinhar quanto o conhecimento das propriedades dos diferentes ingredientes das receitas. Diante disso, abrir a porta do forno é indispensável.

“Nota D: Bolo de frutas secas. *‘Calcule mais ou menos uma hora por meio quilo de massa*. A profundidade da massa de qualquer tipo de bolo também afeta o tempo necessário para assar, isto é, *se usarmos uma quantidade maior de massa, mas uma fôrma mais larga, de modo que a profundidade da massa permaneça igual, não haverá muita diferença no tempo exigido. Se os bolos forem feitos com farinha de trigo com fermento, é preciso assá-los mais rápido, escolhendo uma temperatura mais alta durante a primeira hora e completando o cozimento numa marca mais baixa; por exemplo, use o nível 4 durante uma hora, e depois mude para o nível 1 para o restante do tempo*’.”

A minuciosa identificação das tarefas que a cozinheira deve realizar e a frequência com que é exigida a execução de diversas operações tornam impossível aceitar as alegações do fabricante de que “o Regulo inteligente faz tudo”. Afinal de contas, o que é que o Regulo faz? “O Regulo reduzirá gradualmente o nível do gás à medida que o forno esquenta e controlará automaticamente a temperatura exigida para a operação de cozimento em questão e determinada pelo ajuste do Regulo adotado” (Radiation Ltd., 1927: 2).

Esse automatismo, no entanto, entra em conflito com as exigências do preparo de refeições quando é preciso cozinhar mais de um prato ao mesmo tempo, considerando ainda economia de dinheiro e o tempo envolvido no processo – argumentos de grande relevância para o inovador. A facilidade na preparação simultânea de vários pratos é muito enfatizada. Geralmente esses pratos exigem temperaturas diferentes, o que faz da disposição das prateleiras uma característica importante do desenho do produto. A descrição do arranjo nas prateleiras vem de novo acompanhada do argumento de que o fogão permite cozer vários pratos simultaneamente “sem necessidade de prestar atenção” (Radiation Ltd., 1927: 3). Entretanto, cozinhar assim exige julgamento. Como o próprio fabricante adverte, “... deixar uma prateleira vazia na parte superior ou no meio do forno aumenta a temperatura na parte inferior”. As prescrições definidas para cozinhar com economia dependem basicamente da atuação da cozinheira.

No folheto de instruções, toda prescrição de tarefas costuma ser seguida pela frase: “Mas os seguintes pontos devem ser levados em conta ...”. Por exemplo, receitas para preparar um “jantar completo” (Radiation Ltd., 1927: 228-285) repetem que “o jantar todo é colocado no forno aquecido e preparado sem necessidade de atenção especial ... salvo se ... e desde que a experiência dos desejos das várias pessoas seja levada em conta pela dona de casa”. Trata-se de um processo por etapas.

A cozinheira que o fabricante do fogão Regulo tem em mente é uma dona de casa. Reconhece-se que ela tem experiência, conhece os gostos dos outros, que usa o ato de cozinhar como uma interação, não como uma atividade repetitiva, irrefletida. Mas o fogão requer a repetição de cada experiência de cozinhar com o fim de eliminar o esforço, o pensamento e o envolvimento, e para, em último caso, libertar a dona de casa.

“O Regulo é a criada da dona de casa; ele permite alcançar e reproduzir com certeza as condições de cozimento que ela deseja.” Portanto, afirma-se que o comando pertence à dona de casa, o Regulo confere-lhe esse comando, a tecnologia está a serviço do desejo. Às suas ordens! Perderam-se as criadas, a tecnologia veio para substituí-las. Quer dizer, a cozinheira é uma dona de casa de classe média que perdeu suas empregadas.

“Você pensa que só porque não tenho uma empregada, vou ter de passar um tempo enorme cozinhando refeições. Mas quem trabalha é o ‘Regulo’ dentro do meu Fogão Novo Mundo! Primeiro, ajusto o ‘Regulo’. Cinco! Seis! Sete!... ou qualquer número recomendado pelo guia de cozinha. Depois é só colocar o jantar inteiro no forno. E não é preciso fazer mais nada depois que tudo estiver no forno – e você nunca ouvirá dizer que está cozido demais ou cozido de menos.”<sup>3</sup>

3 “Of course I can – I’m not tied to the Kitchen. I’m a regular ‘Regulo’ fan!”. (Anúncio publicitário em *Woman*, 25 de setembro de 1937, p.15).

"O casamento não vai *me* transformar numa mulher que não sai de casa. Eu sou uma aficionada do 'Regulo'."<sup>4</sup>

"Cozinhar não vai *me* impedir de cuidar do jardim. Eu sou uma aficionada do 'Regulo'."<sup>5</sup>

Dada a "invisibilidade" da vigilância da dona de casa, constrói-se a imagem de que ela não tem que fazer nada, não precisa pensar em nada. O argumento de que a tecnologia incorpora todo o saber do processo de cozinhar universaliza a experiência, tornando-a acessível a todas e reduzindo-a a uma não-experiência. Entretanto, a universalização permanece circunscrita às mulheres. Cozinhar passa a ser acessível a todas as donas de casa de classe média.

No contexto desse perfil de cozinheira, o fogão exige que ela aspire a um tipo especial de papel. Ela se conluía com o inovador quando este esconde o esforço de cozinhar por detrás da imagem de uma mulher sempre alegre, descansada e nutridora.

A pesquisa de linhas não convencionais de cozinha parecia chocar-se com o papel convencional da mulher. A princípio, outros padrões de pesquisa tecnológica aplicada à cozinha poderiam ter sido seguidos, mas as alternativas foram exploradas muito lentamente. Por exemplo, os requisitos da cozinha a eletricidade seguiram as linhas prescritas pelo combustível sólido e pelo gás, deixando inexploradas outras vantagens. Dizem que uma "importante autoridade" no uso da eletricidade para fins domésticos teria afirmado que "... por uma questão de política, considerou-se injusto com a dona de casa apresentar-lhe ao mesmo tempo novos métodos de cozinhar e um novo tipo de combustível" (PEP, 1945: 66). Embora a condescendência com a dona de casa seja uma explicação insuficiente para a escolha de investimentos por parte da indústria, a percepção das necessidades das mulheres realmente afetou os padrões do desenvolvimento tecnológico. Provocou o adiamento da pesquisa de alternativas de maior alcance, as quais poderiam ser mais vantajosas do ponto de vista da economia de tempo de trabalho e poderiam facilitar o processo de cozinhar.

### A introdução do forno microondas

Na década de 70, surgiu um novo padrão tecnológico de cozinha que combinava os avanços na eletricidade e aqueles na eletrônica. No começo, o microondas foi introduzido como o salvador da dona de casa superocupada.

4 "Marriage won't turn *me* into a stay at home. I'm a regular 'Regulo' fan!". (Anúncio publicitário em *Woman*, 5 de junho de 1937, p.39).

5 "Cooking won't keep *me* out of the garden. I'm a regular 'Regulo' fan!". (Anúncio publicitário em *Woman*, 4 de setembro de 1937, p.39).

"Seu marido vai chegar de uma reunião dentro de 45 minutos, e vêm com ele o presidente da companhia e sua esposa. Mas o jantar ainda está por fazer. Você pensa em servir uma sopa de tomate com creme de leite, depois uma truta com batatas, ervilhas e aspargos e, como sobremesa, um bolo com recheio de pêssegos e cerejas. Impossível, até agora! Pois, hoje, nesse intervalo de tempo, você pode cozinhar a refeição que escolher, arrumar a mesa, 'botar' as crianças para dormir e se vestir."<sup>6</sup>

A proposta de cozinhar no microondas foi apresentada como uma atividade quase insignificante, com a eliminação de exigências à cozinheira. A supermulher (a super dona de casa) podia então emergir da supertecnologia vestida e descansada, depois de "botar" as crianças para dormir, arrumar a mesa e cozinhar um jantar de três pratos – tudo isso em três quartos de hora!

A tecnologia usada no microondas, o magnétron, foi desenvolvida nos anos 40 na Universidade de Birmingham. Foi adotada nos primeiros equipamentos de radar. Depois da guerra, novas pesquisas sobre o magnétron permitiram seu desenvolvimento como tecnologia de cozinha, mas o microondas foi usado primeiramente nos serviços de *catering* (fornecimento de comidas preparadas em escala industrial para consumo de empresas) (Cockburn e Ormrod, 1993). O mercado de fornos de microondas começou a expandir-se na década de 70 e sua utilização doméstica cresceu consideravelmente em muitos países industrializados, especialmente desde o final dos anos 80. Alimentos semiprontos, só para esquentar, tornaram-se então muito populares. Entre 1985 e 1988, na Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Holanda e Bélgica, o mercado cresceu 41%. A Grã-Bretanha tornou-se o principal mercado europeu de fornos microondas especialmente para uso doméstico (Cockburn e Ormrod, 1993). Em 1987, 30% dos seus domicílios possuíam um forno microondas e em 1993 essa proporção alcançou 62% (GHS – General Household Survey, 1995). Essa difusão estava associada à mudança do estilo de vida das famílias. A proporção de mulheres casadas que trabalhavam fora na Grã-Bretanha passou de 54%, em 1973, para 60%, em 1993 (GHS, 1995). As famílias nas quais o casal vivia com filhos menores (78%) eram as que mais possuíam fornos microondas (FRS – Family Resources Survey, 1995).

A ampla difusão desse utensílio doméstico dependeu da continuação das pesquisas que visavam transformar os métodos de cozinhar dos microondas primitivos por meio de sua combinação com aqueles convencionais – de convecção –, nos chamados "*combination*" ovens (fornos que combinam ambos os métodos).

6 Anúncio da Sharp Microwave publicado em *Good Housekeeping*, setembro de 1973.

A potência do magnétron do microondas é medida em *watts*; quanto mais alta, mais rápido o cozimento. A potência varia de modelo para modelo e, portanto, cada um exige instruções específicas de cozimento. No início, a repetição das receitas implicava muitos erros, obrigando as consumidoras a se concentrarem em um número restrito de "ingredientes" muito simples. O alimento só se transformava de determinada maneira quando se usava uma máquina completamente dedicada. Além disso, a aparência e o sabor da maioria das comidas cozidas em microondas não agradavam aos consumidores.

As primeiras menções aos fornos que combinam microondas e convecção (*combination ovens*) aparecem na American Consumer Reports em 1981. Melhoravam a cozinha, mas os preços eram inicialmente muito elevados. Quando os preços caíram, a demanda explodiu.

Atualmente, as estatísticas sobre o consumo de fornos microondas raramente distinguem os aparelhos que cozinham exclusivamente por microondas dos *combinations ovens*. Do ponto de vista técnico, estes últimos funcionam ou por um princípio de convecção, em que um ventilador faz circular o ar quente, ou pela utilização do princípio térmico que se baseia na circulação natural do calor no forno. Já os microondas não aplicam calor diretamente aos alimentos. As ondas penetram no alimento fazendo as moléculas de umidade agitarem-se rapidamente, o que faz, então, que se produza o calor.

Os fornos microondas/convecção também podem ser usados como convencionais quando ligados apenas no modo de aquecimento. O cozimento "combinado" geralmente significa que o forno passa automaticamente do modo de microondas para o de convecção. É essa "versatilidade" o conceito mais ressaltado pela propaganda desse tipo de forno. Isso significou dotar a maioria dos aparelhos no mercado, em meados da década de 90, com quatro modalidades de cozedura: só microondas, só grelha, só convecção e cozimento combinando microondas/convecção. A publicidade dos fornos de microondas costuma ressaltar que se trata de "mais que microondas" (folheto da empresa AEG). Na prática, esses fornos são usados para suplementar outros equipamentos de cozinha.

### O fogão superinteligente e uma complicada interação

"Cozinhar no microondas certamente exige muitos conhecimentos técnicos se você pretende fazer mais do que apenas aquecer os alimentos. Cozinhar com o forno microondas/convecção exige ainda mais habilidade ... Tivemos de realizar longas e árduas pesquisas tanto nos manuais de instrução quanto nos livros de cozinha para descobrir que acessórios e utensílios deveriam ser usados e que tempos, po-

tências e temperaturas deveriam ser ajustados." (Cf. *Consumer Reports*, 1989a: 581).

A publicidade dos fornos microondas apresenta-os como o aparelho doméstico que mais poupa trabalho no lar. Não deixa de ser uma ironia o fato de exigirem considerável estudo e experiência antes que os/as usuários/as se sintam capazes de operá-los com facilidade. Isso torna extremamente importantes as instruções e as receitas; no entanto, tal como no caso dos botões, números e luzes do painel de controle, as instruções costumam ser muito obscuras.

Várias pesquisas<sup>7</sup> têm demonstrado que a maioria dos consumidores só usa os fornos microondas para descongelar e aquecer alimentos já preparados. Em 1991, somente cerca de 25% dos seus usuários, na Inglaterra, costumavam cozinhar com esses aparelhos (Cockburn e Ormrod, 1993: 148); nos Estados Unidos, essa proporção era ainda menor: 5% (American Consumer Reports, 1990: 733). Essa diferença reflete padrões culturais distintos: cozinhar em casa é uma atividade mais comum na Inglaterra.

Por que se cozinha tão pouco com os fornos microondas? Por que é tão difícil seguir as instruções, reproduzir as condições de cozinhar? Será uma deficiência de comunicação por parte dos inovadores? Ou haverá sérios limites nas afirmações sobre o que a tecnologia é capaz de fazer?

Investigo, a seguir, três linhas complementares de explicação: (1) os conflitos e os ajustamentos entre as interpretações e as necessidades do inovador e da usuária; (2) os limites no desempenho da tecnologia; e (3) a importância do saber tácito da cozinheira.

### Conflitos e ajustamentos entre o inovador e a usuária

Em meados da década de 80, uma série de soluções foi introduzida com o fim de facilitar o uso dos fornos microondas. Acrescentou-se uma "ficha-guia" que trazia abreviadas as instruções relativas às tarefas mais freqüentes, de modo a não tornar necessária a consulta ao manual. Os painéis de controle e os dizeres do mostrador passaram a orientar os usuários sobre os botões a serem utilizados e sobre os procedimentos subseqüentes. A limitação, no entanto, é que os controles freqüentemente contêm um nível de complexidade superior ao dos de outros utensílios de cozinha.

Os programas automáticos calculam a temperatura, a potência e o tempo de cozimento necessários para um pequeno número de alimentos listados nas instruções. O usuário aperta uma tecla no código

<sup>7</sup> American Consumer Reports (1988, 1989a, 1989b, 1990); *Which?* (1994a, 1994b); Cockburn e Ormrod (1993).

de alimentos e a máquina faz o resto. Mas os resultados são considerados pobres e os programas automáticos, muito limitados. Por exemplo, a revista *Which?* (1994a: 46) mostrou que um determinado modelo continha um programa para assar batatas, mas o tempo de cozimento referia-se a batatas que pesassem 160 gramas cada uma. "Se você quiser cozinhar outros tamanhos de batatas, é melhor optar pelo ajuste manual."

Na cozinha com microondas, o *timing* exato é importantíssimo e deve ser combinado com o nível de potência. Cinco níveis, como recomendado no *Consumer Reports* (American Consumer Reports, 1988: 9), ou apenas três (*Which?*, 1994a: 46), seriam mais que suficientes para cozinhar qualquer coisa. Mas a maioria dos modelos contém dez ou mais níveis, o que acaba complicando muito a regulação da potência adequada.

Duas inovações que se mostraram eficientes nesse sentido foram a sonda de temperatura e o sensor de umidade. No caso da temperatura, a sonda é inserida no alimento e, quando a temperatura preestabelecida é atingida, o forno desliga-se automaticamente ou mantém o alimento naquele mesmo nível de aquecimento. Os sensores, elementos mais "inteligentes", eliminam a necessidade de calcular tempo e níveis de potência. Quando o sensor detecta uma certa quantidade de umidade liberada enquanto o alimento cozinha, o processo de cozedura pára. No entanto, uma pesquisa realizada pela American Consumer Reports (1990: 733-34) detectou que poucas pessoas usavam a sonda de temperatura, o mesmo acontecendo com os sensores.

A "cozinha inteligente" é uma tecnologia que vem sendo construída de modo gradual e interativo, mas, em muitos casos, é imposta aos consumidores como uma máquina dedicada, capaz de reproduzir resultados em condições rígidas de regulação. Não é assim que as mulheres cozinham. Os ajustamentos aplicam-se a usos simples do fogão, enquanto o controle da complexidade é deixado a cargo de uma cozinheira hábil.

### Limites do desempenho da tecnologia

Quanto mais potente e mais rápido é o fogão, maior a importância do *timing* no processo de cozinhar. Testes têm demonstrado a importância de deixar o alimento descansar após o cozimento. A distribuição do calor interno durante o período de "descanso" pode fazer toda a diferença entre um prato mal feito e um prato bem feito.

Como no caso do forno controlado por termostato, cozinhar no microondas não libera a cozinheira. As receitas orientam a tomar conta do microondas durante o processo, o que significa alimentar, conferir

e avaliar o funcionamento da máquina. Além disso, o tempo necessário para cozinhar os alimentos não é muito menor, quando o é, do que em um forno convencional. Por exemplo:

"*Shepherd's Pie*. Ponha cebola, cenoura e manteiga numa caçarola. Tampe e cozinhe em potência alta durante 3-5 minutos (ou até que estejam macias). Acrescente a carne picada aos legumes e misture bem. Misture caldo de carne, molho inglês e massa de tomate, despeje sobre a carne e tempere a gosto. Cozinhe as batatas na água, em vasilha tampada, em potência alta por 7-8 minutos. Escorra e passe no espremedor ... e espalhe por cima da carne, usando um grafo para decorar. Pincele com manteiga e cozinhe no modo combinação: convecção 190C + potência média por aproximadamente 25-30 minutos, ou até que esteja crocante e dourado em cima" (Panasonic, 1990) (grifos meus).

Essa receita de "bolo de carne com purê de batatas" é preparada pelo processo que combina microondas e convecção. Comparada com uma receita convencional, a diferença de tempo é insignificante: 40 minutos no microondas e 45 no método convencional. O *Penguin Cookbook* (Nilson, 1985, receita 421) presume que o bom senso controle o tempo usual, checando-se a maciez das batatas (cerca de 10 minutos numa panela de pressão), acrescentando-se mais 10 a 15 minutos para a preparação da carne e do molho (enquanto as batatas cozinham) e outros 20 para cozer o bolo no forno a uma temperatura constante. Mas os métodos de cozimento são muito diferentes.

"Aquecer é a palavra certa", diz o *Consumer Report* (American Consumer Report, 1990: 733), a respeito da finalidade que se costuma dar aos fornos microondas. Com esse equipamento, a cozinheira é, em última instância, eliminada, dissolvida, desnecessária. Ela não é mais uma figura homogênea.

"Cozinhando com um microondas você faz perfeição, quer seja um/a profissional que trabalha fora e chega tarde em casa, quer seja um pai ou uma mãe de família atarefado/a que provê as exigências de alimentação de uma família numerosa, nesses tempos em que cada pessoa parece desejar uma refeição diferente servida em diferentes horários (Folheto de propaganda da AEG/UK, 1995) (grifos meus).

Mas a cozinheira não reconhecida, eliminada pela seqüência comida semipronta-freezer-microondas-mesa, tem uma grande importância na hora de abastecer o freezer e cozinhar pelo sistema combinado de microondas-convecção.

Isso não quer dizer, porém, que esquentar refeições previamente preparadas seja uma atividade isenta de problemas. Todos os fornos microondas têm um código alfabético, de A a E (introduzido pelo governo inglês em 1991), e as instruções para aquecimento constam dos rótulos dos alimentos, indicando ao consumidor os tempos ade-

quadros a cada código. Em 1994, a revista *Which?* (1994b: 51) descobriu problemas em mais da metade dos códigos. Alguns fornos tinham a letra de código errada e submetiam o alimento a uma potência excessiva. Outros eram potentes demais para a tarefa e tinham o efeito secundário de acentuar um cozimento desigual. Os testes realizados pela revista mostraram que o aquecimento não era homogêneo: muitas vezes a borda dos alimentos fervia enquanto o centro continuava morno. Fora as considerações de sabor, havia o risco de envenenar a comida.

Instruções e receitas para cozinhar em microondas são elaboradas para um modelo universal de forno. A maioria dos livros de cozinha para microondas e das instruções contidas em comidas semiprontas visam fornos de tamanho grande. Mas os menores, de menos potência útil, levam cerca de 30% mais tempo para cozinhar os mesmos alimentos. Assar uma batata, por exemplo, leva um minuto a mais ou menos, enquanto para uma travessa inteira a diferença pode chegar a ser de 10 a 15 minutos. O/a consumidor/a é que tem de adaptar os tempos ao seu modelo de forno.

### A importância do saber tácito da cozinheira

"Alimentos semiprontos, fáceis de preparar para microondas podem não fazer jus ao seu nome... Você alguma vez já se atrapalhou com as instruções? Já teve de adivinhar o tempo de cozimento? Achou difícil calcular as diferenças de potência útil? ... A Neural Network é treinada para reconhecer o tipo e o peso dos alimentos a partir da umidade liberada e então decidir quanto tempo se deve deixá-los cozinhar e a que nível de potência, tudo para que você sempre obtenha um resultado perfeito! ...É o Microondas que Pensa com Inteligência" (Folheto de propaganda Sharp/UK, 1995).

Os fabricantes de fornos microondas/convecção fazem dois tipos de afirmações. Uma delas é exemplificada pela citação acima: a máquina inteligente permite liberdade total. A outra é menos óbvia, pois está relacionada com a consciência que o fabricante tem dos limites da tecnologia quanto a um fato: não torna supérflua a presença da cozinheira. Na realidade, a tecnologia necessita dos conhecimentos tácitos da cozinheira ao lado do domínio do novo método de cozinhar exigido pelo forno microondas/convecção.

"Congele e estoque refeições pré-cozidas sempre que puder. Isso irá poupar seu tempo e evitar que você tenha de perder tempo no fogão todos os dias" (Bosch, [1985]: 10). "Qualquer pessoa da família pode descongelar e aquecer rapidamente refeições já cozidas sem sua assistência. Esse processo sensato significa que **você ganha dias livres de cozinha**" (ibidem: 11).

As outras atividades envolvidas na alimentação da família podem ser adaptadas à nova tecnologia. A transformação do trabalho da cozinheira traz liberdade para quem come. Recomenda-se que vários pratos sejam cozidos e congelados em porções individuais.

Porções pequenas são fáceis de descongelar. Qualquer outro uso do microondas, incluindo descongelar e aquecer porções maiores que as individuais, exige alguma interação entre a/o usuário/a e a máquina. As instruções para descongelamento, por exemplo, implicam três operações: 1) "Vire o alimento umas duas vezes para descongelar todos os lados"; 2) "Agite várias vezes"; 3) "Se a comida aquecer nas bordas ... desligue o microondas por algum tempo, o calor voltará a distribuir-se igualmente" (Bosch [1985]: 27). Há uma forte recomendação para que a/o usuário/a "siga as instruções" e "cozinhe pequenas quantidades".

A avaliação de todos os elementos do processo de cozinhar – ingredientes, pratos, temperaturas, tempos, operações – faz parte do saber tácito da cozinheira. Esse saber implícito define o que ela conhece de forma não-consciente, porque foi aprendido na experiência normal de viver em determinado contexto cultural.

"É essencial checar a comida durante e depois do tempo recomendado de cozimento, mesmo que se tenha usado um Programa Automático (assim como você faria se estivesse cozinhando num forno convencional!)" (Panasonic, 1990: 8).

O fabricante deixa a cargo da cozinheira a avaliação do processo, mas incorpora na máquina uma parte de seus conhecimentos. Isso é repetido nas recomendações para a adoção de determinada rigidez na escolha da matéria prima a fim de garantir a reprodução do processo de cozinhar sem necessidade da interferência da cozinheira. Um exemplo é a recomendação de que se use apenas um tipo de batata (Marys Piper) para fazê-la assada na casca (Panasonic, 1990: 83). A homogeneidade da matéria prima garante a qualidade da repetição da receita. (Por essa razão, a engenharia genética de produtos agrícolas é o grande sonho do fabricante, já que possibilita o controle total do processo de cozinhar, dispensando a intervenção da usuária, e uma perfeita universalização.) Outro exemplo de rigidez é a recomendação de que só se use arroz parbolizado para cozer no microondas. É claro que a tecnologia não pode dar conta da variedade de alimentos disponíveis nas sociedades às quais se destina. É importante que um fogão possa ser usado para cozinhar qualquer tipo de alimento servido numa determinada cultura e é esta a razão pela qual se procura ampliar as possibilidades de cozinhar no microondas. Não há, porém, nenhuma vantagem óbvia dessa tecnologia no atendimento de muitas necessidades da cozinha. Quando se trata de um uso dedicado, a tecnologia se sai bem, mas perde para a variedade e complexidade da tecnologia convencional.

Vejamos o caso do arroz comum para cozinhar no microondas. O tempo mínimo de cozimento do arroz parbolizado é de 24 minutos (Bosch [1985]: 96). O tempo recomendado por Nilson (1985, receita 613), para qualquer tipo de arroz, é de 20-25 minutos. Ambos referem-se ao período de cozimento depois de a água ferver. O tempo dessa fervura depende, evidentemente, da quantidade de água e leva cerca de 4 a 12 minutos no microondas, tanto quanto demora numa chaleira elétrica.

Muito se fala das grandes vantagens de cozer legumes no microondas. Mas em termos de tempo, não há diferenças significativas em relação aos métodos convencionais para a maioria deles. Em alguns casos, numa panela de pressão o tempo é o mesmo. (No microondas, 300 gramas de couve-flor cozinham em 12-15 minutos; pelo processo convencional, numa panela de pressão, em qualquer quantidade, ela é cozida em 5-8 minutos, depois de ferver. Cf. Nilson, 1985: 219.) Do ponto de vista da conservação do sabor e dos nutrientes, uma panela chinesa de banbu para cozer no vapor tem propriedades iguais e é vantajosa em termos de tempo. O pré-cozimento de legumes para o microondas é mais trabalhoso: "Corte os legumes, cozinhe em pouca água, mexa com a colher uma vez ou duas. Tampe bem a panela. Deixe descansar por alguns minutos depois de cozido" (Bosch, [1985]: 100). Cozer no vapor ou na panela de pressão não requer mexer os legumes.

Apesar dos limites da tecnologia e das exigências que impõe à cozinheira, o microondas é uma inovação extraordinária, principalmente na maneira como se relaciona com outras atividades do trabalho doméstico, tais como congelar, cozinhar, servir e lavar. Um prato pronto pode ser retirado do freezer, aquecido e servido no mesmo recipiente – assim, um único prato é lavado. Um frango inteiro congelado, pesando 1,5 kg, pode ser descongelado em 45 minutos, sendo revolido duas ou três vezes nesse prazo. Depois, deve ser posto para descansar por uma hora e cozido ou assado (sem recheio) por 40 minutos. Passar do frango congelado ao assado em duas horas e meia é um feito extraordinário. Mas que necessidades sociais essa façanha exige? Que empenho o processo exige da cozinheira, ou do cozinheiro? Quem cozinha é sempre concebido como sendo do gênero feminino? Que tipos de cozinheiras e que imagens delas são criadas no processo de inovação?

### Fazendo gênero: tecnologias e práticas

A interpretação da produção do gênero através das práticas de cozinha que aqui desenvolvo concentrou-se na exposição do script de duas das principais tecnologias de cozinha do século XX e examinou a

maneira como se constroem socialmente as identidades de gênero nesse processo.

Tomando como base o modelo analítico proposto por Scott (1988) para a interpretação da construção das identidades de gênero, discutido na primeira seção do artigo, distinguem-se quatro elementos na construção do gênero: 1) as relações entre o ato de cozinhar, o zelo e a "inteligência" da cozinheira; 2) as definições normativas do ato de cozinhar; 3) a classe e a heterogeneidade da cozinheira; 4) a mudança das "obrigações" envolvidas no processo de cozinhar.

### As relações entre o ato de cozinhar, o zelo e a "Inteligência" da cozinheira

Como utensílio de cozinha, o fogão tem uma longa associação com a esfera da família e a "domesticidade" feminina; parece pertencer "objetivamente" ao mundo das mulheres. (Cabe notar que, no universo comercial dos restaurantes e das empresas de *catering*, a função de cozinhar é quase sempre de homens, chamados de "chefes de cozinha".) Contudo, tanto no caso do forno controlado por termostato quanto no microondas, libertar as mulheres do fogão parece ser uma meta dos inovadores. Nos anos 20-30, assim como nos 80-90, dizia-se que aparelhos inteligentes e capazes conferiam liberdade à dona de casa. Nos dois momentos históricos, as tecnologias foram anunciadas como libertadoras das mulheres em relação a certas atividades, mas sutilmente as convocavam a assumir outros encargos da família ou do lar. É esse o desejo da mulher/usuária, subjacente ao dos inovadores e da publicidade. Não se concede à mulher nenhuma chance de ócio, nem de escolher uma atividade desligada dos cuidados com o lar ou a família.

Contrastes semelhantes podem ser observados nas representações sobre a inteligência e a capacidade da cozinheira nos dois momentos históricos. Em 1930, a American Stove Company lançou os modelos de fogões a gás "Chef Mágico", enquanto os anúncios da Hotpoint diziam ter descoberto a "empregada perfeita". Na década de 90, os aparelhos de microondas são chamados de *Logicook*,<sup>8</sup> "a máquina que pensa com inteligência", ou "rede neural". A imagem de empregadas ou de chefes mágicos não é mais invocada para facilitar o processo de cozinhar. Agora pede-se ajuda a um cérebro adicional. Nessas duas imagens históricas, o ato de cozinhar assume aspectos distintos: um focaliza as diferenças existentes dentro do mesmo gênero; outro, as diferenças entre gêneros.

8 Jogo de palavras: "cook", cozinheira, e "logic"; literalmente, "cozinheira lógica" ou "cozinheira inteligente".

### Definições normativas do ato de cozinhar

Dois conceitos normativos são enfatizados no desenvolvimento das duas tecnologias. Um é o de que a usuária é (exclusivamente ou principalmente) uma dona de casa; outro, de que cozinhar é (sobretudo) um trabalho por amor. Esses conceitos parecem ser consensuais e eternos, apesar de uma ênfase ligeiramente maior no período recente.

O Regulo criava automatismo ao mesmo tempo em que requeria checagem, vigilância e atenção. Exigia um profundo envolvimento humano com o processo de cozinhar e, simultaneamente, confiava no saber tácito e numa experiência contínua para o perfeito domínio da tecnologia. Presumia que a usuária tinha tempo e desejo de empenhar-se na cozinha, e que, ademais, dispunha de qualificações para fazê-lo. Mas as aptidões da mulher não eram reconhecidas e pedia-se que ela as escondesse. Isso faz parte da noção de que o amor é um ato de doação livre e espontâneo.

Cozer no forno microondas/convecção acrescentou à velocidade e simplicidade original do microondas (útil apenas para determinados efeitos) uma ênfase na responsabilidade da cozinheira com a realização adequada do processo de cozinhar. A maneira como as tarefas são prescritas revela uma continuidade em relação ao padrão do Regulo. Susan Ormrod (1994) mostrou que a introdução de inovações no forno microondas/convecção deveu-se ao fato de as mulheres acharem que o microondas tornava excessivamente mecânico o processo de cozinhar e que era preciso recuperar o prazer nesse campo. Subentendia-se a idéia de que as mulheres precisavam ser amadas por sua habilidade na cozinha.

Parece plausível o argumento de Ormrod de que a percepção de ameaças a uma construção social dominante do ato de cozinhar, e a um papel dominante da cozinheira, orientou inovações no sentido de reintroduzir no microondas padrões tradicionais de relações de gênero. Mas essa explicação é apenas parcial. Na verdade, o microondas, em sua versão inicial, não funcionava bem como tecnologia de cozinha. A expansão do mercado dependia de aumentar a versatilidade da tecnologia, mas na construção dessa versatilidade reforçou-se a definição do microondas como utensílio de mulher. Presumia-se que a responsabilidade, o prazer e o senso de identidade da mulher como dona de casa, mãe e, até mesmo, como mulher, lhe exigiam passar um bom tempo de sua vida cozinhando. Uma forma de promover o uso do microondas na cozinha pelo método "combinado" é a recomendação de congelar porções individuais, que podem ser requeentadas quando necessário e por quem precise comer, ficando subentendida a referência a homens e crianças. Com

isso, intensifica-se a "invisibilidade" da função de alimentar a família (a comida está sempre pronta no *freezer*), mas, ao mesmo tempo, recria-se a liberdade das mulheres. Presume-se que ela pode descansar depois de terminar a tarefa de cozinhar. Ou que pode se dedicar ao seu emprego e ainda ter tempo para alimentar a família de acordo com as necessidades variadas desta.

### Classe e heterogeneidade da cozinheira

Estudos anteriores (Vanek, 1978; Thrall, 1982; Cowan, 1983) sobre tecnologias domésticas homogeneizaram a usuária desses aparelhos no paradigma da esposa e mãe de classe média, urbana e branca. Não houve preocupações com as diferenças entre grupos de mulheres e entre estas e homens. De fato, se a publicidade do termostato dirige-se à dona de casa ideal de classe média, no caso do forno microondas a cozinheira é um agente mais complexo, inclui estratos sociais diferentes, até mesmo mulheres que não são donas de casa, e outros atores, como homens e crianças, embora a dona de casa ideal continue sendo a cozinheira paradigmática. Além disso, na década de 30, havia evidentes diferenças entre as mulheres representadas pelos papéis e imagens da empregada doméstica. A criada é incorporada na tecnologia, mas torna-se invisível por não fazer exigências à sua patroa (como uma criada perfeita deveria fazer). Contudo, o controle por termostato é um dispositivo que, operado adequadamente e com habilidade, deveria capacitar a mulher a atender a outros desejos dos vários membros de sua família.

As novas representações da cozinheira dos anos 90 formulam uma imagem menos perfeita das mulheres como cozinheiras: "Bev detestava economia doméstica quando estava na escola, jamais comprou um livro de cozinha em toda sua vida e passa os olhos correndo pelas páginas de receitas das revistas femininas. Ela prepara o seguinte prato em cerca de 10 minutos. 'Torta Mexicana de Peixe: 1. Coloque o peixe numa travessa de dois quartilhos. 2. Deite o molho por cima e leve ao microondas, em temperatura alta, por dois minutos. 3. Acrescente vagem e cubra tudo com batatas amassadas e fatias de *tortilla*. 4. Cozinhe em temperatura alta por três minutos'." (*The Guardian*, 20 de abril de 1996). Mulheres e homens são representados de modo diferente no desenvolvimento das duas tecnologias. Na década de 30, eles aparecem como aqueles para quem as mulheres cozinham; nos anos 90, como membros de uma família na qual a mulher é quem tem a responsabilidade de alimentá-la e eles executam operações menores, como a de esquentar os pratos. Chama a atenção o fato de que é nas operações mais simples e automáticas da máquina que reside sua "potência cerebral" máxima. Mas ela não "pensa" muito bem quando

está realizando o trabalho de cozinhar propriamente dito, que é uma questão predominantemente feminina.

### A mudança dos "encargos" da cozinha

A idéia de que existe uma contínua ampliação das exigências impostas ao trabalho doméstico das mulheres está na raiz da interpretação de muitos estudos sobre tecnologias domésticas, tais como os realizados por Cowan (1976, 1983), Vanek (1978), Bose (1979) e Thrall (1982), que confirmam o caráter conservador das inovações tecnológicas para o lar. Adoto uma outra linha de argumentação, afirmando que as inovações tecnológicas para o lar diminuíram bastante a carga do trabalho doméstico. Esse fato é particularmente notável no caso das mulheres de classe operária, mas também é observável entre aquelas de situação mais próspera. Um fogão de boa qualidade tecnológica facilita o processo de cozinhar.

A habilidade de cozinhar vem pesando cada vez menos nas costas das mulheres. (Salvo, é claro, nas situações em que elas foram substituídas por cozinheiras pagas.) Se essa diminuição de encargos não pode ser explicada exclusivamente pelas inovações tecnológicas, as novas representações sobre a cozinheira foram por elas influenciadas. É interessante notar que as representações sobre o forno controlado por termostato, conforme ilustradas nos anúncios publicados na década de 90, destacam apenas a tecnologia. Hoje, a cozinheira desapareceu de cena, ao contrário da dona de casa, sempre presente nos anúncios do Regulo na década de 30. Mas a cozinheira não desapareceu. O principal usuário de um fogão permanece sendo uma mulher, apesar do surgimento de outros agentes, principalmente homens, e também crianças. Isso acontece porque, dada a crescente "inteligência" da máquina, tornou-se possível ser um "cozinheiro burro" – mesmo que se trate de uma mulher!

As habilidades históricas das mulheres, sua competência, seu saber e sua inteligência no processo de cozinhar nunca receberam um melhor reconhecimento. Tampouco perderam, historicamente, sua inteligência, saber, competências e habilidades porque as máquinas disponíveis começaram a oferecer maneiras mais fáceis de fazer as coisas. A literatura feminista tem manifestado o temor de que a tecnologia aplicada ao lar piore a situação das mulheres, fazendo-as perder competências e criatividade à medida que aprendem novas técnicas de "vigiar máquinas" (Murcott, 1983: 37). Esse tipo de argumento, assim como outros encontrados nos estudos "clássicos" sobre tecnologias domésticas, e que afirmam serem estas o principal elemento a criar "mais trabalho para as mães" (Cowan, 1983), não leva em conta as diferenças de classe, poder aquisitivo e posição social entre as mulheres. Esse fato prejudicou a

percepção do significado dos conflitos entre mulheres e homens, com relação às mudanças nas hierarquias que determinam os padrões dominantes das relações de gênero nas famílias, e também afetou os padrões de inovação tecnológica para as tarefas do lar.

Recebido em maio de 1997.

Elizabeth Bortolaia Silva, pesquisadora sênior  
do Departamento de Sociologia e Políticas Sociais,  
University of Leeds, Inglaterra.

Tradução: Vera Pereira

### Bibliografia

- Akrich, M. (1992). "The description of technical objects". In: Bijker, Wiebe e Law, John (org.). *Shaping technology/ building society*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- American Consumer Reports (1988). "Microwave ovens". *Consumer Reports*, Boulder, Colorado: Consumers' Union, jan.: 8-15.
- \_\_\_\_\_. (1989a). "The micro-dome: not the way to put food by". *Consumer Reports*, Boulder, Colorado: Consumers' Union, set.: 549.
- \_\_\_\_\_. (1989b). "Microwave/convection ovens". *Consumer Reports*, Boulder, Colorado: Consumers' Union, set.: 580-6.
- \_\_\_\_\_. (1990). "Large microwave ovens". *Consumer Reports*, Boulder, Colorado: Consumers' Union, nov.: 733-7.
- Bijker, W., Hugues, T. e Pinch, T. (org.) (1989). *The social construction of technological systems*. Cambridge, Mass: MIT Press. (Primeira edição: 1987).
- Bijker, W. E. e Law, J. (org.) (1992). *Shaping technology/ building society*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Bosch (1985). *Operating instructions: microwave oven*. Berlim: Siemens AG. (Modelo HMG 2010/2210)
- \_\_\_\_\_. (1987). *Baking - roasting - grilling, plus microwaves instructions and recipes*. Berlim: Siemens AG. (Especialmente projetados para os lares britânicos).
- \_\_\_\_\_. (1995). *Microwave: the new way to cook*. Berlim: Siemens AG. (Traduzido por B. Jlling). (Primeira edição, em alemão: 1978).
- Bose, C. E. (1979). "Technology and changes in the division of labor in the American home". *Women's Studies International Quarterly*, n.2: 295-304.
- Bush, J. (1983). "Cooking competition: technology on the domestic market in the 1930's". *Technology and Culture*, 24 (2): 222-245.

- Callon, M. (1989). "Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis". In: Bijker, W.E., Hughes, T. e Pinch, T. (org.). *The social construction of technological systems*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Charles, N. e Kerr, M. (1988). *Women, food and families*. Manchester: Manchester University Press.
- Cockburn, C. e Fürst Dilic, R. (org.). (1994). *Bringing technology back home: gender and technology in a changing Europe*. Buckingham: Open University Press.
- Cockburn, C. e Ormrod, S. (1993). *Gender and technology in the making*. Londres: Sage.
- Corley, T.A.B. (1966). *Domestic electrical appliances*. Londres: Jonathan Cape.
- Cowan, R.S. (1976). "The 'industrial revolution' in the home: household technology and social change in the 20th Century". *Technology and Culture*, 17(1): 1-23.
- Cowan, R.S. (1983). *More work for mother: the ironies of household technology from the open hearth to the microwave*. Nova York: Basic Books.
- Crawford, Sir W. e Broadley, H. (1938). *The people's food*. (Relatório para o Inquérito Crawford).
- DeVault, M.L. (1991). *Feeding the family: the social organization of caring as gendered work*. Chicago: The University of Chicago Press.
- FRS – Family Resources Survey (1995). *Family Resources Survey Statistics Great Britain 1993/94*. Londres: Department of Social Security.
- GHS – General Household Survey (1995). *General Household Survey 1993*. Londres: HMSO. (Office of Population Censuses and Surveys).
- Giedion, S. (1948). *Mechanization takes command*. Oxford: Oxford University Press.
- Glucksmann, M. (1990). *Women Assemble – women workers and the New industries in inter-war Britain*. Londres: Routledge.
- Good Housekeeping* (1929). "Leave this oven to cook your meals – have more time with the children", set.: 144. (Anúncio do Wynsor Electric oven).
- Good Housekeeping* (1931). "... And I have to thank Triplex for my new evening gown ...". fev. (Anúncio do forno Triplex).
- Good Housekeeping* (1973). "Microwave is Cordon Bleu". set.: 47. (Anúncio da Sharp).
- Good Housekeeping* (1992). *Microwave handbook*. Londres: Ebury Press. (Primeira edição em 1982, The National Magazine Company Ltd.).
- Hughes, T. P. (1987). "The evolution of large technological systems". In: Bijker, W., Hughes, T. e Pinch, T. (org.). *The social construction of technological systems*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Latour, B. (1992). "Where are the missing names? The sociology of a few mundane artifacts". In: Bijker, W. E. e Law, J. (org.). *Shaping technology/building society*. Cambridge, Mass: MIT Press.

- Luxton, M. (1980). *More than a labour of love: three generations of women's work in the home*. Toronto, Ontario: The Women's Press.
- Mackenzie, D. e Wajcman, J. (org.) (1985). *The social shaping of technology: how the refrigerator got its bum*. Milton Keynes: Open University Press.
- Murcott, A. (1983). "Women's place: cookbooks' images of technique and technology in the British kitchen". *Women's Studies International Forum*, 6 (1): 33-39.
- Nilson, B. (1985). *The Penguin Cookery book*. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books. (Primeira edição, 1952).
- Ormrod, S. (1994). "Let's nuke the dinner: discursive practices in the creation of a new cooking process". In: Cockburn, C. e Fürst Dilic, R. (org.). *Bringing technology home*. Buckingham: Open University Press.
- Panasonic (1990). *Dimension 4: Cookery book*. Japão: Matsushita Electric Industrial Ltd. (800W series).
- PEP – Political and Economic Planning (1945). *The market for household appliances*. Londres: Oxford University Press.
- Radiation Ltd. (1927). *Radiation cookery book: for use with the Regulo New World Gas Cookers*. Birmingham: Radiation House.
- Revo Electric Co. Ltd. (1935). *Good things to cook and eat*. Tipton, Staffs: Revo.
- Roberts, E. (1988). *Women's work, 1840-1940*. Londres: Macmillan. (Studies in Economic and Social History).
- Scott, J.W. (1988). *Gender and the politics of History*. Nova York: Columbia University Press.
- Scranton, P. (1995). "Determinism and indeterminacy in the history of technology". In: Smith, Merritt Roe e Marx, Leo (org.). *Does technology drive History? The dilemma of technological determinism*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Stanely, L. (1995). "Women have servants and men never eat: issues in reading gender, using the case study of Mass-Observation's 1937 day-diaries". *Women's History Review*, 4 (1): 85-102.
- Thrall, J. (1978). "The conservative use of modern household technology". *Technology and Culture*, 23 (2): 175-194.
- Vanek, J. (1978). "Household technology and social and social status: rising living standards and status and residence differences in housework". *Technology and Culture*, 19 (3): 361-75.
- Which?* (1994a). "Microwave ovens – the facts on safety". Londres: Consumer's Association. jan.: 46-50.
- Which?* (1994b). "Quick-cooking microwaves". dez.: 50-53.



**pagu**  
núcleo de estudos de gênero

## CADERNOS PAGU

### LANÇAMENTOS

**CADERNOS PAGU Nº 10 – 1998**  
“gênero, tecnologia e ciência”  
editora: Elizabeth Bortolaia Silva

**CADERNOS PAGU Nº 8/9 – 1997**  
“gênero, narrativas, memórias”  
editora: Adriana Piscitelli

### NÚMEROS PUBLICADOS

**CADERNOS PAGU Nº 6/7 – 1996**  
“raça e gênero”  
editora: Suely Kofes

**CADERNOS PAGU Nº 5 – 1995**  
“situando diferenças”  
editora: Susana Maria Moreira

**CADERNOS PAGU Nº 1 – 1993**  
“de trajetórias e sentimentos”  
editora: Mariza Corrêa

| CADERNOS     | INDIVIDUAL | INSTITUCIONAL | COMO ENVIAR SUA SOLICITAÇÃO                                                                          |
|--------------|------------|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 e 5        | 10,00      | 15,00         | Cheque nominal a FUNCAMP                                                                             |
| 6/7,8/9 e 10 | 15,00      | 18,00         | <b>Separadamente relacionar:</b><br>nome, endereço, cidade, estado,<br>cep, fone e o número desejado |

**pagu-núcleo de estudos de gênero-ifch-unicamp**

caixa postal 6110 - barão geraldo  
campinas-sp - brasil - cep: 13081-970  
fone: (019) 788.7873 - fax: (019) 289.4309  
e-mail: paguunicamp@hotmail.com

## Inovação industrial em eletrodomésticos: concepção de uso e concepção de produção

*Danielle Chabaud-Rychter*

### Resumo

Neste artigo, analisa-se a questão da inovação numa empresa francesa de eletrodomésticos, onde a autora seguiu em tempo real os processos de concepção e de fabricação do processador automático de alimentos. São discutidos dois aspectos do trabalho de inovação. Em primeiro lugar, demonstra-se como os inovadores concebem os processadores e, no curso desse trabalho, constroem representações heterogêneas das usuárias, inscrevendo, nos aparelhos que concebem, diferentes modos de prescrição do seu uso. Em segundo lugar, analisa-se a modificação do processo de produção de uma nova gama de processadores e as transformações no trabalho dos operários da montagem.

*Palavras-chave:* indústria de eletrodomésticos; concepção de produtos e concepção do processo; relações entre responsáveis pela concepção e usuários.

This article analyzes the innovation issue in a French household appliance industry, where the author observed the conceptualization and manufacture of an automatic food processor in real time. Initially, the article shows how the designers conceive the food processors and in doing so how they construct heterogeneous representations of the women who will use them, inscribing in their design different prescribed forms of use. Secondly, the article analyzes the transformations in the production process with the introduction of a new line of food processors, showing the changes faced by assembly line workers.

*Keywords:* household appliance industries; product innovation; producer-consumer relations.

Este artigo apresenta uma investigação sobre as relações entre inovação industrial e o mundo doméstico em uma empresa francesa de pequenos eletrodomésticos. Nessa empresa, que fabrica utensílios multifuncionais automáticos de cozinha, pode seguir em tempo real, ao longo da investigação, os processos, de concepção e fabricação de vários produtos.<sup>1</sup>

Enfocam-se dois aspectos do trabalho de inovação: a concepção de aparelhos para usos domésticos e para o aparato de produção. Na primeira parte, seguindo o trabalho realizado nos textos precedentes, demonstrarei como os inovadores, ao longo do trabalho de concepção

<sup>1</sup> Dessa pesquisa resultaram várias publicações sobre diferentes aspectos do trabalho de inovação, alguns dos quais são objeto do presente artigo. Um primeiro texto (Chabaud-Rychter, 1994a) versava sobre três modos de construção das usuárias, no curso do trabalho de inovação: a produção, pelo *marketing*, de conhecimentos que dizem respeito às usuárias por meio de métodos formalizados; a construção produzida pelos inovadores, na medida em que eles trabalham sobre os dispositivos do aparelho destinados ao uso; e, enfim, a que se realiza no momento em que as mulheres são postas em cena como “verdadeiras usuárias” nos testes de utilização realizados pela empresa. Um segundo texto (Chabaud-Rychter, 1994b),

dos aparelhos automáticos para o uso, levam em conta os destinatários – usuários(as) e consumidores(as) – de seus produtos e constroem representações a seu respeito. Não há uma representação unificada; ao contrário, há representações múltiplas e heterogêneas desses destinatários, variáveis segundo os atores e suas funções no processo de concepção e segundo os diferentes momentos desse processo. Os “métodos” pelos quais se constroem essas representações são, também, variáveis e heterogêneos. Algumas representações são construídas através de procedimentos de pesquisa codificados, destinados a produzir conhecimentos sobre os usuários e suas práticas culinárias; outras se constituem ao longo das atividades dos responsáveis pela concepção, a partir de sua experiência prática. Algumas representações são registradas em documentos, como os perfis produzidos por escrito pelo *marketing*, outras se transmitem por trocas de palavras durante reuniões de trabalho. Enfim, elas se diferenciam ainda pelo fato de que algumas são sexuadas e outras não. Com efeito, as representações sobre os(as) usuários(as) são situadas, isto é, são estreitamente ligadas ao contexto local das diferentes atividades de concepção nas quais, ou pelas quais, elas se constituem, de modo que, no quadro dessas atividades, o sexo dos usuários nem sempre é pertinente. Este é um dos elementos que tentarei explicitar nesta parte.

Conceber os objetos técnicos, no sentido do seu uso, é também conceber as ações das pessoas que os utilizam. Coloca-se, então, a questão dos modos de prescrição de uso que os inovadores inscrevem nos objetos e na literatura que os acompanha (informações, instruções para manuseio, livros de receitas etc.) e da forma como são utilizados.

Na segunda parte, tratarei da concepção dos produtos pelo aparato de produção assim como de certos aspectos da concepção do processo: a modificação da linha de montagem para a fabricação de uma nova gama de processadores automáticos. Na verdade, toda inovação de

partindo do fato de que os aparelhos automáticos de cozinha são objetos concebidos para realizar tarefas de preparação culinária cotidiana, como moer, ralar, picar e misturar alimentos, tratou dos diferentes modos de formalização dessas práticas domésticas pelos responsáveis pela concepção, para torná-los compatíveis com a produção dos aparelhos industriais. Assim, foram evidenciados diversos processos pelos quais a experiência da prática doméstica é traduzida em linguagem científica e técnica, no sentido de se tornar legível e manipulável no mundo industrial. Um terceiro texto (Chabaud-Rychter, 1995) abordou o processo de inscrição, por parte dos inovadores, de uma dicotomia entre os dispositivos destinados ao uso, tais como os comandos, os acessórios, as marcações e aqueles que asseguram o funcionamento dos aparelhos na qualidade de máquinas – a energia, a motorização, os mecanismos, os controles eletrônicos. Os primeiros são colocados à disposição dos usuários e trabalhados nesse sentido, os segundos são fechados nos invólucros, inacessíveis aos usuários tanto física quanto intelectualmente. Os inovadores inscrevem, assim, nos objetos técnicos, a divisão do trabalho e das competências entre a indústria e o doméstico.

produto gera modificações na produção: transformações nos instrumentos, na organização das linhas de montagem e no trabalho dos operadores e operadoras. Mas não se trata de renovar o equipamento industrial e a organização da produção de alto a baixo em função de cada novo lançamento, tanto mais que, nos pequenos eletrodomésticos, como em todas as indústrias de bens de consumo, a diversificação e a renovação dos produtos se aceleram continuamente. Por consequência, a concepção dos produtos, em função do processo existente, e a das transformações do processo para a fabricação de outros novos caminham juntas. Ambas dizem respeito muito particularmente às operárias que fazem a montagem dos utensílios automáticos. Os objetos a serem montados, os instrumentos e os gestos definidos pelos métodos são canais pelos quais a prescrição de suas atividades é exercida. Ver-se-á como trabalham as operárias em uma empresa que, em certa medida, reconhece o irrealismo da organização taylorista.

Por fim, algumas pistas de pesquisas serão propostas a título de conclusão, no sentido de desenvolver a análise das relações das mulheres com as técnicas, no trabalho doméstico e no trabalho industrial.

Na empresa estudada, cada projeto de um novo produto está sob a responsabilidade de uma equipe constituída por engenheiros e técnicos de pesquisa e desenvolvimento, do setor de métodos e industrialização, do laboratório de qualidade, do pessoal de *marketing* e de *design*. É este conjunto de atores, todos do sexo masculino, no que se refere aos projetos que acompanhei, que eu chamo de inovador ou responsável pela concepção.

Um processador automático multifuncional é um aparelho que efetua mecanicamente várias tarefas da preparação culinária. Em primeiro lugar, estão aquelas que dizem respeito a cortar alimentos: moer, fatiar, ralar. Essas funções são realizadas por lâminas de diferentes formas, que, acionadas por um motor, giram em um recipiente em forma de cilindro. A essas funções de base, os industriais foram progressivamente acrescentando outras: de acordo com os modelos, os processadores automáticos trabalham as massas, batem as claras em neve e o creme de leite fresco em *chantilly*, emulsionam a maionese por meio de diferentes tipos de discos ou de hastes. Outros acessórios permitem extrair o suco das frutas ou dos legumes por centrifugação. Esses aparelhos são explicitamente concebidos para serem utilizados por mulheres na sua cozinha, como testemunham os múltiplos testes de “consumidores” para os quais o *marketing* apela às mulheres do público em geral.

### A concepção de uso e de usuárias

A concepção dos processadores automáticos em relação às usuárias pode ser analisada em dois níveis: da utilidade dos objetos e da sua

possibilidade de uso. Os inovadores, buscando criar aparelhos úteis, se perguntam sobre as necessidades e práticas das mulheres e empregam diversos processos para conhecê-las. Cabe essencialmente ao *marketing* produzir esses conhecimentos.

### *A utilidade dos produtos*

A estratégia de inovação, que consiste principalmente em diversificar os processadores automáticos, especialmente em função da diversidade de gamas dos aparelhos propostos em relação ao número e à natureza dos acessórios, torna necessário especificar populações alvo e necessidades e, desta forma, estudar as características das consumidoras e das usuárias. Na definição das populações alvo e das necessidades, o *marketing* utiliza os conhecimentos fundados nas estatísticas de evolução dos dados sociodemográficos e das práticas. Assim, na produção do perfil de um processador automático de dimensões muito pequenas, com várias funções, consideram-se a diminuição do número de pessoas por domicílio, a "desestruturação" das refeições, a atividade profissional das mulheres (que devem economizar tempo na preparação das refeições). Faz-se, também, referência aos conhecimentos advindos dos repetidos estudos de *marketing*: sabe-se, deste modo, que as mulheres querem utensílios pouco volumosos e fáceis de limpar. Por fim, para explorar as necessidades, realizam-se estudos específicos, tanto em diferentes países, para discernir as práticas da preparação alimentar, quanto ainda junto às usuárias de processadores automáticos, para conhecer as funções de que se utilizam e para quais procedimentos. Mas, por mais específicos que sejam os estudos, são as características comuns ao maior número possível de mulheres que são pesquisadas: não se trata, de fato, de responder às necessidades individuais singulares, mas de detectar os segmentos de mercado.

A utilidade para as usuárias é traduzida, no trabalho de concepção, nos termos das funções dos aparelhos. E estas, quando se trata dos processadores automáticos de cozinha, estão estreitamente ligadas ao conhecimento das práticas domésticas de preparação de alimentos. De fato, a definição das funções é baseada nos diferentes atos da preparação culinária – a operação delas pelo processador automático corresponde a uma transposição de atividades que as mulheres realizam, na sua cozinha, com a ajuda de utensílios manuais (facas, colheres, raspadores, raladores de legumes etc.) ou de utensílios eletromecânicos (batedeiras e máquinas de moer manuais) que funcionam segundo princípios diferentes dos do processador automatizado. Ele não cria propriamente atividades novas, como, por exemplo, o vídeo, antes do qual o registro e a conservação doméstica

das emissões de televisão ainda não existiam. Nas definições das funções dos processadores, ao contrário, compila-se um inventário das práticas culinárias e dos modos de preparação dos alimentos que lhes são pertinentes. Os homens de *marketing* constituem parcialmente esse inventário a partir de sua própria experiência quotidiana de consumidores de cenouras raladas, de sopas ou de carne moída, de observadores de mulheres de seu meio familiar, no trabalho da cozinha e (algumas vezes) de suas próprias atividades culinárias. Eles igualmente conduzem ou subcontratam pesquisas que solicitam às mulheres a descrição de receitas e a maneira como as realizam. Ou ainda pesquisas que, com uma abordagem mais diretamente operacional, apresentam as idéias dos acessórios sob a forma de descrição ou de maquete, perguntando às entrevistadas se eles teriam despertado seu interesse ou se os comprariam. O *marketing* constitui, assim, associando os métodos da ordem do senso comum e os métodos de pesquisa mais formalizados, um inventário descritivo das práticas de preparação culinária.

Em seguida ao lançamento de um novo projeto, o *marketing* fornece aos engenheiros e aos técnicos um perfil produzido sobre o aparelho a conceber. O produto-perfil opera estabelecendo relações entre as características dos consumidores e das usuárias com aquelas que o aparelho que lhes é destinado deverá ter. Assim, no perfil de um processador automático de pequena dimensão, os destinatários deste são considerados, sucessivamente, em diferentes estágios: população alvo, beneficiário, operador, proprietário.<sup>2</sup> O estágio de beneficiário, por exemplo, traduz-se através de duas categorias de necessidade – "o prazer de consumir os pratos" e "a cultura" (consumir os pratos que correspondem à tradição do país) –, às quais são associadas duas listas de pratos que o aparelho deverá permitir realizar. Trata-se, neste produto-perfil, de configurar, explicar e justificar as características do objeto pelo saber sobre o mercado e sobre os consumidores. O desdobramento das figuras do consumidor garante que nenhuma propriedade do objeto demandado pelo *marketing* seja gratuita.

O produto-perfil demonstra que não é somente para a usuária que o aparelho é concebido, mas para uma entidade "consumidora", com geometria e sexo variáveis segundo o estágio ou a figura considerada. A população alvo é, assim, constituída de mulheres e definida por características muito gerais: "as mulheres modernas ou tradicionais, preocupadas com o problema do tempo na preparação quotidiana das refeições". O beneficiário é o conjunto da família que consome os

<sup>2</sup> Aqui, encontra-se um desdobramento documentado de alguns dos diferentes estágios do usuário, cuja proliferação mal controlada Alric e Boullier (1989) descreveram e analisaram em outros processos de inovação.

alimentos preparados. O proprietário é vago: é o usuário(a) ou, antes, a unidade doméstica? O operador não é sexuado, embora sejam sempre as mulheres, nos testes de *marketing* pelo menos, que são chamadas para validar a concepção dos aparelhos. Essa forma não sexuada do operador está ligada à “teoria” cognitiva implícita que é subjacente ao trabalho feito pelos inovadores sobre as partes do aparelho destinadas ao uso, como veremos adiante.

### *A possibilidade de uso dos produtos*

O inovador deve não apenas conceber um objeto técnico que preencha algumas funções, mas utilizável. Uma boa parte de sua atividade consiste, portanto, em trabalhar o uso do processador automático no duplo sentido das características que o tornam utilizável, como, por exemplo, os comandos, as hastes, a montagem dos diferentes acessórios e as ações – seqüências de gestos e “conceitualizações” – que as usuárias deverão empregar para fazê-lo funcionar. Aqui é a usuária, mais que o consumidor de alimentos preparados pelo processador automático, que está no centro do trabalho dos responsáveis pela concepção. Quanto ao uso, entram tanto as primeiras utilizações e a relação com o modo de uso, a montagem do aparelho e dos seus acessórios, a execução das diversas funções, quanto a desmontagem, a limpeza e a possibilidade de acomodação. O objetivo do inovador é, em primeiro lugar, conceber uma utilização simples, eficaz, agradável e sem perigo; em seguida, vêm as preocupações com o estilo – se é que é possível fazer esta afirmação – que se traduzem, por exemplo, nas contravérsias e escolhas relativas aos comandos: quando se adota um botão que gira, escolhe-se a analogia com as máquinas mais antigas, com o sentido dos ponteiros de um relógio, e o uso é inscrito, então, nos hábitos; se a opção for por toques que devem ser apertados ou, melhor ainda, levemente digitados, seu manuseio inscreve-se na modernidade.

Conceber o uso é, também, conceber o “*affordance*” do objeto.<sup>3</sup> Utilizo esta expressão de acordo com a definição de Donald A. Norman (1990: 9): “O termo *affordance* faz referência às propriedades percebidas e efetivas do objeto e, em primeiro lugar, a estas propriedades fundamentais que determinam como um objeto poderia ser bem utilizado (...) *Affordances* fornecem índices poderosos do funcionamento das coisas. As placas sobre as portas são feitas para empurrar.

3 Não existe equivalente em francês para *affordance*. Utilizando o termo inglês, estou de acordo com o uso estabelecido pelos pesquisadores franceses que trabalham sobre este tema (cf. *Raisons Pratiques*, nº 4, 1993, sobre “Os objetos na ação”).

Os botões, para serem girados. As fendas, para que nelas se insiram objetos. Os recipientes, para serem desencaixados. Quando o responsável pela concepção tira partido de *affordances*, o usuário, apenas pelo olhar, sabe o que fazer: nenhum desenho, nenhuma notação, nenhum modo de uso se faz necessário. Os objetos complexos podem precisar de explicações, os objetos simples não deveriam requerê-las”.<sup>4</sup> O objeto deve dizer, por suas características visíveis, para que serve e como é possível utilizá-lo. *Affordance* é a informação sobre o uso, inscrita na forma das coisas, o guia de ação do objeto para o usuário. Um dos principais problemas dos processadores automáticos é o grande número de acessórios: há praticamente um diferente para cada função (por exemplo, um disco específico para cada calibre de moagem). O trabalho do inovador sobre o *affordance* persegue, então, dois objetivos: tornar a função de cada acessório visualmente identificável e guiar as operações de montagem pelas formas das diferentes peças a reunir. A função dos discos raladores é imediatamente identificável porque eles reproduzem os furos, de bordas salientes e cortantes, que já existem nos raladores manuais. São, assim, identificados por analogia com objetos já longamente integrados nas práticas culinárias domésticas. Pela mesma razão, compreende-se imediatamente que as bordas salientes dos furos devem entrar em contato com as cenouras que serão passadas pelo tubo; assim, o sentido da montagem dos discos é evidente. O essencial, nas ações de montagem dos recipientes e acessórios, é encaixar as formas macho com as formas fêmea. A funcionalidade dessas diferentes formas é claramente visível e elas guiam a própria ordem dos encaixes, de modo que quem monta o aparelho não tem necessidade de memorizá-las. Assim, basta montar o processador automático uma vez, com a ajuda das instruções de uso. Depois, é a forma das peças que fará a usuária recordar a sucessão das operações. Aqui, como afirma Norman, o inovador opera uma distribuição do conhecimento, ou da informação, entre a máquina e a usuária: as formas que a ensinam sobre a utilidade dos acessórios e como manuseá-los são depositárias de uma boa parte do saber necessário ao uso. O *affordance* designa propriedades dos objetos que se oferecem à percepção e à interpretação, na ação de uso que se realiza, ou que está prestes a se realizar. Para trabalhar essas pro-

4 “The term *affordance* refers to the perceived and actual properties of the thing, primarily those fundamental properties that determine just how the thing could possibly be used. A chair affords (‘is for’) support and, therefore, affords sitting. A chair can also be carried. Glass is for seeing through and for breaking... *Affordances* provide strong clues to the operations of things. Plates are for pushing. Knobs are for turning. Slots are for inserting things into. Balls are for throwing or for bouncing. When *affordances* are taken advantage of, the user knows what to do just by looking: no picture, label or instructions is required. Complex things may require explanation, but simple things should not.”

priedades do objeto, diferentes atores do grupo de concepção são levados a situar a si próprios no quadro dessa ação. É o que fazem quando, no seu trabalho e, de modo particular, no curso de suas reuniões em comum, manipulam estes objetos: os processadores automáticos de marcas concorrentes, os da empresa, as maquetes estéticas fornecidas pelo *designer*, os protótipos funcionais. Os objetos passam de mão em mão e todos simulam o uso, testando sua ergonomia. Observam-se e põem-se à prova os mínimos detalhes.<sup>5</sup> Durante essas manipulações, os responsáveis pela concepção colocam-se no lugar das usuárias. Eles mesmos fazem os gestos do uso, experimentam, testam, mimetizam; em resumo, recorrem ao seu próprio corpo, aos seus próprios julgamentos sobre a qualidade da adequação do objeto ao uso. É a partir dessa experiência que os que concebem constroem as propriedades do objeto que vão constituir seu *affordance*. Essa experiência, no entanto, é ambígua: ela supõe uma identificação com as usuárias na relação com o objeto, mas, ao mesmo tempo, quando os que concebem utilizam-se de seu próprio corpo (gestos, sensações, julgamentos) no lugar daquelas tende a transformar a relação entre o objeto e a usuária em uma relação entre objeto e indivíduo responsável pela concepção. Isso é absolutamente visível nos momentos em que se articula, com eficácia particular, o domínio da profissão e da criatividade, nas situações em que se inventa o produto "para se comprazer". Nesses momentos, quando os atores manipulam e fazem funcionar os protótipos, por assim dizer, esse processo acontece espontaneamente. A usuária desaparece e tudo se passa no interior da relação do objeto com aquele que o concebe.

No trabalho dos inovadores sobre o *affordance* dos objetos e na maneira pela qual conduzem esse trabalho, não há referência ao sexo das usuárias. O processo de identificação com as usuárias, com a sua ambigüidade, funda-se na possibilidade de intercâmbio entre elas (feminino) e o responsável pela concepção (masculino), no ato de utilização do processador automático e no interior da percepção de suas características. Isso, porque ambos partilham de uma cultura comum, na qual os objetos técnicos proliferam na vida quotidiana, na qual a forma de racionalidade posta em prática no seu uso é partilhada por todos e por todas. Essa possibilidade de intercâmbio assenta-se, finalmente, sobre a reciprocidade das perspectivas no mundo social quotidiano, em virtude da qual, implicitamente, cada um atribui a outros, tal como se lhe apresentam, a capacidade de uma apreensão prática das coisas semelhante à sua (Schultz, 1987). Aqui, o sexo não é pertinente, porque o pano de fundo do processo de identificação é a comunidade social humana de homens e mulheres e não a diferença entre os sexos.

<sup>5</sup> Sobre o papel das manipulações na percepção do *affordance*, ver Michel de Fornel (1993).

### A incerteza dos inovadores relativa ao uso e a prescrição das atividades das usuárias

Os inovadores constroem múltiplos meios para conhecer os usos dos aparelhos. Esses meios vão das suas próprias experiências de manipulação dos objetos, nas quais colocam-se na posição de usuá-rios(as), até os testes que o *marketing* faz junto às mulheres em geral, passando por outros, numerosos, na fábrica, realizados por técnicos do laboratório, do serviço de qualidade ou ainda por operárias trazidas das seções (Chabaud-Rychter, 1994a). Entretanto, resta uma incerteza irreduzível, que diz respeito aos usos. Ela é constitutiva da ação, já que toda ação se constrói durante o seu próprio curso, em interação com o seu ambiente e seu contexto social. Lucy Suchman (1987) utiliza a expressão "ação situada". Essa expressão sublinha a idéia de que cada curso da ação depende essencialmente de suas circunstâncias materiais e sociais. Trata-se de estudar como as pessoas utilizam estas circunstâncias para realizar ações inteligentes, mais do que abstrair a ação de suas circunstâncias e de representá-la como um plano racional.<sup>6</sup>

A incerteza relativa aos usos tem uma outra dimensão, menos microsociológica, que se refere ao fato de que as relações com os objetos, a forma de utilizá-los, estão inseridas nas práticas que abrangem o indivíduo e sua história, a maneira como ele foi construído e como edificou suas relações com os outros e com o mundo (Berg, 1994; Turkle, 1986; Kufmann, 1992). Elas o abrangem, portanto, enquanto indivíduo sexuado. O conhecimento do âmbito das práticas individuais é inacessível para os inovadores. Além disso, não lhes é pertinente, já que concebem objetos para serem produzidos de modo idêntico para um grande número de indivíduos. A padronização dos produtos não é compatível com a consideração daquilo de pessoal que o uso possui. Os inovadores apóiam-se justamente sobre aquilo que são as práticas comuns a todos os usuários ou, ao menos, a grupos daqueles suficientemente numerosos para constituir mercados. Mas, mesmo no âmbito de práticas sociais, a incerteza ainda permanece. Precisamente neste caso, um dos fatores de incerteza diz respeito ao fato de que os inovadores são homens que concebem aparelhos que serão utilizados por mulheres, no trabalho doméstico. Ora, trata-se de um campo de práticas que eles conhecem essencialmente do exterior, por observação, por reconstrução, em função das necessidades da inovação, algumas vezes por participação, mas sempre como sendo de domínio específico das mulheres.

<sup>6</sup> "That term underscores the view that every course of action depends in essential ways upon its material and social circumstances and represent it as a rational plan, the approach is to study how people use their circumstances to achieve intelligent action."

Essa incerteza dos inovadores quanto ao uso dos aparelhos – que se manifesta pela multiplicação dos testes de utilização, pela busca perpétua dos “verdadeiros” usuários e usuárias (Woolgar, 1990; Chabaud-Rychter, 1994a), os únicos capazes de conferir validade à inovação – leva-os, segundo o caso, a canalizar ou a impedir a ação dos usuários pelos dispositivos prescritivos, ou a conceber usos abertos. No primeiro caso, o que se tem em mira é uma redução da incerteza; no segundo, a incerteza é aceita e integrada como um elemento positivo na concepção do artefato. Os dois podem coexistir em um mesmo objeto. Assim, inúmeras características dos objetos são concebidas de modo a serem “à prova de idiotice” (*idiot proof*), isto é, à prova de usos inesperados: trata-se de inventar dispositivos que impeçam o usuário de atentar contra a integridade da máquina e expor a si próprio ao perigo. A segurança dos usuários e das máquinas constitui os argumentos utilizados pelos responsáveis pela concepção para justificar o enclausuramento dos dispositivos de funcionamento (motor, redutor, placa eletrônica etc.) fora do alcance dos utilizadores. Este enclausuramento, no caso dos processadores automáticos observados, é aquilo que há de mais palpável: os invólucros são fechados por parafusos com cabeça em estrela, para os quais não podem ser encontradas chaves de fenda adequadas no mercado. Além do mais, as garantias dos produtos só são válidas se esses invólucros não forem abertos (Woolgar, 1990; Chabaud-Rychter, 1995). Um dos meios de controlar a ação dos usuários e usuárias é subtraí-la e conferi-la às máquinas. Daí, o objetivo permanente dos inovadores de aumentar a automatização dos utensílios.

Mas, paralelamente a esses dispositivos que prescrevem a ação dos usuários(as), ou a impedem, ou, ainda, substituem-na, há outros que permitem utilizações que apelam a competências e a escolhas. Assim, o comando de velocidade variável confere à usuária o processo mental e sensorial de relacionar as matérias a serem tratadas com o tipo de tratamento (moer, ralar, misturar etc.) e com a velocidade de rotação das lâminas, processos estes adquiridos por aprendizagem.

Por outro lado, os usos que, no registro das possibilidades de utilização (da manipulação) das máquinas, estão fechados podem combinar com os usos abertos, no registro da utilidade (das práticas). Um bom exemplo disso é o telefone, cujo uso associa seqüências de ações simples e fortemente determinadas (tirar o fone do gancho, identificar a tonalidade, digitar um número sobre um teclado etc.) com uma grande liberdade nas práticas de comunicação. A história do telefone mostra, entretanto, que, no primeiro momento, os responsáveis pela concepção tentaram reservar seu uso às comunicações profissionais e às comunicações domésticas, limitadas à gestão doméstica e às urgências. “Os primeiros engenheiros americanos do telefone tentaram formalizar sua visão do quadro de uso nas instruções

exibidas na capa dos anuários telefônicos, que enunciavam com precisão que as comunicações deviam ser curtas para não impedir as chamadas prioritárias destinadas ao mundo dos negócios” (Flichy, 1995: 216). “Desde o começo, porém, os usuários e, particularmente, as mulheres conferiram uma grande importância ao telefone como instrumento de sociabilidade, servindo-se dele intensivamente para conversar e marcar visitas, organizar sua vida social e alargar as fronteiras geográficas de suas articulações sociais. Mas esses usos foram considerados frívolos e insignificantes e ativamente desencorajados pela indústria”<sup>7</sup> (Bergman *et al.*, 1995: 5).<sup>8</sup>

Os inovadores tentam permanentemente inscrever cenários de uso nos objetos técnicos e nas instruções, modos de uso e outros documentos anexos. Por exemplo, o fato de as garantias serem válidas somente se os aparelhos não forem abertos pelos usuários contribui para a imposição de um uso totalmente instrumental dos aparelhos: pode-se adquirir um domínio prático utilizando-os para tarefas para as quais são “programados”, mas impede-se o domínio técnico a seu respeito. Um outro exemplo são os livros de receitas fornecidos com os utensílios automáticos de cozinha, os quais visam padronizar as práticas culinárias para alinhá-las com o uso destes. Com efeito, as receitas preconizadas são aquelas a partir das quais os técnicos estabeleceram as melhores performances dos aparelhos. Mas os usos reais dos objetos técnicos separam-se largamente dos cenários em que os inovadores os inscreveram (ver especialmente Akrich, 1987 e 1993; Thévenot, 1994; Dodier, 1994-95). O uso “despadroniza” os objetos, afasta-os do estado de novos – quando eles são, em princípio, todos idênticos –, do estado de produtos industriais, e lhes imprime uma marca. À medida que as mulheres utilizam apenas certos acessórios dos processadores, somente estes são usados, somente estes se transformam pelo uso, os demais desaparecem no fundo de um armário e deixam de fazer parte do aparelho. As seqüências de gestos previstos pelo inovador podem entrar em curto-circuito, uma vez simplificadas pela usuária. Alguns comandos (o botão de impulsos, por exemplo) podem ser utilizados do modo como se prefere etc. A usuária tem seu próprio modo de manipulação do objeto e cria, ao longo do uso, suas próprias referências sensoriais em relação àquelas inscritas pelo inovador no seu trabalho sobre os *affordances*. O aparelho apropriado

7 “...from the beginning users, particularly women, attached great importance to the telephone as a social instrument. They used it intensively for chatting and visiting, for organising their social life and for enlarging the geographical boundaries of their social networks. However, these uses were considered to be frivolous and trivial, and were actively discouraged by the industry.”

8 Ver também Martin (1991) e Ficher (1992)

pela usuária não é mais aquele concebido pelo inovador; ele se torna o produto duplo do trabalho do inovador e do trabalho da usuária.

### A concepção para a produção

Os produtos novos são concebidos de modo indissociável para o mercado e para a produção. A forte segmentação do mercado e a rotação rápida dos produtos, para as quais a empresa estudada tem uma contribuição nada negligenciável, se traduzem por uma produção flexível, capaz de gerar um grande leque de produtos diferentes e de renovações freqüentes. Essa flexibilidade supõe uma mão-de-obra polivalente, sobretudo na montagem, capaz de passar de um produto a outro e de um tipo de posto de trabalho a outro, sem diminuir o rendimento. Ela pressupõe, também, que sejam muito rápidas as mudanças de fabricação: novos ajustes das máquinas, modificações de postos, substituições de ferramentas por outras. Naquela empresa, no interior de uma linha de montagem, fixa-se o tempo de mudança de fabricação em menos de dez minutos. Para que a polivalência das operárias e a rapidez das mudanças de fabricação possam entrar em operação, é necessário que haja poucas diferenças na montagem dos diversos modelos, tanto do ponto de vista das ferramentas a ajustar, quanto no que se refere ao escopo da montagem. Isto quer dizer, igualmente, poucas diferenças na concepção dos produtos. Para assegurar a *flexibilidade* da produção, assegura-se uma padronização máxima das peças e dos modos operatórios. Os industriais permanecem, portanto, nas famílias de produtos, e concebem o escopo no interior do qual os produtos se diferenciam por variantes de um modelo de base, cuja realização exige apenas poucas modificações no processo.

A principal linha de inovação, em matéria de processadores, é acrescentar novas funções por meio de novos acessórios e de variações de sua velocidade de rotação, a partir de um princípio de base: a rotação de uma lâmina cortante em um recipiente, inventada no início dos anos 60. A definição do espectro de diversificação de processadores segue esta mesma lógica – diferenciam-se os modelos principalmente pelos acessórios com os quais são equipados. A gama dos processadores cujo desenvolvimento acompanhei compõe-se de um modelo dito de base, com acessórios que asseguram as funções que se tornaram clássicas (isto é, aquelas que todos os produtores de processadores propõem: moer, picar, ralar, bater, trabalhar as massas), um modelo com misturador, um com acessório de aquecimento e um outro com uma balança. A unidade da gama é dada pelo desenho e pelo sistema de moto-redução a que ela está ligada: ele permite a localização horizontal do motor e, assim, conferir ao invólucro uma forma achatada, enquanto os processadores anteriores tinham **uma forma em I**,

com o bloco motor contendo um motor vertical localizado à esquerda. De um modelo para outro, poucos elementos variam. O vasilhame e os acessórios para as funções de base continuam os mesmos; os três modelos – com o misturador, o acessório de aquecimento e com a balança – têm um desenho quase idêntico. Variam apenas as partes funcionais destinadas aos acessórios específicos. Para cada modelo de toda a gama, o inovador só trabalha sobre uma parte do aparelho e sobre os dispositivos que permitem a integração, ou a associação de cada parte do conjunto àquilo que é comum a todos os demais.

Se uma gama de aparelhos é explicitamente concebida como uma “declinação” de modelos a partir de um aparelho de base, praticamente todas as outras situações de inovação retomam elementos, mais ou menos importantes, de produtos já fabricados pela empresa. Em primeiro lugar, as próprias gamas são mais freqüentemente concebidas como renovações de produtos e de gamas de produtos já existentes. Uma renovação pode ir de uma nova maquiagem, com uma simples transformação das marcações e das cores, à “reconcepção” de vários elementos e criação de acessórios que ainda não existiam, não somente na empresa, mas no mercado. A gama de processadores achatados descritos acima é definida pela empresa como uma outra, renovada. O trabalho de inovação quanto ao modelo de base voltou-se para a motorização e para o *design*. O resto, isto é, as funções e os acessórios para realizá-las, foi uma reprodução do modelo anterior, que estava à venda no mercado no momento em que foi lançado o novo projeto e também durante os dois anos em que se deu o seu desenvolvimento.

### Concepção do produto para a montagem

A produção dos processadores efetua-se em três seções: na de plásticos, onde são moldadas todas as peças de material plástico não compradas de terceiros, na de fabricação dos motores e na de montagem. Analisaremos aqui apenas a seção de montagem, na qual persiste uma larga porção de trabalho manual, só emprega mulheres, com exceção do ajustador, do funcionário do almoxarifado, que provê os postos, e o contramestre. Os técnicos do setor de métodos trabalham paralelamente e em colaboração com os responsáveis pela concepção dos produtos, na transformação do processo, isto é, das ferramentas, dos postos e modos operatórios para os novos produtos. A concepção do processo está estreitamente ligada à do produto. Esses técnicos são levados a intervir na concepção dos produtos para ajustá-la aos imperativos da produção. Assim, todas as peças que constituem o processador são trabalhadas para a produção e suas formas, em particular, para a montagem. Os técnicos do setor de métodos, que definem os postos de trabalho e estabelecem os movimentos que as operárias deverão realizar,

procuram a simplicidade e a ergonomia nas seqüências de montagem. Tendo em vista que o objetivo é a redução do tempo de montagem, eles buscam os gestos inúteis, que fariam perder tempo, ou muito restritivos, que impediriam as operárias de manter o ritmo durante todo o dia. Ora, os gestos da montagem estão ligados à forma das peças e à maneira como devem ser reunidas. Esses técnicos intervêm, portanto, no processo de concepção, na medida em que julgam que é possível melhorar a montagem (e reduzir seu custo) transformando ou suprimindo peças, tal como revela um técnico em métodos (entre a primeira e a segunda codificação): "Tenta-se sempre reduzir, portanto tenta-se questionar de novo, ver com o SE [setor de estudos], dizer-lhe: 'talvez seja o caso de tentar melhorar isto, já que ali vocês põem um prendedor sobre uma rosca, porque vocês não têm uma sustentação diretamente sobre o eixo de rotação, seria possível economizar o prendedor e a rosca e mais a colocação do prendedor sobre a rosca (...) se vocês me põem isto assim, pode-se evitar uma ou duas peças, ou isto nos evita voltar à montagem'. Bom, tenta-se ver, com o SE, as possibilidades de execução. Portanto, eles nos dão eventualmente sua concordância e, eventualmente, depois, no âmbito dos investimentos, tenta-se ver também se é possível melhorar a montagem etc. já que, diminuindo eventualmente o custo, às vezes se pode ganhar no tempo do ciclo, reagrupar dois postos, enfim, tenta-se dar um jeito".

As partes externas dos aparelhos, especialmente os acessórios dos processadores, cujo modo de concepção em relação ao uso doméstico já se mencionou, devem também ser pensados com vistas à montagem. O trabalho relativo aos *affordances*, para uma montagem "evidente" e fácil pelas utilizadoras e para a montagem pelas operárias na fábrica, recobre-se parcialmente. Pode-se notar que as operárias não gostam do posto de montagem e acomodação dos acessórios, cujo conteúdo é o mais próximo das manipulações ligadas ao uso doméstico. Elas o consideram simples demais e se aborrecem de tal forma que chegam a esquecer alguns acessórios. Mas isso requereria análises que não podemos efetuar aqui.

### A concepção da montagem

Para o técnico em métodos, trata-se de conceber, em um primeiro momento, a partir dos planos das peças do processador fornecidos pelo setor de estudos e de protótipos, a sucessão cronológica das seqüências de montagem que combinem os gestos manuais e as operações garantidas pelas máquinas. Para fazê-lo, o setor de métodos usa o sistema *Work factor*, que decompõe o gestual em seqüências elementares, às quais se contrapõem os tempos padrão e as ponderações relativas à ordem de disposição das peças (com o distribuidor

por unidade, a granel, visíveis ou ocultas etc.), à sua configuração (forma, dimensões, peso etc.), aos movimentos dos corpos, ao uso de uma só mão ou de ambas para dois gestos diferentes etc. Trata-se, em seguida, de definir a quantidade de aparelhos a serem produzidos por dia. Ao longo desse trabalho, os técnicos testam suas variantes de montagem simulando, eles próprios, os gestos, do mesmo modo que os responsáveis pela concepção dos produtos simulam seu uso. Depois, assim que os postos são quase definidos na linha de montagem e as peças do processador estão disponíveis, eles pedem à chefe da equipe que a montagem seja testada.

Foi desse modo que se transformou a linha de montagem reservada à nova gama de processadores. Criaram-se dois novos postos no topo da linha para a montagem do moto redutor, subgrupo relativamente complexo.

São postos essencialmente manuais, que, no entanto, comportam, cada qual, uma máquina com ferramenta automática de aparafusar e de colocar os cabos. O segundo posto mantém, igualmente, um aparelho destinado a "amaciar" o moto redutor. O terceiro tem por tarefa a montagem do motor e do moto redutor. Nos dois postos seguintes, as operárias montam o processador propriamente dito, colocando, no interior do invólucro, os diferentes elementos que o constituem. Esses postos são inteiramente manuais. Se o produto é novo, os modos operatórios não comportam elementos que as operadoras não conheçam: trata-se de montar as peças por meio de encaixes e rosca, de fixar cabos elétricos com capas, de lubrificar os mecanismos com um pincel etc. A partir do quarto posto, todas as montagens são feitas sobre plataformas munidas de "dedos" verticais, sobre os quais são colocados os fundos dos processadores. Essas plataformas circulam de um posto a outro sobre uma linha com rolamentos livres (movidos seja pela inclinação da linha, seja por meio do empurrão da operadora). O processador passa, depois, para um compartimento com quatro postos automáticos de aparafusamento e de controle (que já estava em serviço anteriormente e foi reprogramado para os novos modelos). Em seguida, há um posto de controle manual (que, apesar disso, utiliza aparelhos de medição), habitual no lugar; depois, dois postos de montagem dos acessórios, praticamente idênticos àquilo que eram anteriormente e, enfim, o de embalagem, igualmente familiar às operadoras.

Para passar de um modelo da gama a um outro, as variações, em matéria de ferramentas, são mínimas, já que mesmo as plataformas sobre as quais são colocados os fundos dos invólucros continuam as mesmas. Apenas os ajustes das regulagens das máquinas devem ser realizadas. No plano dos modos operatórios, a montagem é mais complexa para o processador com o misturador que para o processador de base, em particular nos dois primeiros postos, já que o próprio

moto redutor é mais complexo. Surge daí um problema de equilíbrio dos postos e a necessidade de criar um outro e rever a distribuição das seqüências de montagem.

O ajuste final entre a concepção do produto e a do processo não se fará antes da partida da produção, que constitui o momento de teste de ambas. O início da produção, momento em que o pessoal da fabricação sofre os efeitos dos ajustes não finalizados e dos defeitos de concepção, é um período intenso de modificações tanto do produto quanto do processo. É quando se constata os defeitos de concepção ou de fabricação das peças, quando as partes demasiadamente frágeis, como as cristas do parafuso, quebram na montagem, quando se verifica que a haste de segurança ajusta-se mal ao botão de comando ou ainda que o alinhamento das peças do moto redutor não é adequado e o impede de girar etc. Os modos operatórios são, então, intensificados pela necessidade de utilizar macetes para retificar os alinhamentos, pinças cortantes ou cortadores para retirar parcelas de peças moldadas "fora dos padrões", chaves de fenda para ajustar roscas. Lubrificações suplementares, pontos de colagem não previstos, parafusos acrescentados para modificar o encaixe de peças, controles de funcionamento ou de segurança suplementares são cuidados que se somam às seqüências previstas pelo setor de métodos. Todos esses problemas serão resolvidos ao longo de semanas, por modificações na definição das peças e de sua fabricação, o que implica mudanças de ferramentas e nos ajustes, no interior do estabelecimento ou nas subcontratadas. Eventualmente, certos problemas subsistirão por mais tempo, caso estejam ligados a um princípio de concepção errôneo.

As modificações do processo são, portanto, em larga medida, ligadas às do produto. Um certo número, entretanto, está vinculado a disfunções ou elementos não finalizados do próprio processo. Assim, os moldes devem ser refeitos porque as peças que produzem estão em desacordo com os planos. As ferramentas automáticas ainda não corretamente reguladas entram em pane. A concepção dos postos de trabalho deve ser finalizada – ela está diretamente ligada ao gestual, e os técnicos em métodos preferem esperar que as operadoras testem seus gestos antes de fixar definitivamente a altura de um posto ou a disposição dos conteúdos das peças. O equilíbrio dos postos pode estar bem articulado no papel mas não "em grandeza real": é, então, necessário que se modifique a distribuição das tarefas entre eles e, eventualmente, criar outros, para, por exemplo, montar os subconjuntos atribuídos a postos sobrecarregados.

Durante todo esse período, que dura bem mais do que a pré-série, a produção se faz com imprevistos e com um trabalho importante de compensação dos defeitos do produto e do processo, pelo pessoal da fabricação. As paradas de produção por panes das ferramentas ou

defeitos graves do produto são compensadas por horas extras. Os pequenos defeitos das peças e da montagem, como já se viu, geram uma intensificação das tarefas manuais dos postos. Assim também, algumas disfunções das ferramentas: quando a máquina automática de aparafusar não funciona, utiliza-se a chave de fenda manual. Para compensar o precário equilíbrio dos postos, as operadoras que ocupam os mais leves ajudam aquelas que estão nos mais sobrecarregados. As séries dos produtos fabricadas antes da detecção de um defeito devem ser refeitas etc. Ainda, durante o mesmo período (de seis a dez semanas), opera-se a aceleração das cadências, o que quer dizer que cada operária e a linha de montagem, no seu conjunto, devem adquirir a rapidez necessária para atingir a cota diária de peças, fixada pelo setor de métodos.

### A prescrição das atividades das operárias

Na indústria, a prescrição das atividades das operárias de montagem passa simultaneamente pelo objeto a montar, pelas ferramentas e pela definição dos gestuais. A disposição das peças que constituem o aparelho, as relações entre elas e a maneira como são reunidas (parafusadas, apertadas, cabeadas) permitem apenas uma margem muito estreita de variações. Contudo, essa margem existe e a observação do trabalho de montagem, ao longo da partida da produção, permite apreendê-la. Mas o que essa fase faz aparecer de modo igualmente claro é que os próprios meios (ferramentas e modos operatórios) utilizados para a montagem podem variar de forma notável. Se o tanto de habilidades (*bricolage*) que a montagem comporta se reduz à medida que a produção se estabiliza, ele jamais desaparece completamente, porque não há produção sem imprevisto. Por outro lado, os ergonomistas e os sociólogos do trabalho evidenciaram, há muito tempo, em suas análises do trabalho nas organizações tayloristas, a defasagem entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Teiger e Daniellou (1987: 78) escrevem: "A análise, proveniente de numerosas situações, da atividade dos operadores ou operadoras que realizam tarefas repetitivas com tempo imposto, evidenciou os pontos que se seguem. Contrariamente à imagem bastante difundida, os ciclos se seguem e não se assemelham. Para fazer face à variabilidade industrial, os trabalhadores não se contentam em efetuar os gestos definidos pelas gamas de produtos do setor de métodos. Eles desenvolvem regulações, permitindo que a produção possa ser feita em qualidade e quantidade convenientes (...) No que se refere a muitos postos ditos de O.S.<sup>9</sup> pode-se constatar tempos de aprendizagem de

9 N.T.: *Ouvrier spécialisé* significa operário não-qualificado. Este, junto com o *mandeuvre* (ajudante), faz parte das categorias inferiores de qualificação operária.

aprende-se mais fazendo, aprende-se muito melhor (...) É necessário alguém para nos supervisionar, para nos dizer... concordo com isso. Mas, se for alguém do setor de métodos, eu acho que é melhor".

DCR: "Então, quando é o setor de métodos que mostra para vocês, suas explicações são mais próximas do trabalho?"

GO: "Digamos que suas explicações são mais técnicas. Elas são mais próximas da verdade..."

Gisèle Onfray exprime aqui a necessidade de ter explicações sobre as funções de cada uma das peças dos processadores que deve montar, para que ela própria possa controlar seu trabalho e avaliar seus erros eventuais. A comparação que ela faz entre a transmissão de conhecimentos pelo responsável pela formação e aquela feita pelos técnicos em métodos permite-lhe precisar melhor o que está buscando: não é a tecnologia que lhe interessa e, menos ainda, os princípios científicos do funcionamento dos processadores, mas as disposições funcionais dos componentes do aparelho. Há, aqui, uma relação com a técnica que é necessário estudar mais de perto.

As usuárias dos processadores, em contrapartida, não têm acesso ao interior dos objetos. O que lhes são apresentados são aparelhos fechados e nenhum meio que lhes permita saber como funcionam. O fato de os dispositivos de funcionamento dos objetos permanecerem, de certa forma, apropriados pela indústria, sob o controle da empresa e de sua rede de revendedores, está ligado a uma concepção instrumental dos objetos técnicos, que é a mesma dos inovadores. Também é a mesma dos trabalhos da sociologia da ação, como os de Suchman (1987), e da psicologia cognitiva, como os de Norman (1990). Essa concepção pode ser enunciada rapidamente do seguinte modo: na esfera doméstica, os indivíduos têm enfoques pragmáticos ligados ao cumprimento das tarefas quotidianas, e os objetos técnicos estão ali para permitir-lhes efetuar tais tarefas economizando tempo, esforços físicos e atividade mental. Norman (1990: 125) escreve: "As atividades quotidianas devem, habitualmente, ser realizadas muito rapidamente, freqüentemente em conjunto com outras atividades. Há a possibilidade de que o tempo e os recursos mentais não estejam disponíveis. O resultado é que as atividades quotidianas se estruturam de modo a minimizar a atividade mental consciente, o que quer dizer que elas devem minimizar a atividade de planejamento (...) e o cômputo mental". As máquinas concebidas para a vida quotidiana devem se inserir nesse modo cognitivo, isto é, devem não lhe interpor obstáculos (devidos ao *design* inadequado) que obrigariam uma pessoa a interromper o curso das atividades de rotina para refletir sobre o uso da máquina. "No mundo quotidiano, o que se deseja é se ocupar das coisas importantes da vida e não passar o tempo refletindo profundamente quando se tenta abrir uma lata de conservas ou discar um

número de telefone" (Norman, 1990: 125).<sup>12</sup> As máquinas domésticas são, assim, funcionais em relação às finalidades que lhes são exteriores, e sua concepção deve permitir aos(as) usuários(as) esquecer tudo o que não for diretamente instrumental. Em particular, todos os dispositivos de funcionamento. Ora, as usuárias (mais que os usuários?) parecem se satisfazer com essa concepção instrumental. Contudo, não haveria outras modalidades de utilização dos objetos, outras formas de relação com os objetos técnicos a serem evidenciadas, sem que para isso fosse necessário abandonar o quadro do uso?

Recebido em agosto de 1997.

Danielle Chabaud-Rychter, pesquisadora do  
Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail (Gedisst),  
Centre National de la Recherche Scientifique.  
Tradução: Cibele Rizek.

## Bibliografia

- Akrich, Madeleine (1987). "Comment décrire les objets techniques". *Techniques et culture*, n° 9, jan.-jun.
- \_\_\_\_\_. (1993). "Les objets techniques et leurs utilisateurs". In: *Les objets dans l'action*. (Raisons Pratiques, 4).
- Berg, Anne-Jorunn (1994). *Gender, technology and everyday life: a seamless web or worlds apart?* New Orleans, Louisiana. (Comunicação apresentada no encontro anual Society for Social Studies of Science, 12-16 out.).
- Bergman, Simone; Frissen, Valerie; Slaa, Paul (1995). *The social shaping of the telephone in everyday life*. London. (PICT International Conference on The Social and Economic Implications of Information and Communication Technologies, May, 10-12).
- Boullier, D.; Akrich, M.; Le Goaziou, V.; Legrand, M. (1989). *Genèse des modes d'emploi: la mise en scène de l'utilisateur final*. Euristic Media, Cesson-Sévigné.
- Chabaud-Rychter, Danielle (1994a). "Women users in the design process of a food robot: innovation in a French domestic appliance company". In: Cockburn, Cynthia e Fürst-Dilic, Ruza (eds.). *Bringing technology home: gender and technology in a changing Europe*. Buckingham, Filadélfia: Open University Press. (Versão francesa: "La construction des usagers dans le travail de conception d'appareils électroménagers". *Cahiers du Gedisst*, n° 13, 1995.)

12 "Everyday activities must usually be done relatively quickly, often simultaneously with other activities. Neither time nor mental resources may be available. As a result, everyday activities structure themselves so as to minimize conscious mental activity, which means they must minimize planning (...) and mental computing. (...) In the everyday world, we want to get on with the important things of life, not spend our time in deep thought attempting to open a can of food or dial a telephone number."

# Género y trabajo en las decisiones empresariales<sup>1</sup>

Laís Abramo y Rosalba Todaro

## Resumen

El objetivo del artículo es discutir algunas de las formas en que opera el género como principio de diferenciación de las experiencias laborales, en particular como los procesos de toma de decisiones de los empresarios respecto a sus políticas de empleo y organización del trabajo están permeadas por consideraciones de género. Sostenemos que las transformaciones que vienen ocurriendo tanto en la estructura productiva como en las relaciones de género impactan el imaginario empresarial, abriendo espacio para el surgimiento de nuevas ideas y nuevas prácticas pero también reproduciendo las rutinas, las resistencias al cambio, la segregación sexual del trabajo y la discriminación de las mujeres.

**Palabras clave:** género; trabajo; imaginario empresarial.

## Abstract

The purpose of this article is to discuss the forms in which gender operates as a differentiating criterion for labor experiences, focusing especially on how gender considerations permeate employers' decision-making processes regarding human resources and work organization policies. We argue that the transformations taking place in productive structures and gender relations have an impact on business attitudes. This impact allows for the emergence of new ideas and practices, at the same time that it reproduces routines, resistance to change, gender segregation at work, and discrimination of women.

**Keywords:** gender; work; business attitudes.

## Introducción

Las realidades del trabajo vienen cambiando de manera significativa en el contexto de los procesos de globalización y reestructuración productiva. El estancamiento o reducción del empleo industrial y el crecimiento de los sectores comercio y servicios provocan profundas alteraciones en las estructuras sectoriales del empleo. Los procesos de externalización de las grandes empresas que fueron las protagonistas de la fase anterior de la industrialización, así como la configuración de nuevas cadenas productivas y redes de subcontratación, redefinen los tejidos productivos a escala nacional, regional y local. Las tecnologías de base microelectrónica y la informática alteran los procesos de trabajo, aumentando, en muchos casos, la importancia del componente intelectual y disminuyendo la necesidad de utilización de la fuerza física.

<sup>1</sup> Este artículo forma parte de la investigación "Inserción laboral de las mujeres en Chile: el punto de vista empresarial". Proyecto Centro de Estudios de la Mujer-Conicyt, n° 96032.

- (1994b). "La mise en forme des pratiques domestiques dans le travail de conception d'appareils électroménagers". *Sociétés contemporaines*, n° 17, mar.
- (1995). *The industrial and the domestic in the design and use of household appliances*. (Comunicação apresentada no encontro internacional The Mutual Shaping of Gender and Technology, University of Twente, The Netherlands, 6-8 out.).
- Concin, Bernard; Dodier, Nicolas; Thévenot, Laurent (eds.) (1993). "Les objets dans l'action". *Raisons pratiques*, n° 4.
- Dodier, Nicolas (1994-95). *Sociologie des objets techniques*. Paris. (Séminaire, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales).
- Fischer, Claude (1992). *America calling: a social history of the telephone to 1940*. Berkeley: University of California Press.
- Flichy, Patrice (1995). *L'innovation technique*. Paris: Editions La Découverte.
- Fornel, Michel de (1993). "Faire parler les objets". In: *Les objets dans l'action*. (Raisons Pratiques, n° 4).
- Kaufmann, Jean-Claude (1992). *La trame conjugale: analyse du couple par son linge*. Paris: Nathan.
- Magaud, Jacques et Sugita, Kurumi (1993). "Le retour des réseaux: une comparaison franco-japonaise". *Annales des Mines*, jun.
- Martin, Michelle (1991). *Hello central? Gender, technology and culture in the formation of telephone systems*. Montréal: Mc Gill Queens University Press.
- Norman, Donald A. (1990). *The design of everyday things*. Nova York: Doubleday Currency.
- Schutz, A. (1987). *Le chercheur et le quotidien*. Paris: Méridiens Klincksieck.
- Suchman, Lucy A. (1987). *Plans and situated action: the problem of human/machine communication*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sugita, Kurumi (1993). "Individu et collectif dans les relations à l'espace et au temps: comparaison de deux unités de fabrication de téléviseurs en France et au Japon". *Cahiers du Gedisst*, n° 8.
- Teiger, Catherine et Daniellou, François (1987). "Formation à l'analyse de l'activité et rapport au travail". In: Dejours (dir.) *Plaisir et souffrance dans le travail*. CNRS, tome 1.
- Thévenot, Laurent (1993). "Essai sur les objets usuels". In: *Les objets dans l'action*. (Raisons Pratiques, n° 4).
- Thévenot, Laurent (1994). "Le régime de familiarité: des choses en personne". *Genèses*, n° 17.
- Turkle, Sherry (1984). *The second self: computers and the human spirit*. Nova York: Simon and Schuster.
- Woolgar, S. (1990). *Configuring the user: the case of usability trials*. (Comunicação apresentada no Discourse Analysis Workshop, University of Lancaster, 25-26 set.).

En esta situación se pasa a cuestionar el propio significado del trabajo en la dinámica social global. Algunos llegan a sostener que el trabajo pierde la importancia que ha tenido desde la constitución de la sociedad moderna, dejando de ser un hecho social fundamental, tanto en la dinámica de la vida social como en la experiencia subjetiva de los individuos y grupos sociales. Consideramos que esta afirmación es apresurada y más bien compartimos la idea de Castillo (1996) de que lo que viene perdiendo importancia no es *el trabajo* en sí mismo, sino el empleo "doblemente adjetivado como formal y asalariado". Las realidades del trabajo en el contexto de la reestructuración y modernización productiva son más heterogéneas y multifacéticas que en la fase anterior, tanto en sus aspectos objetivos (naturaleza, contenidos, remuneraciones, formas de contrato y regulación) como en la manera en que esas realidades son experimentadas por los individuos que trabajan. Registrar e interpretar esas realidades, en toda su complejidad, sigue siendo un desafío en abierto para el análisis sociológico y económico.

En este artículo nos interesa llamar la atención sobre la forma en que opera el género como uno de los principios de diferenciación de las experiencias laborales. Sabemos que esas experiencias difieren significativamente para hombres y mujeres debido a los patrones de socialización y a la posición que ocupan unos y otros en la sociedad, en la familia, en el mercado de trabajo y al interior de las empresas. Por otro lado, los cambios que se desarrollan en el ámbito de la producción inciden de manera diferente según el sexo de los trabajadores y, a la vez, los cambios en las relaciones de género afectan el mercado de trabajo y la organización de la producción.

La proporción de mujeres en el mercado de trabajo en todos los países de América Latina supera hoy día el mínimo necesario para que su identificación como trabajadoras deje definitivamente de ser considerada como algo excepcional o circunstancial. La tasa de participación femenina ha crecido en todos los rangos de edad y alcanza sus tasas máximas justamente en las edades reproductivas (Arriagada, 1997); en las nuevas generaciones sigue la tendencia al aumento de esas tasas de participación (Guzmán y Mauro, 1997). La presencia de las mujeres es más visible en diversos sectores de actividad económica y distintos puestos de trabajo. Su nivel educativo continúa en aumento y supera al de los hombres en la fuerza de trabajo (OIT, 1997; Valdés y Gomáriz, 1995). Sin embargo, a pesar de que *el trabajo femenino* ya no puede considerarse secundario y del deseo de las mujeres de trabajar remuneradamente (ya sea por sus proyectos de desarrollo autónomo o por la necesidad económica de subsistencia familiar), *se mantienen altos índices de segregación ocupacional, grandes diferencias de remuneraciones respecto de los hombres y una organización del trabajo y*

*de la vida cotidiana* que dificultan su incorporación equitativa en el trabajo.

A su vez, los procesos de toma de decisiones de los distintos agentes en el mercado de trabajo también están permeados por consideraciones de género. Estos procesos, a diferencia de lo que postula la economía convencional, se realizan con información y capacidad de procesamiento imperfectas respecto a las opciones que enfrentan los agentes y a sus posibles resultados. Asimismo, operan en un marco de "racionalidad limitada" en el que, si bien se busca la ganancia, no necesariamente se persigue su maximización absoluta. Los criterios que se utilicen para llegar a una solución satisfactoria no son siempre concientes ni pertenecen a un solo campo de reflexión. En efecto, las decisiones se montan sobre patrones aprendidos y se orientan a partir de aprendizajes marcados por la cultura en la que están insertos los agentes.

Las decisiones de los empresarios referidas a las políticas laborales en la empresa están siendo influidas por las transformaciones que ocurren tanto en la estructura productiva como en las relaciones de género. Sin embargo, estas transformaciones, así como su grado de influencia mutua, no son unívocas ni lineales, sino complejas y hasta contradictorias. En el proceso de toma de decisiones siguen operando las rutinas, las resistencias al cambio, las inercias de los procedimientos establecidos y de las imágenes de género dominantes. Los empresarios son un grupo heterogéneo, que tienen distintas experiencias y reaccionan con diferentes niveles de conciencia y claridad frente a las transformaciones en las realidades de género cuando toman decisiones referidas a los recursos humanos, las que van a incidir en la cantidad y la calidad de las oportunidades laborales que se abren para hombres y mujeres.

### Trabajo y vida privada

Los cambios en las relaciones de género dentro del mercado de trabajo, si bien influyen en las relaciones de género en otras esferas de la vida, encuentran sus límites en la organización misma de la sociedad que dicotomiza y opone como contradictorias la vida privada y la vida laboral.

Continúa vigente un patrón de desigual distribución de las responsabilidades familiares y domésticas entre los sexos que tiene graves repercusiones para el trabajo remunerado. Esto también influye en las opiniones de los empresarios sobre las mujeres como trabajadoras, aunque varía entre sectores o empresas con distintas culturas.

Desde la Revolución Industrial, la vida laboral y la vida familiar se estructuraron como ámbitos separados, pasando el trabajo remunerado

a ser considerado como tarea de los hombres y la familia como asunto de las mujeres. Aunque esto no coincide plenamente con la realidad, la vida de las personas, los lugares de trabajo, las comunidades y las familias se organizan como si sólo los hombres fueran a trabajar y si sólo las mujeres se quedaran en las casas.

A pesar de los cambios ocurridos en la participación de mujeres y hombres en el mercado de trabajo y en la familia, la estructura de los lugares de trabajo, así como las prácticas y expectativas ahí existentes, se basan aún en la noción de que los trabajadores quieren y pueden hacer del trabajo su prioridad principal, por encima de la familia, la comunidad y otros aspectos relativos a su vida privada. Esta imagen favorece a los hombres en el trabajo. También genera la tendencia a marginalizar y a considerar los temas de la relación trabajo/familia como individuales, propios del mundo privado y por lo tanto de las mujeres.

Los costos laborales están pensados con relación a un modelo de trabajador que no tiene familia que requiera de su tiempo, ni vida personal fuera del trabajo. Más aun, implícitamente se supone un trabajador que no se enferma, que no tiene accidentes, que no hace ninguna labor comunitaria, es decir, se piensa en un individuo que vive el trabajo como esfera dominante y prácticamente exclusiva de su vida.

Por lo tanto, las mujeres, por su adscripción al mundo familiar, no pueden ser ese trabajador. Y tampoco se cree que deberían serlo, ya que si actúan como tal son socialmente castigadas por no cumplir con los roles considerados naturales a su condición.

Las demandas de flexibilidad para atender compromisos familiares son consideradas anomalías personales y obtener beneficios en esos "casos excepcionales" perjudica la carrera futura de la persona que la requiere, que pasa a ser considerado(a) un(a) trabajador(a) menos comprometido(a). En la medida que los esfuerzos de las empresas para facilitar la "compatibilidad" entre trabajo y familia tienden a ser orientados exclusivamente a las mujeres (en especial con hijos), eso termina por confinarlas a una categoría especial de trabajador, considerado no disponible totalmente para el trabajo (y por eso menos valorizado). Además, eso refuerza la creencia de que el trabajo y la familia, así como otras preocupaciones de orden privado, son esferas adversarias de la vida (Baylin *et al.*, 1996).

El estudio de Baylin *et al.* propone romper esa dicotomía incorporando los temas de la relación trabajo/familia en los procesos de reingeniería o rediseño de los procesos de trabajo, es decir, introduciéndolos en el corazón de las prácticas empresariales, para lo cual desarrollaron programas piloto en tres empresas líderes en Estados Unidos.<sup>2</sup> La idea que está por detrás de esa proposición es que no sólo

2 Xerox Corporation, Tandem Computers y Corning Inc.

hay que lograr una redistribución entre los sexos en las tareas ligadas a la reproducción y al cuidado de las personas; también se requiere implementar cambios en la organización del trabajo que permitan considerar de otra manera la familia y otros aspectos de la vida extralaboral. En otras palabras, se necesitan cambios organizacionales que permitan disminuir la contradicción actualmente existente entre el trabajo y las demás esferas de la vida, tanto de hombres como de mujeres.

La búsqueda de nuevas maneras de integrar el trabajo y la vida familiar surgió de la percepción de que existe una asociación entre el trabajo de ambos miembros de las parejas y las tensiones y el *stress* que involucra esta situación en sociedades con poco soporte social para el cuidado de la familia.

Diversos estudios citados en Baylin *et al.* (1995) señalan que lo que sucede en el trabajo repercute en la familia. Al mismo tiempo, que las transformaciones que tienen lugar en las empresas (tales como mayor participación, procesos de calidad total, reingeniería, etc.) están relacionados con cambios que ocurren en los patrones de organización familiar.<sup>3</sup> Las autoras sostienen que la separación de las áreas trabajo/familia empeora la eficiencia del trabajo y la estabilidad social y que la organización actual del trabajo exagera las tensiones que se originan en el traslape de las dos áreas. A la vez postulan que la compatibilización entre la vida doméstica y el trabajo es un problema sistémico, que no compromete sólo a las madres, y cuya solución yace en la organización misma.

Para analizar las oportunidades que los cambios en las empresas pueden otorgar a las mujeres, Janet Newman (1995), citada en un reciente artículo de Reygadas (1998), distingue tres tipos básicos de cultura organizacional en función del género: la cultura *tradicional*, la *competitiva* y la *transformacional*.

En la primera de ellas, la *cultura tradicional*, hay identidades funcionales especializadas y una jerarquía definida de grados y posiciones de estatus. Existe una clara división (horizontal y vertical) entre *trabajos de hombres* y *trabajos de mujeres*, que se respaldan en una división sexual del trabajo que refleja visiones muy arraigadas acerca de lo que es apropiado para unos y otras. Las relaciones tienden a ser jerárquicas, con fuerte distancia entre los roles. Las relaciones entre hombres y mujeres son muy familiares, con cierto grado de paternalismo.

En las empresas que se caracterizan por una *cultura competitiva*, el desarrollo de una mayor competencia interna y externa a las organizaciones se ha interpretado como la necesidad de estilos de trabajo duros, "de machos, tipo vaquero". Las relaciones de género en ese

3 Similar preocupación aparece en el trabajo de Reygadas, 1998.

régimen tienen características menos familiares que en las organizaciones tradicionales. Se les quita poder a las figuras patriarcales y benevolentes. En la cultura competitiva las mujeres son aceptadas en puestos importantes sólo si son suficientemente duras. Pero las mujeres rudas que triunfan en este ambiente no son vistas como modelos positivos para otras mujeres, por lo que tienen que pagar un alto costo en términos personales. Las mujeres para triunfar tienen que vivir en el *ethos* competitivo, pero deben retener características femeninas y seguir siendo cálidas.

La *cultura transformacional* es otra respuesta a los cambios en el contexto. Consiste en la adopción de sistemas flexibles y más orientados hacia el cliente. En los nuevos estilos gerenciales no interesa la competitividad en el corto plazo, sino la fuerza a largo plazo. Es una cultura basada en valores, se reconoce el valor de la gente y se busca el *empowerment* del personal. Esto puede representar una oportunidad para avanzar en la agenda de las mujeres.

En efecto, en ese tipo de cultura, el énfasis en destrezas "suaves", como la comunicación con el personal y con los clientes, la valorización de los recursos humanos y del *empowerment* del personal, requiere que las organizaciones quiten las barreras a la contribución efectiva de las mujeres en el trabajo. El crecimiento de la orientación hacia la calidad y la satisfacción de los clientes parece ofrecer una mayor concordancia entre los valores con los que muchas mujeres se expresan y las culturas dentro de las cuales trabajan. Incluso se habla de que las organizaciones necesitan estilos gerenciales "más femeninos" aun cuando, en la práctica, se tienda a hacer más referencia a la necesidad de que los hombres cambien que a entregar más poder a las mujeres (Newman, 1995).

Las destrezas colaborativas y comunicacionales de las mujeres serían más valoradas en la medida en que las organizaciones necesiten construir relaciones duraderas con socios y comunidades. Pero los directivos de estas organizaciones expresan temor a que el reconocimiento de las diferencias pueda minar los valores consensuales: *todos deben ser socios iguales, no se reconocen agendas específicas*. La ideología del consenso corporativo trata de eliminar viejas líneas de conflicto, sobre todo de clase, pero también de género. Estaríamos en presencia de la idea de estar llegando a un mundo *postfeminista*, pero esta retórica no logra ocultar que las asimetrías de género persisten aun en las culturas transformacionales más desarrolladas y las mujeres siguen operando con conjuntos de significados contradictorios: "contribuye por completo como miembro igual pero recuerda tu lugar real; contribuyen como los demás pero reciben menos" (Newman, *apud* Reygadas, 1998).

Conviven diferentes retóricas: la de los aportes específicos de las mujeres en términos de sus destrezas comunicativas, por ejemplo, y la de los problemas que trae a la empresa la maternidad (costos, baja de

la productividad, etc.). *Esto permite al mismo tiempo "apreciar" sus habilidades y pagarles menos*. La retórica de los aportes específicos aparece con más fuerza en las empresas modernas y, en general, de mayor tamaño, mientras que en las más pequeñas, y con menor grado de modernidad, prevalece la retórica de los costos, aunque al mismo tiempo declaran contratar mujeres por sus habilidades específicas (vendedoras, por ejemplo).

## Los empresarios y el proceso de toma de decisiones

¿De qué forma las consideraciones de género vienen siendo incluidas en el diseño de las políticas de recursos humanos de las empresas? Para responder a esa pregunta se hace necesario, en primer lugar, detenerse a pensar en el proceso mismo de toma de decisiones y en los supuestos a partir de los cuales este proceso es analizado. Las corrientes no ortodoxas de la teoría económica pretenden respetar la densidad de los procesos económicos y evitar la abstracción extrema que termina por sobresimplificarlos y vaciarlos de capacidad explicativa. Tal como lo enuncia Herbert Simon (1979), el análisis económico clásico descansa en dos supuestos fundamentales. El primero es que el actor económico tiene una meta particular, por ejemplo, la maximización de la utilidad o del beneficio. El segundo es que el actor económico es sustantivamente racional.

Según Simon el comportamiento es sustantivamente racional cuando es el apropiado para alcanzar metas dadas dentro de los límites impuestos por las condiciones y las restricciones dadas. La racionalidad del comportamiento depende del actor sólo en un sentido: en la definición de sus metas. Dadas estas metas, el comportamiento racional está determinado enteramente por las características del ambiente en el que ocurre.

De acuerdo al mismo autor, el proceso del cálculo racional sólo es interesante cuando no es trivial, es decir, cuando la respuesta racional de modo sustantivo a una situación no es instantáneamente obvia. A la vez, de nada serviría la prescripción de una solución sustantivamente racional particular si no existe ningún procedimiento para encontrar esa solución o si no existe la información necesaria. Sólo en situaciones muy simples el comportamiento se ajusta razonablemente a los pronósticos de los modelos clásicos de la racionalidad.

Desde esta perspectiva interesa conocer los procedimientos utilizados por los empresarios en la toma de decisiones frente a situaciones de información limitada y a las restricciones en la capacidad de procesamiento de esa información.

La mente humana "puede adquirir una diversidad enorme de habilidades diferentes, de patrones de comportamiento, de arsenales

para la solución de problemas, de hábitos, de percepción. Los que adquiera en cada caso particular dependerá de lo que se le haya enseñado y lo que haya experimentado". Salvo en casos elementales, "es de esperarse que la mente use la información imperfecta a su disposición, que simplifique y represente la situación como pueda hacerlo, y que haga los cálculos a su alcance" (Simon, 1979). Los agentes económicos actúan por ensayo y error, experimentando y buscando nuevas rutinas operativas que les permiten mejorar su desempeño; van acumulando experiencias lo cual configura un "proceso madurativo" en el que el tiempo y la historia juegan un papel fundamental (Katz y Kosacoff, 1998).

Crozier y Friedberg (1990) comentan los trabajos de Simon<sup>4</sup> sobre la racionalidad limitada y avanzan en esa dirección. Las personas no están capacitadas para seguir un modelo de racionalidad absoluta como es el de la teoría clásica, porque no pueden alcanzar a conocer todas las opciones posibles, por una parte, y porque razonan en forma secuencial y no en forma sinóptica, por otra.

Según los autores, Simon no pone en duda la racionalidad del decisor. Postula que éste no busca lo óptimo, es decir, la mejor solución en lo absoluto, la que está fuera de su alcance, sino que acepta soluciones que logren un nivel satisfactorio. Busca el beneficio pero no necesariamente maximizando su tasa de ganancia.

Para comprender la elección de una decisión hay que definir las opciones que se ofrecen en forma secuencial y analizar cuáles son los criterios utilizados, consciente o inconscientemente, para aceptar o rehusar estas opciones. Estos criterios de satisfacción no son criterios aleatorios personales; ellos proceden de un aprendizaje más que de una opción arbitraria. Responden a valores culturales ampliamente difundidos y a las opciones estratégicas de los decisores.

Las normas que utilizan los individuos son resultado, como se dijo, de su aprendizaje cultural, pero al mismo tiempo se pueden considerar como un *constructo* social que varía de una cultura a otra y en el tiempo. La difusión de los progresos del conocimiento y de los modos de aprehensión de lo real y los paradigmas intelectuales y culturales que los sustentan juegan un papel importante en el cambio de los criterios de elección utilizados en la toma de decisiones. Juegan un papel importante el desarrollo de las instituciones, entendidas éstas como las normas regulatorias, los hábitos de comportamiento de los agentes económicos y las agencias públicas o privadas que intervienen en la gestión cotidiana de la vida comunitaria (Katz y Kosacoff, 1998).

En este contexto de información imperfecta y de racionalidad limitada se analizará ahora el papel de las imágenes de género en las

políticas de recursos humanos. Se postula que las decisiones que afectan el trabajo femenino y masculino en la empresa no se toman sólo a partir de criterios técnicos y de racionalidad sustantiva, sino que también están influidas por la(s) cultura(s) empresarial(es) y laboral(es), fuertemente marcadas por criterios de género.

### Imágenes de género y políticas de recursos humanos

Entendemos por *imágenes de género* las representaciones de las identidades masculina y femenina que son producidas social y culturalmente, y que condicionan, en gran medida, las oportunidades y la forma de inserción de hombres y mujeres en el mundo del trabajo. Esas imágenes son *previas* a esa inserción, o sea, son producidas y reproducidas desde las etapas iniciales de la socialización de los individuos y de la constitución de sus identidades, y están basadas, entre otras cosas, en la separación entre lo privado y lo público, el mundo familiar y el mundo productivo, y en la definición de uno como *territorio de mujeres* y del otro como *territorio de hombres*.

A su vez esas imágenes se reproducen en el interior del mundo del trabajo: pasan a ser un elemento constitutivo fundamental de la segmentación ocupacional y de la división sexual del trabajo, y se constituyen en un obstáculo a la alteración de esa segmentación, inclusive en contextos marcados por significativos procesos de transformación de los paradigmas productivos.

La división sexual del trabajo es un proceso que no se limita a asignar hombres y mujeres en las estructuras ocupacionales, perfiles de calificación y tipos de puestos de trabajo ya definidos (Humphrey, 1987). De la misma manera que la calificación es una construcción social fuertemente sexuada (Maruani, 1993), el sistema sexo/género (con sus características de dicotomización, jerarquización y exclusión) es una dimensión fundamental del proceso de constitución de las categorías que estructuran la definición de los puestos de trabajo y de los perfiles de calificación y competencias a ellos asociados.

A partir del momento en que hombres y mujeres ingresan al mundo del trabajo (concretamente, en una empresa), y aún antes de eso, en los procesos de reclutamiento y selección que lo anteceden, ellos y ellas son inmediatamente clasificados por las gerencias (y también por sus compañeros/as) en forma diferenciada (y desigual), como *hombres y mujeres en el trabajo*, como *trabajadores y trabajadoras*. Al mismo tiempo, esos hombres y esas mujeres redefinen en parte su identidad a partir de esa (nueva) condición de trabajador/a. Esas identidades, así redefinidas, configuran expectativas y compromisos diferenciados de los individuos con el trabajo (qué tipo de trabajo esperan y se sienten aptos/as a realizar, qué tipo de órdenes y de

<sup>4</sup> En especial, J.G. March y H. Simon, *Organizations*, 1958.

quién están dispuestos/as a aceptar, qué tipo de remuneración, qué formas de ascenso y promoción pueden aspirar en su vida profesional) (Humphrey, 1987).

Esas clasificaciones e identidades que, como vimos, son producidas originariamente fuera y previamente a la inserción de los individuos (hombres y mujeres) en el mundo del trabajo, tienen que ser en él (re)codificadas en términos de las categorías propias de ese mundo, tales como los tipos y grados de calificación, competencias, fuerza, destreza, disciplina, compromiso con la empresa, etc. Conforme nos recuerda Humphrey (1987), la sociología industrial clásica siempre aceptó el hecho de que, cuando hombres y mujeres entran a una fábrica, adquieren una identidad en tanto trabajadores. Lo que no tuvo en consideración fue que, al hacerlo, ellos y ellas no abandonan sus identidades de género. Estas, evidentemente, sufren redefiniciones y ajustes relacionados con el hecho de asumir y desarrollar nuevas prácticas y expectativas referidas a situaciones y experiencias de trabajo y de vida profesional. Pero siguen siendo un elemento fundamental en la configuración de las identidades de los trabajadores y de las trabajadoras, moldeando expectativas y comportamientos diferenciados en el trabajo.

Por otro lado, las *imágenes de género* están en la base de la formulación de las políticas de recursos humanos de las empresas, en el sentido de que influyen fuertemente el grado y la naturaleza de las oportunidades de empleo que los empresarios están dispuestos a abrir para hombres y mujeres, así como las inversiones que están dispuestos a hacer en su personal. La disposición de inversión de los empresarios en sus recursos humanos es diferenciada (y desigual) conforme al género y está fuertemente influenciada por esas imágenes que, a su vez, se constituyen en gran medida a partir de mitos y prejuicios. Por ejemplo, frecuentemente las trabajadoras son asociadas, en el imaginario empresarial, a mayores costos laborales, altas tasas de ausentismo, impuntualidad y rotación externa, sin que, en la mayoría de los casos, haya comprobación empírica de la validez de esas asociaciones.<sup>5</sup>

De esa forma se proyecta sobre la imagen de la mujer trabajadora otra imagen de mujer, asociada básicamente a su papel de reproductora (al ámbito privado y doméstico). Las características básicas de esa imagen originaria son consideradas como barreras y limitaciones a una adecuada inserción de la mujer en el trabajo, en especial en el mundo

industrial, que sigue percibiéndose como básicamente masculino (un "territorio de hombres" en la expresión de Oliveira, 1991).

Pero la eficacia y la reproducción de las *imágenes de género* suponen también su interiorización, en alguna medida, por las/los propias/os trabajadoras/es. Las *representaciones empresariales sobre las mujeres trabajadoras* se suman así (de manera complementaria, ambigua, contradictoria o conflictiva) a las *representaciones de las mujeres trabajadoras sobre sí mismas y su actividad productiva*. Para los trabajadores y trabajadoras (de la misma manera que para los empresarios), el trasfondo de esas representaciones parece ser una asociación descalificante entre la mujer y la esfera doméstica, en especial su rol de madre.

Algunas investigaciones hechas en Brasil (Rizek y Leite, 1998; Soares, 1998) aportan elementos valiosos para discutir este tema. Rizek y Leite (1998) discuten de qué forma la estrategia empresarial de confinar a las mujeres trabajadoras a secciones y/o puestos de trabajo en que este se caracteriza por la utilización de habilidades supuestamente relacionadas a la esfera doméstica y, más aun, supuestamente inscritas en el cuerpo (en la naturaleza) femenino (tales como orden, limpieza, destreza fina, paciencia, tolerancia a la rutina, etc.), está, en gran medida, fuertemente interiorizada por las propias mujeres trabajadoras.

De la misma manera que ocurre con los empresarios, en las representaciones de trabajadores y trabajadoras sobre ellos mismos y su trabajo (o sea, en las imágenes de género por ellas/ellos interiorizadas), las *barreras de género* que separan ocupaciones y funciones consideradas "típicas" de hombres y de mujeres también tienden a aparecer como barreras técnicas. Eso se acentúa principalmente cuando las trabajadoras no son productoras/detentoras de un lenguaje propio sobre el trabajo, o sea, principalmente cuando ellas no poseen códigos verbales para describir sus puestos, tareas y calificaciones que sean contruidos a partir de las realidades y situaciones propias del trabajo, y no de metáforas o comparaciones con el universo familiar/doméstico ("*mi trabajo es tan simple como hacer arroz; no es necesaria una calificación*").<sup>6</sup>

Vale señalar que, en ese punto, las autoras observan una diferencia significativa entre las trabajadoras "comunes" y las sindicalistas. Estas últimas logran elaborar un discurso propio sobre el trabajo y la fábrica a partir del dominio de un lenguaje más relacionado a ese universo, construido a partir de la militancia sindical, lo que les posibilita comprender mejor su propia situación.

<sup>5</sup> Algunas/os autoras/es vienen llamando la atención sobre esos temas, y sobre la necesidad de realizar mediciones adecuadas de esos fenómenos con el objetivo de situar la discusión en un terreno menos obscurecido por los mitos y prejuicios. Ver, entre otros: Castillo (1992), Cacciamali y Pires (1995), Canales (1995) y Lerda y Todaro (1997).

<sup>6</sup> Expresión de una trabajadora entrevistada (Rizek y Leite, 1998). Las autoras llaman la atención sobre la importancia del *lenguaje* para el acceso a la esfera pública.

A su vez, Soares (1998) muestra la dificultad de las mujeres trabajadoras de conciliar las experiencias de la maternidad y el trabajo en algunos sectores industriales en São Paulo. Esta dificultad está relacionada a muchos factores, entre los cuales se destacan la ausencia de equipamiento de cuidado infantil adecuado y la presión de los jefes, pero también las imágenes de género de los empresarios y gerentes que asocian las mujeres trabajadoras, *en especial a partir del momento en que tienen hijos*, a la inadecuación, ineficiencia, altos costos y baja productividad. Pero la autora llama la atención principalmente sobre la manera en la cual la asociación entre la mujer y el cuidado de los hijos (que sigue siendo considerada una tarea "natural" y casi exclusiva de las mujeres) está interiorizada por trabajadores y trabajadoras. Esa asociación se manifiesta, entre otras cosas, en la presión de los maridos para que las mujeres dejen de trabajar a partir del momento en que se transforman en madres. Por otro lado, se manifiesta también con frecuencia en la visión de las mujeres de que esos dos roles son irreconciliables, lo que las lleva algunas veces a renunciar al trabajo asalariado fuera del hogar a partir del momento en que tienen el primer (o el *segundo*) hijo.

Para las mujeres que siguen trabajando – cada vez más, como hemos visto –, la interiorización de esas imágenes (por ellas mismas y por sus compañeros) significa la ardua tarea de conciliar la doble jornada. Por otro lado vale notar que, también en este caso, la autora encontró indicaciones de una actitud diferente que empieza a aparecer entre operarias más jóvenes y con militancia sindical: la renuncia a la maternidad y la reafirmación de la identidad de trabajadora, frente a la imposibilidad de cambiar la situación (los roles de género rígidamente definidos) en el trabajo y en la esfera doméstica.

Un artículo de Callejo y Martín (1994-95) nos ofrece un interesante contrapunto a la "carencia discursiva" de las mujeres para referirse a su trabajo (o a sí mismas en el trabajo) identificada por Rizek y Leite (1998). Según los autores, el referente del discurso gerencial sobre el mundo laboral es, en general, exclusivamente, el hombre. La utilización de términos como "la gente", "las personas", "ellos", que podrían ser entendidos en tanto términos "masculinos extensivos", es decir, que engloban tanto a hombres como mujeres, es, en realidad, un procedimiento discursivo que, al evitar la referencia explícita a las mujeres, posterga la aparición de procedimientos (explícitos) de exclusión o rechazo. La *exclusión del discurso* evita la *exclusión en el discurso*, pero indica la reafirmación del mundo del trabajo en tanto un mundo masculino (y de los lenguajes en el trabajo y sobre el trabajo en tanto lenguajes masculinos).

A través de esos procedimientos discursivos (que los autores denominan de "sexismo inhibido") se evita establecer explícitamente una línea divisoria entre hombres y mujeres en el mundo laboral, y

una oposición entre ambos colectivos. Sin embargo, una vez que las mujeres aparecen en escena, se evidencia el hecho de que los referentes del discurso eran exclusivamente los hombres. En ese momento, los procedimientos de exclusión ya no se realizan a través de la simple omisión y se vuelven explícitos, configurando lo que los autores llaman de un "sexismo argumentado".

El *sexismo inhibido* ocurre cuando es posible omitir el tema, o sea, cuando no hay presión para que se tome posición respecto al objeto social que causa el conflicto (en este caso, la mujer en puestos de responsabilidad laboral); ahí, el principal mecanismo de inhibición es la elusión: no hablar del objeto social sobre el cual se proyecta la exclusión.

El *sexismo argumentado*, a su vez, aparece en situaciones en las cuales los que hablan son obligados a referirse a las mujeres o a las relaciones de género en el trabajo. Ahí aparecen explícitamente los estereotipos negativos sobre la mujer. En general la argumentación se construye en tres etapas: en primer lugar la "observación" que se pretende objetiva (anécdotas concretas, situaciones individualizadas de mujeres en el trabajo: por ejemplo, una ejecutiva que no se pudo quedar a una reunión hasta más tarde porque no tenía con quien dejar a los hijos); en segundo lugar, la generalización, es decir, el paso del "comportamiento particular" al "comportamiento de género" ("todas las mujeres son así"; "siempre pasa lo mismo"); luego, a partir de esa generalización se extraen consecuencias (las mujeres no pueden dar la dedicación a la empresa que exige el cargo).

### ¿Productividad de hombres, productividad de mujeres?

El tema de la *productividad* (además de los *costos*) parece ser central en la evaluación (positiva o negativa) que los empresarios hacen sobre el desempeño de las mujeres trabajadoras y, por lo tanto, en su disposición de abrirles mayores oportunidades de empleo o mejores condiciones de trabajo.

En su discurso, aparece tanto la idea de que las mujeres son "más productivas" como la idea de que son "menos productivas". En general la primera versión tiende a aparecer en aquellos sectores/áreas/ocupaciones "típicas de mujeres", o consideradas "apropiadas para mujeres". En todos los demás casos, las mujeres tenderían a ser consideradas menos productivas, lo que justificaría la restricción de sus oportunidades de contratación, su segregación a tareas/áreas menos calificadas en el proceso de trabajo, la baja inversión en capacitación, los obstáculos a la promoción, etc.<sup>7</sup>

7 Esa hipótesis surge del análisis de los resultados de algunas investigaciones realizadas anteriormente, y pretende ser confirmada o rechazada por la investigación en curso.

Pero lo que llama la atención es que, en todos los casos, lo que parece atribuir a las mujeres esa calificación (positiva o negativa) no es tanto un análisis mensurable, o más objetivo, de sus características adquiridas en tanto trabajadoras (grado de escolaridad, calificación, experiencia laboral, etc.). Otra vez son *las imágenes de género* que parecen estar en el centro de la apreciación de los empresarios.

Para los empresarios, lo que explicaría la mayor o menor productividad de las mujeres sería mucho más su *condición de mujer* que sus características en tanto trabajadora. No pasaría lo mismo con los hombres. No parecen ser las características de género de ellos las que definen la evaluación hecha por los empresarios sobre su mayor o menor productividad.

La *condición de mujer*, subordinando y sobredeterminando la condición de trabajadora, aparece aquí por dos vías. En primer lugar está presente la idea de que las mujeres son menos productivas porque "están con la cabeza en la casa": no tienen disponibilidad para hacer horas extras y para trabajar los fines de semana, faltan mucho y renuncian con facilidad al trabajo (por lo que no vale la pena contratarlas o invertir en su calificación), significan costos adicionales de entrenamiento del nuevo/a trabajador/a cuando utilizan el permiso pre y post natal, etc. Aquí la idea de *productividad* en la argumentación empresarial aparece más bien como una idea de *rendimiento*, asociada a la *disciplina laboral*, más que a las calificaciones o a la capacidad operativa de trabajo en tanto tal.

En segundo lugar, *cuándo y dónde* las mujeres son consideradas más productivas (más apropiadas para determinados tipos de trabajo), en general esta calidad se asocia a dos factores: a) las características supuestamente inscritas en su cuerpo o su "naturaleza" (dedos finos y pequeños, paciencia, meticulosidad); b) la socialización adquirida en la esfera doméstica (que jamás es vista ni remunerada como calificación laboral): saber coser, tener nociones de orden y limpieza incorporadas, etc.

Cuestionar esas asociaciones no significa negar que las tareas reproductivas tienen costos, y que es necesario pensar cómo y quiénes deben asumirlos. El problema radica en que la dificultad (o la falta de interés) para medirlos lleva a que los estereotipos tomen fuerza. Por ejemplo: el problema más frecuentemente mencionado por los empresarios como factores de costo y de baja productividad de las mujeres son los permisos pre y post natales y las enfermedades de los hijos pequeños. Esto no tiene suficientemente en cuenta varios factores, entre ellos que la fecundidad ha bajado (en Chile, por ejemplo, en la actualidad, las mujeres tienen en promedio 2,6 hijos) y que esta cifra es aun menor entre las mujeres trabajadoras. Más que la medición objetiva de algún indicador de caída en la productividad de la empresa pro-

vocada por la presencia de trabajadores del sexo femenino, las opiniones de los empresarios parecen basarse en el recuerdo de las molestias causadas en algunos casos particulares.<sup>8</sup>

Por lo tanto, para avanzar en el propósito de situar la discusión sobre el trabajo femenino en un terreno menos oscurecido por mitos y prejuicios, es fundamental incorporar la dimensión de género a la discusión que se viene realizando sobre el concepto de productividad. En primer lugar, habría que señalar que no existe una forma de medir *la productividad de las mujeres* en forma general y abstracta, ya que la productividad del trabajo de cualquier individuo o grupo de individuos siempre depende de las condiciones en las que este se realiza. Hombres y mujeres no desarrollan las mismas actividades al interior de una empresa y tampoco existen empresas totalmente femeninas o totalmente masculinas con las mismas características (tamaño, nivel tecnológico, estilo de gestión, tipo de actividad productiva) que pudieran ser comparadas. Por ello, en general las opiniones reemplazan la falta de conocimiento con las imágenes de género dominantes o los dictados de alguna experiencia particular.

El segundo aspecto a considerar es que todavía se opera con una idea de productividad muy estrecha y limitada. Los nuevos paradigmas y procesos productivos consideran una definición sistémica de la productividad que va más allá de un cálculo preciso de operaciones definidas en términos individuales (Zarifian, 1997). Por eso se vuelve cada vez más complejo (y al mismo tiempo insuficiente) definir la productividad de cada individuo en particular, o el aporte específico de cada individuo a la productividad global de la empresa, sin considerar esos factores más sistémicos.

### Mujer y trabajo: nuevas ideas y viejos fantasmas

En el imaginario empresarial están presentes, en general, *nuevas ideas y viejos fantasmas*. Eso quiere decir que, en muchos casos, los empresarios están abiertos a aceptar ideas más igualitarias y razonables sobre las mujeres, pero, sin embargo, cuando se tocan los núcleos duros de su imaginario, surgen viejos fantasmas que desencadenan reacciones que relativizan o anulan lo que parecía haber sido aceptado.

El imaginario de los actores sociales y sus procesos de toma de decisiones están marcados por distintas racionalidades (siempre "limitadas"), o distintas lógicas, que, en cada caso concreto, pueden combinarse de maneras diferentes entre sí. En el imaginario empresarial, por

<sup>8</sup> Aquí, una vez más parecería estar operando el mecanismo descrito por Callejo y Martín (1994-95) de observación-generalización-consecuencias.

ejemplo, frecuentemente se superponen (complementándose a veces y otras veces presentando algún grado de incoherencia y hasta contradicción) la lógica de la búsqueda del beneficio, la lógica de la eficiencia, la lógica de la autoridad, la lógica del control.

Ese imaginario, a su vez, así como los discursos a través de los cuales los distintos actores se presentan a sí mismos y configuran sus campos de interacción social, no son estáticos. Por el contrario, se constituyen y se transforman a través de una compleja marcha de avances, retrocesos, compromisos, resistencias, negociaciones, oposiciones y aprendizajes, que a su vez dependen del contexto político, económico, cultural, legal, institucional en el cual se mueven. En el caso que estamos discutiendo, la presencia de otros actores (sindicatos, gobierno, movimiento de mujeres) y la existencia de políticas de igualdad de oportunidades y experiencias de negociación colectiva, por ejemplo, pueden producir cambios importantes en el imaginario empresarial e influenciar su proceso de toma de decisiones induciendo la aceptación de nuevas ideas, aplacando o agudizando la existencia de fantasmas, etc.

En una investigación realizada en Brasil (Abramo, 1986), sobre el comportamiento empresarial en la transición democrática, por ejemplo, se pudo observar el apareamiento, en ese contexto (que también estaba marcado por un proceso muy vigoroso de resurgimiento del movimiento sindical), de varias *nuevas ideas* respecto de los trabajadores.<sup>9</sup> Sin embargo, algunos temas seguían siendo considerados inaceptables:<sup>10</sup> todo aquello que se refería a las posibilidades de constitución y fortalecimiento de los trabajadores en tanto sujetos colectivos que realmente pudieran ser tomados en consideración en el escenario político. Al referirse a esos temas, los entrevistados revelaban concepciones, pensamientos y temores que, en muchos casos, habían permanecido hasta entonces encubiertos, relativizando o abandonando muchas de las ideas que habían aparecido como nuevas.<sup>11</sup>

Los temores de los empresarios, en ese caso, estaban asociados básicamente a la concepción (que seguía subyacente al discurso) de los trabajadores en tanto agentes potencialmente disgregadores del orden, portadores del caos, que, sin el debido control, abusarían

9 Entre ellas la aceptación de la liberalización de los mecanismos de control estatal sobre la acción sindical, del derecho de organización de los trabajadores al interior de las empresas (hasta cierto punto) y de la legitimidad de las negociaciones colectivas, aspectos sobre los cuales los empresarios se habían opuesto fuertemente durante todo el período dictatorial.

10 Entre ellos el derecho de huelga, la posibilidad de organización de centrales sindicales y el derecho a la participación política de los trabajadores.

11 El fenómeno parece similar al analizado por Callejo y Martín (1994-95) cuando se refieren al "sexismo inhibido" y al "sexismo argumentado".

irresponsablemente de los derechos "concedidos", amenazando el orden establecido. Por eso no se podía aceptar su plena constitución en tanto un sujeto colectivo y volvían a aparecer en el discurso argumentos que defendían y justificaban la manutención de mecanismos de control sobre su acción y sus posibilidades de organización.<sup>12</sup>

En este artículo pretendemos iniciar una reflexión sobre cuáles podrían ser las *nuevas ideas* y los *viejos fantasmas* presentes hoy día en el discurso empresarial referente a la mujer trabajadora.<sup>13</sup>

En algún nivel es posible percibir, en ese discurso, los impactos de procesos sociales tan relevantes como el fuerte aumento de la participación femenina en el mercado laboral, el aumento de su escolaridad (incluyendo la superior) y los cambios culturales más generales ocurridos en las últimas décadas. En primer lugar, parece haber una mayor aceptación de la idea de que *las mujeres pueden entrar al mundo del trabajo*, sea porque ellas lo necesitan (para el sustento económico del hogar), sea porque *tienen derecho a* (por razones de orden económico, de autonomía personal, proyecto de vida, etc.). En suma, una mayor aceptación de la idea de que *el mundo de la mujer no es sólo la familia* o la esfera doméstica. En segundo lugar, especialmente en sectores/empresas más modernas y dinámicas, parece existir una mayor permeabilidad (o la aceptación formal) a la idea de la igualdad entre los géneros, lo que dificultaría procedimientos explícitos de discriminación (en determinados ámbitos empieza a ser visto como "políticamente incorrecto" discriminar en términos de género y/o de raza). En tercer lugar, cada vez más se considera que la incorporación de mujeres a la empresa en tareas o funciones no tradicionales puede significar un aporte de nuevas capacidades (diferentes a las que son características de los hombres), además de ampliar el universo de trabajadores entre los cuales seleccionar los mejor dotados.

¿Cuáles serían, entonces, los *viejos fantasmas* que seguirían marcando su presencia? La entrada de las mujeres al mundo laboral en igualdad de condiciones ¿sería percibida por los empresarios como una amenaza principalmente por razones de orden económico? En este caso, a qué tipo de factores estaría relacionada esa amenaza? Algunas hipótesis: a) a los costos asociados a la "condición femenina" (protección legal a la maternidad, atención a los hijos pequeños); b) a los costos adicionales que podrían significar la supresión o disminución

12 El mismo fenómeno fue observado por Campayo (1989) al analizar el comportamiento empresarial en el inicio de la transición chilena a la democracia.

13 Plantearemos aquí algunas hipótesis que pretendemos desarrollar en el contexto de la investigación a que ya se hizo referencia, que incluye una encuesta a empresarios estratificada por tamaño y rama de actividad y entrevistas cualitativas.

de las desigualdades de género en el trabajo: eliminación del diferencial salarial entre hombres y mujeres, equiparación de las oportunidades de capacitación y promoción, etc.; c) a las nuevas demandas que podrían ser formuladas por los trabajadores hombres a partir de una redefinición de las relaciones de género en la esfera doméstica.

¿O estas amenazas estarían referidas principalmente a problemas de otro orden, tales como resistencias culturales y necesidades de control asociadas a los mecanismos de dominación existentes? Si es cierto que entre los empresarios latinoamericanos todavía existe una enorme resistencia en aceptar la existencia de los trabajadores en tanto sujetos plenamente constituidos (y eso obedece a una lógica de poder históricamente estructurada) podemos pensar que los mecanismos de discriminación de sexo/género aportan importantes elementos de diferenciación, segmentación y exclusión que son bastante funcionales al fortalecimiento de esa lógica de control.

Para finalizar, habría que destacar que no sólo las mujeres se ven afectadas por una forma de organización del trabajo que dificulta toda otra actividad, así como por una forma de organización social para la reproducción que pone obstáculos a la vida laboral. También los hombres, y la sociedad en general, sufren las consecuencias de esa disociación. Por eso es posible esperar que la incorporación creciente de las mujeres al trabajo remunerado, así como el cambio en las relaciones de género en la empresa y en la familia, incidan en la organización y en la cultura del trabajo en el sentido de superar esa disociación, condición que cada vez se evidencia como más necesaria para elevar la calidad de vida tanto de hombres como de mujeres, si como, posiblemente, para mejorar significativamente los niveles de productividad de las empresas.

Recebido em março de 1998.

Laís Abramo, funcionária do  
Instituto Latinoamericano y  
del Caribe de Planificación Económica  
y Social, Ilpes/Naciones Unidas, Chile.  
Rosalba Todaro, pesquisadora do  
Centro de Estudos de la Mujer, Chile.

## Bibliografía

- Abramo, Laís (1986). "Empresários e trabalhadores: novas idéias e velhos fantasmas". In: *El sindicalismo latinoamericano en los ochenta*. Santiago: Comisión de Movimientos Laborales de Clacso.
- Arriagada, Irma (1997). *Realidades y mitos del trabajo femenino urbano en América Latina*. Santiago: Cepal. (Serie Mujer y Desarrollo).
- Bailyn, Lotte; Rapoport, Rhona; Kolb, Deborah; Fletcher, Joyce *et al.* (1996). "Re-linking work and family". Simmons Institute for Leadership and Change, Simmons College. (Working Paper 3892-96).
- Cacciamali, M.C. y Pires, J.M. (1995). *Instituições do mercado de trabalho brasileiro e desempenho econômico*. São Paulo: FEA-USP. (Mimeo).
- Callejo, Javier y Martín, Luisa (1994/95). "La promoción de la mujer a puestos de responsabilidad laboral: resistencias discursivas". *Sociología del Trabajo*, Madrid: Siglo XXI, n° 23.
- Campero, Guillermo (1989). *Los empresarios chilenos en el régimen militar y el post-plebiscito*. Santiago: Ilet.
- Canales, Alejandro (1995). "Condición de género y determinantes sociodemográficos de la rotación de personal en la industria maquiladora". In: González, S. *et al.* *Mujeres, migración y maquila en la frontera norte*. México, Tijuana: El Colegio de México. El Colegio de la Frontera Norte.
- Castillo, Juan José (1996). *A la búsqueda del trabajo perdido: y de una sociología capaz de encontrarlo...* Mayaguez, Porto Rico, fev. (Apresentado no Encontro Mundial de Estudos e Sociologia do Trabalho).
- Crozier, Michel y Friedberg, Erhard (1990). *El actor y el sistema: las restricciones de la acción colectiva*. México: Alianza Editorial Mexicana. (Primeira edição, 1977).
- Guzmán, Virginia y Mauro, Amalia (1997). *Las mujeres en el mercado laboral: desde el género a la formulación de políticas*. Santiago: Centro de Estudios de la Mujer. (Informe Final). (Inédito).
- Humphrey, John (1987). *Gender and work in the Third World: sexual divisions in Brazilian industry*. Londres, New York: Tavistock Publications.
- Katz, Jorge y Kosacoff, Bernardo (1998). "Aprendizaje tecnológico, desarrollo institucional y la microeconomía de la sustitución de importaciones". In: *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires: Ides, 148 (37). ene.-mar.
- Lerda, Sandra y Todaro, Rosalba (1997). "Cuánto cuestan las mujeres? Un análisis de los costos laborales por sexo". *Sociología del Trabajo*, Madrid: Siglo XXI, n° 30, primavera.
- Maruani, Margaret (1993). "La calificación, una construcción social sexuada". *Economía y Sociología del Trabajo*, Madrid: Ministério do Trabalho e Seguridade Social, n° 21/22, set.-dez.
- Newman, Janet (1995). "Gender and cultural change". In: Itzinn, Catherine y Newman, Janet (eds). *Gender, culture and organizational change: putting theory into practice*. Londres: Routledge.
- Oliveira, Rosiska (1991). *O elogio da diferença*. São Paulo: Brasiliense.

# Pobreza, hogares y condición femenina

Vania Salles e Rodolfo Tuirán

OIT (1997). Chile. *Crecimiento, empleo y el desafío de la justicia social*. Santiago: OIT.

Reygadas, Luis (1998). "Fábricas con aroma de mujer: las nuevas culturas del trabajo vistas desde la óptica de género". In: Abreu, Alice R. de P. y Abramo, Laís (eds.). *Género y trabajo en la sociología latinoamericana*. São Paulo: Alast/Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo.

Rizek, Cibele y Leite, Márcia, 1998. "Dimensões e representações do trabalho fabril feminino". In: Abreu, Alice R. de P. y Abramo, Laís (eds.) *Género y trabajo en la sociología latinoamericana*. São Paulo: Alast/Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo.

Simon, Herbert (1979). "De la racionalidad sustantiva a la procesual". In: Hahn, Frank y Hollis, Martin (comp.). *Filosofía e teoría económica*. México: Fondo de Cultura Económica.

Soares, Vera (1998). "Acordos coletivos e as trabalhadoras". In: Abreu, Alice R. de P. y Abramo, Laís (eds.). *Género y trabajo en la sociología latinoamericana*. São Paulo: Alast/Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo.

Valdés, Teresa y Gomáriz, Enrique (1995). *Mujeres latinoamericanas en cifras: volumen comparativo*. Santiago: Instituto de la Mujer de España/ Placso.

Zarifian, Philippe (1997). "Por uma sociologia da confrontação (a propósito da multidisciplinaridade)". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, 3 (5).

## Resumen

El argumento central del trabajo es que la pobreza femenina tiene características específicas derivadas de la condición de género, pero se inscribe en un fenómeno mayor que atañe a amplios sectores de la población – hombres, mujeres y niños – quienes viven de forma conjunta las condiciones impuestas por la privación. Destacamos la existencia de un vínculo inextricable entre pobreza/funcionamiento de la economía. Enfatizamos el peso que debe darse a las investigaciones que toman el hogar como una unidad de análisis, para "decodificar" las relaciones hogareñas.

*Palabras clave:* pobreza; hogares; género.

## Abstract

The key argument of this work is that women's poverty has specific features derived from their gender condition, but that it is inscribed within a wider frame of reference involving men, women and children alike, who share the living conditions imposed by deprivation. Here we stress the unavoidable link between poverty and the way the economic system functions. We also place emphasis on the weight given to research based on households as conceptual units of analysis, in order to "decode" the relations among the family members.

*Keywords:* poverty; households; gender.

## Introducción

A pesar de que la pobreza femenina tenga características específicas derivadas de la condición de género, se inscribe en un fenómeno mayor que atañe a amplios sectores de la población, tanto masculina como femenina, que al vivir de forma conjunta las condiciones impuestas por la privación, sufren carencias. Por ello enfatizamos que para examinar y comprender la situación de pobreza de las mujeres es necesario una reflexión de carácter general sobre el tema. Como la literatura especializada ha demostrado que existe un vínculo inextricable entre la pobreza, la situación de la economía y del conjunto de la sociedad, se harán breves menciones – a manera de contexto – a la política económica reciente. Interesa también una breve referencia conceptual a lo que significa la pobreza para, posteriormente plantear la existencia de consecuencias diferenciadas por género. Centrado en este orden de exposición, el texto se termina con algunas cuestiones de índole teórico-metodológica que posibilitan dar visibilidad a la condición de las mujeres pobres y de los hogares en estado de privación.

## Contexto, aproximaciones descriptivas a la pobreza, determinantes de género

Para abordar el tema de la pobreza en México, Levy (1994) destaca tres características de la política económica implementada a inicios de 1990 que impactan la sociedad y situación de los pobres hasta el período actual. La necesidad abrumadora de mantener el equilibrio fiscal, implica la continuación de las restricciones presupuestales, lo cual incide en el corto plazo en la disponibilidad de recursos para atender el problema de la pobreza. A su vez las reformas estructurales han promovido el papel de las fuerzas del mercado en la asignación de recursos, lo que determina que en los próximos años los programas de combate a la pobreza evitarán recurrir al expediente de los controles de precios y los subsidios o los reduzcan al mínimo. Finalmente las reformas estructurales no se han distribuido de manera uniforme (Levy, 1994). En tales procesos interviene igualmente la propia incapacidad de las políticas sociales para cumplir eficazmente su responsabilidad compensadora de los desequilibrios sociales (Salles y Tuirán, 1996).<sup>1</sup>

Este complejo de situaciones tiene como transfondo el hecho de que en el curso de los últimos años han ocurrido en el escenario internacional grandes transformaciones de naturaleza socioeconómica y geopolítica. Diversos eventos han contribuido a gestar y producir las condiciones para un amplio y profundo cambio estructural en las relaciones internacionales y propiciado el tránsito hacia una fase de globalización de la economía mundial, hecho que a su vez ha traído consigo – a nivel de un sinnúmero de países – una profunda revisión de las estrategias y políticas de desarrollo.

Para México, las tendencias incluidas en estos procesos marcan el agotamiento del modelo de acumulación orientado «hacia adentro», hecho que, a partir de la llamada «crisis de la deuda», ha traído consigo una profunda revisión de las estrategias y orientaciones políticas del desarrollo. La crisis y la instrumentación de los programas de ajuste estructural contribuyeron a agudizar un amplio abanico de problemas sociales, entre los que destacan la ampliación de las desigualdades entre ricos y pobres y el incremento de la población en estado de privación e indigencia. Además hay la imposibilidad de sostener la capacidad del país para promover la inversión en capital humano, presentar medidas para contrarrestar los efectos perversos del mercado sobre la fuerza de trabajo y evitar el derrumbe de un sector importante de micro-empresas (Viniegra, 1997). En este contexto, un

indicador preocupante es el descenso sostenido del producto interno bruto (PIB) per cápita y una caída del gasto social que frenó la expansión de los servicios sociales y en algunos casos redujo la oferta de los mismos o modificó sus condiciones de acceso.

Todo ello hace que la realidad en México relativa a la pobreza sea dramática, no sólo por el incremento cuantitativo del número de pobres, sino también por lo que implica ser pobre en nuestras sociedades: subconsumo; estado nutricional deficiente y proclive a las enfermedades propias de dicho estado; carencia de requerimientos indispensables para organizar la higiene doméstica; e integración inestable en los sistemas de producción, entre otros.

Se percibe con mayor realismo la gravedad de la situación si se define qué significa la indigencia y la pobreza extrema. Según Levy (1994:18 y 19), «extremadamente pobres son aquellos que no pueden proveerse de una alimentación suficiente que les permita desempeñarse adecuadamente. Las personas desnutridas son más vulnerables a las enfermedades, corren el riesgo de desarrollar deficiencias antropométricas, en ocasiones son apáticas y, en general, son menos capaces de llevar una vida sana con la suficiente energía para desempeñarse de manera satisfactoria en la escuela o en el mercado de trabajo». A su vez es importante rescatar lo que dice Peter Townsend – citado por Kliksberg (1997) – en una entrevista al periódico *El Universal* (1988), de Caracas: «quien es pobre se muere antes. Mis investigaciones prueban que la pobreza mata. No se trata de un comentario político o social, sino de un hecho científico».

La pobreza, en su doble dimensión de bajos ingresos y de imposibilidad de satisfacción de necesidades básicas, constituye la forma extrema de exclusión de los individuos y las familias de los procesos productivos, de la integración social y del acceso a las oportunidades. Este fenómeno es una herencia histórica y un mal crónico. La pobreza, que en el pasado era concebida como un rasgo transitorio de la sociedad, no sólo persiste como elemento constitutivo de lo social, sino que se agudiza y se reproduce. De hecho, los ingresos reales de las familias que se encontraban a inicios de la década de 1980 por encima de la línea de pobreza, descendieron de manera significativa en el período reciente y surgió – junto con la llamada pobreza estructural – un sector de «nuevos pobres».<sup>2</sup>

Las raíces profundas de la pobreza se originan en la desigual distribución de la riqueza (fenómeno que se enmarca en relaciones sociales y reglas propias de funcionamiento del sistema), en el reparto inequitativo de las oportunidades y en el acceso socialmente dife-

<sup>1</sup> Del texto «¿Cargan las mujeres con el peso de la pobreza? Puntos de vista de un debate» (edición mimeografiada), sacamos varias ideas que constan del actual trabajo.

<sup>2</sup> Por la brevedad del artículo hemos excluido los cuadros sobre la evolución de la pobreza en México y América Latina. Para su consulta véase Salles y Tuirán (1996).

renciado a los frutos del progreso. A estas referencias relacionadas con las condiciones materiales de vida es preciso añadir otras tales como los efectos de las restricciones sobre la auto-realización personal, la participación en la sociedad y el logro de una vida digna, según se estipula en las cartas y convenios internacionales sobre los derechos humanos (Cepal, 1985:12).

En cierto sentido heredero de formulaciones hechas para el análisis de contextos más abarcadores, el abordaje de la pobreza desde la perspectiva de género es escaso y también reciente, pero de suma importancia, pues con su surgimiento se *redefinen* contenidos teóricos variados y aspectos metodológicos involucrados en la investigación general sobre el tema.

Los estudios enmarcados en esta preocupación examinan las diferencias "en los resultados y procesos generadores de pobreza, enfocándose en particular en las experiencias de las mujeres y preguntándose si ellas forman un contingente desproporcionado y creciente de los pobres" (Kabeer, 1992:1).

Con base en el género, se desempeñan roles específicos, se definen los ámbitos de acción de los individuos dentro del espectro institucional y societal y se conforman vías muy desiguales de acceso al poder y a los recursos. Las asimetrías de género se reflejan y manifiestan en aspectos tan diversos como la disponibilidad de menor educación y empleo para las mujeres; el acceso a trabajos inestables y mal remunerados; la responsabilidad de la doble y hasta la triple jornada; la prevalencia de niveles inadecuados de salud y bienestar; la existencia de pautas culturales que rigen diferencialmente la sexualidad de hombres y mujeres; la reducida participación en la toma de decisiones en los espacios social y familiar; y la exclusión o escasa integración a los sistemas políticos.

Las desigualdades de género dan lugar a un complejo sistema de interacciones que provocan una acumulación de desventajas para las mujeres exponiéndolas y haciéndolas más vulnerables a condiciones de privación y pobreza. Así, las situaciones desventajosas para las mujeres, originadas en el entorno doméstico o en el mercado de trabajo (para mencionar apenas dos ámbitos sociales que producen y reproducen asimetrías relacionales pautadas por el género) interactúan con otras – como por ejemplo las que determinan la clase social y la pertenencia étnica – lo cual provoca que la mujer pobre permanezca en círculos de precariedad difícilmente rompibles, inserta en redes que se retroalimentan de forma sostenida. La existencia de formas de asimetrías interconectadas, al presentarse bajo la modalidad de intersecciones, produce efectos potenciados. Es importante tener en cuenta que la pobreza en general (incluyendo por supuesto la femenina) abarca un amplio abanico de situaciones distintas. Cada tipo

de pobreza es el resultado de procesos diferenciadores, con causas específicas, lo que a su vez influye en las vivencias – objetivas y subjetivas – asociadas con la pobreza y en las estrategias individuales y familiares para intentar salir de esa situación. Es pues importante destacar que no hay un patrón homogéneo: hay diferentes maneras de ser pobres y otras tantas de vivir la pobreza, lo que permite pensar no sólo en las líneas que separan a hombres y mujeres, sino también en las que actúan en el seno mismo del contingente femenino que vive en situaciones de privación.

### Feminización de la pobreza

Las evidencias producidas en la última década permiten afirmar que, mundialmente, las mujeres están sobrerrepresentadas entre los pobres "[...] y que su proporción va en aumento" (Pedrero *et al.*, 1995). El reconocimiento de la situación tradicional de pobreza que han vivido una proporción considerable de las mujeres, unida a la llamada "nueva pobreza",<sup>3</sup> ha llevado a que se hable cada vez con mayor frecuencia de la "feminización de la pobreza". Este concepto, que ha adquirido carta de ciudadanía en los debates sobre el tema, pretende reflejar la envergadura y los contenidos inherentes a los estados de vulnerabilidad y privación que son específicos de las mujeres. Las diferentes interpretaciones de la feminización de la pobreza tienen en común suponer que las mujeres son más numerosas que los hombres en el volumen total de los pobres; y que es un fenómeno ascendente en su magnitud y en el tiempo (Fernández, 1990). Tanto los estudios iniciales sobre la feminización de la pobreza como las primeras evidencias que sustentan el debate surgen en contextos distintos al mexicano. Es en Estados Unidos y Europa que se tejen las primeras consideraciones sobre este tema en el curso de los años setenta.

En ellas se argumentaba que las tendencias económicas, sociales y demográficas vigentes en los países desarrollados estaban propiciando una pauperización continua y progresiva de la población femenina.<sup>4</sup> Así, por ejemplo, se enfatizaba que la relación inestable de las mujeres con el mercado laboral contribuía a generar procesos de pauperización creciente – debido a la pérdida de empleo o la insuficiencia de los ingresos – que trae aparejada el tipo de actividad o la posición que las mujeres ocupan en el trabajo (puestos eventuales, a

3 Mayores detalles sobre este tema se encuentran en Salles y Tuirán (1996).

4 Bane y Carballo (1985) enfatizan algunas de las causas que se derivan tanto de los modelos de desarrollo económico, como de cuestiones de naturaleza racial y étnica, que funcionan como marco general para la reproducción de la pobreza en general y de la femenina en particular.

tiempo parcial, puestos devaluados, etc.), aspectos que a su vez están asociados con la operación de mecanismos discriminatorios en contra de la mujer en el mercado laboral y con los procesos de redistribución del trabajo impulsados por el progreso tecnológico y la flexibilización laboral.

En este marco, algunos estudios sobre el tema (Deaton y Muellbaver, 1984; Cepal, 1985; Bane y Carballo, 1985; Behrman y Kumar, 1985; Moller-Okin, 1992) subrayaron que, para entender la feminización de la pobreza, sería necesario mover el campo de observación de las cuestiones relativas al trabajo hacia otras que marcan ineludiblemente y de manera peculiar la condición femenina. A partir de un campo de referencia más amplio se observó que, con el incremento de las separaciones y los divorcios y la costumbre de dejar a los hijos con la madre (aspectos que suelen estar acompañados de la ausencia de una legislación que obligue el apoyo paterno a la prole suelen ocurrir, por ejemplo, procesos de pauperización de la familia monoparental jefaturada por la mujer.

El propio término monoparental apareció en la literatura francesa por la necesidad de caracterizar conceptualmente la recurrencia de un fenómeno que tiene profundos vínculos con las pautas culturales que rigen la vida en pareja, las cuales implican, en muchas ocasiones, la generación de condiciones desfavorables para la mujer, tanto al asumir los roles de género que socialmente le son "impuestos" cuando se casan, como a raíz de la generalización de las separaciones y los divorcios (Moller Okin, 1992).

Cuestiones de tal naturaleza tienen insoslayablemente un componente cultural que en el marco de la división sexual del trabajo tradicional agudizan las desventajas económicas de los hogares encabezados por mujeres. La rígida división sexual del trabajo existente en ciertos contextos actuales, al provocar una inserción muy diferenciada de las personas según género en la estructura social, conlleva a situaciones desfavorables para las mujeres, pues ellas se ven afectadas por cierto grado "confinamiento doméstico", fenómeno que se acompaña de una menor presencia en los espacios públicos y de poder. El peso de esta división sexual del trabajo, al basarse en roles establecidos, privilegia una estricta separación entre tareas públicas (las del hombre) y tareas privadas (las de la mujer).

Estos arreglos, según la literatura sobre el tema (véase Parsons, por ejemplo), tienden – en términos de vida cotidiana y hogareña – a estar entretejidos en torno a la figura de la madre, sobre quien descansan las labores básicas de socialización de la prole. En este sentido se alude al papel de «líder instrumental» desempeñado por el esposo, que propocionará a su familia determinados estilos de vida, los cuales variarán conforme la posición lograda en la estructura ocupacional y

los niveles de salario, entre otros. En ausencia del "líder instrumental" o frente a la pérdida del proveedor (por la recurrencia de las separaciones y los divorcios) la situación del núcleo doméstico pasa por cambios profundos, no todos conducentes a una mejoría del estilo de vida vigente con anterioridad. El "rebajamiento" del estilo de vida es en general un fenómeno de múltiples alcances: la pérdida de prestigio, el alejamiento de redes sociales y el apareamiento de estados de privación, constituyen algunos de sus componentes. Cuando hay mayor plasticidad por parte de la mujer para incorporar nuevos roles (como el de proveedora) la situación es distinta y las posibles desventajas se presentan en el campo afectivo, sin remitirse forzosamente a la pérdida de status económico o al derrumbe de redes sociales. Devenir proveedora implica tener credenciales educativas o una formación/capacitación laboral que es un requisito indispensable para la entrada en el mercado de trabajo en empleos estables y favorables en términos de salario y prestigio, entre otros.

Los avances logrados en la reflexión sobre los hogares de jefas indican también que no es posible establecer vínculos mecánicos o directos entre pobreza y jefatura femenina. Entre las hipótesis sustentadas encontramos la de que no todos los hogares dirigidos por mujeres (como por ejemplo aquellos de las clases sociales altas) se encuentran en una situación de carencia material. Otra observación importante es que el estudio de la pobreza específicamente femenina no se agota en el examen de lo hogares de jefas mujeres.

### **Antecedentes para el estudio de la pobreza femenina en México y algunas cuestiones teórico-metodológicas**

En las últimas dos décadas aparecen en México una variedad de trabajos que arrojan diversas evidencias sobre temas clave para el estudio de la pobreza femenina. Una selección de dichos documentos, agrupados en los siguientes cuatro conjuntos, proporciona valiosos antecedentes y elementos para el estudio de la feminización de la pobreza y las situaciones de precariedad y privación agudizadas por las asimetrías de género:

Un primer grupo lo constituye el acervo de materiales socio-demográficos que, apoyados en grandes encuestas nacionales y datos censales, tienen la preocupación de enfocar la situación femenina proporcionando algunas evidencias (unas más y otras menos directas) sobre el impacto de la pobreza en la vida familiar y en el trabajo (Acosta, 1993; Tuirán, 1993b; Steingart y Solís, 1995; Rubalcava, 1996).

Un segundo conjunto de trabajos se basa sobre todo en encuestas realizadas en diferentes contextos del país, de tamaños y alcances variados y con contenidos temáticos disímiles, pero cuyo denomi-

nador común es el de incorporar explícitamente información sobre la condición de las mujeres y de los hogares del sector popular que viven en estado de pobreza y precariedad. Se trata de investigaciones realizadas en ciudades de tamaño intermedio o para contextos colindantes con grandes metrópolis (Margulis y Tuirán, 1986; Tuirán, 1993a; Martínez y Salles, 1992).

Integramos también a esta revisión algunos hallazgos de investigaciones realizadas mediante entrevistas estructuradas, semi/estructuradas y en profundidad que se ocupan de los espacios domésticos con énfasis en la dinámica demográfica e intrafamiliar (Chant, 1988 y 1997; González de la Rocha, 1986; García y Oliveira, 1994).

Finalmente incorporamos reflexiones vertidas en trabajos cuyo contenido central es presentar revisiones teórico-metodológicas y analíticas sobre la pobreza femenina. Aunque no se circunscriban exclusivamente a los aportes producidos en México, contienen múltiples referencias acerca de las contribuciones de la sociodemografía mexicana (Salles y Tuirán, 1994 y 1995; García, 1995).

Las diversas fuentes nacionales disponibles indican que el peso relativo de las unidades con jefes del sexo femenino se encuentra en un rango que oscila entre 13.5 y 15 por ciento del total de hogares del país, siendo esta proporción menor en las localidades rurales y semiurbanas (menos de 20,000 habitantes) y algo superior en las áreas urbanas (ciudades de 20,000 habitantes y más) y metropolitanas. Asimismo, dichas fuentes coinciden en mostrar que las mujeres jefas de hogar son mayoritariamente viudas, separadas o divorciadas. De hecho, este grupo representa alrededor del 80 por ciento del total correspondiente (Tuirán, 1993b). Utilizando una encuesta demográfica nacional, Acosta (1993) ofrece evidencias acerca de la mayor vulnerabilidad de los hogares jefaturados por mujeres. Apunta que la información sobre trabajo, ingreso y escolaridad en esos hogares refleja la forma en la cual los condicionamientos sociales de género afectan negativamente a las jefas. Tal afirmación puede ilustrarse de la siguiente manera: alrededor de tres de cada diez jefas de hogar no recibieron instrucción escolar alguna; dos de cada tres mujeres jefas de hogar trabajan, pero obtienen ingresos de un salario mínimo o menos; cuando las jefas trabajan, con frecuencia lo hacen en actividades por cuenta propia y en servicio doméstico.

Rubalcava (1996), en un análisis con base en una muestra del XI Censo General de Población y Vivienda de 1990 (Inegi, 1990), indica la creciente importancia de los hogares con composición preferentemente femenina del ingreso familiar y ofrece datos que indican la considerable contribución de las mujeres al presupuesto de la familia. Además, pone en evidencia que 7 de cada 10 hogares con primacía de ingreso femenina no tienen hombres en edad activa o existe una escasa presencia de ellos,

lo cual incide en la naturaleza de las estructuras familiares y en el bienestar de la familia. En una línea semejante, Steingarth y Solís (1995) investigan las diferentes situaciones de bienestar de los hogares con jefatura femenina y masculina mediante el examen de las condiciones de la vivienda y de los servicios a que tienen acceso. Siguiendo el orden establecido previamente, describimos a continuación algunos de los aportes derivados de pequeñas encuestas. Margulis y Tuirán (1986), a partir del examen de una encuesta realizada en las colonias populares de Reynosa, Tamaulipas (1980), confirman la importancia relativa de los arreglos con jefas mujeres e ilustran la existencia de la doble jornada que es usual en este tipo de núcleos domésticos: en 38.4% de los casos las mujeres se ven forzadas a organizar sus actividades relativas al trabajo doméstico/trabajo extra-doméstico mediante la figura de la doble jornada. Asimismo, Martínez y Salles (1992), al analizar una encuesta levantada en Xochimilco, elaboran indicadores para acercarse a los estados de precariedad observados en los hogares del sector popular. Mediante la utilización de índices de habitabilidad hogareña y de hacinamiento encontraron algunos indicios de la situación de precariedad social en los hogares con jefas mujeres sin cónyuge. En ellos se concentraban los menores con los niveles nutricionales más bajos y las mujeres con bajo índice corporal.

Otra línea de investigación que interesa para esta breve sistematización de aportes, se relaciona con las estrategias de sobrevivencia. En la literatura sociodemográfica se ha arguido con insistencia que los hogares tienden a ajustar sus estrategias de vida para hacer frente a fenómenos tales como el desempleo y la caída de los salarios y el ingreso familiar. En esa literatura se le asigna a dichas estrategias el potencial para contrarrestar o reducir el deterioro en los niveles de bienestar causado por la recesión y las políticas de ajuste y estabilización aplicadas en México. Tuirán (1993a), apoyándose en la información proveniente de dos encuestas nacionales sociodemográficas y de una encuesta tipo panel realizada en el área metropolitana de la Ciudad de México,<sup>5</sup> recaba evidencias sobre la participación de las mujeres tanto en la definición como en la puesta en práctica de estrategias que tienen por objeto proteger el nivel de ingresos del hogar (en dinero y/o en especie) o, al menos, contener su descenso, autogestando su propia ocupación o participando más extensivamente en el mercado de trabajo. De hecho el porcentaje de unidades domésticas en las que las "amas de casa" no realizaron contribución monetaria alguna disminuyó de manera significativa

5 Esta última es una encuesta tipo panel realizada en la Ciudad de México por el Instituto Nacional del Consumidor (Inco), que comprende seis diferentes levantamientos llevados a cabo entre 1985 y 1988.

durante el período en observación, sobre todo en los estratos de menores ingresos.

Las investigaciones que se apoyan en la utilización de entrevistas estructuradas y semi-estructuradas detallan algunos aspectos de interés tanto para caracterizar la situación de pobreza de las familias como el posible impacto de los estados de privación sobre las relaciones familiares. Chant (1988, 1997) resalta, con base en entrevistas realizadas en hogares pobres, que en los hogares monoparentales dirigidos por jefas se observa un mejor ambiente familiar, con menor incidencia de costumbres violentas. Además, la autora sostiene, al menos para los hogares pobres seleccionados, que no es cierto que, en términos comparativos con los núcleos de jefatura masculina, los hogares monoparentales con jefa mujer "vivan peor" económicamente, ya que a menudo cuentan con la aportación económica de los hijos. En contraste con los hallazgos de Chant, González de la Rocha (1986) encuentra, a partir de una investigación en hogares populares de bajos ingresos en Guadalajara, que los espacios domésticos con jefatura femenina presentan niveles de bienestar más bajos que los hogares con jefes hombres. Entre las causas que inciden en esta situación se perfila, con un grado elevado de importancia, la ausencia de ingresos provenientes del cónyuge, lo que incide negativamente en los recursos disponibles de las unidades domésticas encabezadas por mujeres, dado que en general los salarios masculinos suelen ser bastante más elevados que los femeninos y también los de los hijos, cuando éstos trabajan.

La investigación sociodemográfica coincide en señalar que es la cada vez mayor responsabilidad económica de las mujeres en los hogares. García y Oliveira (1994), a partir de entrevistas a profundidad en sectores medios y populares de Mérida, Tijuana y la Ciudad de México, encuentran que un número significativo de mujeres provenientes del sector popular había asumido la responsabilidad económica de sus hogares, debido a que en sus hogares se perfilaban situaciones de pobreza, inestabilidad laboral, desempleo masculino e irresponsabilidad de los cónyuges, entre otras causas. Frente a tales circunstancias, las autoras reportan que es la actividad extradoméstica de las mujeres lo que hace posible la sobrevivencia del núcleo doméstico.

Finalmente, pasamos en revista algunas contribuciones de las sistematizaciones de aportes presentadas por García (1995) y Salles y Tuirán (1995), con el fin de destacar algunos elementos que constituyen una veta para el estudio de los determinantes particulares de la pobreza femenina. De la amplia revisión elaborada por García (1995), nos interesa destacar sus reflexiones respecto a la tendencia creciente al aumento del número de perceptores de ingreso en los hogares de

menores recursos y su impacto sobre los niveles de bienestar. Este aspecto está presente de forma recurrente en la bibliografía examinada y su importancia se debe al hecho de que el incremento en el ingreso global con base en una multiplicidad de pequeños ingresos (que muchas veces apenas garantizan la sobrevivencia del grupo) si bien contribuye a mejorar la situación global de los hogares, no necesariamente mejora de forma homogénea el bienestar de las personas que los componen. Esta constatación apunta a la imperiosa necesidad de estudiar en detalle las relaciones intrafamiliares, con el fin de precisar las desventajas que recaen sobre algunas de las personas que comparten un mismo hogar. A su vez, Salles y Tuirán (1994) enfatizan la necesidad de *decodificar*<sup>6</sup> lo que pasa en el hogar – en términos de la naturaleza de las relaciones sociales establecidas entre sus miembros y en función de la existencia de necesidades diferenciadas por género y generación – con el objetivo de establecer las desventajas y las asimetrías existentes en cuanto al acceso a los recursos y bienes producidos y reproducidos por el grupo doméstico. Esta manera de enfocar la dimensión hogar es necesaria para detectar los aspectos que agudizan la vivencia de la pobreza por parte de las mujeres, niños y niñas (Salles y Tuirán, 1994, 1995). La propuesta de *decodificar* lo que pasa al interior de los hogares implica valorizar este contexto y examinarlo desde la óptica de las relaciones sociales que lo fundan y que están profundamente marcadas por relaciones de poder y por las asimetrías de género.<sup>7</sup>

Con referencia sobre todo a los hogares dirigidos por mujeres (López, 1986; Benería y Roldán, 1987), es posible indentificar un conjunto de aspectos relativos a temas sociodemográficos que ya indican modalidades de "decodificación": el número promedio de sus integrantes tiende a ser más reducido que el de las unidades domésticas encabezadas por varones; se concentran en las etapas más avanzadas del ciclo de desarrollo familiar; las jefas por lo general son viudas o están separadas o divorciadas; conforman arreglos residenciales predominantemente no nucleares; son mayoritarios los hogares integrados por jefas solas con sus hijos solteros o por las jefas, sus hijos solteros y otros parientes; las jefas presentan tasas de participación económica mayores que las mujeres no jefas en todos los grupos de

<sup>6</sup> Esta formulación representa un giro de gran importancia en los estudios de la pobreza desde la óptica del género y hace parte de investigaciones hechas para contextos distintos al mexicano (véase al respecto Kabeer, 1992).

<sup>7</sup> El privilegiar el hogar como unidad de análisis (aún sin decodificar las relaciones internas) permite desplazar la cuestión de la pobreza, vivida como una condición de la persona, hacia los grupos familiares de pertenencia. Permite también plantear aspectos vinculados con la transmisión generacional del estatus de pobre.

edad; la ausencia de los ingresos de un jefe varón tiende a ser compensada, al menos parcialmente, por las contribuciones económicas de hijos y/o hijas o por otros integrantes del hogar.

Si bien es cierto que los estudios disponibles no han podido determinar con certidumbre si los hogares con jefatura femenina presentan carencias mayores que los encabezados por hombres, éstos han permitido identificar categorías especiales, como las unidades nucleares monoparentales en etapas tempranas del ciclo de desarrollo familiar, que son espacios potencialmente más vulnerables a situaciones de privación y ámbitos propicios para la transmisión intergeneracional de la pobreza. En este caso, quienes los encabezan no pueden, por razones obvias, incorporar en el mercado de trabajo a más miembros del hogar y simultáneamente enfrentan las restricciones que impone el cuidado de los hijos menores. Entre los condicionamientos y tendencias socioeconómicas que han incidido en forma negativa sobre las mujeres jefas encontramos:

- el lugar socialmente legitimado y privilegiado del modelo de familia nuclear, lo que contribuye a que los hogares encabezados por mujeres por lo general enfrenten dificultades para acceder a los beneficios de las políticas públicas orientadas al alivio de la pobreza. Tales situaciones pueden reflejarse en una agudización de la precariedad económica tanto de las mujeres como de sus proles (Salles y Tuirán, 1994);

- la valorización social otorgada a la maternidad, que pone a los hogares con jefes mujeres, especialmente de los sectores de ingresos bajos, en una situación difícil, pues en ellos las mujeres se ven obligadas a asumir totalmente el costo de la reproducción de la fuerza de trabajo (Folbre, 1991);

- las unidades domésticas cuyas jefes son mujeres a menudo carecen de varones en edades activas, lo que hace recaer sobre ellas el peso de las responsabilidades económicas del hogar, además de las tareas domésticas y el cuidado de los hijos, obligándolas a compatibilizar ambas responsabilidades. Este hecho no sólo limita sus horarios y sus posibilidades ocupacionales, sino también las somete a una situación de aislamiento social que les impide construir o mantener permanentemente «aceitadas» sus redes de relaciones sociales y familiares, hecho que resulta paradójico pues son precisamente estas unidades las que más requieren este tipo de apoyos;

- el doble fenómeno del incremento de la participación femenina en el mercado de trabajo, que se acompaña de su inserción en puestos socialmente «devaluados» y por ello mismo menor remunerados (García y Oliveira, 1994; Pedrero *et al.*, 1995);

- la participación de las mujeres en el mercado de trabajo en condiciones deventajosas. Los niveles de escolaridad y capacitación

laboral de las mujeres de estos hogares (por lo general bajos), que condicionan sus oportunidades laborales, las remuneraciones que perciben y sus posibilidades de movilidad ocupacional;

- la segmentación horizontal y vertical por sexo de los mercados laborales, que es un denominador común en los países de la región, contribuyen a encasillar a las mujeres en un reducido número de ocupaciones y limitan su acceso a los puestos de trabajo mejor remunerados, más estables, de mayor calificación y productividad.

Una veta importante para el estudio de la pobreza en los hogares, y que representa también un esfuerzo para decodificar qué pasa al interior de los mismos, se refiere a la asignación de los recursos familiares en el ámbito doméstico. La asignación intradoméstica de los recursos familiares es objeto de la preocupación en diversos estudios realizados en países en desarrollo (Thomas, 1994; Behrman y Kumar, 1985; Deaton, 1984; Carrillo, 1994). En ellos se ofrecen evidencias que indican que las desigualdades de género observables en los espacios familiares provocan un acceso diferenciado de los integrantes del grupo doméstico a los recursos del hogar. La distribución intra-doméstica de los alimentos sirve para ilustrar esta idea. Las pautas culturales que rigen las asimetrías de género y generación en algunos contextos hacen que: se jerarquice el acceso de los hombres a los alimentos; se privilegie a los hijos mayores, quienes reciben mayor atención que los hijos menores; se favorezca a los niños, quienes suelen recibir mejor alimentación y educación que las niñas; se relegue a las mujeres ancianas, quienes a menudo reciben una menor participación en el gasto familiar.

En algunos de los últimos estudios citados se indica, por ejemplo, que las madres buscan asignar relativamente más recursos a las niñas, mientras que los padres favorecen a los niños, aunque igualmente destacan que es cierto que la madre distribuye más recursos a la prole (hijos/hijas) que el padre. Algunas de las evidencias esgrimidas señalan que los efectos más favorables para la salud, la nutrición y la educación de hijos/hijas se advierten más claramente cuando el ingreso se encuentra en manos de la madre, que cuando está en manos del padre. También se observa que cuando la madre es quien actúa como jefe de familia y distribuye el ingreso entre los miembros del hogar, las niñas se encuentran, en términos generales, en mejores condiciones. Sin embargo, el trato desigual por género en favor de los hombres suele no desaparecer en el interior de estos hogares. Finalmente, cabe recordar que las diferencias en la asignación de recursos a hijos e hijas pueden traducirse, al pasar de los años, en diferentes oportunidades de educación, trabajo y capacitación productiva para ellos.

Desafortunadamente en México tan sólo se cuenta con algunos escasos indicios acerca de la asignación intrafamiliar de recursos en los hogares del sector popular y de sus pautas por género y generacionales

(González de la Rocha, 1986). Sólo en fecha reciente se han empezado a dar los primeros pasos para avanzar firmemente en esa dirección (Carrillo, 1994). Sin embargo, es evidente que se requiere profundizar en tales temáticas, tanto por su importancia estratégica para los estudios orientados por la perspectiva de género como para avanzar en el diseño e instrumentación de políticas y programas más eficientes de combate a la pobreza. En la línea de no restringir el estudio de la pobreza específicamente femenina a los contextos hogareños encabezados por mujeres, algunos autores han intentado elaborar tipologías con base en la utilización de criterios anclados en procesos diferenciadores y explicativos de las situaciones de privación. Con este propósito, se busca hacer descansar las tipologías en criterios como el vínculo de dependencia que la mujer guarda con el varón (tanto en lo económico como en la posición de estatus social) y su desfavorable relación con el mercado de trabajo. Fernández (1990), por ejemplo – a partir de un contexto más amplio – propone la siguiente tipología exploratoria con el propósito de ayudar a agrupar situaciones dispersas de pobreza que viven las mujeres: mujer en situación de pobreza (encubierta o manifiesta) por dependencia del padre y falta de autonomía laboral; mujer en situación de pobreza (encubierta o manifiesta) por dependencia del marido, compañero o vínculo afectivo y falta de autonomía laboral; mujer en situación de pobreza (encubierta o manifiesta) por ruptura del vínculo de dependencia con el varón y falta de autonomía laboral; mujer en situación de pobreza (encubierta o manifiesta) por no guardar vínculo de dependencia con el varón o por precaria situación en relación al mercado de trabajo.<sup>8</sup>

Esta tipología pone de manifiesto la necesidad de trascender el ámbito exclusivo de los hogares jefaturados por mujeres en el estudio de la pobreza femenina, lo que supone penetrar en el espacio intra-doméstico de los hogares (ya sean los dirigidos por hombres o por mujeres) y abandonar, como ya señalamos anteriormente, el supuesto implícito de que cada uno de sus integrantes recibe una dotación similar o al menos “justa” de los recursos familiares.

### Conclusiones: en la búsqueda de soluciones

En esta sección integramos reflexiones adicionales sobre el ocultamiento de la pobreza femenina y recalamos algunos aspectos desarrollados a lo largo del texto. Hemos destacado que la pobreza de las mujeres permanece oculta en la investigación social. Con relación a este aspecto es preciso tener presente que la “invisibilidad” se debe

<sup>8</sup> Este tipo, según la autora citada, puede ser utilizado de manera independiente o estar presente en los tipos previos.

a diversas razones, algunas derivadas de la naturaleza de los datos existentes y de las estadísticas disponibles, otras vinculadas con cuestiones conceptuales (como las mencionadas en el apartado anterior), y otras más de índole metodológico. La reflexión feminista en general ha puesto en evidencia la insuficiencia de los datos de encuestas y censos nacionales para desarrollar estudios sobre diversos temas de gran interés. Sin ocuparnos de todas las críticas y sugerencias presentadas, vale la pena recordar, a título de ilustración, que en el caso de México ya han sido detectadas diversas dificultades para estudiar un conjunto importante de temas con base en los censos y encuestas nacionales, tanto por la naturaleza de ciertos conceptos utilizados en este tipo de fuentes, como por los niveles de agregación y las formas adoptadas para presentar los datos.

Lo mismo ocurre con las estadísticas que se utilizan para estudiar la pobreza en general e igualmente la pobreza femenina. Entre las diversas cuestiones de índole metodológico, ciertamente interrelacionadas, podemos mencionar: el uso del hogar como unidad de análisis indiferenciada; las dificultades para medir las aportaciones no retribuidas (y por tanto “invisibles”) de las mujeres y que garantizan la reproducción doméstica; la medición unidimensional de la pobreza mediante los ingresos.

El primer aspecto hace referencia al ocultamiento de la situación de la mujer en el colectivo hogareño y familiar. Este proceso opera teniendo como base los siguientes supuestos: (a) son las familias las que son pobres y no los individuos que las conforman; y (b) todos los recursos de que dispone la familia son distribuidos en forma igualitaria entre sus miembros, lo que implica asumir que existe igualdad absoluta y una solidaridad siempre vigente entre las personas que comparten los espacios relacionales de la vida hogareña y familiar. Cuando se cuestiona el supuesto de la naturaleza interna no diferenciada de los hogares, deviene una necesidad crucial decodificar lo que pasa en estos espacios para reconocer la existencia de pautas de convivencia entre hombres y mujeres normadas por vínculos que – al enmarcarse en sistemas de autoridad valorizadores de atributos patriarcales – provocan asimetrías que operan de modo sumamente desfavorable para las mujeres.

El segundo aspecto, ligado al anterior, alude a las ya conocidas discusiones sobre el trabajo “invisible” ejercido por la mujer: el doméstico, el de atención y crianza de la prole, el cuidado de los ancianos, enfermos y discapacitados, así como el trabajo de gestión de recursos de uso colectivo. La investigación social y demográfica ha demostrado que este conjunto de actividades resulta crucial para garantizar la reproducción cotidiana de la familia y de sus miembros. No es casual que la tesis del “familismo” se utilice para indicar la subsunción de los

intereses de la mujer a los intereses del colectivo familiar. Además, cuando se habla del ingreso familiar no sólo no se contabilizan en su cálculo las aportaciones (no retribuidas) de las mujeres al bienestar de los miembros de las familias, sino que también queda sin definir lo que corresponde a las mujeres y a las otras personas que viven en el hogar.

El tercer aspecto alude a los problemas provenientes del uso de los niveles de ingreso hogareños como modalidad privilegiada para acercarse a la medición de la pobreza. Las visiones económicas convencionales enfatizan la suficiencia o insuficiencia del ingreso hogareño para adquirir niveles satisfactorios de bienestar.

Sin embargo, este énfasis reposa más en el potencial de compra que en la satisfacción actual de las necesidades. Las mediciones de la pobreza basadas en el ingreso de los hogares – tanto las cuantificaciones apoyadas en la definición de líneas de pobreza como los cálculos del número de personas asignadas a diferentes deciles con base en los niveles del ingreso del hogar<sup>9</sup> – descansan en el supuesto de que todos los miembros de los hogares sufren privaciones iguales. Sin embargo, este tipo de medidas puede subestimar el número de miembros del hogar en estado de pobreza si la distribución de los satisfactores no es equitativa. Este hecho pone de manifiesto que si bien el grupo doméstico puede tener un ingreso familiar superior al umbral de la pobreza, ello no implica necesariamente que la mujer logre acceder a los recursos materiales y monetarios del hogar, al consumo no negociado de bienes, y a mecanismos de decisión y participación en igualdad de condiciones con el varón.

La crítica hecha por un conjunto de estudios recientes sobre las deficiencias de los métodos convencionales para el estudio de la pobreza a la luz del género, ha conducido a la elaboración de nuevos procedimientos de medición. Un mérito de los estudios que utilizan la perspectiva de género para el estudio de la pobreza es el cuestionamiento que hacen de los supuestos en que se apoyan las medidas e indicadores convencionales. Estos estudios reconocen que los intentos por enfatizar las dimensiones cuantitativas de la pobreza son importantes y en ocasiones indispensables, pero aseveran que reducir el estudio de la pobreza a dichas dimensiones involucra un conjunto de simplificaciones que tienen repercusiones importantes para el entendimiento de la pobreza en toda su complejidad y en consecuencia para el planteamiento de medidas y políticas para su combate.

La existencia cada vez mayor de evidencias y datos de índole cualitativa (derivados de técnicas tales como los sociodramas, las

técnicas de los grupos focales, las entrevistas en profundidad, las historias de vida, las trayectorias biográficas, etc.) constituye una rica fuente de información para avanzar en la comprensión de aspectos rara vez considerados en los análisis convencionales sobre la pobreza. Dicha información permite, junto con los datos cuantitativos agregados, tener una visión más acabada e integral de este fenómeno. Así, es de crucial importancia combinar diferentes maneras de re-construir la realidad, buscando espacios de complementación analítica entre los índices y tipologías de pobreza construidos con base en datos agregados y las evidencias surgidas de la intersección de diversas dimensiones y de la operación de métodos cualitativos. Aparte de este tipo de intentos encontramos también otros que, manteniéndose en el ámbito de los datos macrosociales y sin un recurso evidente a técnicas cualitativas, logran complejizar la manera de construir indicadores y medidas, haciéndolos, por lo tanto, más adecuados para investigar el bienestar y su ausencia sea en países determinados, sea entre grupos amplios de personas examinadas según el género de pertenencia, sea aun a nivel del conjunto de la población que integra una sociedad.

Con base en la constatación de que “en ninguna sociedad, las mujeres disfrutan de las mismas oportunidades que los hombres”, el Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (Pnud, 1995) propone un conjunto de índices para estudiar y comparar (en diversos países), un abanico diversificado de situaciones. Esta perspectiva busca cambiar la tónica hasta ahora presente en los indicadores usuales para medir el estado de la economía, centrados en el producto interno bruto (PIB). La alternativa implicada en los nuevos índices compuestos permite aproximaciones complejas al bienestar de la población y acercamientos generales al progreso y adelanto económico de los países.

Apoyada en una concepción alternativa del desarrollo, que lo distingue del simple crecimiento económico, la propuesta toma en cuenta una serie de supuestos que permiten un acercamiento a la inequidad de género y se concretiza en un sistema formado básicamente por el tres índices: el de desarrollo humano (IDH), el relacionado con la mujer (IDM) y el de potenciación (empoderamiento) de la mujer (IPM).

Aunque presente problemas y límites justamente por buscar reflejar realidades complejas de forma sinóptica, el IDH, que mide el grado medio de adelanto de un país específico en lo tocante a las capacidades humanas básicas, capta facetas del desarrollo humano que otros índices convencionales impiden evaluar. Al aproximarse a aspectos tales como la «cantidad de vida», o sea si las personas acceden a una vida larga y saludable; al informar sobre la educación y conocimientos de la población y sobre si disfruta de un nivel de vida decoroso, el sistema de indicadores propuesto ofrece un intento novedoso para proveer un

9 Kliksberg (1997:10), por ejemplo, afirma: “es necesario (...) superar las mediciones con base al mero ingreso *per cápita* y pasar a medir integrando indicadores como esperanza de vida, escolaridad, participación social”.

enfoque más integral sobre la pobreza, que va más allá de los acercamientos basados exclusivamente en el ingreso o sobre los grados de acceso a satisfactores y bienes de naturaleza económica.

Otra ventaja importante del sistema de indicadores con énfasis en el desarrollo humano – y que interesa de cerca a los objetivos del presente trabajo – es la posibilidad que ofrece para el estudio de las desigualdades de género existentes en las sociedades contemporáneas. Tal preocupación es recogida por el sistema de medidas propuesto, el cual puede ser denominado “indicadores sensibles a la equidad en la condición de los sexos” (Pnud, 1995: 143). El índice de desarrollo relacionado con la mujer (IDM) mide el adelanto en los mismos aspectos básicos comprendidos en el IDH, introduciendo un ajuste por la igualdad de género (o grado de disparidad en el adelanto de mujeres y hombres). El IDM expresa las asimetrías entre los sexos y permite apreciar las posibilidades diferenciadas de hombres y mujeres en el desarrollo de sus capacidades y potencialidades.

Finalmente, el índice IPM (índice de potenciación de la mujer), que, entre otros integra aspectos relativos al nivel de ingreso; acceso al trabajo; y participación en decisiones económicas y políticas, proporciona evidencias sobre los procesos participativos (y de empoderamiento) tanto de hombres como de mujeres y permite apreciar si las personas están involucradas en esferas clave de constitución de la sociedad, tales como la económica y la política.

Esta propuesta metodológica – a reserva de algunas críticas que ahora se le hacen – está enmarcada en esfuerzos orientados a crear un nuevo paradigma de desarrollo que conceptualice el crecimiento económico como un medio y no como un fin; en definiciones de estrategias viables para el desarrollo sustentable; en el énfasis en el desarrollo centrado en el ser humano que otorgue una mayor prioridad a la distribución equitativa de las oportunidades y al combate a la pobreza; en la valoración de la condición de los sexos que abra espacios para el empoderamiento de las mujeres con el fin de que hagan el mejor uso de sus habilidades y potencialidades.

Por todo ello hay que evaluar críticamente si la mencionada propuesta puede representar una alternativa plausible, tanto en el proceso de producción de conocimientos, como en el proceso de búsqueda de soluciones para el combate a la pobreza.

Recebido em setembro de 1997.

Vania Salles, professora e pesquisadora do  
Centro de Estudos Sociológicos (CES), El Colegio de México.  
Rodolfo Tuirán, Secretário Geral do  
Consejo Nacional de Población (Conapo-México).

## Bibliografía

- Acosta, Felix (1993). *Mujeres jefes de hogar y bienestar familiar en México*. México: International Center for Research on Women y The Population Council. (Mimeo).
- Araujo Castro, Nadya (1994). “Trabalho e reprodução cotidiana: novas evidências empíricas e tematizações emergentes no debate brasileiro”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11 (2), jul./dez.
- Bane, Mary-Jo y Carballo, Manuel (1985). “The State and the poor in the 1980's”. *Contemporary Sociology*, 14 (2), mar.
- Behrman, Jere y Kumar, Raaj (1985). *What role does equity play in the international distribution of development aid?*. New Haven, Connecticut: Economic Growth Center, Yale University. (Center Papers n° 369).
- Benería, Lourdes y Roldán, Martha (1987). *Las encrucijadas de clase y género*. México: El Colegio de México/FCE.
- Bilac, Elisabete (1994). “Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11 (2), jul./dez.
- Boltvinik, Julio (1994). *Pobreza y estratificación social en México*. Aguascalientes: Inegi (Serie Monográfica).
- Buvinic, Mayra (1990). *La vulnerabilidad de los hogares con jefatura femenina: preguntas y opciones de política para América Latina y El Caribe*. Santiago de Chile: Cepal.
- Carrillo Flores, Bárbara (1994). “Distribución del gasto intrafamiliar”. In: Vélez, Félix (comp.). *La pobreza en México: causas y políticas para combatirla*. México: Itam/ FCE.
- Cepal (1985). *La pobreza en América Latina: dimensiones y política*. Santiago de Chile.
- Chant, Sylvia (1988). “Mitos y realidades de la formación de familias encabezadas por mujeres: el caso de Querétaro, México”. In: Gabayet, L. et al. *Mujeres y sociedad: salario, hogar y acción social en el occidente de México*. Guadalajara: El Colegio de Jalisco/Ciesas Occidente.
- Chant, Sylvia (1997). *Women-headed households diversity and dynamics in developing world*. Londres: MacMillan.
- Cortés, Fernando (coord.) (1992). *El impacto social de la maquiladora en tres regiones de México: primera etapa (Matamoros)*. México: El Colegio de México-CES. v. I, 2a. parte. (Informe Final).
- Deaton, Angus y Muellbaver, John (1984). *Economy and consumer behavior*. Cambridge: Cambridge University.
- El Universal*. Caracas, 1988. Apud Kliksberg, 1997).
- Fernández Viqueira, Blanca (1990). “Pobreza femenina: una violencia desde la división sexual del trabajo”. In: Maquieira, Virginia y Sánchez, Cristina (comps.). *Violencia y sociedad patriarcal*. Madrid: Editorial Fabio Iglesias.

- Folbre, Nancy (1991). *Women on their own: global patterns on female headship*. The Population Council/ICRW. (Mimeo).
- García, Brígida (1995). *Dinámica familiar, pobreza y calidad de vida: una perspectiva mexicana y latinoamericana*. México: Ceddu, El Colegio de México. (Mimeo).
- García, Brígida y Oliveira, Orlandina de (1994). *Trabajo femenino y vida familiar en México*. México: El Colegio de México, Ceddu-CES.
- González de la Rocha, Mercedes (1986). *Los recursos de la pobreza: familias de bajos ingresos de Guadalajara*. Guadalajara: El Colegio de Jalisco.
- Hernández Laos, Enrique (1992). *Crecimiento económico y pobreza en México: una agenda para la investigación*. México: Unam-CIIH. (Colección Alternativas).
- Inegi (1990). *XI Censo General de Población de 1990*. México.
- Instituto Nacional del Consumidor (1988). *Encuesta panel: Ciudad de México - 1985/1988*. México.
- Kabeer, Naila (1992). *Women in poverty: a review of concepts and findings*. Viena, Nov. (Ponencia preparada para el Seminario sobre Mujeres en Extrema Pobreza).
- Kliksberg, Bernardo (1997). "Problemas estratégicos en la Reforma del Estado en la década de los noventa". In: Reyna, José Luis (comp.). *América Latina a fines de siglo*. México: Conaculta/FCE.
- Levy, Santiago (1994). "La pobreza en México". In: Vélez, Félix (comp.). *La pobreza en México: causas y políticas para combatirla*. México: FCE.
- López, María de la Paz (1986). *La información de hogares en el Censo de Población*. México: Inegi.
- Lustig, Nora (1994). "Medición de la pobreza y de la desigualdad en América Latina: el emperador no tiene ropa". *El Trimestre Económico*, México: FCE, 61 (241), ene.-mar.
- Margulis, Mario y Tuirán, Rodolfo (1986). *Desarrollo y población en la frontera norte: el caso de Reynosa*. México: El Colegio de México.
- Marroni, María de Gloria (1995). "Trabajo rural femenino y relaciones de género". In: González, Soledad y Salles, Vania. *Relaciones de género y transformaciones agrarias*. México: El Colegio de México.
- Martínez, Carolina y Salles, Vania (1992). "Géneros en convivencia en espacios de no sustentabilidad ecológica". In: *Erase una vez un gran lago*. México: El Colegio de México. p. 108-143. (Informe del proyecto Unimex/Colmex en Xochimilco: Mujer, Ambiente y Población).
- Moller Okin, Susan (1992). *Women in western political thought*. Nueva Jersey: Princeton University.
- Oliveira, Orlandina y Salles, Vania (1991). "Reprodução social e produção de força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema". *Cadernos CRIH*, Salvador, v. 14, jan.-jun.

- pedrero, Mercedes, Barrón, Antígüeta y Rendón, Teresa. (1995). "Inequality in access to employment opportunities and occupational segregation by gender: current realities and future possibilities". In: Salles, Vania y Tuirán, Rodolfo (comps.). *¿Cuánto cuesta la pobreza de las mujeres: una perspectiva de América Latina y El Caribe*. México: Unifem.
- pnud - Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (1995). *Informe sobre el Desarrollo Humano*. México.
- Rubalcava, Rosa María (1996). "Hogares con primacía de ingreso femenino". In: López, Paz (comp.). *Hogares, familias: desigualdad, conflicto, redes solidarias y parentales*. México: Somede/Inegi.
- Salles, Vania (1994). "Novos olhares sobre a família". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11 (2), jul.-dez.
- (1994). "Pobreza, pobreza y más pobreza". In: Gimtrap (comp.). *Las mujeres en la pobreza*. México: Colmex/Gimtrap.
- Salles, Vania y Tuirán, Rodolfo (1994). "Family, gender and poverty". In: *The family, social development objective and key*. Caracas: Unesco. (Edición Especial de la Revista Diálogo).
- (1995). "Mujeres y hogares en México: ¿Cada vez más pobres?". In: *¿Cuánto cuesta la pobreza de las mujeres: una perspectiva de América Latina y El Caribe*. México: Unifem.
- (1996). *¿Cargan las mujeres con el peso de la pobreza? Puntos de vista de un debate*. México: Ceddu, Somede. (mimeo).
- Steingarth, Martha y Marlene Solís (1995). *Vivienda y familia en México: un enfoque socioespacial*. México: Inegi/Colmex/Unam.
- Thomas, J. Kelly y Wa Githinji, Mwani (1994). "Environmental degradation and poverty in less industrialized nations". In: *Pobreza*. Tijuana: Colef. (Frontera Norte, v. 6, n° especial: 77-90).
- Tuirán, Rodolfo (1993a). "Estrategias de vida en época de crisis". In: Santiago de Chile: Cepel. *Perfil de las familias latinoamericanas*.
- (1993b). "Vivir en familia: hogares y estructura familiar en México, 1976-1987". *Comercio Exterior*, México, 43 (7), jul.: 662-676.
- Vélez, Félix (comp.) (1994). *La pobreza en México: causas y políticas para combatirla*. México: FCE.
- Viniegra González, Gustavo (1997). "¿A qué se debe el atraso tecnológico en América Latina?". *Archipiélagos*, México, n. 12.

Vient de paraître

## Sexes et sociétés

Répertoire de la recherche en France

La Documentation Française – mars 1998

De nombreux chercheur(es) réalisent des travaux sur les *rapports sociaux de sexe* et sur la place des femmes dans la société. Qui son-ils/elles? Où les trouver? Sur quels thèmes les travaux portent-ils? Dans quels domaines, dans quelles disciplines?

Un inventaire de ces questionnaires faisait défaut. Ce répertoire offre un premier état des lieux. Il s'adresse aux chercheurs, enseignants et universitaires, étudiants, journalistes, syndicalistes, décideurs...; aux organismes de recherche, ministères, administrations, associations, centres de documentation et bibliothèques, et à toutes celles et tous ceux que s'intéressent, de près ou de loin, à ces questions.

370 fiches individuelles présentent les coordonnées, les recherches, les publications... de ces chercheurs(e)s. Des index donnent un accès immédiat aux thèmes de recherche concernant tel ou tel domaine, telle ou telle aire géographique.

Ce travail, publié grâce à l'aide du Service des Droits des femmes, a été réalisé par Danièle Senotier et Nahalie Cattaneo dans le cadre du *Groupe d'études sur la division sociale et sexuelle du travail* (GEDISST), équipe de recherche du Centre national de la recherche scientifique (CNRS).

| bon de commande                                                                                          |  | désignation                                                                    | prix un TTC | nbre | total | Nom                                                                                                                     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--------------------------------------------------------------------------------|-------------|------|-------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                          |  | Sexes et sociétés<br>Répertoire de la recherche en France                      | 120F        |      |       | Prénom                                                                                                                  |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Profession                                                                                                              |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Adresse                                                                                                                 |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Code postal                                                                                                             |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Localité                                                                                                                |
| à envoyer à                                                                                              |  |                                                                                |             |      |       | Ci-joint mon règlement:                                                                                                 |
| La documentation Française                                                                               |  | Participation aux frais de facturation et de port. (Saul pour les abonnements) |             |      |       | <input type="checkbox"/> Par chèque bancaire ou postal à l'ordre de M. l'Agent comptable de La Documentation Française. |
| 124, rue Henri Barbusse<br>93308 Aubervilliers cedex<br>Téléphone (1) 48395600<br>Télécopie (1) 48395601 |  |                                                                                |             |      |       | <input type="checkbox"/> Par carte bancaire. Date d'expiration U U U U                                                  |
|                                                                                                          |  | montant total à payer                                                          |             |      | +20F  | N° U U U U U U U U U U U U U U                                                                                          |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Date                                                                                                                    |
|                                                                                                          |  |                                                                                |             |      |       | Signature                                                                                                               |

# La experiencia de vida y trabajo de las mujeres en España: el caso de las cigarreras en las primeras décadas del siglo XX<sup>1</sup>

Paloma Candela Soto

## Resumen

En este artículo se aborda, como objetivo principal, la experiencia social de las trabajadoras de la industria del tabaco, de las Cigarreras, fuera del ámbito de la fábrica. La realidad sociodemográfica de los barrios donde se concentraban, mayoritariamente, las obreras, la estructura y funcionamiento del grupo doméstico, las relaciones familiares, las condiciones de habitabilidad y convivencia, etc., son algunos de los aspectos estudiados y que a su vez, nos aproximan al espacio de relaciones vividas y compartidas fuera de la fábrica y al compromiso y la identificación de las cigarreras con la comunidad donde vivieron y trabajaron.

**Palabras clave:** cigarreras; historia de las mujeres; industria del tabaco.

## Abstract

This article explores the social experience of the *cigarreras*, female workers in the cigarette industry of Madrid, in the early twentieth century, focusing above all on their lives beyond the factory walls. The author examines the socio-demographic characteristics of the neighbourhoods in which most of these workers lived, the structure and organization of their domestic groups, their family relations, housing conditions and so on. All of this enables the author to offer a penetrating analysis of the *cigarreras*' social space and shared experiences outside the factory, and the roots of these women's identification with, and commitment to, the community in which they lived and worked.

**Keywords:** women cigarette makers; women's history; tobacco industry.

## Introducción

Desde principios del siglo XIX, la cigarrera ha encarnado uno de los personajes más característicos de la cultura popular española. Un personaje pintoresco, simbolizado en mujeres de espíritu rebelde, "hembras de armas tomar", independientes y apasionadas, protagonista de una visión legendaria que, en buena medida favoreciera la literatura costumbrista decimonónica e inmortalizaran algo más tarde algunas obras célebres de la escenografía española y universal.

<sup>1</sup> Este artículo se presentó, en una primera elaboración, en el *Encuentro Mundial de Estudios y Sociología del Trabajo*, Universidad de Puerto Rico, Mayagüez, 5-9 de febrero de 1996. Agradezco la invitación de Carlos Alá Santiago y los comentarios y sugerencias recibidos en aquel cualificado, y entrañable, foro. Su contenido, recoge, en lo esencial, un capítulo central de mi tesis doctoral recientemente publicada: Candela (1997).

Por ello, las cigarreras han sido injustamente condenadas a una presencia idealizada que alentó una imagen tópica sobre su vida y su experiencia, más próxima a lo pintoresco y costumbrista que al mundo del trabajo al que pertenecieron. El peso ideológico del mito de la cigarrera favoreció, entre otras cosas, la desvalorización social del trabajo de estas mujeres, ocultando tras de sí, una experiencia laboral emblemática.

En España, el tabaco ha sido tradicionalmente, junto con el textil y la confección, una de las actividades industriales que concentró mayor población obrera femenina. A finales del siglo XIX, algo más de 27.000 cigarreras trabajaban repartidas entre las once fábricas de tabacos existentes en la península. La puesta en funcionamiento y el mantenimiento de la mayoría de estos centros de trabajo, que implicaba el empleo de numerosas mujeres, contribuyó a garantizar, durante mucho tiempo, la subsistencia de miles de familias trabajadoras.

Junto a esta evidencia numérica, las trabajadoras del sector mantuvieron un amplio protagonismo en diferentes ámbitos de la realidad social contemporánea de nuestro país. En el terreno laboral – donde ocuparon precozmente una posición de autoridad y control del proceso de trabajo como una élite de artesanos de oficio –, estas mujeres manifestaron una larga tradición combativa, que dejó constancia de su temprana capacidad de movilización y lucha obrera. Además de los conflictos y huelgas que protagonizaron en defensa de sus condiciones de trabajo, su presencia y compromiso colectivo se destacó en manifestaciones abiertamente públicas, populares motines de subsistencia como el ocurrido en Gijón en la primavera de 1898, protestas de carácter político, de estudiantes o numerosas muestras de apoyo y solidaridad con los grupos populares más débiles y oprimidos de la sociedad.<sup>2</sup>

El desarrollo historiográfico de los últimos años, impulsado especialmente desde la *Historia de las Mujeres*, ha sido decisivo para avanzar en el conocimiento sobre la realidad histórica y la trayectoria de vida de las trabajadoras españolas.<sup>3</sup> En esta línea de análisis se sitúan las aportaciones más recientes al estudio de las trayectorias contemporáneas de las obreras de las fábricas de tabacos de Sevilla, Alicante, Gijón y, ahora Madrid, que, sin duda, nos aproximan una desmitificadora historia social de las cigarreras.<sup>4</sup>

2 Véanse a título de ejemplo: Radcliff, 1983.

3 Sobre la situación sociolaboral femenina en las primeras décadas del siglo, destacamos entre otras aportaciones: Mary Nash (1983); Capel (1986) y Nuñez (1989). Y el dossier monográfico de la reciente entrega de *Arenal* (1995), dedicado a los trabajos de las mujeres.

4 La obra de Capel (1986) significó una aportación pionera que abrió nuevos horizontes de investigación. Véanse, además, los estudios monográficos de Valdés (1990); Baena (1993); Radcliff (1983) y Gálvez (en prensa).

Estos trabajos, entre otros de nuestra fructífera historiografía feminista, se insertan en una de las corrientes internacionales de investigación social más desarrolladas de las últimas décadas: los *Estudios sobre la Mujer*. Dentro de este amplio panorama, el interés científico y la maduración seguida por los estudios sobre el trabajo de la mujer, en su esfuerzo por renovar abordajes y establecer nuevas categorías, ha contribuido a enriquecer uno de los debates de mayor interés y actualidad en muy diferentes ámbitos de las Ciencias Sociales: la necesidad de redefinir el concepto de trabajo.<sup>5</sup>

Y más concretamente en el ámbito historiográfico, el avance realizado en torno a la realidad del trabajo femenino se ha centrado en el análisis de una diversidad de aspectos y en la incorporación de nuevos enfoques y categorías de análisis que han tenido como principal resultado la aparición de nuevas formas de aproximación al estudio de la experiencia histórica de las mujeres.<sup>6</sup>

Especialmente en los últimos años, un gran número de estudios de género, trabajo y organización obrera han compartido la preocupación de explorar y construir la realidad de las mujeres en nuestra historia más reciente. Así, por ejemplo, se destacan los avances producidos en el panorama científico norteamericano, donde los estudios dedicados a la historia del trabajo de las mujeres, en buena medida, han contribuido a enriquecer el desarrollo de la Nueva Historia del Trabajo y la Historia Social y Política, entre otras disciplinas.<sup>7</sup>

Los estudios del trabajo de la mujer en los procesos de industrialización representan uno de los grandes bloques temáticos que han planteado la integración de una perspectiva de género. Y, conocemos por los trabajos al respecto, algunos ya clásicos, que la reconstrucción de la experiencia histórica de la trabajadora en el desarrollo de la industrialización plantea la redefinición de las relaciones familiares, el papel de la mujer en la economía doméstica y otros sistemas de relaciones, estrategias de supervivencia y mecanismos sociales de desigualdad y marginación.<sup>8</sup>

5. Entre las aportaciones más destacadas dentro de los ámbitos de sociología, política y economía, véanse: Pesce y Capet (1987: 38-56); el número monográfico de *Sociología del trabajo* (1988) y Durán (1991); Borderías et al. (1994). Y la recopilación y puesta al día de Lucía Finkel (1994) y el número monográfico de *Política y Sociedad* (1995), dedicado a la economía no monetaria.

6. Para una aproximación y balance de las aportaciones más significativas de la historiografía española véanse: Scanlon, 1986; Nash (1991: 137-161); los contenidos sobre la mujer española en las obras de Anderson y Zinsler (1991), y Duby y Perrot (1993).

7. Sobre el avance y maduración alcanzados en este terreno, véanse, especialmente, Milkman (1990, 1993), y Baran (1991).

8. Berg (1987); Tilly y Scott, 1978; Lynn Douglas (1984) y McBride (1984: p. 121-138). Sobre el papel de la mujer española en los procesos de industrialización regional, véase Pérez Fuentes (1993).

Asimismo, en el contexto del trabajo industrial remunerado, la división sexual del trabajo, las relaciones de clase y género en los procesos de trabajo, así como la situación de la mujer en los procesos de cambio tecnológico y de cualificación, aparecen, entre otros, como aspectos centrales para entender la formación de la experiencia individual y colectiva de las trabajadoras (véanse, por ejemplo, Glucksmann, 1990, y Cokburn, 1991).

Y, desde los estudios de casos, en sectores económicos o industrias concretas, algunos trabajos sobre la experiencia sociolaboral de las obreras, han destacado la relevancia del estudio de la organización y procesos de trabajo como punto de partida para abordar el análisis de temas relacionados con la actividad obrera y la conflictividad laboral.<sup>9</sup> Y, desde otros terrenos de reciente interés, como avanzábamos más arriba, contemplamos, también, la incorporación de nuevas dimensiones al estudio de las trabajadoras, examinando la militancia obrera de las mujeres, la cultura de trabajo femenino, la formación de redes familiares y comunitarias, las relaciones entre mujeres y sindicatos, la diferenciación entre las experiencias de hombres y mujeres, y la variedad entre las experiencias femeninas.

Asimismo, el proceso a través del cual las mujeres trabajadoras fraguaron y expresaron una "identidad colectiva" se explica, también, en el terreno de la participación política. Particularmente, los trabajos de Temma Kaplan (1992) y Martha Ackelsberg (1991) – centrados ambos en Cataluña durante el primer tercio del siglo XX – han señalado la emergencia de una cultura de resistencia (cultura política) que pone el énfasis en nuevas expresiones, como son, por ejemplo, los ritos y símbolos culturales, así como en escenarios de actuación política donde la mujer, y especialmente la trabajadora, desempeña un papel protagonista. Además, la potencialidad analítica del "género" se muestra en otros estudios que han profundizado en la reflexión y renovación teórica de los procesos de formación de clase, y de construcción de la conciencia e identidad obrera y que, en buena medida, propugnan otros puntos de enfoque y nuevos interrogantes en la investigación histórica concreta (véanse, por ejemplo: Canning, 1992; Arango, 1995).

Desde este marco de preocupaciones, se han orientado algunos interesantes estudios sobre las diferentes experiencias laborales de los trabajadores y trabajadoras de la industria del tabaco europea y americana.<sup>10</sup> Entre las aportaciones más destacadas de la historiografía

norteamericana la monografía de Patricia A. Cooper (1987) explora y compara, a lo largo de las primeras décadas del siglo XX, las culturas de trabajo de hombres y mujeres y analiza sus implicaciones en la organización obrera. Más recientes, los estudios de Baron, Boris y Hewitt, entre otros, han enfatizado el examen de la importancia del sistema de raza y género en las relaciones sociales y de trabajo entre el personal obrero, y entre empresarios y trabajadores. Aportan, en líneas generales, una mirada renovadora capaz de profundizar en la "multiplicidad de significados de género", mostrando como las diferentes concepciones de la "masculinidad" – aspecto especialmente novedoso – estuvieron en la base de la formación de culturas de trabajo distintas, e influyeron en las organizaciones y estrategias sindicales (Cooper, 1987; Baron, 1991: 114-141; y Hewitt, 1991: 142-167).

El estudio en torno a los efectos de la mecanización en la industria del tabaco ha sido otro aspecto central en trabajos que han mostrado cómo la estrategia técnica desarrollada determinó los cambios en la estructura ocupacional por sexos (Cooper, 1988: 783, y Prus: 1990).

Dentro de este marco de esfuerzos desmitificadores, el presente trabajo aborda, como objetivo principal, la experiencia social de las cigarreras fuera del ámbito del trabajo, de la fábrica.

En el análisis de la experiencia del "dentro" y "fuera" de la fábrica – núcleos centrales de la investigación completa en la que este texto se integra –, confluye una doble perspectiva o abordaje. De un lado, junto al rico legado de la literatura de la época, la documentación interna de la empresa (Reglamentos, circulares, Memorias, etc.), la explotación de las fuentes sociodemográficas constituyen los cimientos metodológicos de una descripción histórica "objetiva".<sup>11</sup> De otro lado, la enorme riqueza de los testimonios biográficos de antiguas cigarreras, nos aproximan al análisis de la experiencia "subjetiva" de las trabajadoras, es decir cómo percibieron estas mujeres los cambios en el trabajo y en la vida.

### Fuera de la fábrica: una "atmósfera industrial" particular<sup>12</sup>

"[...] El muro de la fábrica es también una frontera. Una frontera que separa un dentro de un fuera con contenidos sociales y psicológicos funcionalmente asignados, funcionalmente separados. Si algo expresa

9 Sirvan algunos hitos de muestra como el trabajo de Arango (1991) o, en nuestro país, la obra de Bordet et al. (1993) y el sugerente estudio de Del Bono (1996: 129-149).

10 En la literatura europea especializada, véanse, entre otros, los trabajos de Nava (1986) y Spinelli (1985). Algunas aportaciones de la historiografía catalana en: Quintero (1978); Stubbs (1985); Cabrera (1989), y Baldrich (1994).

11 La elaboración de las matrices de datos cuantitativos se ha centrado en la explotación del Registro de Empadronamiento Municipal de Habitantes de 1900, con un total de 571 cigarreras censadas y, por otro, en el análisis de una muestra seleccionada aleatoriamente entre las más de 3.000 Fichas de Personal localizadas en el Archivo de la Fábrica. Desde una perspectiva crítica para el análisis demográfico de género, véase: Pérez Fuentes (1995).

12 La metáfora de "atmósfera industrial" se debe, como es sabido a Marshall (s. f.) (1896).

sinécticamente la topografía existencial y social de las sociedades industriales, ello no es otra cosa que el muro de la fábrica. O, más concretamente, su puerta: el mecanismo de regulación de flujos, el tamiz que une y separa, a la vez, el trabajo y la vida" (Sierra Alvarez, 1987).

No cabe duda que el trabajo dentro de la fábrica ocupó un espacio esencial en la vida de las cigarreras, y en torno a su rol de trabajadora se estructura una parte fundamental de su experiencia y comportamiento colectivo. Sin embargo, la condición de mujer trabajadora llevaba implícito que, además, tuviera que hacerse cargo de las obligaciones domésticas y reproductivas que la sociedad de la época reservaba al género femenino.

Para profundizar en el conocimiento de la experiencia histórica de estas mujeres – quiénes eran, dónde y en qué condiciones vivían, cuál era su situación familiar, cómo se relacionaban... – es necesario explorar otros espacios y niveles de análisis extralaborales. La unidad doméstica, la estructura familiar, el entorno social, la sociabilidad en el barrio, aparecen, entre otros, como aspectos de obligada consideración para entender un mundo de relaciones sociales que emergen y que van más allá del ámbito estrictamente productivo. Las actitudes, motivaciones y relaciones vividas y compartidas en estos espacios, entre lo público y lo privado, fueron, a nuestro juicio, una pieza fundamental en la configuración de la "identidad cultural de género" de las cigarreras.<sup>13</sup>

Así, tras pasados los muros de la fábrica, nuestro análisis se estructura en tres apartados, que nos permite recomponer una especie de "geografía social de las cigarreras". En primer lugar, estudiamos su distribución geográfica, centrándonos en el fenómeno de la concentración espacial de sus viviendas como primer hecho significativo de la experiencia social que comparten. En segundo lugar, nos aproximamos al perfil de la cigarrera a principios del siglo XX, comenzando por localizar y dimensionar algunos de los rasgos más llamativos de su situación sociodemográfica. En tercer y último lugar, nos adentramos en el complejo mundo de la experiencia comunitaria, considerando el entorno urbano y el barrio como espacios de convivencia y escenarios de sociabilidad donde la presencia social de las cigarreras se manifiesta intensamente.

#### *El escenario social: la vida en el distrito de Inclusa*

Si atendemos a la composición social del mapa urbano madrileño en los albores del siglo veinte, observamos una espectacular concentración de población obrera en los distritos del sur de la capital,

<sup>13</sup> Siguiendo la línea argumentativa de Nash (1993: 585).

particularmente, Hospital, Inclusa y Latina. La situación de marginalidad de la población residente en estos núcleos urbanos contrastaba notablemente con la de otros barrios, de los distritos del centro y norte de la ciudad.<sup>14</sup>

Los alquileres de rentas más bajas, los mayores índices de precariedad en la vivienda y en el equipamiento urbano, el más alto grado de hacinamiento y las peores condiciones de higiene y salubridad fueron algunos de los rasgos característicos de la condición social del proletariado madrileño afincado en estos barrios. Y, como a continuación exponemos someramente, algunos de estos aspectos cobraron una significativa presencia en los núcleos de población del distrito Inclusa.

En 1900 Madrid registraba algo más de medio millón de habitantes y en Inclusa residían 51.739 repartidos entre los 10 barrios que configuraban el distrito: Amazonas, Cabestreros, Caravaca, Duque de Alba, Gasómetro, Huerta del Bayo, Marqués de Comillas, Miguel Serret, Peñuelas y Rastro.<sup>15</sup>

El precio del alquiler de la vivienda es, en nuestro caso, el indicador que mejor evidencia el proceso de diferenciación social horizontal entre los distritos.<sup>16</sup> Durante, al menos, las dos primeras décadas del siglo, las viviendas más baratas de la capital, con precio inferior a 15 pesetas mensuales, se situaban en los distritos de población proletaria, mientras que en los núcleos poblados por las clases que gozaban de un nivel medio-alto de bienestar económico se registraban alquileres entre 400 y 500 pesetas, y más elevados, sobrepasando las mil pesetas mensuales.<sup>17</sup>

El análisis a una escala inferior, muestra como el reparto de los alquileres en los barrios de un mismo distrito, Inclusa, por ejemplo, tampoco era homogéneo. En 1915, las viviendas más baratas se encontraban en Gasómetro, Huerta de Bayo, Marqués de Comillas y Peñuelas, barrios donde más de la mitad de los alquileres no superaban las 15 pesetas de renta mensual.

A pesar del elevado número de habitaciones baratas en Inclusa, el mantenimiento de una vivienda significaba un alto coste económico

<sup>14</sup> Aunque no han pasado por alto la concentración proletaria del norte en el distrito Universidad y algunos barrios de Chamberí. Entre la bibliografía más próxima, véanse, por ejemplo, los trabajos de: Niéffa Cristóbal (1985: 48) y Tiana Ferrer (1992: 21-59).

<sup>15</sup> Ayuntamiento de Madrid: *Estadística demográfica del año de 1903* (1904). Madrid, Imprenta Municipal.

<sup>16</sup> Proceso que tuvo su reflejo en casi todos los ámbitos del desarrollo social madrileño, como se ha puesto de manifiesto en el panorama historiográfico local. Véanse, entre otros, Bahamonde y Foro (1978), Niéffa (1981), y Díez de Baldeón (1986).

<sup>17</sup> Hauser (1979: 513); *Estadística de alquileres rectificada en el mes de abril de 1910*, Madrid, Imprenta Municipal, 1910, citado por Niéffa (1985: 63).

para la mayoría de las familias obreras que, además, debían de enfrentarse a los graves problemas derivados del hacinamiento y la falta de higiene. Y fue, nuevamente, la población de estos barrios, residente en su inmensa mayoría en casas de vecindad o corralas, quien sufrió con mayor dureza los males del hacinamiento (Hauser, 1979: 507; Chicote, 1914: 29).

Junto a la escasez de espacio vital, la falta de luz y ventilación de las casas, la morfología de las calles, el precario equipamiento público, eran, entre otros, factores determinantes de la insalubridad en muchos barrios, tal como destacaron médicos, higienistas y otras voces autorizadas de la época.<sup>18</sup>

Pero, además, las condiciones de miseria e insalubridad inherentes a esos escenarios urbanos condicionaban las diferencias en las tasas de mortalidad sufridas por los inquilinos de los distintos barrios. En la mortalidad, índice demográfico por excelencia, se materializaba el precario nivel de vida que compartía el proletariado madrileño.<sup>19</sup>

El mapa sanitario demográfico que elaboró Hauser a finales del siglo XIX, puso en evidencia, entre otras cosas, la alarmante situación de la mortalidad en Inclusa que figuraba como el distrito de máxima mortalidad, superando la tasa media de la ciudad (32,2 por mil habitantes) en 8 puntos. Apenas unos años después, otro célebre médico higienista, Ricardo Revenga, destacó la situación de Inclusa como la más dramática de la Capital (Hauser, 1979: 531; Revenga, 1901: 47).

Ante la penosa situación sociodemográfica de las familias residentes en los barrios de Inclusa no es de extrañar que este distrito albergara un buen número de establecimientos de carácter benéfico, como la antigua institución de la que heredara su nombre el distrito, la llamada Inclusa o La Casa de Maternidad (Hauser, 1979: 441).

Precisamente en el ámbito de la beneficencia pública, así como en el espacio de la actividad filantrópica del barrio, ocuparon un lugar destacado algunas instituciones de atención y ayuda a las cigarreras. Así, en la misma calle Embajadores — donde permanece la fábrica, implacable al paso del tiempo —, contigua a los establecimientos mencionados, estuvo ubicada una *Escuela-asilo para los hijos de las cigarreras*. El establecimiento proporcionaba cien cunas o plazas destinadas a los niños de pecho, desde la edad de un mes, y para párvulos hasta la edad

18 Véase el informe de Serrano Fatigati sobre la "Condición económica de la clase obrera madrileña" presentado a la Comisión de Reformas Sociales (1985: 70) [1889-1893]; Chicote, (1914: 29) y Marvaud (1979) [1910].

19 El estudio de la mortalidad como "indicador social" — al igual que los índices de enfermedad — constituye una de las contribuciones más recientes al desarrollo de la demografía histórica y de la propia historia social. Véase a título de ejemplo, Fernández García (1991).

de seis años. Entre las condiciones de ingreso de los niños se exigían una recomendación del administrador de la fábrica y se priorizaba el ingreso de hijos legítimos. Las cigarreras podían ir hasta dos veces al día para dar el pecho a sus hijos dentro de un horario establecido.<sup>20</sup>

### *Las viviendas de las cigarreras: una alta concentración espacial*

A lo largo del siglo XIX, el desarrollo de la producción tabaquera estimuló un progresivo crecimiento de la demanda de trabajo en la Fábrica. Así, se inauguró una etapa de enormes oportunidades de empleo, asalariado y preferentemente femenino, que fueron cubiertas, en su inmensa mayoría, por las mujeres residentes en los barrios del entorno. Cualificados testigos del Madrid de la época como Antonio Flores, Mesonero Romanos o Charles Davillier llamaron la atención sobre la destacada presencia de las cigarreras en los alrededores de Embajadores: Ave María, Lavapiés, los alrededores del Rastro, etc. (Flores, 1851: 307; Davillier, 1949: 721; Mesonero Romanos, 1990: 187).

A finales del siglo XIX, el recuento municipal registró 1.797 cigarreras en Madrid, de las cuales más del noventa por ciento vivía en los distritos obreros del sur. La concentración en Inclusa, distrito que albergaba la Fábrica de Tabacos, era excepcional: 1.226 cigarreras. Los distritos parejos de Latina y Hospital se repartían 229 y 222 obreras respectivamente.<sup>21</sup>

La situación en 1900 continuaba mostrando una gran concentración de viviendas de trabajadoras en torno al mismo núcleo urbano: más del 60 por ciento de las cigarreras empadronadas (en Inclusa) se concentraba en los barrios colindantes a la Fábrica; Huerta del Bayo, Cabestreros, Peñuelas y Miguel Servet eran, por orden ascendente, los de mayor densidad.<sup>22</sup>

Esta aglomeración de las viviendas de las cigarreras se hace todavía más patente al observar su distribución por calles. Un tercio de las obreras tabaqueras del distrito vivía en la calle Embajadores, destacándose, por ejemplo, una concentración espectacular en el tramo de la vía que abarca del número 48 al 66.

20 Reglamentos de la Inclusa, Colegio de la Paz, Casa de Maternidad y Asilo para los hijos de las cigarreras aprobados por la Diputación Provincial en sesiones del 30 de abril de 1887 y 29 de mayo de 1888. (1900). Madrid, Escuela Tipográfica del Hospicio, pp. 69-72. Véanse otros ejemplos en Comisión de Reformas Sociales (1985: 37-38, tomo II) (1889-93).

21 Ayuntamiento de Madrid: Rectificación del empadronamiento general de habitantes en diciembre de 1898 (1899). Madrid, p. 81. Obviamente, las cifras reales de operarias contratadas en la Fábrica de Tabacos era considerablemente mayor como atestiguan otras fuentes internas de la empresa.

22 Padrón Municipal de Habitantes, 1900. Archivo de Villa, Madrid, Sección Estadística (A.V.E.), tomos 232-271.

Y descendiendo todavía más en nuestro análisis, llegamos al reparto de las viviendas a través del "*número de calle*", localizando puntos de aglomeración de cigarreras en las vías más concurridas del distrito. Las situaciones más sobresalientes, es decir los "números de vías donde llegaron a residir doce o más cigarreras", se localizan en un perímetro de distancia muy próximo a la Tabacalera. Se evidencian, con ello, algunos casos ejemplares donde residían entre 22 y 30 cigarreras (el número 90 de Mesón de Paredes y el número 11 de Santiago el Verde).

Durante las primeras décadas del siglo, aunque se dejó notar una movilidad residencial hacia el extrarradio sur de la ciudad, los barrios de Inclusa continuaron mostrando una presencia muy notable del oficio en la zona. En 1915, el número de cigarreras empadronadas se había reducido a 1.161, reflejo, sin duda, del restringido plan de amortización de la plantilla obrera establecido por la Dirección de la Compañía desde 1888.<sup>23</sup>

La tendencia al desplazamiento geográfico de un gran número de esos hogares hacia las espaciosas barriadas obreras de la zona sur, estuvo directamente vinculada a la estrecha oferta de suelo barato y al progresivo encarecimiento de las subsistencias en Madrid. Este hecho y su creciente extensión influyó en la estabilidad del entramado de relaciones existente entre la fábrica y la comunidad de cigarreras, especialmente en aquellos elementos configurados en base a la proximidad física, y simbólica, al trabajo. El alejamiento residencial del personal obrero favoreció, entre otras cosas, una mayor vigilancia (control) en el cumplimiento de los horarios de entrada y salida de la fábrica y en la práctica de otros aspectos del reglamento, basados, en buena medida, en relaciones sociales de confianza y familiaridad entre los diferentes actores, y actrices, de la Fábrica. Así, pensemos en el significado de alterar, por ejemplo, mecanismos y pautas de comportamiento de las obreras, como era el hecho de complementar el trabajo fabril con las tareas domésticas y las obligaciones familiares (como muestra la costumbre de cocinar y dar de comer a los hijos en el centro), gestos de solidaridad de género en el cumplimiento de algunas normas ("la vista gorda" de las maestras ante la impuntualidad de las operarias, por ejemplo), o el acceso regular a los servicios asistenciales. Todo ello, junto a un cotidiano mundo de estrategias, complicidades y vivencias que facilitaba la experiencia del trabajo y del no trabajo sin una interrupción espacial.<sup>24</sup>

23 Datos del Empadronamiento General de Habitantes de diciembre de 1915. Madrid, Imprenta Municipal, 1917. El reparto de la inmensa mayoría de las cigarreras era: 619 en Inclusa, 265 en Hospital y 250 en Latina. Sobre el modelo de gestión de la CAT véase Candela (1997), especialmente el capítulo III y el apartado V.1. sobre el restablecimiento de las contrataciones en la fábrica.

24 Coincidimos con la línea argumentativa planteada en: Gribaudo (1987), especialmente, la Introducción, y Guzzo Decca (1987).

Las condiciones materiales que hacían posible la vida, y la reproducción, de las cigarreras eran las mismas que para el resto de las familias proletarias residentes en estos barrios.

Junto a los alquileres baratos (en 1900 una cigarrera pagaba, por término medio, 14,5 pesetas de alquiler mensual por su vivienda), la escasez de espacio, la falta de higiene y equipamiento sanitario eran otros de los rasgos que las cigarreras compartían con el resto del vecindario.<sup>25</sup> Y, como ya avanzamos más arriba, el alto grado de hacinamiento en las viviendas y barrios de alojamiento de las cigarreras, y en general de las familias obreras, se mantuvo durante las primeras décadas de siglo, como puso en evidencia el pormenorizado estudio de la densidad por barrios recogido en la *Memoria* municipal del año 1929: en la gran mayoría de los casos estudiados (en total 46 manzanas de 7 barrios del interior de la Capital) se incumplía la normativa municipal que establecía 25 metros cuadrados por habitante.<sup>26</sup>

Asimismo, desde la experiencia subjetiva de algunas de las mujeres entrevistadas, vecinas de estos barrios, se constata que en los años veinte las condiciones de vida no habían mejorado demasiado:

"Al principio vivía en la calle Toledo donde la casa de mis padres, sólo había una alcoba y teníamos que ir a coger el agua a la fuentequilla... Entonces encontré este piso de Ventorrillo y aunque era mucho más caro (porque aquí de alquiler pagaba bastante, casi 40 ptas., y en la calle Toledo pagábamos 20) pero era más grande y sobre todo tenía el baño dentro y con tanto niño eso se agradecía..."<sup>27</sup>

### *¿Quiénes eran las cigarreras? Una aproximación sociodemográfica*

El intenso flujo migratorio que sufrió Madrid durante la segunda mitad del siglo XIX tuvo como resultado que, al comenzar el siglo, la mitad de su población hubieran nacido fuera de la ciudad.<sup>28</sup> En el contexto de la estructura sociodemográfica madrileña, la procedencia de las cigarreras ocupa un lugar casi de excepción, al mostrar que un setenta por ciento de las empadronadas en 1900 había nacido en la capital. Las razones explicativas de esta homogeneidad geográfica, que

25 Elaboración propia a partir del *Empadronamiento Municipal de Habitantes, 1900*, distrito Inclusa.

26 Los resultados mostraban situaciones alarmantes en algunos barrios, arrojando cifras de hasta 2,18 metros cuadrados por habitante. Véase *Ayuntamiento de Madrid: Información sobre la ciudad: año 1929 (1929)*. Imprenta y Litografía Municipal, Instituto Geográfico y Catastral. pp. 116-117. (Memoria).

27 Antonia Del Río, Cigarrera jubilada, nacida en el barrio en 1912.

28 Censo de Población de 1900, véase: Bahamonde y Toro (1978: 95); Tiana Ferrer (1992: 30-37).

se ha destacado también en el caso sevillano, cabe buscarlas en el origen y tradición artesanal del oficio. La dinámica de reclutamiento obrero establecida desde los orígenes de la elaboración del tabaco en Madrid terminó configurando un mercado de trabajo interno, y obviamente local, sobre la base de la estabilidad y herencia del empleo. El funcionamiento de redes familiares de empleo, así como el fenómeno de la transmisión del oficio de madres a hijas, constituyen algunos de los indicadores más sobresalientes, de este proceso.

Las cigarreras madrileñas de principios de siglo eran *mujeres maduras*. En su mayoría ingresaron a edades muy tempranas, en torno a los 11 años, entre 1860 y 1880, lo que, además de evidenciar el empleo de mano de obra infantil, muestra que, al comenzar el siglo, la operaria menos veterana hubiera acumulado una experiencia de más de 20 años de trabajo.

En 1900, el mayor número de cigarreras se situaba entre los 30 y los 59 años, destacándose en el conjunto de las residentes en Inclusa una media de edad que sobrepasaba los 45 años. La causa principal de esta situación se encuentra en el, ya comentado, plan de amortización del personal obrero que bloqueó, durante más de dos décadas, la admisión de nuevas operarias en las fábricas. La amortización de las bajas sin la compensación de nuevos ingresos provocó el envejecimiento progresivo de las cigarreras y la transformación del ambiente "jovial" de las fábricas tantas veces idealizado en la producción artística y literaria del diecinueve.<sup>29</sup> Además, la proporción de mujeres comprendida entre los 60 y 84 años (19 por ciento) reforzaba el proceso de envejecimiento iniciado entre las trabajadoras madrileñas. A principios del siglo, este grupo estaba integrado, en su mayoría, por mujeres ancianas que a causa del desgaste físico y/o la pérdida de destreza se veían abocadas a las penosas tareas del desvenado.<sup>30</sup> Logicamente, esta situación se fue acentuando en el transcurso de las primeras décadas del siglo hasta que, en los años veinte, comenzara la primera gran oleada de nuevos ingresos. Para estos años la media de edad en la Fábrica de Embajadores era aproximadamente 53 años.<sup>31</sup>

La relación de parentesco respecto al cabeza de familia, junto con el estado civil y el número de hijos configuran algunos de los indicadores más ricos y sugerentes de la encuesta municipal que nos llevan a explorar *la estructura familiar y la situación doméstica de las cigarreras*.

En 1900, el dato más sobresaliente es el 37 por ciento de las cigarreras de Inclusa que se declaraba *cabeza de familia*. Más de un tercio de las empadronadas aparecía como esposas y el resto se distribuía entre las diferentes posiciones en relación al cabeza de familia, destacándose un porcentaje muy significativo de cigarreras como "inquilinas o huespedes" (el 15 por ciento).

La condición de estas mujeres, viudas en su inmensa mayoría, como "cabezas de familia" revelaba uno de los aspectos ejemplares de su situación familiar: sobre un gran número de cigarreras recaía todo el peso de la organización doméstica. Es posible plantear, al menos durante este periodo, que las trabajadoras en estas circunstancias, se vieran obligadas a asumir, en base a su salario, la responsabilidad económica del sustento familiar.<sup>32</sup>

Esta peculiar situación, documentada para principios de siglo, fue también habitual en los hogares de las cigarreras a lo largo del periodo que nos ocupa, como se deja entrever en algunos de los testimonios recogidos:

"Mi marido era cantero de los que trabajaban por su cuenta, donde se enteraba que había trabajo allí iba, y entonces había muchas huelgas y la mitad de las veces venía sin jornal, [...] luego me dejó viuda, sin ninguna pensión y con cinco hijos que alimentar".<sup>33</sup>

De otro lado, la presencia de las esposas nos lleva a constatar la permanencia de las cigarreras en la fábrica después de casadas. Una proporción significativa de mujeres aparecía empadronadas junto a albañiles, carpinteros, jornaleros, zapateros, canteros, etc., oficios, todos ellos comunes de la población obrera masculina asentada en los barrios de referencia. El desempleo y la inestabilidad existente en el tipo de ocupación de sus respectivos maridos, jornaleros en su mayoría, explicaría la función principal del salario de las cigarreras en muchos de estos hogares obreros.<sup>34</sup>

29 La situación de envejecimiento de las obreras fue un fenómeno generalizado en las fábricas dependientes de la Compañía Arrendataria, cfr.: Valdés (1990:71 y ss.); Baena (1993: 63-64); y Radcliff (1983: 91-92).

30 Sobre las condiciones de trabajo en los talleres del desvenado, véase: Candela (1993-1994: 91-115). Se recuerda, especialmente, el testimonio recogidos por Pardo Bazán (1888) [1882].

31 De una muestra de 118 cigarreras se destaca la elevada proporción de cigarreras (casi el 64 por ciento del total) correspondiente a los intervalos centrales de la distribución por edades: de 31 a 50 y de 51 a 64 años. *Padrón Municipal de Habitantes, 1920*. Archivo de Villa, Madrid, Sección Estadística, tomos 362-63, 377, 386-87, 391, 402-03 y 411-13.

32 Esta es una de las causas explicativas de que la subida salarial, o en su caso el mantenimiento del valor de cambio de los jornales, estuviera entre las primeras reivindicaciones de las cigarreras, antes y después de la creación del sindicato. Para 1900, del total de la submuestra de Jefas de Hogar: el 69.3 por ciento son viudas, el 23.6 por ciento solteras y el 7 por ciento casadas.

33 Antonia del Río, Cigarrera jubilada. Se casó e ingresó en la fábrica en 1921, enviudó quince años más tarde.

34 Sobre esta problemática realidad en la sociedad madrileña del cambio de siglo véanse las recientes aportaciones del espléndido trabajo de Byrne (1998).

Además, la mayoría de las cigarreras madrileñas de comienzos de siglo tenía entre uno y dos hijos, información que es posible interpretar como síntoma de alta mortalidad infantil que afectaba, particularmente, a las familias trabajadoras de la época.

El predominio de viudas y casadas entre las obreras del tabaco muestra que el peso de las obligaciones domésticas y reproductivas influyó significativamente en su incorporación y continuidad en el trabajo. Así, se explicaría, por ejemplo, la importancia que adquieren algunos aspectos relacionados con la maternidad de las cigarreras, como el subsidio materno y/o el mantenimiento de guarderías y escuelas para sus hijos, recurrentes en las demandas obreras del sector. Es, por ello, posible destacar que el hecho de que estas trabajadoras desarrollaran una posición protagonista en la organización doméstica y familiar es uno de los elementos fundamentales en la formación de su identidad de grupo. Precisamente, el "sentimiento de responsabilidad familiar de las mujeres" apuntado por Telma – y clave central de su análisis –, adquiere un relevancia especial en el caso de las cigarreras.<sup>35</sup>

El análisis de la familia nos merece mayor interés al relacionarlo con la estructura del hogar de la cigarrera. Así, la detallada información del Padrón nos permite adentrarnos en el ámbito de la unidad doméstica.

Ya hemos mencionado que la mayoría de las cigarreras tenía algún vínculo familiar con el jefe/jefa del hogar donde vivían, pero, además, una parte significativa de las empadronadas en 1900 eran madre e hija, reflejo, todavía vivo, de la transmisión generacional del oficio. Desde casi los orígenes de la manufactura, por práctica exigida y reglamentada, las aprendizas que ingresaban en la fábrica eran hijas de cigarreras, lo que originaba que, en muchas ocasiones, el proceso de aprendizaje y socialización de la obrera se desarrollara complementariamente entre el ámbito del taller y el del hogar. Las redes familiares de empleo y las relaciones de parentesco en el interior de los talleres tuvieron una destacada influencia en los procesos de reclutamiento y en la iniciación y adaptación laboral de las obreras.<sup>36</sup>

El mantenimiento de fuertes vínculos familiares o de parentesco, entre otros, tuvo un peso destacado en el desarrollo del sentimiento de compañerismo y solidaridad, rasgos característicos de la actitud de estas trabajadoras. La concepción de la colectividad obrera de las cigarreras (como una "gran familia" dentro y fuera de la fábrica), que reflejaba, en frecuentes ocasiones, una realidad de vínculos de sangre, arraigó en la formación de una cultura de vida y trabajo forjada a lo

largo de años de convivencia.<sup>37</sup> Es, asimismo, un aspecto recurrente en las entrevistas realizadas, y nos refuerza la idea de que su influencia fue decisiva en el desarrollo de la conciencia colectiva de estas mujeres:

"En el barrio éramos todas iguales, vivíamos muy juntas y era como una familia (...)." "Entre ellas se ayudaban mucho: ¡oye que resulta que se ha puesto mala fulanita!, entonces iban todas a su casa a socorrerla, traerla medicinas (que compraban a escote), o lo que fuera (...), y cuando había de venir el médico a casa, si era invierno, enseguida la manta de una vecina porque estaba mejor que otra, la colcha de la otra, todo para que el cuando llegara el médico se encontrara con lo mejor, esas cosas se las he oído contar yo a mi abuela y a mi madre..."

Por otro lado, la presencia de cigarreras en calidad de huéspedes o compañía, sin ningún vínculo familiar, viene a ser un reflejo más de las necesidades económicas que soportaban numerosos hogares obreros, que ante el problema de la carestía de vivienda se veían abocados a reducir los gastos compartiendo la habitación con otras familias o individuos.

Aunque la debilidad de la información nos impide conocer la evolución del *nivel de instrucción de las cigarreras* durante el avance del siglo XX, el desglose de los datos censales y padronales nos indica que el analfabetismo femenino descendió de forma importante en Madrid, al igual que en el resto de las provincias, durante las tres primeras décadas del siglo.<sup>38</sup>

En 1900, menos de un tercio de las cigarreras residentes en Inclusa sabía leer y escribir. El precario nivel de instrucción de las obreras se situaba muy por debajo de la tasa media de alfabetización (66,7 por ciento) de la población femenina madrileña.<sup>39</sup> Las obreras instruidas se concentraban, en su mayoría, en el grupo de edad correspondiente a las menores de treinta años. Con el paso de los años, cabe suponer que fuera en el grupo de obreras más jóvenes donde se empezara a detectar una mejora del nivel de alfabetización, coincidiendo con el progresivo descenso del analfabetismo femenino en la capital. A partir de 1927, con la entrada en vigor del nuevo Reglamento de régimen interno, se exigía a las aspirantes saber leer y escribir. Para esas fechas de auge asociativo en el sector, la instrucción y educación de las obreras fue uno de los aspectos reclamados con mayor insistencia por los

35 Sobre esta forma de manifestación de la conciencia femenina, véase Kaplan (1982: 545-66) y Louise A. Tilly (1981: 400-417).

36 Véase, para más detalle, las estrategias laborales de las cigarreras "Abuelas, madres e hijas", en Candela (1997: 110-115).

37 Véase Pardo Bazán (1988: 94) donde se describe con sutileza el sentimiento de colectividad y fraternidad del trabajo experimentado por la protagonista de la novela tras su incorporación a la Fábrica.

38 Siguiendo a Capel (1986: 373-375), el porcentaje de mujeres analfabetas en Madrid pasó del 43.2% en 1900 al 29.0% en 1930.

39 Censo de Población 1900 (se refiere a la población femenina alfabetizada mayor de diez años), citado en Tiana (1989: 203).

representantes obreros del sindicato (mayoritario) tabaquero. Hecho, por otro lado, nada extraño si tenemos presente el desarrollo histórico de algunas experiencias artesanales, y pioneras, del ramo como la industria caribeña (en Cuba y Puerto Rico) y estadounidense, que destacaron por el avanzado nivel cultural de sus trabajadores. Como es bien sabido, los tabaqueros caribeños lucharon por institucionalizar la costumbre de "la lectura" en los centros y esto hizo que desarrollaron una temprana conciencia que les convirtió en el sector más ilustrado del proletariado, a la cabeza de las luchas independentistas y del movimiento obrero.<sup>40</sup>

### Una vida en comun...

La delimitación y descripción de los espacios de sociabilidad, públicos y privados, sitúa el papel que desempeñan mujeres y hombres en la compleja trama de actividades sociales y relaciones personales, familiares y vecinales que da forma y contenido a la comunidad donde viven.<sup>41</sup>

Todo comenzaba en el hogar de las cigarreras, en el espacio privado de la vivienda. La organización del espacio doméstico se relacionaba con la situación familiar, su estructura y presupuestos, que, como ya hemos visto, dependió en muchos casos de la condición de asalariada (fija) de la cigarrera.

La convivencia en la mayoría de los hogares no se limitaba a las relaciones estrictamente familiares entre padres e hijos, sino que se ampliaba y despersonalizaba por la presencia habitual de otros miembros, familiares o no, a los que se acogía en condición de huéspedes o mantenidos. En estas circunstancias, la escasez de espacio en las viviendas agravaba el problema del hacinamiento doméstico como se deja entrever en alguno de los testimonios recogidos:

"En esta casa que te cuento vivíamos la madre, el hermano mayor (que como se echó a la bebida lo mantenía mi madre), mi marido y mis hijos [...], mi madre dormía en el comedor en un catre que se recogía como los pesebres de los animales, un toldo con palos que se abrían por la noche y después lo poníamos detrás de mi cama para que estuviera el comedor recogido. Algunas veces tenía que dormir mi

40 Véase, por ejemplo, Rivero Muñiz (1951); García Galán (1958). Particularmente, dos célebres mujeres líderes de movimientos obreros y de la lucha feminista salieron de entre las filas de lectoras de tabaquerías: la cubana Inocencia Valdés ("La Niñita"), líder de las despalilladoras y la intelectual anarquista puertorriqueña Luisa Capetillo. Véase, sobre esta última, Valle Ferrer (1990).

41 Se trata, por nuestra parte, de tan solo una aproximación al estudio de la sociabilidad obrera. Sobre las posibilidades de este ámbito analítico, véanse, por ejemplo, Ralle (1988) y Sierra Álvarez (1994).

hijo con ella y la pequeña entre mi marido y yo..., hemos pasado mucho, mucha calamidad...".<sup>42</sup>

Las cigarreras pasaban la mayor parte del tiempo fuera de casa – trabajando en la fábrica – y, como para cualquier trabajadora (fabril), la vuelta al hogar, tanto a mitad del día como al final de la jornada, significaba preparar comidas, atender a los hijos, arreglar la casa, etc., tareas que hacían interminable su jornada de trabajo:

"(...) mi madre siempre iba con prisas, estábamos comiendo y oíamos la sirena y le decíamos mamá el pito y decía: ¡no, si me da tiempo! Salía a las 12 tenía que comprar la comida, hacerla, ponerla en la mesa luego la comíamos solos y mi padre la regañaba y la decía, sí te da tiempo pero tú te vas sin comer, cogía un cacho de pan y lo que hubiera y se iba corriendo".<sup>43</sup>

La supervivencia de la familia obligaba a cooperar a todos los miembros del grupo doméstico. Los hijos varones, a edades muy tempranas, y en ocasiones sin haber concluido la instrucción elemental, aprendían un oficio y comenzaban a trabajar contribuyendo de este modo al presupuesto familiar. Las hijas que no entraban en la fábrica, además de asumir parte de los quehaceres domésticos, trabajaban en casa para alguno de los numerosos talleres de confección del barrio, donde realizaban un breve proceso de aprendizaje. Modistillas, costureras, pantaloneras..., eran, junto con las sirvientas, oficios femeninos muy comunes en los hogares de las obreras de la Fábrica.

La configuración espacial de los patios de corredor, vivienda obrera más común en los barrios donde se alojaban las cigarreras, favorecía un espacio de encuentro y convivencia común entre los vecinos. Las corralas madrileñas se organizan en torno a un patio central rodeado de corredores donde confluyen ordenadamente las puertas de las viviendas. Una fuente de agua que abastecía, a cubos, al vecindario en el patio donde coincidían los vecinos a coger el agua y un retrete por planta era todo el equipamiento higiénico existente en muchas de estas viviendas obreras como puede apreciarse en las que todavía se conservan en el casco antiguo madrileño:

"Lo de las chinches era espantoso!..., yo recuerdo que los colchones y somieres de las camas los fregaba con lejía pura y cepillo y luego con unas tenacillas que teníamos de la lumbre enroscaba trapos y los mojaba en alcohol y lo quemaba todo. El día que hacíamos limpieza no podías dormir se conoce que las chinches se avivaban y te abraaban a picotazos".<sup>44</sup>

42 Rosarío García, cigarrera jubilada de la fábrica de Madrid. Ingresó en 1921, hija de cigarrera.

43 Mercedes Pintón, cigarrera jubilada de la Fábrica de Madrid, nacida en 1930.

44 Ibidem. En la actualidad continúa viviendo en una antigua corrala de la calle Tribulete. Entrevistada en su casa en 11 de mayo de 1993.

La experiencia vivida en las corralas o patios de corredor, como una prolongación del espacio doméstico, llegó a desempeñar un papel importante en la realidad cotidiana de las mujeres, en la configuración de su identidad femenina y en particular obrera.

Más allá del ámbito doméstico y del corredor, los espacios de la sociabilidad culminaban en el barrio; escenario de las relaciones sociales y vecinales donde la cigarrera tuvo una presencia notable. Junto a la caridad pública de la que hablamos al principio del capítulo, un denso entramado de solidaridad y cooperación vecinal, especialmente entre las mujeres, cumplió una función destacada en la vida de estas trabajadoras. El sentimiento de solidaridad característico de las cigarreras se manifestó, por ejemplo en la organización de servicios asistenciales y de cooperación ante las frecuentes tragedias que azotaron a la clases trabajadoras madrileñas. Un episodio ilustrativo, fue la reacción y movilización masiva de las obreras ante el trágico accidente que provocó el derrumbamiento del Tercer Depósito de Isabel II en abril de 1905.<sup>45</sup>

La aparición de espacios de ocio y trabajo – que como las cigarreras compartieron otras muchas mujeres – como la “fuentecilla” (de la calle Toledo), el lavadero, el mercado, los merenderos y en definitiva la propia calle, son de obligada consideración en la definición espacial de la sociabilidad femenina. La coincidencia de mujeres de clases populares en estos lugares públicos – donde compartían rutinas y expresaban opiniones y sentimientos – favoreció, sin duda, los vínculos de solidaridad y reforzó el sentido de pertenencia a una comunidad; mujeres que enfrentaron la vida, tantas veces, desde la misma postura, inclinadas en el río de sus sueños, miserias e inquietudes...

### Unas breves consideraciones

Hasta hace muy poco tiempo, tantos años después del periodo que aquí nos ocupa, el ambiente, la atmósfera cigarrera, se respiraba literalmente al transitar por las calles limítrofes a la Fábrica de Tabacos. El entorno productivo no solo tuvo su marca en ese tabaco, en ese “oficio que se respiraba en el aire”, sino, sobre todo, en una alta concentración de trabajadoras que desarrollaban su vida en común fuera de fábrica, tanto, o más, que dentro de ella. La experiencia de vida que en tantas ocasiones se ha estudiado sólo en el propio ambiente de trabajo, es, en nuestro caso una necesidad, “fuera de la fábrica”, si se quiere comprender cabalmente como se generó una identidad colectiva que acababa siendo “trabajada” las veinticuatro horas del día.

<sup>45</sup> Véase un análisis pormenorizado del accidente en Byrne (1995).

Las estrategias desarrolladas por las cigarreras en su vida cotidiana evidencian, una vez más, la necesidad de recurrir a la familia o grupo doméstico como unidad de análisis específica. El análisis de las estrategias domésticas se ha de contemplar, definitivamente, en función de los ingresos o formas de contribución de todos los miembros del grupo familiar, de los lazos y relaciones cambiantes que dentro de este grupo se dan, y transforman, a lo largo del tiempo. Así, se plantean nuevos interrogantes orientados hacia la valoración del trabajo femenino, de las cigarreras en sus diferentes posiciones de parentesco dentro de la unidad familiar y, de la ocupación de esposos, hijas e hijos en el sector formal o informal de la economía. La aproximación a los ingresos y presupuestos domésticos aparece como uno de los aspectos claves para entender la evolución de las trayectorias de vida de las familias trabajadoras, en nuestro caso de los hogares de cigarreras. En este sentido, se están orientando buena parte de trabajos históricos, sociológicos y antropológicos de la investigación científico social más avanzada.<sup>46</sup> Pero ¿qué otras estrategias individuales y familiares desarrollaron las cigarreras?, ¿Cómo se relacionaron sus ciclos laboral y familiar?, ¿Cómo se transformaron estas estrategias a través de las diferentes generaciones?, son, entre otras, cuestiones pendientes, incitaciones para nuevas investigaciones en el futuro.

Recebido em janeiro de 1998.

*Paloma Candela Soto, professora de História e Estética da Engenharia. Escola Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Universidad Politécnica de Madrid.*

<sup>46</sup> Para una muestra “mundial”, con especial énfasis en América Latina, pueden verse los trabajos presentados al *World Meeting* de Estudios y Sociología del Trabajo, Mayagüez, Puerto Rico, febrero 1996. Y especialmente los textos de Laís Abramo, Alice Abreu y Mercedes González de la Rocha. Asimismo, en nuestro país, algunas recientes aportaciones muestran la importancia del trabajo de las mujeres y su implicación en las estrategias de supervivencia de las familias trabajadoras. Véase, por ejemplo: Ballesteros (1997).

## Bibliografía

- Ackelsberg, M. (1991). *Free women of Spain: anarchism and the struggle for the emancipation of women*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Anderson, B. S. y Zinsser, J. P. (1991). *Historia de las mujeres, una historia propia*. Barcelona: Crítica. v. 2.
- Arango, L.G. (1991). *Mujer, religión e industria (Fabricato 1923-1982)*. Universidad de Antioquia, Universidad Externado de Colombia.
- \_\_\_\_\_ (1995). "Identidad femenina, identidad obrera: la proletarización de la mujer en Francia en el siglo XIX". In: Arango, L.G.; León, M.; Viveros, M. (comps.). *Género e identidad: ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, Ediciones Uniandes, Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Colombia. pp 213-237.
- Arenal* (1995). 2 (2), jul.-dic.
- Baena, E. (1993). *Las cigarrerías sevillanas: un mito en declive (1887-1923)*. Universidad de Málaga.
- Bahamonde y Toro, J. (1978). "Mendicidad y paro en el Madrid de la Restauración". *Estudios de Historia Social*, nº. 7, out.-dez.: 353-384.
- \_\_\_\_\_ (1978). *Burguesía, especulación y cuestión social en el Madrid del siglo XIX*. Madrid, Siglo XXI. p. 95.
- Baldrich, J. J. (1994). "Cigars and cigarettes in Nineteenth Century Cuba". *Review Interamericana*, 24 (1-4), primavera-invierno: 8-35.
- Ballesteros, E. (1997). *Niveles de vida en España, siglos XIX y XX*. Tesis - doctoral - Universidad Complutense de Madrid.
- Baron, A. (1991). "Gender and labor history: learning from the past, looking to the future". In: *Work engendered: toward a new history of American labor*. Ithaca, London: Cornell University Press.
- Berg, M. (1987). *La era de las manufacturas, 1700-1820*. Barcelona: Crítica.
- Borderías, C. (1993). *Entre líneas: trabajo e identidad femenina en la España contemporánea*. (La Compañía Telefónica 1924-1980). Barcelona: Icaria.
- Borderías, C.; Carrasco, C. y Alemany, C. (comp.) (1994). *Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*. Madrid: Fuhem.
- Boris, E. (1991). "A man's dwelling house is his castle: tenement house cigarmaking and the judicial imperative". In: Baron, A. *Work engendered: toward a new history of American labor*. Ithaca, London: Cornell University Press. pp. 114-141.
- Byrne, E. (1995). De la microhistoria a los grandes procesos: el hundimiento del III Depósito del Canal de Isabel II, Madrid. Córdoba. (Presentado al II Congreso de Historia Social: el Trabajo a través de la Historia, organizado por la Asociación de Historia Social, 28-29 abr.).

- Byrne, J. (1998). *Trabajo, organización y conflicto: los albañiles de Madrid, 1875-1914*. Tesis - doctoral - Instituto Europeo de Florencia. enc.
- Cabrera, O. (1989). "Cuba y la primera experiencia de incorporación fabril de la mujer: la experiencia tabaquera". *Revista de Indias*, 49 (185): 227-233.
- Candela, P. (1993-1994). "Trabajo y organización en la industria del tabaco: las cigarrerías madrileñas, 1890-1920". *Sociología del Trabajo*, n. 20, invierno: 91-115.
- Candela, P. (1997). *Cigarrerías madrileñas: trabajo y vida (1888-1927)*. Madrid: Ed. Tecnos.
- Canning, K. (1992). "Rethinking German Labor History". *American Historical Review*, 97 (3), junio: 736-768. (Versión castellana en *Arenal*, 2 (2), jul.-dic. 1996: 175-218).
- Capel, E. M. (1986). *El trabajo y la educación de la mujer en España (1900-1930)*. Madrid: Ministerio de Cultura, Instituto de la Mujer.
- Ch. Davillier, E. (1949). *Viaje por España*. Madrid: Ed. Castilla. p. 721. (Ilustrado por Gustavo Doré).
- Chicote, C. (1914). *La vivienda insalubre en Madrid*. Madrid: Imprenta Municipal. p. 29.
- Cokburn, C. (1991). *In the way of women: men's resistance to sex equality in organisation*. London: Macmillan.
- Comisión de Reformas Sociales (1985). *Información oral y escrita publicada de 1889-1893*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. t. II. (Reedición al cuidado de S. Castillo).
- Cooper, E. (1988). "What this country needs is a good Five-Center Cigar". *Technology and Culture*, 29 (4), oct.: 783.
- Cooper, P. A. (1987). *Once a cigar maker: men, women and work culture in America cigar factories, 1900-1919*. Urbana, Chicago: University of Illinois Press.
- Del Bono, A. (1996). "Madrid tuvo 'La Fortuna': comportamiento empresarial y condiciones de trabajo en una fábrica madrileña, 1900-1930". *Sociología del Trabajo*, nº. 28, otoño: 129-149.
- Díez de Baldeón, C. (1990). *Arquitectura y clases sociales en el Madrid del siglo XIX*. Madrid: Siglo XXI.
- Duby, E. y Perrot, M. (dres.) (1993). *Historia de las mujeres*. Madrid: Taurus. t. 4 y 5. (Siglos XIX y XX). (Edición española dirigida por Reyna Pastor).
- Durán, M. A. (1991). "La conceptualización del trabajo en la sociedad contemporánea". *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, n. 13-14, sept.-dic.
- Fatigati, E. S. (1985). "Condición económica de la clase obrera madrileña". In: Comisión de Reformas Sociales (C.R.S.). *Información oral y escrita publicada de 1889-1893*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. t. II, p. 70. (Reedición al cuidado de S. Castillo).
- Finkel, L. (1994). *La organización social del trabajo*. Madrid: Ed. Pirámide.

- Flores, A. (1851). "La Cigarrera". In: *Los españoles pintados por sí mismos*. Madrid: Gaspar y Roig Editores, pp. 306-311.
- Gálvez, L. (en prensa). "Management, labor and gender: the use of time in the tobacco factory of Sevilla". In: Hufton, O. y Sarasua, C. *Gender and the use of time*. Florencia.
- García Galán, G. (1958). *El tabaco y su acción en la independencia de Cuba*. La Habana: Gobierno Provincial de la Habana.
- García, Fernández (1991). "La enfermedad como indicador social: consideraciones metodológicas". Castillo, S. (coord.). *La historia social en España: actualidad y perspectivas*. Madrid: Siglo XXI, pp. 401-428.
- Glucksmann, M. (1990). *Women assemble: women workers and the new industries in inter-war Britain*. London: Routledge.
- Grihaudi, E. (1987). *Mondo operaio e mito operaio: spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento*. Turin: Einaudi.
- Guzzo Decca, M. A. (1987). *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Hausner (1979). *Madrid bajo el punto de vista médico-social*. Madrid: Editora Nacional. t. I, p. 513. (Edición preparada por Carmen del Moral).
- Hewitt, N. A. (1991). "The voice of vinle labor": labor militance, community solidarity, and gender identity among Tampa's latin workers, 1880-1921". In: Baron, A. *Work engendered: toward a new history of American labor*. Ithaca, London: Cornell University Press, pp. 142-167.
- Kaplan, T. (1982). "Female consciousness and collective action: the case of Barcelona, 1910-1918". *Signs*, nº 7, primavera: 545-66. (Versión española en: Nash, M. y Amelang, J.A. (eds.) *Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea*. Valencia: Edicions Alfons El Magnànim, 1990. pp. 267-295.)
- \_\_\_\_\_ (1992). *Red City, blue period: social movements in Picasso's Barcelona*. Berkeley: University of California Press.
- Lynn Douglas, E. (1984). "Mujeres trabajadoras durante la revolución industrial, 1780-1914". In: Nash, M. (ed.). *Presencia y protagonismo: aspectos de la historia de la mujer*. Barcelona: Serbal, pp. 91-120.
- Marshall, A. (s.f.). *Tratado de economía política*. Madrid: La España Moderna. t. II, pp. 91-92. (Traducción de Pio Ballesteros, de la Cuarta edición inglesa). [Edición original *Principles of Economics*, 1890].
- Maryaud, A. (1974). *La cuestión social en España [1910]*. Madrid: Ediciones de la Revista de Trabajo. (Primera edición castellana, preparada y prologada por J. M. Borrás y J.J. Castillo).
- McBride, M. (1984). "El largo camino a casa: el trabajo de la mujer y la industrialización". In: Nash, M. (ed.). *Presencia y protagonismo: aspectos de la historia de la mujer*. Barcelona: Serbal, pp. 121-138.
- Mesonero Romanos, R. (1990). *El antiguo Madrid: paseos históricos-anecdóticos por las calles y casas de esta villa*. Madrid: A. Criado Beceno, Dossat, S.A. p. 187. (Facsimil). (Edición original: 1861).
- Milkman, R. (1990). "Gender and trade unionism in historical perspective". In: Gurin, P. y Tilly, L. (eds.). *Women politics and changes*. New York: Russell Sage Foundation.
- Nash, M. (1983). *Mujer, familia y trabajo en España (1875-1936)*. Barcelona: Anthropos.
- \_\_\_\_\_ (1991). "Dos décadas de historia de las mujeres en España: una reconsideración". *Historia Social*, n. 9, invierno: 137-161.
- \_\_\_\_\_ (1993a). "Review essay: new research in women's labor history". *Signs*, 18 (2), invierno: 376-388.
- \_\_\_\_\_ (1993b). "Identidad cultural de género, discurso de la domesticidad y la definición del trabajo de las mujeres en la España del siglo XIX". In: Duby, E. y Perrot, M. (dres.) *Historia de las mujeres*. Madrid: Taurus. t. 4. p. 585. (Edición española dirigida por Reyna Pastor).
- Nava, P. (1980). *La fábrica dell'emancipazione = operaie della manifatture tabacchi di Modena: storie de vida e di lavoro*. Roma: Ed. Utopia.
- Niella Cristóbal, E. (1981). "El Registro del Trabajo del Ayuntamiento de Madrid y el problema social en los umbrales del del siglo XX (1899-1900)". In: Castillo, S. et al. (coords.). *Estudios de historia de España*. Madrid: UIMP, pp. 465-479. (Homenaje a Manuel Tuñón de Lara).
- \_\_\_\_\_ (1985). *Los sectores mercantiles en Madrid en el primer tercio del siglo XX: tiendas, comerciantes y dependientes de comercio*. Madrid: Ministerio de Trabajo y SS. p.48.
- Núñez, Gloria (1989). *Las trabajadoras en la Segunda República: un estudio sobre la actividad económica extradoméstica (1931-1936)*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.
- Pardo Bazán, E. (1988). *La Tribuna*. Madrid: Cátedra. (Novela). (Edición original: 1882).
- Pérez Fuentes, P. (1993). *Vieir y morir en las minas = estrategias familiares y relaciones de género en la primera industrialización vizcaína: 1873-1913*. Bilbao: Ed. Universidad del País Vasco.
- Pérez Fuentes, P. (1995). "El trabajo de las mujeres en la España de los siglos XIX y XX: consideraciones metodológicas". *Arenal*, 2 (2), jul.-dic.: 247-268.
- Pesce y Capechi, V. (1987). "Los caminos de la diferencia y de la igualdad". *Alfoz*, Madrid, n. 7: 38-50.
- Pesce y Capechi, V. (1988). "El trabajo a través de la mujer". *Sociología del Trabajo*, n.3, primavera.
- Política y Sociedad (1995), n. 19, mayo-ago.
- Prus, M. J. (1990). "Mechanisation and the gender-based division of labour in the US Cigar industry". *Cambridge Journal of Economics*, 14 (1): 63-79.

# A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado<sup>1</sup>

Ruth Milkman, Ellen Reese e Benita Roth

## Resumo

Este artigo propõe-se a responder à pergunta: que fatores explicam a variação na proporção da mão-de-obra ocupada nos serviços domésticos remunerados? Contrariamente à antiga literatura baseada na teoria da modernização, que afirmava que o trabalho doméstico remunerado tendia a diminuir e, em último caso, a desaparecer no decurso do desenvolvimento económico, enfatizam-se, neste trabalho, a expansão recente dessa ocupação no sul da Califórnia e as grandes variações (existentes nos países ricos e desenvolvidos) na proporção da força de trabalho feminina empregada na região. Argumenta-se que um fator decisivo, se bem que negligenciado, na explicação dessas variações geográficas é a dimensão da desigualdade económica; para demonstrá-lo, analisam-se os dados do Censo de 1990 sobre as cem maiores áreas metropolitanas dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** trabalho doméstico remunerado; desigualdade; emprego feminino.

## Abstract

This paper poses the question: what explains the variation in the proportion of the labor force employed in paid domestic labor? In contrast to an older literature, based on modernization theory, which argued that paid domestic labor declines and ultimately disappears in the course of economic development, we note the occupation's recent expansion in southern California and the wide variations among rich, developed countries in the proportion of the female workforce employed in this sector. We argue that a crucial, neglected factor in explaining such geographic variations is the extent of economic inequality, analyzing 1990 Census data for the 100 largest metropolitan areas in the U.S.

**Keywords:** paid domestic labor; inequality; female employment.

O trabalho doméstico realizado em troca de um salário ou o que o Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos (United States Census Bureau) denomina de *private household service*<sup>2</sup> é uma das mais antigas formas de trabalho assalariado. Apesar de já ter sido uma

1 Versão anterior deste artigo foi apresentada durante a reunião de 1996 da American Sociological Association. Uma versão mais extensa deste trabalho constará do número de novembro de 1998 de *Work and Occupations*, a cujos editores agradecemos pela autorização desta publicação antecipada. Descartamos agradecer ainda a Christine Rose, Maria Charles, Dan Cornfield, Rebecca Emigh, Eva Fodor, Laura Gomez, Marian Katz, Gillian Lester, Leslie McCall, Vilma Ortiz, Roger Waldinger, Julia Wrigley e aos pareceristas anônimos; por seus comentários escritos a versões anteriores, e a Alec Campbell e Nicholas Wolfinger, Dolores Trevizo, Elvia Bedolla e Jaquese Scott, pelas várias formas de assessoria e assistência.

2 N.T.: A tradução literal de *private household service* é "serviços domésticos particulares", expressão que, na realidade, parece indicar o que se costuma chamar popularmente no Brasil de "trabalho em casa de família". O censo americano parece distinguir entre o domicílio privado (*private household*) e o domicílio público, isto é, lugares e instalações públicas – possivelmente, hotéis, hospitais, creches e semelhantes, onde também trabalham cozinheiras, faxineiras, arrumadeiras etc.

- Quintero, A. (1978). "Socialista y tabaquero: la proletarianización de los artesanos". *Sin Nombre*, 8 (4), ene.-mar.: 100-137.
- Radcliff, P. (1983). "Elite women workers and collective action: the cigarette makers of Gijón, 1890-1930". *Journal of Social History*, otoño: 85-108.
- Ralle, M. (1989). "La sociabilidad obrera en la sociedad de la Restauración (1875-1910)". *Estudios de Historia Social*, n. 50-51: 161-199.
- Revenge, E. (1901). *La muerte en Madrid*. Madrid: Imprenta de E. Teodoro y Alonso, p. 47.
- Rivero Muñoz, J. (1951). "La lectura en las tabaquerías". *Revista de la Biblioteca Nacional*. La Habana: Imp. P. Fernández y Cia., t. II, n. 4. (Separata).
- Scanlon, G. M. (1986). *La polémica feminista en la España Contemporánea 1868-1974*. Madrid: Ediciones Akal.
- Sierra Álvarez, E. (1994). "Rough characteres mineros, alcohol y violencia en el Linares de finales de siglo XIX". *Historia Social*, n. 19, primavera-verano: 77-96.
- Spinelli, L. (1985). "Disciplina de fabbrica e lavoro femminile: le operaie delle manifatture dei tabacchi (1900-1914)". *Società e Storia*, n. 28, abr.-jun.: 319-372.
- Stubbs, J. (1985). *Tabacco on the periphery: a case study in Cuban labour history, 1860-1958*. Cambridge: Cambridge University Press. (Traducción latinoamericana en Editorial Ciencias Sociales, La Habana, 1989).
- Tiana Ferrer, A. (1989). "La alfabetización y escolarización en la sociedad madrileña de principios del siglo XX (1900-1920)". In: Bahamonde, A. y Otero, L.E. (eds). *La sociedad madrileña durante la restauración 1876-1931*. Madrid: Comunidad de Madrid, Alfaz. v. 2, pp. 199-126.
- Tiana Ferrer, A. (1992). *Maestros, misioneros y militantes: la educación de la clase obrera madrileña, 1898-1917*. Madrid: Cide.
- Tilly, E. y Scott, J.W. (1978). *Women, work and family*. New York: Holt Rinehart and Winston.
- Tilly, L. A. (1981). "Paths of proletarianization: organization of production, sexual division of labour, and womens collective action". *Signs*, n. 7, invierno: 400-417.
- Valdés, C. (1990). *La fábrica de tabacos de Alicante*. Alicante: Caja de Ahorros del Mediterráneo.
- Valle Ferrer, N. (1990). *Luisa Capetillo: historia de una mujer proscrita*. San Juan: Editora Cultural.

das ocupações femininas mais comuns nos Estados Unidos, sua importância econômica reduziu-se tão dramaticamente durante o último século que, no início da década de 1970, alguns sociólogos estavam fazendo seu obituário (Coser, 1973; Chapin, 1978). Contudo, nos anos 80 e 90, houve um ressurgimento da preocupação com esse tipo de emprego principalmente entre os estudiosos das questões de gênero. Conforme sugeriu Judith Rollins (1985), de um ponto de vista feminista, o setor de serviços domésticos tem um interesse especial porque, nesse caso, empregadora e empregada (nos Estados Unidos de hoje) geralmente são mulheres.<sup>3</sup> Acompanhando a abordagem de Rollins, vários estudos importantes analisaram minuciosamente a microsociologia das relações entre as mulheres que contratam domésticas e babás e as que executam essas atividades, detendo-se sobretudo nos modos como as interações entre empregadoras e empregadas são mediadas pelas desigualdades raciais, étnicas e de cidadania entre mulheres (por exemplo, Glenn, 1986; Romero 1992; Wrigley, 1995; Bakan e Stasiulis, 1995).

A presente pesquisa baseia-se na literatura feminista recente nas ciências sociais, ao mesmo tempo em que aponta para uma importante lacuna nesse campo de estudos. Nosso ponto de partida é a observação de que, apesar da freqüente referência à rubrica "raça, classe e gênero", o foco empírico da maioria das pesquisas feministas recentes sobre as desigualdades entre mulheres tem-se limitado às segmentações raciais e étnicas e, em certa medida, às diferenças entre as imigrantes e as americanas natas. Se essas pesquisas trouxeram importantes contribuições para o conhecimento sociológico das questões de gênero e colocaram em dúvida, com razão, antigas opiniões sobre a existência de uma experiência social feminina (e masculina) universal, na maior parte das vezes ignoraram as diferenças de classe entre mulheres. Esse é um aspecto particularmente problemático, porque as classes sociais têm assumido uma relevância cada vez maior neste final de século, à medida que se agravam as desigualdades de renda entre famílias e indivíduos de todas as raças e grupos étnicos, bem como entre cidadãos e não-cidadãos. Embora não seja de nosso interesse colocar em questão a importância da raça, da etnicidade ou do *status* de imigrante, desejamos reintroduzir na discussão o tema das classes sociais.

Por outro lado, nossa análise ressalta a importância do gênero na dinâmica mais geral do aumento da desigualdade econômica nos Estados Unidos contemporâneos. Já existe hoje uma vasta coleção de estudos sobre o crescimento da desigualdade de renda e riqueza nesse

país (aliás, no mundo inteiro) nas últimas décadas. No entanto, essa literatura concentra-se quase que inteiramente no aumento da desigualdade entre famílias e entre trabalhadores masculinos. Nos poucos casos em que as mulheres são levadas em conta, o foco principal converge para o recente estreitamento das defasagens de renda entre os gêneros. O declínio dos salários reais entre os homens, especialmente os de menor nível de instrução, tem chamado a atenção dos pesquisadores. De fato, este é um dos principais componentes da atual tendência à diminuição da desigualdade de rendas entre os gêneros. Poucos, no entanto, percebem que as desigualdades de renda entre mulheres também cresceram significativamente: entre 1969 e 1989, por exemplo, o coeficiente de Gini, uma medida de desigualdade econômica, elevou-se de .344 para .386 entre as trabalhadoras de 25 a 54 anos de idade (o coeficiente foi ainda maior entre os homens do mesmo grupo etário, passando de .316 para .414) (Levy, 1995: 13-18).

Efetivamente, o grande aumento da desigualdade econômica tem-se verificado numa época que se caracteriza pelas amplas oportunidades econômicas oferecidas às mulheres educadas, de classe média alta (grupo constituído, em grande parte, por mulheres brancas, mas que hoje também inclui um significativo contingente de mulheres de cor) – justamente a população que mais procura e que tem melhores condições financeiras para pagar por serviços domésticos. Por outro lado, as rendas reais das mulheres de menor nível de instrução e mais pobres têm-se mantido estagnadas; em alguns subgrupos, essas rendas chegaram a diminuir muito em relação aos níveis anteriores, já relativamente baixos. Examinemos, por exemplo, os dados para o período 1979–1989 correspondentes à renda real de trabalhadoras de tempo integral e contrato anual, na faixa etária de 25 a 34 anos – grupo mais atingido pela recente reestruturação econômica. A renda real das que têm quatro anos ou mais de escolaridade pós-secundária subiu 17% (muito mais do que os 5% de aumento recebidos por homens com as mesmas características). Em compensação, no caso das mulheres com até 12 anos de instrução, a renda real caiu cerca de 2% (entre os homens do mesmo nível de educação formal, a queda foi de 13%) (Bianchi, 1995: 133).

Quando passamos dos indivíduos para as famílias, observamos que os efeitos dessa polarização econômica são ainda mais acentuados, em virtude, de um lado, do aumento do número de famílias sustentadas por dois profissionais assalariados, e, de outro, por causa do tradicional padrão endogâmico das classes sociais. Hoje, muitos homens e mulheres que exercem profissões liberais ou administrativas, casados ou morando juntos, somam seus proventos, mas, no outro pólo da distribuição de renda, é cada vez mais comum uma mulher solteira, mal remunerada, sustentar a família – trata-se da tão discutida "feminização

3 Historicamente, e em alguns países da África e da Ásia contemporâneas, também se encontram muitos homens exercendo essa ocupação. Uma excelente análise desse fato está em Hansen (1989).

da pobreza" (ver Levy, 1995: 20-21). Assim, o gênero tem profundas implicações na história do crescimento das desigualdades de renda nos Estados Unidos no final do século XX.

O trabalho doméstico remunerado constitui, sob muitos aspectos, um microcosmo da crescente desigualdade de renda entre as mulheres. A elite de mulheres que exerce profissões liberais ou administrativas, cujo número cresceu enormemente nos últimos anos, tem condições de comprar no mercado boa parte do trabalho de reprodução social que tradicionalmente lhes compete, na qualidade de esposas e mães. E aquelas que executam esse trabalho geralmente são mulheres que provêm dos degraus inferiores da escala econômica, em sua maioria negras e/ou imigrantes. São justamente as interações entre esses dois grupos que vêm despertando o interesse dos pesquisadores no campo da microssociologia do trabalho doméstico remunerado. A literatura sobre esse tema já produziu conhecimentos valiosos, mas até agora tem negligenciado a análise da macrossociologia desse tipo de emprego, pauta deste artigo.<sup>4</sup>

Mais especificamente, o que nos perguntamos é: como se explica a variação na proporção da mão-de-obra ocupada no trabalho doméstico remunerado? Até mesmo uma observação informal detecta a enorme variação temporal e espacial do tamanho do emprego nessa ocupação. Por exemplo, hoje, no Kuwait, é comum a existência de empregadas domésticas; na Escandinávia, elas são extremamente raras, mas foram numerosas no passado; já nos Estados Unidos, como veremos mais adiante, o trabalho doméstico remunerado é muito mais difundido em certas áreas metropolitanas do que em outras.<sup>5</sup> A explicação dessas variações dentro de um país e entre países não é nada óbvia. A justificativa tradicional, no âmbito de uma geração mais antiga de pesquisadores, era a de que o declínio de longo prazo desse tipo de trabalho no mundo capitalista avançado havia sido um produto da "modernização". No entanto, hoje em dia, a importância de tal ocupação varia substancialmente, mesmo nos países ricos e "desenvolvidos" da Europa e da América do Norte. Além disso, em certas regiões dos Estados Unidos, o emprego doméstico tem, na realidade, aumentado (em relação ao total da mão-de-obra feminina) nos últimos anos.

<sup>4</sup> As exceções incluem partes dos estudos de Hansen (1989) e Gregson e Lowe (1994) – nenhum deles, contudo, analisa o caso americano. Salzinger (1991) e Repak (1994) estão entre os poucos pesquisadores sobre os Estados Unidos que tocam nesses assuntos (mas estes não são o principal interesse deste artigo).

<sup>5</sup> Tal variação geográfica, no entanto, parece não existir na Inglaterra, como revela a surpresa dos geógrafos Nicky Gregson e Michelle Lowe (1994: 42-43), em um dos poucos estudos de enfoque local sobre o trabalho doméstico remunerado publicados nos últimos anos.

Neste artigo, argumenta-se que um fator determinante do tamanho do emprego doméstico em um determinado lugar é o grau de desigualdade econômica ali existente. Esse fator, que é geralmente muito negligenciado, ajuda a explicar as variações nas dimensões dessa ocupação entre os países desenvolvidos bem como seu crescimento em certos lugares. Com exceção de um obscuro tratado publicado em 1946 pelo economista George Stigler, a relação entre desigualdade e dinâmica do emprego doméstico não tem sido examinada na literatura. Defendemos aqui a importância dessa análise e apresentamos um teste empírico de nossa hipótese. Embora a análise empírica apresentada neste trabalho limite-se ao caso dos Estados Unidos (especialmente às suas cem maiores áreas metropolitanas em 1990), acreditamos que nosso argumento tenha uma aplicabilidade mais geral.

O grau de desigualdade econômica certamente não é o único fator importante a influenciar o tamanho da ocupação. A literatura corrente sobre o caso americano tem chamado a atenção para a concentração de mulheres de cor e imigrantes exercendo trabalho doméstico remunerado, e nossa análise confirma a importância da raça e da imigração, assim como da taxa de participação na força de trabalho de mães com filhos pequenos (uma importante fonte de demanda pelos serviços de empregadas domésticas). Mas o objetivo deste artigo é ressaltar o fator-chave que a maioria dos pesquisadores ignora, demonstrando que a dimensão do emprego nos serviços domésticos (como uma proporção do total da força de trabalho feminina) varia diretamente com o nível de desigualdade de classe (operacionalizada mediante um padrão de medida da desigualdade de renda familiar), a despeito da raça, da condição de imigrante e das taxas de participação das mães na força de trabalho. Mantendo-se constantes esses últimos fatores, nos lugares em que a desigualdade de renda é grande, essa ocupação também é relativamente ampla, enquanto nos lugares onde a desigualdade de renda é mínima essa ocupação tem importância desprezível, ou é inexistente.

Na próxima seção, apresentamos um breve resumo da literatura microssociológica sobre essa ocupação.

### **Microssociologia do trabalho doméstico remunerado**

Vários estudos recentes analisam o trabalho doméstico remunerado a partir da perspectiva das mulheres que o executam, ressaltando os modos como as interações entre empregadora e empregada refletem as hierarquias sociais de raça, cidadania e classe. O trabalho pioneiro de Judith Rollins (1985), por exemplo, focalizou as relações entre as afro-americanas que trabalhavam fazendo faxina em casas de família em Boston e as mulheres brancas que as empregavam. Utilizando-se da observação participante e de entrevistas extensas tanto com as

patroas quanto com as empregadas, Rollins (1985: 147) concluiu que "todas as domésticas concordavam com a idéia de que as patroas apreciavam certas formas de deferência e certas demonstrações de subserviência", acrescentando que "isso fazia parte da essência das relações patroa-empregada". A pesquisadora analisou em detalhes essa dinâmica da interação, demonstrando, de um lado, o que chamou de "maternalismo" por parte das patroas e, de outro, a deferência e "ressentimento" por parte das trabalhadoras domésticas. Na opinião de Rollins, a dimensão étnico-racial dessa relação é particularmente evidente: "Se toda relação empregador-empregado é por definição desigual, a relação patroa-doméstica – com suas seculares convenções de conduta, sua histórica associação com a escravidão no mundo inteiro, sua extraordinária acumulação de características feudais, e a tradição de a empregada ser não só de classe inferior como também uma mulher de origem rural, proveniente de um grupo étnico desprezado – oferece-nos um exemplo 'puro' e extremo de uma relação de dominação no espaço do lar" (Rollins, 1985: 8-9).

Do mesmo modo, Mary Romero (1992), numa pesquisa sobre as empregadas domésticas *chicanas*<sup>6</sup> acentuou o estigma ligado ao trabalho doméstico. Seu estudo representou uma valiosa contribuição para o debate ao descrever as maneiras pelas quais as próprias trabalhadoras procuravam "transformar e melhorar sua ocupação, eliminando os vestígios da sujeição". Exemplos disso são a mudança do padrão de dormir no emprego pelo de diarista, do salário por hora pela remuneração por tarefa, além de outras tentativas de aumentar a autonomia das trabalhadoras e de resistir "a relações personalizadas e assimétricas com suas patroas e (...) de criar um ambiente profissional" (Romero, 1992: 143). Essa autora também ressaltou a importância da raça e da imigração, observando que "sendo os serviços domésticos cada vez mais uma atividade de mulheres de cor, especialmente imigrantes, essa ocupação (...) vem trazendo as relações de classe para dentro do lar das donas de casa de classe média" (p. 69).

Rollins e Romero concentraram-se nas trabalhadoras domésticas cujas principais tarefas eram a limpeza e arrumação da casa, mas já está começando a constituir-se uma literatura sobre as amas-secas, ou babás, nos Estados Unidos de hoje, enfocando as mesmas questões. Por exemplo, a pesquisa de Shellee Colon (1986, 1989, 1995) sobre as empregadas domésticas antilhanas (faxineiras e babás) na cidade de Nova York enfatizou a maneira como "a ideologia da família é usada para manipular a trabalhadora (...) e para estimular pessoas que não são membros da família a executar tarefas ou tolerar tratamentos suscetíveis de exploração" (Colon, 1986: 60; veja-se também Maedo-

nald, 1996). Colon acentuou ainda a particular vulnerabilidade das imigrantes ilegais, cujas patroas se ofereciam para providenciar a legalização de sua situação como residentes permanentes, um processo demorado que propicia oportunidades para a superexploração. A pesquisa sobre babás em Los Angeles e Nova York realizada por Julia Wrigley (1995) deu ênfase às enormes diferenças culturais entre as imigrantes negras ou mestiças e suas patroas brancas, americanas natas e ricas. Em um dos poucos estudos microsociológicos que levam em conta explicitamente as diferenças de classe, Wrigley descreveu o contraste entre a experiência de trabalho das babás – longas jornadas, isolamento social e muitas vezes exigências excessivas – e o fato de as patroas terem expectativas de subserviência simultaneamente à exigência de "estimulação" das crianças. Comparando as empregadas *au pairs*<sup>7</sup> da classe média européia com as babás imigrantes oriundas da classe operária, Wrigley mostra também que, quanto maior é a defasagem de classe social entre estas últimas e os empregadores, mais preponderantes são as formas extremas de exploração.

Boa parte dessa literatura condena as patroas como exploradoras de suas irmãs menos afortunadas. De fato, alguns pesquisadores afirmam que as domésticas são mais exploradas do que os trabalhadores de outros ramos. Rollins (1985: 156), por exemplo, afirma: "O que torna o trabalho doméstico, como ocupação, mais explorador do que outras atividades comparáveis é justamente o elemento que o singulariza: a relação pessoal entre patroa e empregada. O que poderia ser visto como base de um vínculo de trabalho mais humano, menos alienante, dá margem a um nível de exploração psicológica desconhecido em outras ocupações".

Romero (1992: 90) explica que o emprego doméstico explora mais do que outras ocupações acessíveis às imigrantes e às mulheres de cor. "Ainda que as *chicanas* e as imigrantes mexicanas geralmente sejam contratadas para tarefas fabris de baixa qualificação e baixos salários, os empregadores fora do mercado de serviços domésticos não exigem o mesmo grau de deferência e servilismo. Até os serviços mais mal pagos estão livres do estigma associado ao trabalho doméstico."

O emprego doméstico tem realmente características especiais – o isolamento social; a unidade entre local de trabalho e moradia no caso das patroas (e também das domésticas que dormem no emprego), com toda a intimidade que isso implica, além de uma ignóbil falta de regulação social ou estatal – que favorece determinadas formas de superexploração. No entanto, comparado com um emprego numa confecção que paga salários de fome, ou na agricultura, ou mesmo numa lan-

7 N.T.: *Au pair* significa trabalhar para uma família recebendo casa e comida, mas não ordenado.

6 N.T.: Americanas descendentes de mexicanos.

chonete em troca do salário mínimo, trabalhar como empregada doméstica pode ser relativamente atraente, apesar de tudo o que se diz em contrário. A própria Romero (1992: 12) mostrou que as domésticas muitas vezes preferem esse tipo de ocupação a outras possibilidades, por causa principalmente da sua flexibilidade: "De um lado, limpar casas é degradante e constrangedor; de outro, o serviço doméstico paga melhor, permite mais autonomia e é menos desumanizador do que outras ocupações de baixo *status* e baixa qualificação".<sup>8</sup> Essa comparação desmente as afirmações freqüentemente encontradas na literatura microsociológica de que só o emprego doméstico explora o trabalhador. A verdade é que muitos outros tipos de trabalho também são objetos de exploração, como todo sociólogo sabe muito bem.

Outra característica dessa literatura, a um só tempo sua força e sua fraqueza, é chamar a atenção para a importância da raça, da etnicidade e do *status* de imigrante como marcas da diferença entre patroas e empregadas nas relações de trabalho doméstico. Esta é, de fato, uma parte crucial da situação na América do Norte de hoje, e por isso não nos surpreende a importância que tais fatores assumem nesse conjunto de pesquisas microsociológicas baseadas em entrevistas. Todavia, a concentração do foco nessas dimensões obscurece, com demasiada freqüência, o persistente significado da classe social nas relações patroa-empregada. Romero (1992: 75) afirma claramente que, se antigamente as diferenças de classe foram importantes na conformação das relações entre as domésticas e suas empregadoras, hoje "proliferam relações entre patroa e empregada nas quais a raça, a etnicidade e o gênero substituem a classe como estruturas sociais imutáveis que determinam o lugar de uma pessoa na hierarquia". Temos dúvidas sobre a validade dessa opinião, e sustentamos que (como sublinha Wrigley, 1995) a classe social continua sendo um fator decisivo na configuração da situação das trabalhadoras domésticas.

Antes de passarmos à demonstração desse argumento, faremos, na próxima seção, um resumo da literatura macrosociológica sobre o trabalho doméstico.

### O paradigma da modernização e a macrosociologia do trabalho doméstico

Se o enfoque predominante na literatura sociológica recente a respeito do trabalho doméstico é de natureza micro, uma geração anterior de pesquisadores já havia abordado a questão que nos ocupa neste artigo: o que explica as variações na proporção da mão-de-obra ocupada no trabalho doméstico remunerado? A maior parte das pes-

quisas anteriores baseou-se no paradigma da teoria da modernização. Seu grande feito foi mostrar o declínio histórico dessa ocupação na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e, por volta dos anos 70, prever seu fim em nível mundial. Por exemplo, Andrew Collver e Eleanor Langlois (1962: 380), com base numa extensa pesquisa comparativa entre países sobre os padrões de participação das mulheres na força de trabalho, sugeriram que, "no processo de desenvolvimento, o emprego nos serviços domésticos privados diminui relativamente ao emprego em outros setores da força de trabalho feminina". Do mesmo modo, David Chaplin (1978: 123), passando em revista os dados que comprovavam o declínio dessa ocupação em vários países, concluiu que "a incidência do trabalho doméstico é um indicador social de primeira ordem do nível e da qualidade da industrialização e da modernização". Lewis A. Coser, em um artigo clássico sobre essa ocupação, publicado cerca de 25 anos atrás, já afirmava que o trabalho doméstico era "obsoleto" nos modernos e altamente "desenvolvidos" Estados Unidos. "O emprego doméstico perdeu os resquícios de distinta respeitabilidade que outrora possuiu", declarou Coser (1973: 39). "Essa categoria é hoje tão estigmatizada que dificilmente atrai potenciais recrutas entre os cidadãos comuns. (...) Quando a situação atinge esse nível de impasse, a categoria e o papel tendem a cair em desuso."

O artigo de Coser cumpriu a vital tarefa de investigar a fundo os laços históricos entre desigualdade de classe e sujeição doméstica. Como ele observou, antigamente "as relações *patrão-criado* (...) eram o protótipo das relações entre superior e inferior" (1973: 31). Igualmente, o sociólogo norueguês Vilhelm Aubert (1955-56) afirmou que o *status* de criado era "adscrito", e atribuiu seu declínio (fenômeno que, na Escandinávia, ocorreu muito mais cedo e com mais intensidade após a Segunda Grande Guerra do que em outros países) ao triunfo do universalismo sobre o particularismo, numa referência explícita à análise parsoniana. O problema dessas perspectivas é partir do pressuposto equivocado de que relações sociais extremamente desiguais são incompatíveis com as condições sociais "modernas". Coser (1973) prezava muito a tese de que quando os criados entram em relações inpersonais (ou seja, modernas) com seus empregadores, seu papel, com a intimidade e a falta de especificidade ("difusidade") que lhe são intrínsecas, é irremediavelmente destruído. Mas a literatura microsociológica que acabamos de resumir demonstra a sobrevivência, até fins do século XX, exatamente das características do trabalho doméstico que Coser considerava incompatíveis com a sociedade "moderna" – intimidade, lealdade, assim como estigma e ressentimento (é interessante notar que tanto Rollins, 1985, quanto Coser 1973, usam esta palavra!).

Contrariando a expectativa desses pesquisadores, no caso dos Estados Unidos, os dados censitários mostram que o declínio de longo

<sup>8</sup> Ver também Susser, 1991: 217-18.

prazo das ocupações domésticas particulares (*"private household occupations"*) efetivamente prolongou-se até 1990. Nesse ano, o Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos encontrou pouco menos de meio milhão de mulheres trabalhando como domésticas, cerca de 1% de todas as mulheres empregadas (além de 26.234 homens). Esses números incluem todas as pessoas ativas incluídas no censo que declararam ter como ocupação principal um emprego em domicílio particular. Elas podiam estar trabalhando em tempo integral ou parcial, morar no emprego ou não, exercer funções de "lavadeiras ou passadeiras", "cozinheiras", "arrumadeiras e governantas", "babás" ou "faxineiras e criadas de todo serviço" – embora a grande maioria figurasse nas duas últimas categorias ocupacionais.<sup>9</sup>

Como demonstra a Tabela 1, o nível de emprego nessas ocupações, em relação à totalidade do emprego feminino em 1990, representa uma queda expressiva, inclusive em relação ao meio século precedente. Ao contrário do que diz Coser (1973), no entanto, há indícios de que se pode estar iniciando uma inversão parcial desse declínio. Contrastando com a tendência nacional, a Tabela 2 mostra que, nas três maiores áreas metropolitanas do sul da Califórnia, tanto o número absoluto de mulheres que trabalham em "ocupações domésticas particulares" quanto o tamanho relativo desse grupo (medido nesta tabela como a porcentagem de todas as mulheres empregadas nessa categoria ocupacional) aumentaram entre 1980 e 1990, em contradição direta com a previsão de Coser (1973).

**Tabela 1**  
**Mulheres empregadas em serviços domésticos particulares**  
**Estados Unidos – 1940-1990**

| Ano  | Nº de empregadas em serviços domésticos particulares | % do total do emprego feminino nessa ocupação |
|------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 1990 | 494.920                                              | 0,94                                          |
| 1980 | 562.886                                              | 1,4                                           |
| 1970 | 1.109.855                                            | 3,8                                           |
| 1960 | 1.664.763                                            | 7,9                                           |
| 1950 | 1.337.795                                            | 8,5                                           |
| 1940 | 1.976.078                                            | 17,7                                          |

Fonte: US Census Bureau. *Census of Population*, vários anos.

<sup>9</sup> Isso não inclui funcionários de firmas especializadas em serviços de limpeza; nesses casos, a classificação mais adequada seria a de trabalhadores em serviços, em vez de serviços "domésticos particulares".

**Tabela 2**  
**Mulheres empregadas em serviços domésticos particulares no sul da Califórnia**  
**Estados Unidos – 1980/1990**

| Área Metropolitana     | 1980                                                 |                                               | 1990                                                 |                                               |
|------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
|                        | Nº de empregadas em serviços domésticos particulares | % do total do emprego feminino nessa ocupação | Nº de empregadas em serviços domésticos particulares | % do total do emprego feminino nessa ocupação |
| Los Angeles-Long Beach | 24.788                                               | 1,66                                          | 41.988                                               | 2,30                                          |
| San Diego              | 4.357                                                | 1,32                                          | 7.193                                                | 1,39                                          |
| Anaheim-Santa Ana*     | 3.543                                                | 0,86                                          | 7.307                                                | 1,30                                          |

\* Também inclui Garden Grove em 1980.

Fontes: US Census Bureau. 1980: *Census of Population, General Social and Economic Characteristics*, Califórnia, Tabela 121, p. 6-258; 1990: *Census of Population and Housing, Social and Economic Characteristics*, Áreas metropolitanas, Tabela 34, pp. 1665-1705.

A explicação da teoria da modernização a respeito da variação entre países no tamanho da mão-de-obra doméstica também é problemática, porque não consegue dar conta das diferenças entre nações de nível de desenvolvimento econômico comparável. A teoria parece oferecer uma explicação satisfatória para o fato de que o trabalho doméstico remunerado ainda ocupa uma grande quantidade de pessoas no Terceiro Mundo, apesar de ter declinado significativamente no Primeiro. Por exemplo, no México, o censo de 1990 descobriu que 11% de todas as mulheres economicamente ativas trabalhavam como domésticas (Inegi, 1990) – recorde-se que, nos Estados Unidos, essa taxa era de apenas 1%. Todavia, ela não pode explicar os contrastes que hoje se manifestam entre países que, por qualquer parâmetro, são economicamente muito desenvolvidos. Na Suécia, por exemplo, onde a distribuição de renda é muito mais igualitária do que nos Estados Unidos e em muitos outros países de alto grau de desenvolvimento, o número de trabalhadoras domésticas é mínimo. Em 1987, na Suécia, a parcela da renda auferida pelos 10% mais ricos da população era 2,7 vezes maior do que a dos 10% mais pobres, enquanto, nos Estados Unidos, essa parcela era 5,9 vezes superior à dos mais pobres (Atkinson et al., 1994, tabela 2; veja-se também Bradsher, 1995). Embora, como vimos acima, apenas 1% de todas as mulheres economicamente ativas

trabalhem como empregadas domésticas nos Estados Unidos, essa porcentagem representa um nível de ocupação muito mais elevado do que o da Suécia, cujos números são tão diminutos que nem aparecem nos censos.<sup>10</sup> Certamente existem outras diferenças relevantes para o nosso estudo entre os dois países – a mais óbvia é que, no caso da Suécia, a assistência à infância e outros serviços sociais são proporcionados pelo Estado, enquanto nos Estados Unidos a provisão estatal é mínima. A comparação entre as áreas metropolitanas dos Estados Unidos, apresentada a seguir, permite controlar alguns fatores, como, por exemplo, a provisão estatal de serviços sociais.

### Desigualdade econômica e trabalho doméstico remunerado

O que explica a recente expansão do emprego nos serviços domésticos no sul da Califórnia? Será essa expansão um prenúncio de que a tendência histórica para o declínio desse tipo de emprego será em breve modificada no conjunto do país? E, de um ponto de vista mais geral, o que explica a variação geográfica na proporção da força de trabalho feminina empregada nessa categoria ocupacional? Como indica a Tabela 3, se, em 1990, a área metropolitana de Los Angeles-Long Beach continha o mais alto nível de emprego doméstico no país, e se, em todas as áreas, a proporção do total de mulheres empregadas nesse grupo ocupacional era modesta, nota-se uma substancial variação entre as diversas regiões. Em Honolulu, Milwaukee e Minneapolis, por exemplo, menos de 0,5% de todas as mulheres economicamente ativas encontravam-se nessa ocupação; no extremo oposto, em Miami e Los Angeles-Long Beach, mais de 2% de todas as mulheres empregadas realizavam esse tipo de trabalho.<sup>11</sup>

10 Trocamos uma interessantíssima correspondência com a agência governamental sueca de estatísticas, que nos forneceu dados não publicados sobre o número de domésticas empregadas em casas de família, no período de 1960 a 1990: esse número teria caído de 68.800, em 1960, para 1.364, em 1980, e 2 em 1990! Quando escrevemos de volta perguntando se não poderia ter havido alguns no dado fornecido para o ano de 1990, recebemos a resposta de que provavelmente havia mais de duas empregadas domésticas no país, mas que “é muito raro haver domésticas trabalhando em casas de família (na Suécia), porque é muito caro pagar-lhes um salário justo. (...) Somente umas poucas famílias de classe muito alta contam com esse tipo de ajuda hoje em dia. Eu mesmo, por exemplo, não conheço nenhuma família nas minhas vizinhanças, ou entre meus parentes e colegas, que tenha ou teve empregadas domésticas nos últimos dez anos. Isso era muito mais comum nas décadas de 60 e 70”.

11 A verdadeira amplitude pode ser maior do que os dados indicam, e a extensão do emprego nessa ocupação geralmente é maior do que o sugerido, devido à subenumeração feita pelos censos. De fato, os imigrantes ilegais constituem uma grande parcela da mão-de-obra empregada nessas ocupações em muitos lugares. As domésticas que dormem no emprego costumam ser subenumeradas.

**Tabela 3**  
**Mulheres empregadas em serviços domésticos particulares**  
**Estados Unidos/Áreas metropolitanas selecionadas – 1990**

| Área metropolitana           | Nº de empregadas em serviços domésticos particulares | % do total do emprego feminino nessa ocupação |
|------------------------------|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| Honolulu, HI                 | 611                                                  | 0,32                                          |
| Milwaukee, WI                | 1.259                                                | 0,38                                          |
| Minneapolis, St. Paul, MN-WI | 2.921                                                | 0,46                                          |
| Boston, MA                   | 4.076                                                | 0,56                                          |
| Detroit, MI                  | 5.105                                                | 0,57                                          |
| Chicago, IL                  | 8.025                                                | 0,59                                          |
| Philadelphia, PA             | 6.368                                                | 0,59                                          |
| Phoenix, AZ                  | 3.421                                                | 0,75                                          |
| Atlanta, GA                  | 5.686                                                | 0,81                                          |
| Tulsa, OK                    | 1.626                                                | 1,07                                          |
| Washington, D.C.-MD-VA       | 14.439                                               | 1,37                                          |
| New Orleans, LA              | 3.411                                                | 1,41                                          |
| New York, NY                 | 27.395                                               | 1,49                                          |
| Houston, TX                  | 11.264                                               | 1,61                                          |
| Miami-Ft. Lauderdale, FL     | 8.312                                                | 2,00                                          |
| Los Angeles-Long Beach, CA   | 41.998                                               | 2,30                                          |

Fonte: US Census Bureau. 1990: *Census of Population and Housing, Social and Economic Characteristics, Áreas metropolitanas*, Tabela 34, pp. 1596-1727.

Procuramos, a seguir, explicar essas variações. Começamos com alguns fatores-chave que poderiam afetar a oferta e a demanda de mão-de-obra doméstica. Historicamente, nos Estados Unidos, imigrantes e mulheres de cor sempre foram importantes fontes de oferta de mão-de-obra para essa ocupação (ver Katzman, 1978; Goldin, 1990). Do mesmo modo, a maciça imigração ocorrida nas últimas décadas constitui atualmente uma óbvia fonte de oferta de mão-de-obra – principalmente no sul da Califórnia, o destino mais freqüente dos imigrantes recentes, ao lado de Miami, Houston e Nova York. Outro fator é a presença de uma grande população de mulheres de cor naturais dos Estados Unidos, as quais têm constituído o grosso da força de trabalho empregada nessa ocupação durante a maior parte deste século. Conforme assinala a literatura microsociológica (especialmente Rollins, 1985), os empregadores muitas vezes preferem contratar mulheres de outra raça ou etnicidade como domésticas, porque a diferença de *status* favorece a

negociação das relações de trabalho na intimidade da casa. Isso nos leva a supor que a proporção de estrangeiras presentes na força de trabalho em determinada área metropolitana, assim como a de afro-americanas e de latinas,<sup>12</sup> influencie no tamanho da ocupação. Como indica a Tabela 4, afro-americanas, latinas e estrangeiras (que, em 1990, representavam, respectivamente, 12,2%, 7,3% e 9,3% da força de trabalho feminina nos Estados Unidos) estão sobre-representadas nessa ocupação, embora as primeiras estejam ligeiramente sub-representadas entre as domésticas classificadas como "trabalhadoras que cuidam de crianças."<sup>13</sup>

**Tabela 4**  
**Empregadas domésticas por ocupação, raça,**  
**origem hispânica e naturalidade**  
**Estados Unidos – 1990**

|                                           | Total de<br>mulheres | Negras<br>% | Hispânicas<br>% | Estrangeiras<br>% |
|-------------------------------------------|----------------------|-------------|-----------------|-------------------|
| Lavadeiras e passadeiras                  | 1.634                | 16,0        | 15,0            | 11,8              |
| Cozinheiras                               | 8.088                | 30,2        | 13,8            | 25,4              |
| Arrumadeiras e governantas                | 30.780               | 33,6        | 32,5            | 41,6              |
| Babás e pessoas<br>que cuidam de crianças | 144.422              | 9,8         | 13,6            | 18,4              |
| Faxineiras e criadas<br>de todo serviço   | 312.884              | 32,8        | 26,6            | 31,2              |
| Total                                     | 497.808              | 26,1        | 23,0            | 27,9              |

Fonte: Dados censitários não publicados (*Census Public Use Microdata Sample – Pums, 1990*).

Do lado da demanda, seria de esperar que a participação das mães na força de trabalho fosse um fator importante. Como observaram muitos pesquisadores (por exemplo, Hartmann, 1987, e para uma análise mais global, Elfring, 1989), a participação das mulheres na força de trabalho tem contribuído em geral para o rápido crescimento do setor de serviços pessoais, do qual o trabalho doméstico remunerado é um importante componente. Nossa hipótese é a de que a demanda por esses serviços seja especialmente grande nas famílias que têm crianças pequenas cujas

mães trabalham fora. Com efeito, as taxas de participação na força de trabalho de mães que têm filhos em idade pré-escolar cresceram significativamente nos últimos anos. Se aumentou a disponibilidade de creches ou serviços semelhantes de assistência à infância, ainda há uma escassez de instituições de alta qualidade; as que existem frequentemente funcionam em horário limitado. Como bem ilustrou o caso "Nannygate", de Zoe Baird,<sup>14</sup> atualmente é comum que famílias ricas (especialmente aquelas em que as mães são profissionais de elite) contratem babás para cuidar das crianças pequenas (Hertz, 1986; Susser, 1991; Macdonald, 1996). De um ponto de vista mais geral, a persistência da "tradicional" divisão de gênero no trabalho doméstico (Hochschild 1989), assim como o crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres, sugere que os homens não têm aumentado de modo expressivo sua contribuição para os serviços domésticos. Por essas razões, supomos que, nas áreas metropolitanas onde as taxas de participação das mães-de-família na força de trabalho são grandes, a procura por empregadas domésticas seja maior do que nas outras.

A análise que apresentamos a seguir leva em conta essas variáveis e, além disso, chama a atenção para um fator menos óbvio, que, a nosso ver, é decisivo para explicar a variação no tamanho do emprego doméstico: o grau de desigualdade econômica. Já existe farto volume de pesquisas comprovando que a desigualdade da distribuição da renda e da riqueza nos Estados Unidos aumentou de maneira muito acentuada nos anos 80 (Levy e Murnane, 1992; Wolff, 1995). Embora seja essa a tendência nacional, o grau de desigualdade de renda varia muito entre as áreas metropolitanas. O censo de 1990 mostra que, em 1989, por exemplo, a razão entre a renda auferida pelas famílias 5% mais ricas e as 20% mais pobres era de 3,5% em Honolulu e de 3,8%, em Minneapolis, enquanto em Nova Orleans era de 8,4% e em Nova York, de 8,6%. Los Angeles situava-se numa posição intermediária, com uma razão de 5,6%.

Mantidos constantes todos os demais fatores, tem sentido supor que quanto maior é a desigualdade econômica numa comunidade – em outras palavras, quanto maior a disparidade de recursos entre famílias ricas e famílias pobres –, mais facilmente se encontrarão famílias ricas dispostas a pagar pelos serviços domésticos de pessoas menos afortunadas. A demanda por ajuda nas tarefas de casa sempre existe, espe-

<sup>14</sup> "Nannygate" é como se tornou conhecido popularmente o escândalo político de 1993, envolvendo Zoe Baird, a candidata de Clinton ao posto de Attorney General (procurador-geral, equivalente ao de ministro da Justiça), quando a opinião pública tomou conhecimento de que ela havia mantido em sua casa, como empregadas domésticas, imigrantes ilegais, sem autorização para exercer trabalho remunerado, numa evidente transgressão às leis americanas. Em razão dessa revelação, a candidatura de Zoe Baird foi cancelada.

<sup>12</sup> N.T.: Mulheres de origem latino-americana, ou hispânica, que vivem nos Estados Unidos.

<sup>13</sup> As categorias ocupacionais indicadas na Tabela 4 são antiquadas, mais adequadas à análise do trabalho doméstico cem anos atrás do que hoje. Desconfiamos de que muitas pessoas aqui classificadas como "faxineiras e criadas de todo serviço" também tomem conta de crianças.

cialmente nas famílias em que há crianças pequenas.<sup>15</sup> Há muito trabalho por fazer nessas casas, e, principalmente nos Estados Unidos, onde é difícil encontrar creches de boa qualidade, o desejo de obter “ajuda” doméstica é quase universal nas famílias com filhos pequenos, cujos pais trabalham fora. Além disso, em certos contextos, ter empregados domésticos ajuda a acentuar o *status* social de uma família, contribuindo ainda mais para aumentar a demanda potencial por esse tipo de mão-de-obra. Essa demanda latente transforma-se em demanda efetiva quando é fácil arcar com os custos da ajuda doméstica. Justamente nesses casos é que entra em ação o mecanismo da desigualdade econômica: quando a defasagem de renda entre ricos e pobres é grande, o custo da ajuda doméstica para os ricos é proporcionalmente pequeno. Uma ampla disparidade entre ricos e pobres também contribui para gerar uma pronta oferta de empregadas domésticas, pois quanto maior é a desigualdade em um mercado de trabalho local, menores são as possibilidades de que trabalhadoras em situação desvantajosa – como as imigrantes e as mulheres de cor – encontrem bons empregos. Assim, é de esperar que quanto maior for o nível de desigualdade entre as classes, maior será a dimensão do trabalho doméstico remunerado.

A literatura recente ignora essa dinâmica; aliás, certos analistas, como Romero (1992), descartam explicitamente a idéia de que a classe possa ser um fator determinante na dinâmica do emprego doméstico, conforme já observamos antes. Nossa hipótese é que, independentemente dos fatores raciais e étnicos salientados por Rollins (1985), a desigualdade econômica entre as classes é um importante indicador do tamanho da ocupação. Ou seja, nos lugares em que os níveis de desigualdade de renda são altos, deveríamos encontrar elevados níveis de emprego nos serviços domésticos.

Chegamos a essa hipótese por conta própria, mas recentemente soubemos que o economista George S. Stigler já a havia formulado meio século atrás. Analisando os dados comparativos entre países disponíveis na época, Stigler (1946: 6) afirmou: “A riqueza de uma nação não tem nenhuma consequência óbvia sobre o número de empregados domésticos. (...) Uma possível explicação dessas grandes diferenças entre os

15 Stigler também notou isso, ao comentar a sugestão de Veblen de que o serviço doméstico era principalmente um caso de “consumo conspícuo”. Stigler (1946: 6) faz a seguinte observação numa nota de rodapé: “Só mesmo o ingênuo Veblen escreveria: ‘Nas comunidades industriais modernas [1899] os aparelhos mecânicos disponíveis para o conforto e a conveniência da vida cotidiana são altamente desenvolvidos. Tanto assim que criados particulares, ou empregados domésticos de qualquer tipo, raramente são contratados hoje por qualquer pessoa, exceto a partir de uma norma ou respeitabilidade decorrente da tradição de um antigo costume’”. Um século depois, apesar da invenção de fraldas descartáveis e outras conveniências domésticas, a noção de que famílias com crianças pequenas têm necessidades mínimas de serviços domésticos continua sendo um absurdo.

países foi formulada por Thorstein Veblen: ‘a necessidade do ócio viciário, ou do consumo conspícuo de serviços, é um estímulo importante para ter criados domésticos’. Isto é, a igualdade da distribuição de renda, mais do que o montante da renda, pode ser um fator de considerável importância. Uma sociedade em que há um número relativamente grande de famílias nos dois pólos da escala de rendas seria fonte tanto de uma grande oferta de empregados domésticos quanto de uma grande demanda por eles. Infelizmente, essa hipótese não pode ser testada nem no plano internacional, nem no plano nacional, devido à escassez de dados sobre as distribuições de renda”.

Embora em nossa análise a demanda de mão-de-obra para o trabalho doméstico apareça como um fenômeno muito mais complexo do que a explicação de Veblen – que a considerava como uma forma de consumo conspícuo –, admitimos que a desigualdade de renda é um fator crucial. Pelo que pudemos averiguar, apenas Stigler chamou a atenção para isso.

A proliferação de compilações estatísticas publicadas a partir do fim da Segunda Guerra Mundial poderia nos levar a crer que a falta de dados já não seria um obstáculo ao teste dessa hipótese. No entanto, ainda é difícil obter informações estatísticas confiáveis tanto sobre a distribuição de renda quanto sobre o emprego doméstico nos vários países. Por outro lado, encontram-se espalhadas nas várias estatísticas comparativas existentes indicações que confirmam a relação entre o tamanho da mão-de-obra doméstica e a extensão da desigualdade econômica. Nota-se que quase não existe trabalho doméstico remunerado em sociedades relativamente igualitárias (como a Suécia, por exemplo, conforme já foi observado). Em compensação, no Terceiro Mundo, a existência de disparidades de renda tão extremas entre ricos e pobres pode ser uma explicação fundamental (mais do que o nível de “modernização”) para a persistência do uso desse tipo de trabalho entre as classes privilegiadas. Neste artigo, deslocamos o foco das variações entre países para as variações dentro de um só país, para o qual temos dados comparáveis tanto sobre a distribuição de renda quanto sobre o emprego doméstico.

### Dados e análise

A maior parte dos dados utilizados nesta pesquisa provém do Census of Population and Housing, dos Estados Unidos, realizado em 1990. Os números sobre desigualdade de renda e proporção da mão-de-obra feminina de origem estrangeira – duas variáveis sobre as quais não há informações publicadas – baseiam-se nos Microdados da Amostra do Censo para Uso Público (Pums). As unidades de análise usadas na pesquisa são as áreas metropolitanas, das quais, as cem

maiores foram incluídas na amostra. Embora seja fato reconhecido que os dados recentes do censo padecem de problemas de subenumeração (principalmente no caso dos imigrantes e das minorias raciais, categorias sobre-representadas entre as empregadas domésticas), eles são os mais abrangentes a que se tem acesso atualmente. Além disso, a probabilidade de que tenha havido uma subestimação do número de empregados domésticos faz da análise exposta a seguir um excelente teste de nossa hipótese, pois dados mais precisos aumentariam o âmbito de variação de muitas variáveis.<sup>16</sup>

A Tabela 5 mostra as variáveis utilizadas neste estudo e a média, mediana, âmbito de variação e desvio-padrão de cada uma delas. Tomamos como variável dependente o tamanho do emprego doméstico, operacionalizado como a porcentagem da mão-de-obra feminina ocupada em serviços domésticos particulares (*private household service*).<sup>17</sup> As variáveis independentes incluem dois *proxies* das duas fontes mais comuns de provisão de trabalho doméstico remunerado: a porcen-

tagem da mão-de-obra feminina constituída por afro-americanas, latinas e porcentagem da mão-de-obra feminina nascida no exterior. Também incluímos um *proxy* para a demanda, qual seja, a taxa de participação na força de trabalho de mães cujo filho mais novo tenha até seis anos de idade. Por último, e mais importante, incluímos uma medida de desigualdade da renda familiar, a saber, a razão entre a renda familiar informada pelos 5% mais bem situados na distribuição da renda familiar e a que declaram os 20% em pior situação nessa mesma escala. Embora muitas outras medidas de desigualdade pudessem ter sido usadas, escolhemos essa porque, na nossa opinião, consegue captar as duas parcelas mais relevantes da população: as famílias mais ricas, mais propensas a contratar mão-de-obra doméstica, e as mais pobres, das quais, presumivelmente, se origina o grosso da oferta de trabalhadoras para essa ocupação.

**Tabela 5**  
**Estatísticas descritivas para as variáveis utilizadas na análise**  
**Estados Unidos/100 maiores áreas metropolitanas – 1990**

|                                                                                                             | Média | Mediana | Âmbito de variação | Desvio-padrão |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|---------|--------------------|---------------|
| Emprego em serviços domésticos (como porcentagem da força de trabalho feminina)                             | 0.78  | 0.70    | (0.30, 2.13)       | 0.35          |
| Porcentagem de afro-americanas e latinas na força de trabalho feminina                                      | 20.77 | 19.41   | (1.34, 70.23)      | 12.57         |
| Porcentagem das estrangeiras na força de trabalho feminina                                                  | 9.44  | 5.49    | (1.56, 52.27)      | 9.09          |
| Taxa de participação de mães de família na força de trabalho (filho mais novo com menos de 6 anos de idade) | 60.24 | 60.92   | (47.59, 71.53)     | 5.36          |
| Razão da desigualdade de renda familiar (5% mais ricos divididos pelos 20% mais pobres)                     | 4.60  | 4.50    | (3.08, 8.55)       | 0.98          |

A Tabela 6 mostra os resultados da regressão ordinária de mínimos quadrados entre o emprego nos serviços domésticos e as variáveis independentes. Apresentamos uma série de modelos, primeiro para definir a desigualdade como predição do emprego doméstico (Modelo 1) e depois para mostrar que esse fator continua sendo significativo

16 Praticamente todas as estimativas disponíveis sobre o número de trabalhadoras em casas de família nos Estados Unidos indicam que os dados do censo de 1990 subestimam muito o verdadeiro tamanho do emprego nesse tipo de serviços. Uma fonte muito respeitada (o Current Population Survey) encontrou, por exemplo, 753.066 mulheres (e 28.934 homens) ocupados como empregados domésticos em 1990, cerca de uma vez e meia o número indicado pelo censo de 1990 (US Department of Labor 1990: 187). E o US Internal Revenue Service (IRS) recebeu declarações de renda de cerca de 435.500 empregados domiciliares (*household employees*) em 1990 – aproximadamente 80% dos trabalhadores domésticos particulares computados pelo censo dos Estados Unidos, de acordo com dados não publicados obtidos junto ao IRS. É amplamente admitido que esses dados representam apenas uma fração (embora não se saiba quão pequena ela é) do real tamanho dessa ocupação, devido ao desrespeito generalizado à lei (Morrow, 1996). Realmente, no ano de 1990, antes de o episódio "Nannygate" (ver nota 12) chamar a atenção da opinião pública para a existência de requisitos legais, a desobediência à legislação era provavelmente muito mais difundida do que hoje. A Pesquisa sobre Renda e Participação em Programas, de 1993, encontrou cerca de 385.000 *in-home babysitters* (não parentes cuidam de crianças na residência destas), quase três vezes o número que aparece no censo de 1990. Essa pesquisa (citada em Casper, 1995) refere-se à assistência a crianças em idade pré-escolar. Como a unidade de análise são as crianças, e não quem toma conta delas, foi preciso fazer alguns ajustes nos dados publicados, que indicavam que 621.000 crianças em idade pré-escolar eram cuidadas em casa por *babysitters* não parentes durante o outono de 1993. Entre essas crianças, 246.000 pagavam individualmente às pessoas que cuidavam delas. Além disso, outras 278.000 dividiam os pagamentos, sugerindo que a *babysitter* cuidava de crianças de várias famílias simultaneamente. A conselho de Lynne Casper, do Departamento de Recenseamento dos Estados Unidos, que supervisionou o estudo, chegamos à nossa estimativa de 385.000 *in-home babysitters*, somando 246.000 à metade das 278.000 *shared in-home babysitters* (as que cuidam de crianças de várias famílias simultaneamente). Ignoramos as outras 97.000 *in-home babysitters* (não parentes) que, segundo a pesquisa, não eram remuneradas. Casper não conseguiu explicar essa anomalia, mas acredita que nossa estimativa é conservadora.

17 Observe-se que esses dados são um pouco diferentes dos exibidos nas Tabelas 1 a 3, nas quais o denominador é *mulheres empregadas* em vez do total de mulheres da força de trabalho. Essa última categoria também inclui as desempregadas e que procuram emprego.

quando se incluem as variáveis de oferta e demanda. Em todos os modelos (exceto no 2, que omite a variável desigualdade), nossa hipótese de que a desigualdade de renda familiar relaciona-se positivamente com o emprego doméstico é confirmada, e, em cada um deles, esse resultado é estatisticamente significativo. O Modelo 5 fornece a explicação mais completa da variável dependente e inclui todas as quatro variáveis independentes acima discutidas.

**Tabela 6**  
**Coefficientes não-padronizados das regressões**  
**pelo método dos mínimos quadrados entre o emprego**  
**doméstico e as variáveis independentes<sup>a</sup>**  
**Estados Unidos/100 maiores áreas metropolitanas – 1990**

| Variável independente                                                     | Modelo 1              | Modelo 2              | Modelo 3              | Modelo 4              | Modelo 5              |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Desigualdade de renda familiar                                            | 0.1826***<br>(0.0304) | —                     | 0.0545**<br>(0.0306)  | 0.1524***<br>(0.0265) | 0.0742***<br>(0.0298) |
| % de afro-americanas e latinas na força de trabalho feminina              | —                     | 0.0164***<br>(0.0023) | 0.0175***<br>(0.0024) | —                     | 0.0124***<br>(0.0028) |
| % de estrangeiras na força de trabalho feminina <sup>b</sup>              | —                     | 0.0089***<br>(0.0033) | —                     | 0.0190***<br>(0.0030) | 0.0106***<br>(0.0033) |
| Taxa de participação de mães de família na força de trabalho <sup>b</sup> | —                     | 0.0074*<br>(0.0047)   | 0.0045<br>(0.0046)    | 0.0116**<br>(0.0050)  | 0.0091**<br>(0.0046)  |
| Ponto de interseção                                                       | -0.0577<br>(0.1429)   | -0.0879<br>(0.2910)   | -0.1045<br>(0.3152)   | -0.7972**<br>(0.3421) | -0.4631<br>(0.3211)   |
| R <sup>2</sup> múltiplo                                                   | 0.2693                | 0.5504                | 0.5322                | 0.4883                | 0.5779                |

(a) Erros-padrão entre parênteses.

(b) Expresso em uma unidade percentual, p. e., no Modelo 3, para cada 1% de mudança na porcentagem da força de trabalho feminina constituída por afro-americanas ou mulheres de origem latino-americana (PFAL), houve uma mudança de .0873% no tamanho do emprego doméstico.

(\*)  $p \leq 0.10$  (teste para uma cauda)

(\*\*)  $p \leq 0.05$  (teste para uma cauda)

(\*\*\*)  $p \leq 0.01$  (teste para uma cauda)

Conforme indica a Tabela 6, a diferença do coeficiente de regressão múltiplo ( $R^2$ ) entre os modelos 2 e 5 é muito pequena. No entanto, um teste-F mostra que essa diferença é estatisticamente significativa. Seja como for, o Modelo 5 é o melhor para prever a dimensão do emprego doméstico, porque só ele contém todas as variáveis causais importantes. Note-se que a adição da variável desigualdade de renda familiar (no Modelo 5) muda todos os coeficientes obtidos no Modelo 2. O resultado mais notável é que o coeficiente para a porcentagem da mão-de-obra feminina afro-americana ou latina fica muito menor no Modelo 5, sugerindo que parte do efeito dessa variável sobre o emprego doméstico mostrada no Modelo 2 é espúria e deve-se à alta correlação entre a variável etnicidade e a desigualdade de renda familiar (o coeficiente de correlação é .591).<sup>18</sup> Conforme prevíamos, os resultados também revelam que uma grande oferta de mulheres de cor (na realidade, essa variável inclui apenas as afro-americanas e as latinas, porque as americanas de origem asiática raramente trabalham nesse tipo de ocupação) tem uma associação positiva com o emprego em serviços domésticos. Visto que essa variável, juntamente com a porcentagem da força de trabalho feminina nascida no estrangeiro, proporciona os *proxies* parciais para a oferta de mão-de-obra, testamos regressões com cada uma delas em separado (Modelos 3 e 4), além do Modelo 5, que inclui as duas. As variáveis de oferta são estatisticamente significativas em todos os modelos.

## Conclusão

Dessa análise conclui-se que, a persistir a tendência recente de desigualdade de renda nos Estados Unidos, ocasionando uma polarização da estrutura de classes, o crescimento do emprego nos serviços domésticos, até agora evidente apenas no sul da Califórnia, poderá tornar-se um fenômeno nacional. Acreditamos que processos semelhantes venham a ocorrer em muitos outros países nos quais os níveis de desigualdade da renda familiar vêm crescendo. Esperamos que futuros pesquisadores explorem esses temas em outros contextos nacionais e regionais.

Outro assunto que também se presta a novas investigações é o da aplicabilidade de nosso argumento à ampla diversidade de ocupações de “serviços pessoais” (desde o *catering* – produção em escala indus-

18 Embora essa correlação seja relativamente alta, não é suficientemente elevada para impedir a inclusão das duas variáveis no mesmo modelo. Em compensação, o coeficiente de correlação entre desigualdade da renda familiar e a porcentagem da força de trabalho feminina composta de estrangeiras é muito menor: .228.

trial de refeições – até o “*personal shopping*”<sup>19</sup> para assistência médica a domicílio). Assim como o trabalho doméstico remunerado, esses serviços são vendidos no mercado para indivíduos e famílias de altas rendas, cujo número vem crescendo nos últimos anos.

Se a desigualdade continuar a aumentar à medida que as famílias mais prósperas se tornem relativamente mais ricas e as rendas reais do restante da população declinem, será mais fácil para os ricos pagarem serviços pessoais prestados em casas de famílias por empregadas domésticas e babás. Como profetizou recentemente a jornalista Nicholas Lemann (1996: 102), é possível imaginar os Estados Unidos do ano 2096, quando a força de trabalho ter-se-ia desenvolvido “de modo tal que cerca de um quarto constituía-se de empregados domésticos – mais próximo da situação da América antes da Segunda Guerra Mundial.”<sup>20</sup>

Em suma, graças ao recente crescimento da desigualdade econômica nos Estados Unidos em geral – e da desigualdade entre as mulheres em particular –, a previsão de Coser (1973) sobre a morte dessa ocupação tão antiga ainda acabará se provando um grande exagero.

Recebido em fevereiro de 1998.

Ruth Milkman, professora do Departamento de Sociologia,  
University of California, Los Angeles.

Ellen Reese, professora-assistente do Departamento de Sociologia,  
University of Missouri, Columbia.

Benita Roth, professora-assistente do Departamento de Sociologia,  
State University of New York, Binghamton.

Tradução de Vera Pereira

19 *Personal shopping* é um tipo de serviço recentemente introduzido no mercado americano, em que o cliente especifica o que deseja comprar – presentes, roupas, artigos de decoração, etc. –, e alguém (o *personal shopper*) percorre as lojas em lugar do cliente, poupando-lhe tempo e trabalho.

20 Esse trecho foi extraído de um brilhante ensaio escrito pela filha de Michael Young (autor do clássico da Sociologia de 1958, *The rise of the meritocracy*), pretensamente, aos 100 anos de idade, em 2096. Vale a pena citar na íntegra a passagem da qual foi retirada a frase (apud Lemann, 1996: 102): “Nos últimos anos do século XX, quando o *welfare system* americano estava sendo abolido, houve muita discussão (paradoxalmente, em ambos os lados do debate) sobre a maneira como a sociedade estava se transformando numa massa de crianças famintas vagando pelas ruas enquanto os ricos se fechavam dentro de conjuntos cercados por muros. Nada disso acabou acontecendo. Ao contrário, a força de trabalho desenvolveu-se de modo tal que cerca de um quarto constituía-se de empregados domésticos – mais próximo da situação da América antes da Segunda Guerra Mundial. Eles moravam nos sótãos e porões das casas de outras pessoas ou em conjuntos de cabanas na periferia das cidades, e não mandavam os filhos à escola para evitar embaraços para todo mundo. As pessoas achavam que os criados, apesar de bem agradáveis e respeitosos na presença dos outros, eram difíceis de controlar, e que coisas inenarráveis aconteciam nas cabanas. Todas as escolas ‘problemáticas’ que antigamente haviam sido causa de tantos discursos culpados foram fechadas.”

## Bibliografia

- Atkinson, A.B., Rainwater, L. e Smeeding, T.M. (1994). *Income distribution in OECD countries: the evidence from the Luxembourg Income Study (LIS)*. (Comunicação apresentada à American Economic Association, Boston).
- Aubert, V. (1955-56). “The housemaid: an occupational role in crisis”. *Acta Sociologica*, 1(3): 149-58.
- Bakan, A. B. e Stasiulis, D.K. (1995). “Making the match: domestic placement agencies and the racialization of women’s household work”. *Signs*, 20 (2): 303-35.
- Bianchi, S.M. (1995). “Changing economic roles of women and men”. In: Farley, R. (ed.), *State of the Union: America in the 1990s*. Nova York: Russell Sage Foundation. v. 1, pp. 107-154.
- Bradsher, K. (1995). “Widest gap in incomes? research points to U.S.”. *The New York Times*, 27 out.: C2. (Edição nacional).
- Casper, L. M. (1995). “What does it cost to mind our preschoolers?”. *Current Population Reports: Household Economic Studies*. U.S. Department of Commerce, Economics and Statistics Administration, Census Bureau, set.
- Chaplin, D. (1978). “Domestic service and industrialization”. *Comparative Studies in Sociology*, nº 1: 97-127.
- Colon, S. (1986). “With respect and feelings: voices of west indian child care and domestic workers in New York City”. In: Cole, J.B. (ed.), *ALL AMERICAN WOMEN: lines that divide, ties that bind*. Nova York: Free Press. pp. 46-70.
- \_\_\_\_\_. (1989). “Just a little respect: West Indian domestic workers in New York City”. In: Chaney, E.M. e Castro, M. G. (eds.), *Muchachas no more: bousehold workers in Latin America and the Caribbean*. Filadélfia: Temple University Press. pp. 171-197.
- \_\_\_\_\_. (1995). “Like a mother to them: stratified reproduction and west indian childcare workers and employers in New York”. In: Ginsburg, F. D. e Rapp, R. (eds.), *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press. pp. 78-102.
- Collver, A. e Langlois, E. (1962). “The female labor force in metropolitan areas: an international comparison”. *Economic Development and Cultural Change*, 10 (4): 367-385.
- Coser, L. A. (1973). “Servants: the obsolescence of an occupational role”. *Social Forces*, 52 (1): 31-40.
- Elfring, T. (1989). “New evidence on the expansion of service employment in advanced economies”. *Review of Income and Wealth*, Series 35, nº 4: 409-440.
- Glenn, E. N. (1986). *Issei, nisei, war bride: three generations of Japanese American women in domestic service*. Filadélfia: Temple University Press.
- Goldin, C. (1990). *Understanding the gender gap: an economic history of American women*. Nova York: Oxford University Press.

- Gregson, N. and M. Lowe. (1994). *Servicing the middle classes: class, gender and waged domestic labour in contemporary Britain*. Nova York: Routledge.
- Hansen, K. T. (1989). *Distant companions: servants and employers in Zambia, 1900-1985*. Ithaca: Cornell University Press.
- Hartmann, H.I. (1987). "Changes in women's economic and family roles in post-world war II United States". In: Beneria, L. e Stimpson, C.R. (eds.). *Women, households and the economy*. New Brunswick: Rutgers University Press. pp. 33-64.
- Hertz, R. (1986). *More equal than others: women and men in dual career marriages*. Berkeley: University of California Press.
- Hochschild, A. (1989). *The second shift*. Nova York: Viking.
- Inegi - Instituto Nacional de Estadística Geográfica e Informática. *XI Censo General de Población y Vivienda, 1990 - Estados Unidos Mexicanos*. (Em CD-ROM).
- Johnson, K. (1996). "The nanny track: a once-simple world grown complicated". *New York Times*, 29 set.: 9. (Money and Business section). (Edição nacional).
- Katzman, D.M. (1978). *Seven days a week: women and domestic service in industrializing America*. Urbana: University of Illinois Press.
- Lemann, N. (1996). "The haves have less". *The New York Times Magazine*. 29 set.: 99-102. (Por Gaia Young, tal como recuperado por Nicholas Lemann).
- Levy, F. (1995). "Incomes and income inequality". In: Farley, R. (ed.). *State of the Union: America in the 1990s*. Nova York: Russell Sage Foundation. v. 1, pp. 1-57.
- Levy, F. e Murane, R. J. (1992). "U.S. earnings levels and earnings inequality: a review of recent trends and proposed explanations". *Journal of Economic Literature*, nº 30: 1333-81.
- Macdonald, C. L. (1996). "Shadow mothers: nannies, *au pairs*, and invisible work". In: Macdonald, C. L. e Sirianni, C. (eds.). *Working in the service society*. Filadélfia: Temple University Press. pp. 244-263.
- Morrow, D. J. (1996). "Nanny-tax tally of '95: who paid, who lied?". *New York Times*, 21 abr.: 1, 8-9. (Money and Business section). (Edição nacional).
- Repak, T. A. (1994). "Labor recruitment and the lure of the capital: Central American migrants". *Gender & Society*, Washington D.C., 8 (4): 507-24.
- Reskin, B. F. e Roos, P. A. (eds.) (1990). *Job queues, gender queues: explaining women's inroads into male occupations*. Filadélfia: Temple University Press.
- Rollins, J. (1985). *Between women: domestics and their employers*. Filadélfia: Temple University Press.
- Romero, M. (1992). *Maid in the U.S.A.* Nova York: Routledge.
- Salzinger, L. (1991). "A maid by any other name: the transformation of 'dirty work' by central american immigrants". In: Burawoy, M. (ed.). *Ethnography unbound*. Berkeley: University of California Press. pp. 139-177.

- Stigler, G. J. (1946). *Domestic servants in the United States, 1900-1940*. Nova York: National Bureau of Economic Research. (Occasional Paper, nº 24).
- Susser, I. (1991). "The separation of mothers and children". In: Mollenkopf, J. H. e Castells, M. (eds.). *Dual city: restructuring New York*. Nova York: Russell Sage Foundation. pp. 207-224.
- U.S. Department of Labor (1991). "Employment and earnings". *Bureau of Labor Statistics*, 38 (1), jan.
- Wolff, E. (1995). *Top heavy: a study of increasing inequality of wealth in America*. Nova York: Twentieth Century Fund.
- Wrigley, J. (1995). *Other people's children*. Nova York: Basic Books.



# CINQUANTENAIRE DU DEUXIÈME SEXE 50<sup>TH</sup> ANNIVERSARY OF THE SECOND SEX

COLLOQUE INTERNATIONAL  
INTERNATIONAL CONFERENCE

PARIS 21, 22 et 23 janvier 1999

Autour de l'ouvrage de  
**Simone de Beauvoir**  
Conférences, tables rondes,  
ateliers, films et expositions



## Avanços de pesquisa

### A manutenção de microcomputadores no feminino<sup>1</sup>

Clevi Elena Rapkiewicz e Natacha Djani

#### Introdução

Apesar da participação cada vez maior de mulheres na esfera produtiva, a imagem de seu "*handicap*" no domínio científico-tecnológico permanece. Há muito tempo elas são consideradas inaptas com relação à ciência e à tecnologia.

No âmbito da pesquisa, Hirata e Rogerat (1988) chamam a atenção sobre o controle masculino dos utensílios nas sociedades pré-industriais e a técnica nas sociedades industriais. De acordo com Paola Tabet (1979), já nas sociedades de caça e colheita, o controle masculino dos instrumentos de produção tinha por corolário o subequipamento das mulheres. Um exemplo, nas sociedades pré-industriais, é dado por Godelier (1982: 33), ao revelar que, entre os Baruya da Nova Guiné, a fabricação de utensílios e armas era uma atividade exclusivamente masculina. E que, nesse sentido, mesmo o bastão para cavar, indispensável para a mulher na ação de plantar e colher, não seria fabricado por ela; o pai o faria para a filha, o marido para a mulher. É evidente que uma mulher seria capaz de talhar, ela mesma, um pedaço de madeira dura, tornando-a pontuda, se ela fosse *socialmente*<sup>2</sup> autorizada a fazê-lo. As mulheres são excluídas da propriedade da terra, da fabricação de utensílios, enfim, dos meios materiais de produção (Godelier, 1982).

No que se refere às sociedades industriais, uma revisão da literatura mostra que as possibilidades de emprego inicialmente criadas pelas novas tecnologias referiam-se principalmente a postos de trabalho de manutenção, considerado de domínio masculino (Humphrey, 1987; Mitter, 1995). Por exemplo, Ghislaine Doniol-Shaw (1988) observou que, nos ramos de eletrônica e de informática industrial, alguns responsáveis recusavam-se a contratar técnicas tendo "*baccalauréat*", ou mesmo BTS

1 Versão em português do artigo "La maintenance des micro-ordinateurs au féminin", publicada na revista *Recherches féministes*, v. 10, n. 1: 77-95, 1997, a cuja editoria agradecemos a autorização para difusão do trabalho no circuito latino-americano.

2 Expressão grifada para ressaltar o aspecto social e não natural deste controle.

(*Brevet de Technicien Supérieur*),<sup>3</sup> porque "isso não seria sério" junto à clientela. Segundo os empregadores, os técnicos "não gostam do trabalho em *ateliers*", concluindo que "contratariam de bom grado as mulheres" para fazê-lo. Em outras palavras, para o trabalho interno de conserto de placas com circuitos integrados poderiam ser empregadas mulheres, mas a detecção de panes e manutenção de aparelhos junto a clientes seria de domínio masculino.

Esses trabalhos mostram que há uma forte masculinização no manejo e na manutenção de artefatos técnicos, inclusive nos casos em que há contato com a clientela. O que se faz, atualmente, a esse respeito? Quais são as representações de homens e, sobretudo, de mulheres num domínio pretensamente masculino?

Fizemos uma pesquisa sobre manutenção em informática com o objetivo de melhor conhecer o conteúdo da organização das representações sociais<sup>4</sup> elaboradas por mulheres com a mesma formação num *métier* técnico. A pesquisa realizou-se em 1996 numa grande empresa de informática de Paris, aqui identificada como "Info". No mercado francês há mais de vinte anos e com a experiência da passagem de grandes sistemas *mainframes* para a microinformática, essa empresa constituiu, para o encaminhamento da nossa pesquisa, o tipo ideal.

O grupo estudado compunha-se de onze mulheres que, anteriormente desempregadas por longo tempo, haviam sido, em período recente, empregadas pela Info, integrando um projeto de formação e inserção profissional para "agentes de manutenção em informática". Antes de empregadas, haviam passado por uma primeira etapa do projeto; a segunda realizar-se-ia na própria Info. As duas etapas inscreviam-se num projeto da Assoc (nome fictício atribuído, neste texto, à associação de formação profissional) – uma organização em Paris que elabora programas de inserção profissional e formação para o emprego, em parceria com empresas públicas e privadas – financiado pela Comunidade Européia no âmbito do projeto NOW (New Opportunities for Womens).

3 BAC: *baccalauréat*, grau atribuído a alguém por ocasião dos exames de final de estudos secundários. BTS: *brevet de technicien supérieur*, diploma nacional sancionando dois ou três anos de estudos superiores num domínio especializado. CAP: *certificat d'aptitude professionnelle* ensino profissional correspondente ao terceiro ano do liceu.

4 Segundo Abrie (1994:13): "*Toute représentation est une forme de vision globale et unitaire d'un objet, mais aussi d'un sujet. Cette représentation restructure la réalité pour permettre une intégration à la fois des caractéristiques objectives de l'objet, des expériences antérieures du sujet, et de son système d'attitudes et de normes. Cela permet de définir la représentation comme une vision fonctionnelle du monde, qui permet à l'individu ou au groupe de donner un sens à ses conduites, et de comprendre la réalité, à travers son propre système de références, donc de s'y adapter, de s'y définir une place.*" Ainda segundo esse autor (1994:12), "*une représentation est toujours représentation de quelque chose pour quelqu'un*".

A primeira etapa do programa, com duração de quatro meses, consistiu de um plano básico de atualização em matemática e francês e de formação nas competências transversais ao *metier*, como comunicação. Na segunda etapa, procedeu-se à inserção profissional via contratos CIE (Contrato Iniciativa de Emprego)<sup>5</sup> com a Info por doze meses: uma espécie de formação em alternância, fase na qual cada estagiária seria acompanhada de um tutor responsável pela sua iniciação no trabalho de manutenção em informática. Nessa etapa, previa-se uma evolução progressiva (até o momento de a estagiária ir sozinha aos clientes) e também uma certa relação hierárquica entre o tutor e ela, uma vez que certos controles, por exemplo, a pontualidade, concerniam a ele. Um diretor coordenava cada equipe. Cursos de uma semana em cada mês, durante toda a realização do estágio, complementariam a formação.

### A pesquisa

A pesquisa abrangeu períodos de oito a dez meses dos estágios, ou seja, até o momento em que faltava menos de um terço para a conclusão do projeto. Dentre as estagiárias, uma apresentou dificuldades para ser contatada, por se encontrar em licença. Outra informação a destacar é que foi a Assoc quem selecionou os tutores e diretores para entrevista. Mas solicitamos a inclusão de pelo menos um superior de um caso considerado de sucesso e um outro de um caso tido como fracasso. Todos os tutores e diretores eram do sexo masculino, incluindo os não contatados na pesquisa. Entrevistamos dez das onze estagiárias, dois dos quatro diretores e quatro dos seis tutores.

Todas as entrevistas, do tipo semidiretivo, foram feitas na própria empresa, gravadas e transcritas – com exceção de uma –, e seguidas de uma análise de conteúdo. As estagiárias foram entrevistadas individualmente. Tutores e diretores o foram na presença de uma pessoa da Assoc. A duração das entrevistas variou de trinta minutos a uma hora e meia.

Para entrevistar as estagiárias, baseamo-nos em informações de dois documentos aos quais tivemos acesso: um *dossier* individual preenchido por elas no início do projeto, contendo dados sobre o percurso escolar e profissional, e um balanço, fornecido pela Info, do primeiro trimestre do estágio, contendo apreciações dos tutores e di-

5 O "Contrato Iniciativa de Emprego" (CIE) foi criado em agosto de 1995. Tem por objetivo essencialmente favorecer a inserção de desempregados de longa data ou que encontram graves dificuldades para inserção no mercado de trabalho (Dares, 1997).

retornos a respeito das suas relações com as estagiárias. Antes de entrevistar uma estagiária, conhecíamos, portanto, a percepção de seu trabalho pelo tutor. Essas indicações permitiram aprofundar determinados pontos de acordo com a entrevistada. Por exemplo, se o balanço mencionava que uma estagiária tinha dificuldade de integração, buscávamos conhecer as causas por meio de questões especialmente adaptadas para a sua entrevista.

O Quadro 1 fornece algumas informações sobre essas onze estagiárias. A maioria tinha entre 35 e 46 anos. Com baixa escolaridade, grande parte, ao ingressar no projeto, estava desempregada havia mais de um ano. Antes, tinham trabalhado principalmente no setor terciário, como secretárias, vendedoras, assistentes comerciais, digitadoras. Duas tinham sido montadoras de placas na indústria. A situação familiar era razoavelmente variada: cinco vivendo sem companheiro ou marido (três com filhos) e seis fazendo parte de um casal (quatro com filhos).

**Quadro 1**  
**Perfil das estagiárias**

| Idade | Formação(1)                | Experiência profissional | Situação familiar |
|-------|----------------------------|--------------------------|-------------------|
| 35    | BAC G1                     | Secretária comercial     | Só; 2 filhos      |
| 46    | BAC                        | Secretária               | Casal; 1 filho    |
| 46    | Sem informação             | Assistente de direção    | Casal; 1 filho    |
| 40    | CAP Costura                | Secretária comercial     | Casal; 2 filhos   |
| 19    | BAC C                      | Nenhuma                  | Só; sem filhos    |
| 26    | BTS Contabilidade          | Técnica contábil         | Só; sem filhos    |
| 52    | CAP Datilografia           | Secretária bilíngüe      | Casal; sem filhos |
| 41    | Terceiro ano do liceu      | Montadora                | Casal; 2 filhos   |
| 41    | CAP Auxiliar contabilidade | Digitadora               | Só; 1 filho       |
| 32    | CAP Vendas                 | Vendedora                | Casal sem filhos  |
| 37    | BAC                        | Montadora                | Só; 4 filhos      |

**Nota:** Ver nota 3.

A maioria dos tutores e diretores entrevistados tinha mais de 45 anos, sendo todos casados. Estavam, todos, trabalhando na empresa havia pelo menos treze anos, tendo começado a carreira na própria empresa ou em outras como montadores ou reposidores de estoque em outras.

## A manutenção de microcomputadores

Na Info, o trabalho de agente de manutenção em informática requer o domínio de *hardware* e o de *software*. Assim, as estagiárias deveriam saber montar uma estação, isto é, conectar todas as partes de um posto de trabalho informatizado (monitor, impressora, mouse, teclado etc.) para tornar o equipamento operacional; abrir computadores e impressoras para verificar problemas ou introduzir peças (aumentar a quantidade de memória, por exemplo); instalar programas, isto é, a partir de disquetes, transferir o produto para o disco rígido, de forma a permitir seu uso; quando da chamada de um usuário, deslocar-se até ele e detectar uma pane no equipamento ou no programa e tratá-la no próprio local; configurar os microcomputadores e os programas, ou seja, modificar certos parâmetros destes últimos de acordo com as características dos equipamentos.

O trabalho era dividido em vários níveis. As estagiárias faziam o que na Info era chamado de "manutenção de primeiro nível", isto é, eram responsáveis pela solução de problemas mais comuns, resolvidos sem conhecimento técnico profundo. Já os tutores e outros membros da equipe tinham competência e experiência para operar em níveis mais aprofundados de manutenção.

O trabalho de manutenção em informática conhece transformações que ocorrem, de certa forma, no sentido inverso da técnica. Atualmente, ainda que os computadores sejam mais potentes e complexos, sua manutenção é mais simples. As razões dessa simplificação são, ao mesmo tempo, de ordem técnica e econômica. Do ponto de vista técnico, a simplificação é paradoxal. A miniaturização dos componentes materiais permite o aumento do número de elementos por centímetro quadrado, mas impõe que um conjunto destes seja trocado na empresa porque os componentes, minúsculos, são difíceis de serem manuseados no espaço do cliente. Além disso, é difícil identificar o elemento defeituoso – nota-se mais rapidamente o conjunto que provoca a falha, uma vez que cada função é garantida por determinados conjuntos. Do ponto de vista econômico, a produção em massa provocou a queda dos preços. Hoje, pode ser mais fácil e rentável trocar conjuntos e placas que consertá-las.<sup>6</sup>

É preciso, porém, ressaltar que a simplificação não significa necessariamente a desvalorização do *métier* de manutenção. O valor atribuído a ele modifica-se de maneira ambivalente: há, simultaneamente, uma perda de importância, relacionada com a amplitude da pane, e um aumento da visibilidade, devido à difusão da microin-

<sup>6</sup> Pode ser até mesmo que cheguemos aos microcomputadores descartáveis.

formática. Antes, com os *mainframes*, as *panes* eram "globais", pois parte considerável da instituição ou da empresa dependia da máquina e, portanto, do trabalho do técnico responsável pelo conserto. Hoje, uma *pane* num microcomputador é principalmente "local". Se a difusão da microinformática provocou uma diminuição da amplitude das *panes*, ela tornou, por outro lado, mais visível o trabalho de manutenção. Ou seja, apesar do caráter local das *panes*, a massiva utilização da informática por pessoas não iniciadas, em número cada vez maior, torna o trabalho dos agentes de manutenção mais conhecido. Os usuários debutantes ou que apresentam dificuldades no uso do equipamento solicitam freqüentemente a ajuda daqueles que se ocupam da manutenção. Um exemplo está nesta explicação de um diretor: "A gente se depara com clientes que estão na frente do micro a olhar... e, ao menor sinal de *pane*, eles nos chamam. Mas freqüentemente não são *panes*, é que eles não sabem usar o computador. A gente se depara com isso todos os dias".

Com os *mainframes*, um profissional deslocava-se para analisar a máquina. Isso lhe exigia um conhecimento profundo da arquitetura do computador e uma certa competência relacional para estabelecer contato com o cliente. Mas este era, em geral, alguém da área de informática, e o diálogo ocorria entre "pares" que utilizavam mais ou menos a mesma linguagem e possuíam conhecimentos técnicos similares, ainda que de níveis diferentes.<sup>7</sup> Um tutor assinala, a propósito dos *mainframes*: "Havia, na empresa dos usuários, um engenheiro de sistemas, um diretor de suporte; era cheia de pessoas competentes".

Por outro lado, no caso da microinformática, o "cliente" não é mais um técnico. Como explica um diretor, hoje o trabalho de manutenção consiste em "assegurar um posto de trabalho que funcione tanto para as secretárias quanto para os desenvolvedores ou os diretores".

Neste último caso, não há mais diálogo entre pares,<sup>8</sup> o que pode valorizar o *métier* de manutenção. Os usuários profanos, retomando a terminologia de Anthony Giddens (1994), valorizam as pessoas que são capazes de consertar o que não funciona. Se, com os *mainframes*, a terminologia própria ao domínio da informática era empregada pelos técnicos para confundir os profanos, com a microinformática os agentes de manutenção fazem o papel de "interface", isto é, estabe-

7 Do ponto de vista da informática, o trabalho consiste sobretudo da manipulação/projeto de *software*, enquanto que, no caso de quem faz manutenção, o trabalho refere-se em boa parte ao *hardware*. Mas no primeiro caso é preciso ter algum conhecimento de *hardware* e, no segundo, de *software*, para, por exemplo, testar a máquina.

8 Note-se que os conhecimentos dos usuários em relação à informática progridem cada vez mais.

lecem a conexão entre os indivíduos profanos e o sistema abstrato (Giddens 1994), representado aqui pela informática.

Além disso, o preço e o tamanho dos microcomputadores permitem, hoje, nos casos de defeitos mais graves, que eles sejam substituídos e levados<sup>9</sup> para conserto. Isso era mais difícil no tempo dos *mainframes*. O técnico podia ficar vários dias na empresa do cliente. Um tutor nos conta que, em certa situação, em vez de voltar um dia depois de uma viagem de trabalho, "passou o Natal e o Ano Novo lá", em uma empresa-cliente no interior da França. Com a microinformática, os encontros entre usuários e agentes de manutenção são, em geral, de curta duração.

É por isso que lançamos a hipótese de que as qualidades comunicativas e relacionais são atualmente mais valorizadas que o conhecimento técnico em si, porque: 1) a possibilidade de transportar a máquina permite dividir e organizar o trabalho em diferentes níveis. Assim, as pessoas que detêm maior conhecimento técnico podem permanecer no *atelier*, enquanto o contato com os clientes pode ser reservado aos agentes de primeiro nível; 2) não há mais diálogo entre pares que empregam a mesma linguagem técnica – em geral a clientela é composta de usuários profanos; 3) os contatos mais rápidos com os clientes aumentam a importância da primeira impressão causada pelo técnico.

Foi com base na constatação dessa maior importância das qualidades relacionais no trabalho de manutenção que a Assoc iniciou o projeto de inserção profissional de mulheres nessa atividade, convencida de que as qualidades ditas femininas podiam facilitar a entrada delas no *métier*. No entanto, como mostraremos mais adiante, as estagiárias não incorporaram no seu discurso o que a Assoc esperava (a valorização de suas qualidades relacionais). Ao contrário, elas interiorizaram, numa certa medida, a representação dos tutores. Apesar disso, conseguiam articular suas experiências anteriores com os novos conhecimentos adquiridos para o exercício da manutenção em informática.

## Os homens: a nostalgia dos *mainframes*

### *Igualdade entre os sexos e mulheres-exceção*

Por conhecer o objetivo do estudo, tutores e diretores prestavam muita atenção às respostas dadas, mas, mesmo assim, no discurso comum, revelavam contradições. No plano geral, deram a entender

9 Neste caso, é essencial saber configurar o computador de maneira a fornecer um ambiente informatizado o mais próximo possível daquele que está sendo substituído.

que, do seu ponto de vista, há igualdade entre homens e mulheres em termos de capacidade para efetuar a manutenção. Eram “os outros” que pensavam de outra forma: “Os outros pensam assim, mas não é o meu caso”. “Todo mundo pensa assim, e eu acho que é uma pena, mas não se pode fazer nada.”

Por outro lado, as respostas a questões mais pessoais, como, por exemplo, o uso da informática pelas esposas em casa,<sup>10</sup> revelou que eles retomam para si os estereótipos mais clássicos da diferenciação sexual em relação à técnica. Para um dos tutores, todo mundo é igual perante o trabalho, e uma mulher também é capaz de trabalhar na área de informática. No entanto, perguntado sobre se sua esposa utilizava o seu computador em casa, respondeu: “Esta máquina não lhe interessa, como à maioria das mulheres, que não se interessam por este tipo de material”. De fato, para ele, “as mulheres na informática são exceção, porque há outras coisas que elas sabem fazer melhor que os homens... cozinhar, por exemplo”. A idéia de “mulheres-exceção” estava presente também no discurso de outros entrevistados: “Eu diria que um homem pode ser *bricoleur*,<sup>11</sup> mas uma mulher... cita-se quando ela é”. Para eles, as mulheres não se interessam por aquilo que é técnico: “As mulheres não se interessam pela microinformática, talvez seja a complexidade que as afasta. É preciso dizer que os PCs não são simples, não são como o Macintosh; os PCs não são simples de manusear”.

#### *A força física: argumento para impedimento das mulheres*

Segundo os tutores, um dos fatores que podem explicar porque a manutenção em informática atrai tão pouco as mulheres é a questão da força física: “Por que não há mais mulheres na manutenção? Eu não sei... É porque levar uma [impressora] *laser* para um cliente, isso pesa 60 quilos”.

Essa explicação, no entanto, pode ser derrubada por, pelo menos, dois argumentos. De um lado, se há diferenças médias de altura e peso entre os sexos, é preciso também considerar as diferenças individuais entre pessoas do mesmo sexo (Vezina e Courville, 1992). Certos empregos ultrapassam até mesmo o limite das possibilidades dos homens (Messing *et al.*, 1991). Além disso, a crença de que os homens com “H” deveriam ser capazes de levantar muito peso pode ser perigosa. Os

estereótipos são, de certa maneira, prejudiciais tanto para homens quanto para mulheres. Por outro lado, certos empregos pretensamente femininos exigem a manipulação de elementos pesados. É o caso das enfermeiras, que precisam movimentar pacientes (Messing *et al.*, 1991) – elas fazem uso, sobretudo, de força lateral (puxar e empurrar) para movimentar ou deslocar pacientes. Já os homens privilegiam as forças verticais (levantar e baixar). São, então, os métodos utilizados que, muitas vezes, influem sobre os limites de acesso aos empregos.

Na manutenção de computadores, a frequência de deslocamento de material não é certamente negligenciável, mas essa tarefa está longe de representar o essencial do tempo de trabalho dos agentes de manutenção. No entanto, ela aparece no discurso dos tutores e diretores como fator de impedimento das mulheres.

#### *A longa experiência*

No que se refere às competências necessárias para o exercício do *métier* de manutenção de microcomputadores, observamos que os tutores e diretores relevavam o aspecto técnico da atividade quando se referiam a eles próprios, mas não o mencionavam no caso das estagiárias. Todas as qualidades consideradas necessárias para elas, ou nelas observadas, remetiam ao comportamento ou à dimensão do relacional. As estagiárias seriam “sérias” e “interessadas”. As qualidades que lhes eram exigidas eram: paciência, método, calma, saber escutar, refletir antes de agir, e, evidentemente, ter lógica.

Os únicos momentos nos quais, falando das estagiárias, mencionaram competências técnicas foram justamente para lembrar que elas, as mulheres, não as possuíam: “Por que dar uma chave de fenda a mulheres não é... é mais fácil para os meninos se adaptarem, consertar uma máquina que as mulheres... no caso dos micros, eu digo, é o que eu tive, é minha competência... eu não sei... talvez há... talvez seja necessário saber pelo menos... pegar uma chave de fenda para desparafusar... eu não sei... em relação às mulheres que eu vi trabalhar, elas se intimidam e não sabem o que fazer. Mas os meninos, ao menos, sabem usar a chave de fenda, isso pode ajudá-los, é por isso a diferença também”.

Certos tutores e diretores entrevistados consideraram que as estagiárias não tinham o tempo de experiência que lhes parecia essencial. Essa consideração esclarece o fato de eles jamais se referirem às competências técnicas das estagiárias na manutenção de primeiro nível, na qual o conhecimento técnico aprofundado não é necessário. Além disso, a noção de experiência difere daquela relativa ao tempo de atuação de uma pessoa em determinada área (no caso, da informática). No seio do grupo de tutores, havia uma hierarquia no critério de “anos de expe-

10 As questões sobre o uso de microcomputador em casa visavam sobretudo analisar a amplitude da difusão da informática na esfera privada. No entanto, foram exatamente as respostas a essas questões que nos permitiram identificar certos estereótipos.

11 Termo para o qual não existe tradução precisa em português. Significa uma pessoa que executa uma série de pequenas tarefas em diferentes áreas do conhecimento, em particular tarefas manuais como consertar, montar e desmontar coisas.

riência", distinguindo-se dois grupos: um, dos que haviam vivenciado a passagem dos *mainframes* para a microinformática, e outro, dos que somente estiveram trabalhando neste último ambiente.

Os que tinham vivenciado a passagem manifestavam despeito e afirmaram que houve perda de qualificação, porque "*agora qualquer um pode trabalhar com informática*". Nota-se a perda de poder simbólico para esse grupo, porque houve difusão do saber informático. Eles não são mais os únicos a dominar esse saber: "Tem gente que é supercompetente, afiada mesmo no seu domínio, mas não tem conhecimento de redes, de desenvolvimento de aplicações. Antes, a gente tinha uma competência mais global e, para mim, a superespecialização me incomoda um pouco, mas isso é outro assunto, é mais filosófico. Eu tenho uma visão bastante crítica da micro, eu tenho a impressão de que estão sendo reinventados os *mainframes*".<sup>12</sup>

Esse grupo percebia a microinformática como algo "diabólico" e dizia que "os técnicos precisam se virar como diabos para que isso [a microinformática] funcione". Alguns nos explicavam o caráter "diabólico" a partir de uma diferença entre ser e parecer. O "parecer" remete aos usuários que vêem objetos tecnológicos na mídia e querem ter a mesma coisa no escritório; o "ser" refere-se ao trabalho dos profissionais de informática. Havia uma certa lamentação em relação à evolução da informática.

Já os tutores e diretores da Info que somente trabalharam com a microinformática não seguiram formação escolar específica para ter acesso a essa área. A maior parte deles havia trabalhado em montagem de placas ou reposição de estoques, tendo aprendido informática no próprio local de trabalho. Em vista dessa trajetória profissional, não percebiam a microinformática como desqualificante. Para eles, os microcomputadores estão mais próximos das pessoas, são mais fáceis de manipular. A microinformática lhes permitiu mobilidade profissional e aquisição de qualificação.

Ao se colocar a experiência em primeiro lugar na avaliação das competências no exercício do *métier*, há uma estruturação insidiosa das relações profissionais entre aqueles dois grupos. As respostas à questão "Vocês fazem o mesmo trabalho que as estagiárias?" demonstra esta hierarquização: "Não, eu para conseguir fazer isso, tive dez

12 Há aqui uma aparente contradição entre a perda de qualificação na passagem dos *mainframes* para a microinformática e a menção da hiperespecialização feita pelo tutor. A manutenção de *mainframes* exige dos técnicos maior domínio da tecnologia. Os técnicos de manutenção de microcomputadores são considerados "trocaadores de placa". A hiperespecialização à qual o tutor se refere concebe a microinformática em sentido amplo (e não somente a manutenção). Ele tentava explicar que, neste campo, os profissionais de informática (ou os "micreiros", como os tutores os designam) conhecem profundamente certos produtos em particular, mas não têm uma visão de conjunto.

anos de experiência; jamais elas poderão ter este passivo, mesmo que consigam um trabalho em seguida."

A fronteira entre o aspecto técnico do *métier* e aqueles mais relacionados com a prestação de serviços é estabelecida mais em função da nostalgia do que a partir da análise objetiva do conteúdo real do trabalho. Essa arbitragem é resultado das relações de poder entre os agentes de manutenção e as estagiárias. Tendo conhecido os *mainframes*, a maior parte dos tutores considerava a informática um mundo restrito, em que é preciso ter muita experiência para se obter sucesso. Não se trata aqui de negar o valor da experiência, mas a superestimação de seu peso. Eles parecem não se dar conta de que há uma fragmentação do trabalho em diferentes níveis, no qual o mais baixo demanda boas competências relacionais, mas conhecimento técnico pouco aprofundado.

### As mulheres: a desmitificação do *métier*

A manutenção é um domínio masculino?

Mesmo que a informática pareça fazer parte do cotidiano das estagiárias, provavelmente sob influência da mídia, jamais elas pensariam em procurar um emprego nessa área, por considerar que a informática é um domínio reservado à população masculina.<sup>13</sup> "Eu pensava que esta área era reservada aos homens porque eu nunca tive a ocasião de discutir isso com mulheres... as poucas pessoas que faziam isso eram homens..."

Para uma das estagiárias, não era a informática que era reservada aos homens, mas, sim, a manutenção, porque antes ela nunca tinha visto uma mulher nessa função. A atitude do marido de uma de suas amigas reforçou, no início, essa imagem masculina da manutenção – ele "a sacaneava"<sup>14</sup> e tentou mesmo desencorajá-la, por pensar ser esse um trabalho para homens. As estagiárias que tinham opinião diferente dessa possuíam, antes, algum conhecimento do uso de micros ou tinham alguém na família trabalhando na área.

A experiência de alguns meses na Info e com seus clientes não modificou muito o julgamento dessas mulheres. É possível mesmo afirmar que a imagem da manutenção como domínio masculino foi reforçada pela experiência: "Eu, no início, não tinha verdadeiramente preconceito, mas aqui a gente abre qualquer porta e se dá conta que tem somente homens. Mesmo os instrutores são homens!".

13 À questão "Você tem a impressão que este setor era reservado aos homens?", a maior parte das estagiárias respondeu afirmativamente.

14 Respeitamos a expressão mais próxima da fala da estagiária. No original: "Il se moquait de moi".

O fato de elas mencionarem mais frequentemente o *atelier* que o escritório no discurso reforça a imagem masculina. O *atelier* é um local em que trabalham os agentes de manutenção, e onde são verificados os equipamentos que não puderam ser consertados no próprio cliente. Nele armazenam-se o material e as ferramentas necessárias para essa atividade. Se refletirmos sobre o local, usando os estereótipos do saber comum, o *atelier* é designado como um lugar masculino, no qual se manipula material mecânico e eletrônico, e essa atividade é sexualmente rotulada. Se não tivéssemos conhecido o espaço de trabalho das estagiárias, com mesas e cadeiras para redigir relatórios e preencher formulários, podíamos imaginar, a partir da descrição dada por elas, que se tratava de uma oficina para conserto de automóveis! Apesar do tempo que elas passam num ambiente típico de escritório, recebendo pedidos de serviço, lendo manuais técnicos e escrevendo relatórios, parece que retêm, sobretudo, a imagem do local onde são feitos os consertos.

#### *A modernidade e a diferenciação*

As palavras "informática" e "novo" apareceram com frequência no discurso das estagiárias, evocando, para elas, um novo campo de investigação para se engajar. Esse espaço, associado por elas como expressão de modernidade, abre-lhes perspectivas de futuro diferentes daquelas que conheciam. Desempregadas por longo período, integram-se num espaço portador de emprego e, com isso, têm a sensação de dominar uma parte da modernidade.

Como elas lidam com o fato de estarem mergulhadas num ambiente que elas mesmas apresentam como sendo "o futuro"? O que pensam de integrar um meio considerado masculino?

Segundo Maruani (1987), três motivações explicam por que as mulheres escolhem um *métier* tradicionalmente masculino: a) uma vontade *pioneira* – mostrar e demonstrar aos colegas, ao marido, filhos etc. que uma mulher pode fazer o mesmo trabalho que um homem; b) o desejo de *conhecimento* – aprender e compreender um novo *métier*; c) uma aspiração ao *reconhecimento* – ter seus méritos reconhecidos, seja por um diploma ou outra forma de legitimação.

Encontramos essas três motivações nas entrevistas. A vontade pioneira é claramente perceptível nestes comentários:

"Sobretudo quando a gente sabe, bem... a gente faz parte do segundo grupo de mulheres<sup>15</sup> e há poucas mulheres que fazem isso, bem... tanto que ser as primeiras... eu penso que a gente pode ter orgulho disso,

15 A estagiária fazia referência ao fato de o seu grupo ser, no projeto, o segundo de mulheres.

justamente... porque, até o momento, havia praticamente somente homens, então nós temos a vantagem de fazer alguma coisa que não é comum para uma mulher... de mostrar nosso valor para o trabalho de um homem. E de mostrar que podemos estar à altura".

"A gente mostra a essa gente masculina que tocar na informática não é reservado aos homens. Eu tenho orgulho de exercer um *métier* de homem e depois já tem um tempo que a gente encontra mulheres nos *métiers* de homens. Há mulheres motoristas de caminhão e há mesmo mulheres hoje que vão até a lua, então eu acho que o *métier* de agente de manutenção é menos importante que ir a lua, não?"

Apesar de as estagiárias não obterem qualquer diploma na formação recebida, sua aspiração ao reconhecimento manifestava-se por uma sensação de orgulho ao descreverem suas funções. O orgulho é consequência da imagem valorizada dos *métiers* técnicos. Elas se consideravam mais qualificadas e buscavam provar que eram capazes (talvez mais que outras mulheres).

Michèle Ferrand (1994) observou, através do estudo de trajetórias de estudantes da Escola Politécnica na França, que a valorização da técnica remete, antes, ao reconhecimento pelo outro do que a um interesse particular pelo novo *métier*. Observamos esse dado em nossa pesquisa: "É um pouco um *métier* técnico, um *métier* de homem, e é sempre interessante dizer aos outros o que a gente faz".

Seu orgulho manifestava-se também no fato de poderem compreender certas coisas: "Orgulhosa de compreender o que é, quando alguém fala de Windows..."

As estagiárias com filhos explicavam a alegria e o sentimento de importância experimentados quando eles inquiriam sobre o seu conhecimento de informática, o que lhes proporcionava conforto durante o projeto. "Eles [os filhos] me dizem 'Mamãe, é bom isso que você aprende, é interessante, eu também faço curso de informática na escola, você vai poder nos explicar mais tarde'." Considerando que, em geral, essas mulheres contavam com baixo nível de escolaridade, seu sentimento era ainda mais forte. Por meio da informática, elas encontraram uma área do conhecimento que as aproximava dos filhos, reforçando, para algumas, a vontade de continuarem na área.

#### *A articulação entre as experiências e os novos conhecimentos*

Para as estagiárias, a manutenção é um trabalho técnico. No que se refere a este qualificativo, constatamos dois pontos principais: o valor atribuído ao lado técnico do *métier* e a atitude adotada em relação a ele.

A hipervalorização do aspecto técnico do *métier* de manutenção mostra a incorporação, pelas estagiárias, do discurso dos tutores e

diretores. É o resultado das *relações de dominação* que Kergoat (1989) analisa, mostrando que as operárias adotam para si próprias as representações feitas pelos grupos dominantes. Quando perguntadas sobre as competências necessárias no *métier* de agente de manutenção, as respostas repousaram sempre sobre o aspecto técnico. O lado "serviços" e as características relacionais, apesar de constituírem a base do projeto que lhes permitiu acessar a área de informática, desapareceram quase que completamente do discurso. No entanto, elas tentavam organizar a articulação das experiências já possuídas, mobilizando competências tanto manuais quanto relacionais. Essa articulação revelou três tipos de atitudes quanto às novas competências adquiridas na formação: integração, substituição e rejeição.

A atitude de *integração* refere-se à utilização de competências adquiridas no posto ocupado antes da formação e daquelas aprendidas durante o estágio. Como enfatizava um tutor, a propósito de sua estagiária: "Ela é a única a utilizar a palavra 'cliente' para qualificar os usuários. Percebe-se que se trata de uma ex-comerciante". Essa estagiária servia-se, portanto, de seus conhecimentos comerciais para facilitar o contato com os usuários.

Outra estagiária via a possibilidade de utilizar seus conhecimentos em informática num emprego de venda de micros numa pequena empresa: "Numa pequena loja, você pode tanto responder pela venda quanto, por exemplo, mostrar o *hardware*, mostrar a parte interna se as pessoas têm problemas, porque a venda, naturalmente, é uma consequência. Então, para tentar atrair a clientela é preciso conhecer muita coisa. É preciso ajudar o cliente. Então, se a gente pode... se, por exemplo, o cliente tiver um problema com o micro, é preciso tentar ajudá-lo, então eu posso relacionar os dois [a venda e o conhecimento técnico]". Ainda que a segunda estagiária não quisesse continuar na manutenção, nos dois casos as competências adquiridas em suas trajetórias profissionais estavam sendo mobilizadas.

Um outro tipo de integração ocorria no caso das estagiárias que tinham sido montadoras: a formação recebida representava algo a mais. Segundo suas próprias palavras, "a montagem e a manutenção são duas coisas que podem eventualmente se prolongar". Elas consideravam que "na montagem havia um pouco de informática", pelo menos do lado material, o que lhes permitia irem sozinhas aos clientes, desde o primeiro trimestre, para instalar e trocar componentes e placas. Uma terceira estagiária adquiriu autonomia parcial com a parte de *hardware*: tendo aprendido a consertar rádios numa oficina eletrônica, trabalhava sozinha em equipamentos como impressora, mas não ainda, por insegurança, na abertura da unidade central do computador. Esses três casos demonstram a importância de experiências anteriores

de manipulação do material,<sup>16</sup> as quais contribuem para anular a tendência à exclusão do lado *hard* do *métier*.

No que se refere à *substituição*, essa situação é exemplificada pelo caso de uma estagiária que considerava estar num momento de ruptura de sua vida profissional, por estar se integrando num outro ambiente de trabalho. Ela estimava ter "virado a página", ou seja, não queria mais trabalhar na sua antiga área, mas continuar na manutenção: "Agora acabou, eu não quero mais ouvir falar de secretariado, eu *virei a página* e me recuso a fazer tarefas desse tipo. Este verão, por exemplo, a secretária saiu de férias e me pediram para ajudar a fazer o trabalho dela, eu aceitei, mas somente durante alguns dias, não mais. Para mim, o secretariado acabou".

Finalmente, a atitude de *rejeição* refere-se àquelas que não integraram o aspecto técnico na sua *representação* profissional. É o caso de uma estagiária que não havia se adaptado ao novo domínio. Após alguns meses de tentativa, ela havia retomado um posto que se aproximava daquele ocupado antes: de digitadora. Ela atendia o telefone do centro de suporte da Info e digitava os dados fornecidos pelos usuários que solicitavam assistência.<sup>17</sup> Sua explicação era de que não se sentia competente para trabalhar nesse domínio e evocava o aspecto técnico do trabalho, que lhe parecia inacessível por causa da complexidade: "Eu gosto muito do tutor... ele não tem nada a ver com isso, mas o trabalho em si é muito técnico para mim".

As estagiárias que não tinham tido experiência anterior em manipulação de material sentiam-se mais atraídas pelo *software*. É como se tivessem necessidade de uma formação mais profunda para tocar o *hardware*, ainda que, na realidade, tarefas como montagem de memória e colocação de placas são, muitas vezes, mais simples que a configuração da máquina ou mesmo do *software*. Uma das manifestações dessa preferência pode ser ilustrada pelo absenteísmo no momento das formações consideradas muito técnicas. A atitude dessas estagiárias era de *rejeição parcial*, porque não mobilizavam competências anteriores, ou essa mobilização não era aparente. Já o caso da estagiária que se encontrava no posto telefônico do centro de suporte referia-se a uma *rejeição total*.

16 Uma estagiária nos diz que "*lá em casa nós somos muito mexeriqueiros, quanto mais a gente mexe nas coisas, melhor fica...*". Neste caso, seu trabalho na Souris a inscreve num hábito familiar, de mexer, manipular o material. Desta forma, há relação lógica entre sua família de origem e seu ambiente profissional. Podemos supor que, numa certa medida, essa adequação ajudou-a a integrar-se no novo ambiente.

17 Não se trata de um trabalho de *hot line*, no qual a pessoa ajuda os clientes por telefone. Na Info, no centro de suporte, o serviço telefônico limita-se a registrar a solicitação do cliente e a repassar o trabalho para os técnicos.

A Tabela 1 contém um balanço quantitativo dos diferentes tipos de atitudes manifestadas pelas estagiárias e permite verificar que, apesar de interiorizar uma maior valorização do aspecto técnico do *métier* do que do de serviços, a maior parte delas havia conseguido resultado satisfatório.

**Tabela 1**  
**Atitude das estagiárias**

| Tipo de atitude    | Quantidade |
|--------------------|------------|
| Integração         | 5          |
| Substituição       | 1          |
| Rejeição parcial   | 3          |
| Rejeição total     | 1          |
| Total <sup>1</sup> | 10         |

(1) Conforme citado no início do artigo, a décima primeira estagiária não estava presente durante o período da pesquisa.

### *A desmitificação do *métier**

O trabalho de agente de manutenção era descrito pelas estagiárias como uma atividade técnica que demandava imediatamente uma certa segurança, porque "não se pode ter medo de abrir, de mexer bastante<sup>18</sup> nas máquinas". Tendo em vista a conotação masculina do trabalho, o aspecto técnico pode amedrontar as mulheres.<sup>19</sup> Quando lhes perguntamos por que esse *métier* atraía pouco as mulheres,<sup>20</sup> as respostas foram neste sentido (sem que isso significasse que elas compartilhavam desse sentimento): "porque elas não se sentem no lugar delas".

Aquelas cuja atitude em relação à profissão era de integração ou substituição explicaram ter sentido certa apreensão no começo, mas que, mais tarde, haviam se adaptado. À medida que o estágio avançava, havia uma certa desmitificação do *métier*: "Não é assim tão complicado, no final das contas. Quando a gente já entrou no ambiente, eu acho que, de fato, todo mundo pode fazê-lo".

18 Na fala da estagiária, "*tripatouiller les machines*".

19 Essa não é uma afirmação nossa, mas uma impressão manifestada pelas mulheres entrevistadas.

20 Através dessa questão, buscávamos verificar se as estagiárias faziam referências a estereótipos sexuais, e, ao mesmo tempo, como elas se distinguiam em relação a esses estereótipos.

Uma estagiária explicou, referindo-se às reações que provocava quando mencionava o seu trabalho: "Elas [as pessoas] perguntam por que, o que fazemos exatamente. E quando se começa a usar termos técnicos a gente amedronta um pouco, e, nesse momento, elas dizem '*aquela ali é muito importante*', quando na realidade não é tudo isso".

Uma outra estagiária declarou: "É verdade que este trabalho foi bastante catalogado como um trabalho de homem, mas não é um problema de força física. Agente de manutenção... isso quer dizer alguém com uma grande cabeça, não um peso leve como as mulheres, é isso que é pensado. Mas não são somente os homens que podem compreender o que há dentro de um computador, não é preciso ser uma bruxa para trocar um disco rígido ou uma placa-mãe, até mesmo os moleques podem fazê-lo".

### **Para não concluir...**

Hoje constatamos que, na manutenção em informática, a noção de serviço permite às mulheres ascender a esse setor. Essa nova noção é importante porque representa um progresso nas representações. De fato, não é mais inconcebível, nos dias atuais, ver uma mulher consertar um computador. A competência técnica pode ser feminina, mesmo que, no momento, restrita à manutenção de primeiro nível. Diretores e tutores parecem dar-se conta disso e procuram valorizar mais o lado relacional. A maior parte, no entanto, parece não ter consciência do processo de substituição de mão-de-obra que está ocorrendo.

Os homens da Info sabem que o futuro é incerto, mas, para eles, essa incerteza repousa sobretudo na idade, elemento que exerce papel ambivalente. Por um lado, se a idade propicia a "*longa experiência*" que eles consideram necessária, por outro, é fator de exclusão: "Porque trabalhamos com multimídia, por exemplo, com máquinas que não as nossas, mas para ir para outras empresas não é fácil. Além do mais, há a questão da idade, elas procuram os jovens".

Esses tutores não estão enganados quanto a essa preocupação. Um diretor, referindo-se ao medo do retorno dos técnicos, que iria ocorrer ao final do estágio das mulheres, assim se manifestou: "Eu estou desesperado, porque vão me devolver velhos trêmulos a 35 mil francos por mês. Elas fazem o mesmo trabalho, e melhor, por 7 mil!".

A questão da idade é prejudicial também às mulheres. Ainda que a idade delas não tivesse aparecido frequentemente no discurso dos tutores e diretores, certos argumentos demonstraram preferência por pessoas mais jovens. Por exemplo, no balanço do primeiro trimestre, um diretor escrevia, a propósito de uma estagiária de 43 anos: "Não adaptada ao posto, mudar... talvez um posto numa linha de montagem". O mesmo diretor declarava na entrevista: "Ela já tem 46 anos e

não é evidente para ela. Coloque um garoto de 7 anos na frente de um computador, ele vai se virar imediatamente. Alguém com **mais de 40** anos já é mais complicado".

Cynthia Cockburn (1983) **revela** que os profissionais de fotocomposição na indústria gráfica associavam a entrada de mulheres com a degradação do trabalho, tanto na composição mecânica quanto na fotocomposição eletrônica. Os depoimentos recolhidos por ela mostram que os homens consideravam que a presença de mulheres no domínio deles provocava a desmitificação do trabalho de composição. Os homens da Info temiam que a informática fosse aberta a **tudo e a todos**. No entanto, apesar da consideração das "mulheres-exceções" e da crença de que a força física **era** indispensável nesse trabalho – expressões ostensivas de relações de gênero –, eles não faziam **menção** direta às mulheres como vetor de desqualificação ou de desmitificação. A resistência manifestava-se contra todos os que se iniciavam na área. Antes de propor o estágio a desempregadas de longa data, a Assoc o havia oferecido a jovens, de ambos os sexos, mas, segundo ela, os tutores e diretores reclamaram que jovens rapazes não tinham senso de responsabilidade e não eram sérios. Este não era o caso das estagiárias. Porém, elas não tinham a **longa experiência** que eles consideravam **necessária**, mesmo para a manutenção de primeiro nível. Faltará sempre, **assim**, alguma coisa naqueles que querem se inserir no seu domínio. **Eles** querem continuar sendo os **únicos** a terem acesso ao saber informático.

No que se refere às estagiárias, seu discurso demonstra a incerteza **diante** do futuro profissional, mesmo entre aquelas melhor integradas. O futuro é apreendido com muita angústia. Duas razões explicam sua **ansiedade**. Em primeiro lugar, já haviam conhecido um período bastante longo de **desemprego**, e sabiam, por conseqüência, das dificuldades de **inserção** profissional. Em segundo lugar, tinham consciência de que encontrar um emprego num **domínio masculino** é mais difícil para uma mulher.

Somê-se a isso o fato de que elas haviam integrado a **representação** dos tutores e dos diretores da **manutenção** em informática. O pessoal que as circundava e as formava no **métier** insistia **amplamente** na importância dos "anos de experiência". Cada indivíduo **era** posicionado hierarquicamente de acordo com sua antigüidade no setor. Essa classificação desempenhava papel ativo na falta de **segurança** das estagiárias em relação à nova profissão. Todas eram conscientes de suas fracas competências, **resultantes da pouca experiência**, e, por isso, não se viam prontas para vender sua **qualificação no mercado de trabalho**, simplesmente porque acreditavam não a possuir. Mesmo que isso não seja verdade, mostramos aqui como elas, **insidiosamente**, se auto-eliminavam do setor. Elas não se sentiam portadoras do mesmo desempenho das

pessoas que as circundavam e que repetiam que, nesse ofício, o que **contava** era a **experiência**.

Quando, ao contrário, as estagiárias tinham a **impressão** de ser **aceitas** no setor pelos tutores e diretores, suas barreiras psicológicas **pareciam** suavizar-se. Também a busca da independência financeira e o desejo de emancipar-se da esfera doméstica para integrar o mundo do trabalho constituíam fatores atenuantes das dificuldades de **inserção**: "É verdade que esse estágio nos permitiu também retomar a vida com as pessoas, ter mais contatos, levantar de manhã, nos preparar para trabalhar. É verdade que quando a gente fica em casa não tem o **mesmo** gosto, o mesmo prazer, a gente não tem vontade de se maquiar, a gente não vê ninguém. A gente fica perdida".

Finalmente, é importante lembrar que esta pesquisa foi feita numa empresa de informática que vivenciou a passagem dos **mainframes** para a microinformática. Acreditamos que outros contextos podem apresentar resultados bastante diferentes. Em vista do que enunciamos, há a hipótese de que o trabalho a que nos referimos nesta pesquisa seja mais **valorizado** nos seguintes casos: 1) em empresas nas quais a informática não é a atividade principal, mas um departamento interno ou subcontratado – neste caso, o serviço do técnico que recoloca em funcionamento o computador pode ser valorizado; 2) em empresas (de informática ou não) que não conheceram os **mainframes**, porque essas velhas máquinas centralizadas fixaram a idéia de um computador-diva (Breton 1990), e a ruptura representada pela microinformática provoca a nostalgia do poder simbólico que a casta dos profissionais de informática detinha.

Seria, ainda, útil conhecer a representação dos usuários em relação à presença de mulheres na área de informática.

Recebido em agosto de 1997.

Cleli Elena Rapkiewicz, doutoranda do  
Programa de Engenharia de  
Sistemas e Computação da Coordenação  
de Programas de Pós-Graduação  
em Engenharia da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro.  
Natacha Djani, doutoranda,  
Université de Toulouse.

## Bibliografia

- Abric, J. C. (1994). "Les représentations sociales: aspects théoriques". In: *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France. pp. 11-36.
- Breton, P. (1990). *Une histoire de l'informatique*. Paris: Seuil.
- Cockburn, C. (1983). *Brothers: male dominance and technological change*. London: Pluto Press.
- Dares (1997). "L'impact du contrat initiative emploi sur les modes de recrutement des entreprises". *Premières informations et premières synthèses*, 4 (1): 1-7.
- Doniol-Shaw, G. (1988). "Le rapport des ouvrières à la technique: une construction sociale à analyser". *Cahiers de l'APRE*, n° 7: 164-171.
- Ferrand, M. (1994). "A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina". *Estudos Feministas*, n° especial: 358-367.
- Godelier, M. (1982). *La production des grands hommes: pouvoir et domination masculine chez les Baruya de Nouvelle-Guinée*. Paris: Fayard.
- Giddens, A. (1994) *Les conséquences de la modernité*. Paris: L'Harmattan.
- Hirata, H. e Rogera, C. (1988). "Technologie, qualification et division sexuelle du travail". *Revue Française de Sociologie*, n° 29: 171-192.
- Humphrey, J. (1987). *Gender and work in the Third World: sexual division in Brazilian industry*. London: Tavistock Publications.
- INSEE (1995). *Les femmes: contours et caractères*. Paris: Service des Droits des Femmes.
- Kergoat, D. (1989). "Lutas operárias e relações de sexo: sobre a construção do sujeito coletivo no universo do trabalho operário". In: Seminário Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão: comparações internacionais. *Anais...* São Paulo. pp. 257-274.
- Maruani, M. (1987). "Du travail à l'emploi: l'enjeu de la mixité". *Sociologie du travail*, n° 2: 237-250.
- McNeil, M. (dir.). (1987). *Gender and expertise*. London: Free Association Books.
- Messing, K., Courville, J. e Vézina, N. (1991). "Minimising risks for women in non-traditional jobs". *New Solutions*, printemps: 66-70.
- Mitter, S. (1995). "Information technology and working women's demands". In: Mitter, S. et Rowbotham, S. (dir.). *Women encounter technology: changing patterns of employment in the Third World*. London: Routledge. pp.19-43.
- Tabet, P. (1979). "Les mains, les outils et les armes". *L'Homme - Revue Française d'Anthropologie*, n° 19: 3-62.
- Vézina, N. e Courville, J. (1992). "Integration of women into traditionally masculine jobs". *Women & Health*, 18 (3): 97-118.

## Balanços

## Gênero e trabalho: bibliografias internacionais

As bibliografias internacionais que compõem este "Balanço" possuem, sem dúvida, um valor inestimável para os pesquisadores que, em suas análises sobre o mundo do trabalho, procuram estar atentos(as) aos condicionantes que advêm da natureza das relações sociais de gênero. Alemanha, Inglaterra, Itália, Espanha, Canadá, Portugal, Bélgica (francófona e flamenga), Suíça, Holanda, Dinamarca, Suécia, Europa Central, Brasil, América do Sul (hispanófono), China e Japão formam um rico leque de realidades distintas, às quais podemos ser introduzidos através das referências selecionadas pelos especialistas convidados para a montagem da série.

Tais bibliografias, encomendadas pelo Mage – Groupment de Recherche "Marché du Travail et Genre" (Iresco-CNRS), foram originalmente veiculadas entre os números 1/1996 e 3-4/1997 do *Cahiers du Mage*, publicação trimestral do Grupo. A editoria da *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo* agradece ao Mage pela autorização para que pudéssemos difundir a série "Bibliographies Internationales" neste número dedicado aos estudos de gênero.

## Alemanha

Por Beate Kraiss  
socióloga

Technische Hochschule Darmstadt

- Becker-Schmidt, R., Knapp G.-A. (éds) (1995). *Das Geschlechterverhältnis als Gegenstand der Sozialwissenschaften*. Frankfurt, New York, Campus.
- Beckmann P., Engelbrech, G. (éds) (1994). *Arbeitsmarkt für Frauen 2000 - Ein Schritt vor oder ein Schritt zurück?* Beiträge zur Arbeitsmarkt - und Berufsforschung, n°179. Nürnberg, Institut für Arbeitsmarkt - und Berufsforschung der Bundesanstalt für Arbeit.
- Deutsche Forschungsgemeinschaft, Senatskommission für Frauenforschung (1994). *Sozialwissenschaftliche Frauenforschung in der Bundesrepublik Deutschland. Bestandsaufnahme und forschungspolitische Konsequenzen*. Berlin, Akademie-Verlag.
- Frevert, U. (1995). *Mann und Weib und Mann. Geschlechterdifferenzen in der Moderne*. München, Beck.

- Geenen, E. M. (1995). *Blockierte Karrieren: Frauen in der Hochschule*. Leverkusen, Leske & Budrich.
- Gensior, S. (1995). *Vergesellschaftung und Frauenerwerbstätigkeit: Ost-West-Vergleiche*. Berlin, Sigma.
- Höpflinger, F. (1994). *Frauen im Alter - Alter der Frauen. Ein Forschungsossier*. Zürich, Seismo.
- Milz, H. (1994). *Frauenbewußtsein und Soziologie. Empirische Untersuchungen von 1910 - 1990 in Deutschland*. Opladen, Leske & Budrich.
- Nave-Herz, R. (1994). *Die Geschichte der Frauenbewegung in Deutschland*. 4ème éd. rév. Opladen, Leske & Budrich.
- Seidenspinner, G., Keddi B., Wittmann S., Gross M., Hildebrandt K. et Strehmel P. (éds) (1995). *junge Frauen heute - wie sie leben, was sie anders machen. Ergebnisse einer Längsschnittstudie in Ost und West*. Leverkusen, Leske & Budrich.
- Trappe, H. (1995). *Emanzipation oder Zwang? Frauen in der DDR zwischen Beruf, Familie und Sozialpolitik*. Berlin, Akademie-Verlag.
- Wetterer A. (1995). *Die soziale Konstruktion von Geschlecht in Professionalisierungsprozessen*. Frankfurt, New York, Campus.
- Winter, R. (1994). *Frauen verdienen mehr. Zur Neubewertung von Frauenarbeit im Tarifsystem*. Berlin, Sigma.

### Bélgica francófona

Por Monique Chalude  
socióloga

Chalude, Vandecappelle & Associates

- Beauchesne, M.-N., Zaïd, L. et Vogel-Polsky, E. (org.) (1994). *Women's Studies*. Bruxelles, Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles - Programme de Recherche en Sciences Sociales, septembre. 249 p. (Manual de recursos, em colaboração com os seminários do Comissariado Geral de Relações Internacionais da Comunidade Francesa da Bélgica).
- Belin E., et al. (1995). *Le sens au quotidien. Recherche avec des jeunes femmes en situation précaire*. Bruxelles, Services Fédéraux des Affaires Scientifiques, Techniques et Culturelles. 197 p. (Programme de Recherche en Sciences Sociales de SSTC -1990-1994).
- Chalude, M. (1994). "La gestion de carrière au féminin". *Gestion 2000*, v.10, n.6, pp. 96-105.
- Service d'Études de l'Interrégionale Wallonne de la FGTB (1993). *L'emploi dans tous ses états. Réduction du temps de travail, prépension, temps partiel, pause-carrière, travail intérimaire... Analyse et positions*. Bruxelles, février. 65 p.
- Gubin, E. et Richard, F. (1994). "Le travail des femmes à Bruxelles et à Marseille (1840-1960). Regards croisés". *Documentation Bruxelloise*, n.3. 150 p.
- Hecq, C. et Meulders, D. (1993). *Fixation des salaires et ségrégation sexuelle de l'emploi en Belgique*. Bruxelles, Département d'Economie Appliquée de l'Université Libre de Bruxelles (Dulbea), Avril. 170 p. (Relatório final).

- Hecq, C., Meulders, D. et Ruz Torres R. (1994). *L'évolution des modalités et de la durée du travail des hommes et des femmes: vers une intégration ou une segmentation du marché du travail*. Bruxelles, Département d'Economie Appliquée de l'Université Libre de Bruxelles (Dulbea), avril. 116 p. + annexes. (Estudo realizado pela Unidade Igualdade de Oportunidades da DGV das Comunidades Europeias - Grupo de especialistas "As mulheres e o emprego").
- Les Hommes, le temps professionnel, familial et ménager* (1996). Editions Savoir+ Cerinm, v.I (126 p.) et v.II (126 p.).
- Plasman, R. et al. (1994). *Les femmes d'Europe sur le marché du travail*. Paris, L'Harmattan, Coll. "Logiques Sociales". 293 p. (Série Démographie).
- Plasman, R. et al. (1994). *Le travail de nuit des femmes*. Bruxelles, avril/mai. 78 p. (Chronique Féministe, n.52).
- Plasman, R. et al. (1994). *Le travail des femmes*. Bruxelles, Editions Complexe. 153 p. (Les Cahiers du GRIF).

### Bélgica flamenga

Por Monique Chalude  
socióloga

Chalude, Vandecappelle & Associates

- Demeester, W., Neefs, E. (1991). Het glazen plafond. Vrouwen in de belgische financiële wereld, Lannoo, Tielt. 139 p.
- Denys, J. (1991). Winnaars en verliezers op de arbeidsmarkt. *Synthese*, Hoger Instituut voor de Arbeid, KU Leuven, Leuven. 48 p.
- van Haegendoren, M. (Org.) et al. (1994). *Handboek vrouwenstudies. Een leidraad voor onderzoek in Vlaanderen*. Steunpunt Women's Studies - UIA, Antwerpen, Federale Diensten voor Wetenschappenlijke, Technische en Culturele Aangelegenheden, setembro, 295 p.
- Rubery, J., de Bruijn et Maruani M. Waardering en beloning van vrouwenwerk: de rol van de functie- en loonclassificaties, Wilrijk, Steunpunt, Women's Studies, 57 p.

### Dinamarca

Por Karen Sjørup  
socióloga  
Universidade de Roskilde

Esta bibliografia compreende apenas publicações recentes (1993-1996) traduzidas para o inglês. A maioria das obras e publicações foi escrita em dinamarquês, não sendo acessível, assim, a um público internacional.

#### 1. Os empregos compatíveis com a vida familiar

As dinamarquesas representam uma parte importante da população ativa, principalmente aquelas que estão em idade fértil, entre 20

e 40 anos. Ao mesmo tempo, a taxa de fecundidade no país, bastante elevada se comparada à dos países "católicos" do sul da Europa, está aumentando. Este fato contribuiu para conferir um lugar central ao desenvolvimento de políticas de emprego "compatíveis com a vida familiar".

Holt, H. et Thaulow, I. (1995). *Family friendly workplaces*. Copenhagen, The National Institute of Social Research.

Holt, H. et Thaulow, I. (1996: 12). *Reconciling work and family life, an international perspective on the role of companies*. Copenhagen, The National Institute of Social Research.

Lis, H. (1995). *Workplace culture and the reconciliation of family and work life*. Université de Copenhagen.

Lis, H. (1995). *Working fathers caught in the web of the symbolic order of gender*. Université de Copenhagen.

## 2. Dispendio de tempo e produção doméstica

Bonke, J. (1993). *Household production and national accounts*, v.93-07, Université de Copenhagen.

## 3. As mulheres nos empregos tradicionalmente masculinos

Nos anos 80, o desemprego feminino elevou-se na Dinamarca. Consequentemente, muitos estudos foram realizados para conceber estratégias que visassem o acesso das mulheres a empregos tradicionalmente masculinos. Como em muitos outros países europeus, essas estratégias parecem ter fracassado na Dinamarca. As mulheres tendem a não entrar em competição com os homens com o mesmo nível de formação: elas tendem, mais abertamente, a entrar no mercado de trabalho com um nível de formação mais elevado, sendo que, atualmente, num nível superior ao dos homens. Um estudos escandinavo que aborda essa questão foi realizado:

Ahlgren, M. et Dahlerup, D. (1990). *The Nordic Byst-Project*. (Relatório final)

## 4. As mulheres num mercado de emprego segmentado

Alguns autores se debruçaram sobre o tema do acesso das mulheres ao mercado de trabalho à luz das teorias do mercado de trabalho:

Boje, T. (1995). *Changing patterns of work and work-time for men and women*. Roskilde, Denmark, Forlaget Samfundsøkonomi og Planlægning.

Boje, T. (1995). *Employment and mobility in a gender perspective*. Roskilde, Denmark, Forlaget Samfundsøkonomi og Planlægning.

Emerek, R. (1995). *On the subject of measuring women's and men's participation in the labour market*. Feminist Research Center, Aalborg University, Denmark.

## 5. Gênero e formação de adultos

A questão do gênero na formação contínua e na formação profissional dos adultos foi uma preocupação central, particularmente ao longo dos anos 80, quando a taxa de desemprego se elevou na Dinamarca. Estava em questão o problema da formação das mulheres sem qualificação, desejosas de obter um emprego mais qualificado ou de progredir na sua carreira. Nos anos 90, um outro aspecto igualmente relevante referia-se à forma de acesso dos homens a qualificações que lhes propiciassem emprego no ramo das atividades sociais no setor público. Tal era o caso, em especial, dos homens que, estando desempregados, procuravam trabalho naqueles ramos do setor público em que eram mais baixas as taxas de desemprego.

Weber, C. (1996). "A psycho dynamic approach to adult learning - and a case of masculinity and social work". In: Henning Salling Olesen & Palle Rasmussen. *Theoretical issues in adult education*. Danish Research and Experiences, Roskilde University Press.

## 6. Diferenças salariais entre os sexos

Um grupo de pesquisadores vinculados à Escola de Comércio Arthus Business School e ao Centro de Pesquisa Mercado de Trabalho e Ciências Sociais dedicou-se ao estudo do fenômeno da discriminação salarial entre os sexos. Esse grupo de pesquisa tem numerosas publicações sobre a questão.

### - Rendimentos de homens e de mulheres

Naur, M et Smith, N. *Cohort Effects on the Gender Wage Gap in Denmark*, Rapport d'étude 96-05, Centre de Recherche Marché du Travail et Sciences Sociales.

Este estudo tem interesse centrado na evolução da discriminação salarial entre as diferentes faixas etárias na Dinamarca. Ele demonstra que a diferença salarial entre classes de idade é relativamente constante. Entretanto, as causas da discriminação diferem de acordo com as faixas etárias. No grupo mais velho, a discriminação se explica pela ausência de "capital humano" e de formação, enquanto que entre os mais jovens ela se deve à diversidade de localização do indivíduo na estrutura setorial do emprego.

Ebbe Krogh Graversen. *Male and Female Labour Supply in Denmark*, Rapport d'étude 96-15, Centre de recherche Marché du Travail et Sciences Sociales, Arthus 1996.

Estudo econométrico que calcula a oferta de trabalho na Dinamarca entre mulheres e homens, casados e solteiros. Esse estudo utiliza o modelo matemático denominado "duplo obstáculo" e simula os resultados das reformas, recentemente debatidas no país, sobre o imposto e as transferências sociais.

– *Estrutura salarial e sistema de determinação e identificação de suas implicações para as diferenças de salários entre os sexos*

Rosholm, M. et Smith, N. *The Danish Gender Gap in the 1980's: a Panel Data Study*, Rapport d'étude 94: 2, Centre de Recherche Marché du Travail et Sciences Sociales, Arthus 1994.

Este estudo volta-se para a evolução da discriminação salarial após o início da vigência da lei da igualdade salarial, em 1976. Desde então, a diferença entre os salários foi, de fato, ligeiramente aumentada entre operários e operárias não-especializados do setor privado e se manteve relativamente constante entre os operários e operárias não-especializados do setor público. Entretanto, em comparação com outros países, é pequena a desigualdade salarial na Dinamarca.

## Espanha

Por Teresa Torns  
socióloga  
Universidade de Barcelona

Carasco, C., Borderias, C. (1994). "Carme Alemanay (comp.)." *El trabajo de las mujeres*, Barcelona, Fuhem-Icaria.

CES (Consejo Economico y Social) (1994). *La situación de la mujer en la realidad socio-laboral española*. Madrid, CES - Colección Informes, n.3.

INEM (1995). "Observatorio del Mercado de Trabajo". *Análisis de la situación de las mujeres en el mercado de trabajo de la provincia de Barcelona*, Barcelona, Inem.

Saez Lara, C. (1994). *Mujeres y mercado de trabajo: las discriminaciones directas e indirectas*. Madrid, CES.

Torns, T., Carrasquer, P., Romero A. (1995). *El perfil socio-laboral del paro femenino en España*. Madrid, Instituto de la Mujer.

## Inglaterra

Por Jill Rubery  
economista

Manchester School of Management, UMIST

Dale, A., Egerton, M. (in association with H. Joshi and H. Davies) (1995). *Highly educated women: the evidence from the national child development study*. CCSR, University of Manchester.

Dex, S., Clark, A., Taylor M. (1995). *Household labour supply*. Employment Department. (Research Series, n.4).

Dex, S., McCulloch, A. (1995). *Flexible employment in Britain: a statistical analysis*. Equal Opportunities Commission. (Discussion Series, n.15).

Humphries, J., Rubery J. (eds) (1995). *The economics of equal opportunities*. Manchester, Equal Opportunities Commission.

Rubery, J. (1995). "Internal labour markets and equal opportunities: women's position in banks in European countries". *European Journal of Industrial Relations*, 1, 2, 203-227. July.

Rubery, S., Fagan C. (1995). "Gendered relations in societal context". *Work, Employment and Society*, v.9, n.2, pp. 217-240, June.

Scott, A. (ed) (1994). *Gender segregation and social change: men and women in changing labour markets*. Oxford, Oxford University Press.

Siltanen, J. (1994/95). *Locating gender*. London, UCL Press.

## Itália

Por Pina Madami  
socióloga

Diretora da revista *Pari e Dispari*, Milan

Annuario 5 (1995). "Valutazione e classificazione dei lavori delle donne". *Pari e Dispari*, Franco Angeli Editore.

Autori Vari (1995). *Informazione, promozione, divulgazione di Azioni Positive per la realizzazione delle pari opportunità uomo-donna*. Ires Piemonte.

Autori Vari (1995). *IT - Interpretazioni tendenziose*. Ediesse Edizioni.

Bergamaschi, M., Omodei Zorini, E., Schweizer, K. (1995). *Un benessere insopportabile*. Collana Pari e Dispari, Franco Angeli Editore.

Biadene, S., Piazza M., Acone, V., Cacioppo, M. (1994). *Modelli territoriali e differenze di genere*. Ed. Feltrinelli.

David, P., Vicarelli, G. (1994). *Donne nelle professioni degli uomini*. Franco Angeli Editore.

Fiordelli, A., Nuges G. (1995). *Trovare lavoro non è solo questione di fortuna*. Franco Angeli Editore Trend.

Giorgetti, R. (1994). *Un itinerario tra le istituzioni: la nuova legge di parità nel lavoro*. Franco Angeli Editore.

Mapelli, B. (1994). *Desideri e immagini di futuro*. Franco Angeli Editore.

- Piva, P. (1994). *Il lavoro sessuato*. Ed. Anabasi.
- Osservatorio del Lavoro (1995). *Telegramma donne*. Ed. Regione Lombardia.
- Piazza, M. (1995). *Donne alla ricerca di lavoro: contesti sociali e risorse personali*. Ed. Regione Lombardia.

### Países Baixos

Por Monique Chalude  
socióloga

Chalude, Vandecappelle & Associates

- Atabek, E. (1995). "Women in top management: the case of female top managers in some dutch public sector organizations. A comparative study with male top managers". Enschede, Universiteit Twente.
- Benschop, Y. (1996). *De Mantel der Gelijkheid: Gender in organisaties*. Assen, Van Gorcum.
- Blees-Booij, A. (1994). *Culturele en economische beroepsstatus van mannen en vrouwen. Een tweedimensionele ordening*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- Blom, R. J. (1995). *Zakenvrouwen. Vrouwenzaken*. Den Haag, Graydon Nederland.
- Bock, B., de Jong, A. (1993). *Carrières van vrouwen en mannen: een vergelijkend onderzoek naar loopbaanpatronen van vrouwen en mannen in hogere functies bij de rijksoverheid*. Den Haag, Bureau de Jong & van Doorne-Huiskes.
- Bouw, C. e.a. (1991). *Macht en onbehagen: veranderingen in de verhoudingen tussen vrouwen en mannen*. Amsterdam, SUA.
- de Bruijn, J., Cyba, E. (1994). *Gender and Organizations. Changing Perspectives. Theoretical Considerations and Empirical Findings*. Amsterdam, VU University Press.
- Demenint-de Jongh, M. (1989). *Arbeidsduur, organisatie en Emancipatie*. Culemborg, Lemma.
- Doornenbal, J. (1996). *Ouderschap als onderneming: moeders en vaders over opvoeden in de jaren negentig*. Rijksuniversiteit Groningen - Utrecht: Van Arkel.
- Droogleever-Foortuijn, J. (1993). *Een druk bestaan: tijds besteding en ruimtegebruik van tweeverdieners met kinderen*. Amsterdam, Amsterdam Universiteit Press.
- Haagsma, R. (1996). *Economische groei, duurzaamheid en emancipatie: een economische verkenning*. Emancipatie Raad - Den Haag.
- Jorna, A. en Offers, E. (1994). *Jonge vrouwen werken aan hun toekomst. De invloed van de kwaliteit van de arbeid op de loopbaanontwikkeling van laaggeschoolde jonge vrouwen*. Amsterdam, SUA.
- van Lenning, A., Meijer, I. en Tonkens, E. (1996). *Wel feministisch, niet geëmancipeerd: feminisme als nieuwe uitdaging*. De Harde Kern - Amsterdam: Contact.
- Meijer, J.N., Kokx, A.C.W., Van Uxem, F.W. (1995). *Meewerken: een kwestie van ondernemen: verslag van een onderzoek naar de positie van meewerkende vrouwen in het midden- en kleinbedrijf*. Economisch Instituut voor het midden- en kleinbedrijf (EIM).

- van Oost, H., Pasveer, B. (1996). "Gender technology". Themanummer in Kennis en methode, pp. 5-151.
- Plantenga, J. (1996). "For women only?: the rise of part-time work in the Netherlands". *Social Politics*, pp. 57-72.
- Vogels, R. (1995). *Continuïteit en discontinuïteit in de loop banen van vrouwen*. Tilburg, Tilburg University Press.
- Wieling, M. (1996). "Trends in de kwaliteit van de arbeid van mannen en vrouwen 1986-1993". In: *Sociaal Culturele Berichten*, 2, pp. 3-22.
- Winnubst, J.A.M., Schabracq M.J. en Gerrichhauzen J. (1995). *Arbeid, levensloop en gezondheid*. Utrecht Lemma.

### Portugal

Por Virginia Ferreira  
socióloga

Universidade de Coimbra - Portugal

- Araújo, H. (1995). "As professoras primárias e as suas histórias de vida: das origens aos primeiros anos de vida profissional". *Educação, Sociedade e Culturas*, 3, 7-36.
- Brassloff, A. (1995). "Portuguese women between revolution and recession: gender in decision making and employment". *Journal of Area Studies*, 6, Spring, pp. 83-95.
- Canço, D. (1996). *As mulheres no Censo de 1991*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.
- Ferreira, V. (1994). "L'emploi des femmes dans les pays semi-périphériques de l'Europe. Analyse du cas portugais". *Cahiers du Gedisst* 9/10, 1994, pp.5-31.
- Ferreira, V. (1995). "Clerical Work, gender and technological change in Portugal". In: W. Littek and T. Charles (eds.). *The new division of labour - emerging forms of work organisation in international perspective*, Berlin, New York, De Gruyter, pp. 419-435.
- Lopes, M., Perista, H. (1996). *Tendências e perspectivas para o emprego feminino nos anos 90*. Lisboa, CISEP, Rede de Peritos sobre a Posição das Mulheres no Mercado de Trabalho.
- Silva, M., Perista, H. (1995). *As portuguesas e a União Europeia - prospectiva para a acção*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres.

### Suécia

Por Boel Berner  
socióloga

Université de Linkoping - Suécia

- Acker, Joan, (1990). "Thinking about wages: women's work in Swedish banks". *Gender & Society* v.5, n.3, pp. 390-407.
- Aspects of women's entrepreneurship*. NUTEK 1996:10. Stockholm.
- Baude, Annika (1992). *Kvinnans plats p   jobbet*. SNS F  rlag, Stockholm. (O lugar das mulheres no trabalho).

- Berner, Boel (1992). "What is the use of training? The comparative context of qualification, education and work". In: T. Halvorsen & O. J. Olsen (eds). *Det kvalifiserte samfunn?* Ad Notam/Gyldendal, Oslo.
- Berner, Boel (ed). (1997). *Gendered practices. Feminist studies of technology and society*. Almqvist & Wiksell International, Stockholm.
- Berner, Boel (1996a). *Sakernas tillstånd: Kön, klass, teknisk expertis*. Carlssons förlag, Stockholm. (O estado das coisas: gênero, classe, competência técnica).
- Berner, Boel (1996b). "Professional or wage worker? Engineers and economic transformation in Sweden". In: Peter Meiksins & Chris Smith (eds). *Engineering labour: technical workers in comparative perspective*. London, Verso, pp.168-195.
- Forsberg, Gunnel (1994). "Occupational sex segregation in a women friendly society - the case of Sweden". *Environment and Planning A* 26, pp. 1235-56.
- Goodman, Sara (1995). *Gender, technology and knowledge*. Diss. Department of Sociology, Lund University.
- Gunnarsson, Ewa & Trojer, Lena (ed). (1994). *Feminist voices on gender, technology and ethics*. Center for Women's Studies, Lulea.
- Gustafsson, Siv och Bruyn-Hundt, Marga (1992). "Incentives for women to work: a comparison between the Netherlands, Sweden and West Germany". *Journal of Economic Studies*, 18, pp. 30-65.
- Gustafsson, S. (1992). "Separate taxation and married women's labour supply". *Journal of Population Economics*, v.5, pp. 61-85.
- Jonung, Christina och Persson, Inga (1993). "Women and market work: the misleading tale of participation rates in international comparisons". *Work, Employment and Society*, 7, pp. 259-74.
- Kvinnors arbetsmarknad. 1990-talet - återtågets årtionde?* Ds 1993:8, Department of Labour, Stockholm. (O mercado de trabalho para as mulheres - anos 1990: uma década de retrocesso?).
- Löfström, Åsa och Gustafsson, Siv (1991). "Policy changes and women's wages in Sweden". In: Steven L. Willborn (ed). *Stability and change in six industrialized countries. International review of comparative public policy*, v. 3.
- Löneskillnader och lönediskriminering*. SOU 1993:7, Stockholm. (Diferenças salariais e discriminação salarial).
- Mäns föreställningar om kvinnor och chefskap*. SOU 1994:3, Stockholm. (Visões masculinas sobre mulheres e liderança).
- Mellström, Ulf (1995). *Engineering lives: technology, space and time in a male-centered world*. Diss. Department of Technology and Social Change, Linköping University.
- Nyberg, Anita (1996). "Arbetsstider ur jämställdhets- och familjesynpunkt". SOU 1996:145, Bilaga 10. (As horas de trabalho numa perspectiva da família e da equidade).
- Nyberg, Anita, 1994. "The social construction of married women's labour-force participation: the case of Sweden in the Twentieth century". *Continuity and Change* 9 (1), pp. 145-156.
- Pettersson, L. (1996). *Ny organisation, ny teknik - nya genusrelationer?*. Diss. Department of Technology and Social Change, Linköping University. (Nova organização, nova tecnologia - novas relações de gênero?).
- Sundin, Elisabeth (1993). *Ny teknik i gamla strukturer*. Nerenius & Santérus, Stockholm. (Nova tecnologia em velhas estruturas).
- Sundin, Elisabeth (1995). *Teknik och organisation i teori och praktik*. Nerenius & Santérus, Stockholm. (Tecnologia e organização na teoria e na prática).

- Sundin, Elisabeth & Berner, Boel (eds). (1996). *Från symaskin till cyborg: Genus, teknik och social förändring*. Nerenius & Santérus, Stockholm. (Da máquina de costura ao cyborg: gênero, tecnologia e mudança social).
- Svensson, Lars (1995). *Closing the gender gap. Determinants of change in the female-to-male blue collar wage ratio in Swedish manufacturing 1913-1990*. Diss. Department of Economic History, Lund University.
- Tählin, Michael (1993). "Class inequality and post-industrial employment in Sweden". In: Gosta Esping-Andersen (ed). *Changing Classes: Stratification and mobility in post-industrial societies*. London, Sage.
- Utredningen om kvinnors arbetsmarknad*. SOU 1996:56. Stockholm. (O mercado de trabalho das mulheres).
- Wahl, Anna (1993). *Könsstrukturer i organisationer: Kvinnliga civilekonomers och civilingenjörers karriärutveckling*. Diss. EFI, Stockholm. (Estruturas de gênero em organizações).
- Wikander, Ulla (1988). *Kvinnors och mäns arbeten: Gustavsberg 1880-1980*. Arkiv, Lund. (O trabalho de mulheres e homens: Gustavsberg 1880-1980).
- Women and men in the Nordic countries. Facts and figures 1994*. Nord 1994:3, Nordic Council of Ministries, Copenhagen.

## Suiça francófona

Por Magdalena Rosende  
socióloga  
Université de Lausanne

### Livros

- Jobin, C. (1995). *Entre les activités professionnelles et domestiques: la discrimination sexuelle*. Lausanne, Editions d'En Bas.
- Messant-Laurent, F. (avec la collaboration de Buhmann, B. et Marti, L.) (1993). *Travailler la nuit et le week-end ? enjeux et prises de position autour du projet de révision de la Loi sur le travail*. Zürich, Ed. Selsmo - Sciences Sociales et Problèmes de Société.
- Office Fédéral de la Statistique (Ed.) (1994). *La situation des femmes et des hommes sur le marché du travail. Une analyse des données de l'enquête suisse sur la population active 1991*. Berne, OFS, Statistique de la Suisse.
- Office Fédéral de la Statistique (Ed.) (1995). *L'enquête suisse sur la population active (ESPA). Résultats commentés et tableaux 1994*. Berne, OFS, Statistique de la Suisse.

### Artigos

- Messant-Laurent, F. (1991). "Evolution du travail féminin: de la production artisanale au monde des bureaux". In: *Femmes et travail*. Lausanne, Réalités Sociales, pp.41-55. (Trabalhos reunidos por Béatrice Despland).
- Messant-Laurent, F. (1991). "Travail féminin, réalité et représentation: quelques aspects de la relation entre sphère privée et monde du travail". *Présences*, Pully, n.38, pp. 90-105.
- Messant-Laurent, F. (1995). "Travailler au féminin? Certes, mais à quel prix". *Campus*, n.27, Université de Genève, pp. 20-21.

Rosende, M. et Messant-Laurent, F. (1996). *Chômage et emploi féminins: entre visibilité et instabilité*. (A ser publicado na revista *Traverse*).

### Pesquisas

- Dellsperger, C. (1995). *Le travail atypique des femmes en Suisse. Travail féminin et formes d'emploi*. Genève. (Relatório final de pesquisa financiada por FNRS no quadro do PNR 35).
- Flückiger, Y. (1995-97). *Analyse économique des causes des inégalités salariales entre hommes et femmes en Suisse*. (Relatório final de pesquisa financiada por FNRS no quadro do PNR 35, abril 1995-março 1997).
- Flückiger, Y. *La ségrégation professionnelle en Suisse: une analyse des résultats du Recensement Fédéral de la Population de 1990*. (Pesquisa financiada por FNRS).
- Goldschmidt-Clermont, L., Pagnossin-Algisakis, E., Samii-Itemad, C. (1995). *Valorisation monétaire du travail ménager*. (Relatório final de pesquisa financiada por FNRS no quadro do PNR 35, janeiro 1995-dezembro 1995).
- Gonik, A.V., Von Allmen, M., Bastard, B. (1995). *Femmes et hommes dans l'entreprise, postes de travail, horaires et réseaux professionnels*. (Relatório final de pesquisa financiada por FNRS no quadro do PNR 35, abril 1993-setembro 1995).
- Joye, C. (em colaboração com Cmür M.). *Le rôle joué par les stéréotypes sexuels dans le choix de candidats pour des postes de manager*. (Pesquisa pessoal realizada no quadro da Universidade de Genebra).

### Dissertações não publicadas

- Lieber Diebold, M., *Deux ou trois choses que je sais d'elles: à propos de la contingence du travail féminin*. Dissertação de Mestrado, Lausanne, Faculté Sciences Sociales et Politiques/ Université de Lausanne, 1995.
- Rosende, M. (1993). *A propos de la ségrégation professionnelle. Étude sociologique du travail féminin auprès de l'administration cantonale vaudoise*. Monografia de graduação, Lausanne, Faculté des Sciences Sociales et Politiques/ Université de Lausanne.

### Europa Central

Por Ariane Pailhé  
economista  
Université Paris 1 - Roses

Esta bibliografia abarca somente as obras ou artigos em língua inglesa ou francesa. Vários estudos, especialmente de organismos internacionais, fornecem um panorama relativamente completo da posição das mulheres nas sociedades centro-europeias. A literatura dos anos 70 e 80 estuda principalmente o vínculo entre emancipação e socialismo, de um lado, e fecundidade e atividade, de outro. As análises atuais, tanto econômicas quanto sociológicas, concentram-se no

estudo das desigualdades no mercado de trabalho, que se exprimem mais abertamente nas situações de mudança, dedicando-se ainda às questões da cidadania e da representação política.

### Liros em geral

- Eberhardt, E. (1991). "Femme en Hongrie". *Cahier de Femme d'Europe, Commission des Communautés Européennes*, n.32.
- Ministry of labour (1995). "National report of the Republic of Hungary". Budapest. (Comunicação preparada para a *United Nations Fourth World Conference on Women*, Budapest).
- National Report of the Czech Republic (1995). (sobre o status da mulher na República Checa; para a sessão preparatória regional da Comissão Econômica Europeia, Viena, 17-21 out., 1994 e para a Quarta Conferência sobre as Mulheres, Pequim, set. 1995).
- Nations Unies (1994). *Le rôle des femmes dans le processus de transition: comment relever un défi décisif*. (Conselho Econômico e Social, reunião preparatória regional de alto nível para a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, Viena, 17-21 out. 1994).
- Unesco (1994). "Gains and losses. Women in transition in Central and Eastern Europe". *European Network for Women's Studies*, Bucharest, Metropol.
- Unicef (1994). *Women and gender in countries in transition: a UNICEF perspective*. October.

### Condição feminina e comunismo

- Central Statistical Office (1989). *Women in present-day Hungarian society*. Budapest.
- Corrin, C. ed. (1992). *Superwomen and the double burden: women's experience of change in Central and Eastern Europe and the former Soviet Union*. London, Scarlet Press.
- Lemareshquier, M., Schreiber, T. (1974). "La condition féminine en Europe de l'Est". *Notes et Etudes documentaires*, n. 4092, mai.
- Molyneux, M. (1981). "Women's emancipation under socialism: a model for the third world?". *World development*, n.9/10.
- Rind, A. (1980). *Etre femme à l'Est*. Paris, Stock.
- Scott, H. (1974). *Does socialism liberate women?*. Boston, Beacon Press.

### Fecundidade e oferta de trabalho

- Barta, B., Klüsger, A., Miltenyi, K., Vukovich, G. (1986). *Fertility, female employment and policy measures in Hungary*. Geneva. (ILO Collection).
- Bedrova, V., and Anker R. (eds.). (1992). *Working women in socialist countries: the fertility connection*. Geneva. (ILO Collection).
- Berent, J. (1976). "Aspects démographiques de l'emploi des femmes en Europe orientale et en URSS". *Revue internationale du Travail*, v.1, n.2, février.
- Fritz, J. (1984). "Female labor force participation in Eastern Europe: an analytical framework". *Humanity and Society*, v.8, n.2.

### Evolução do status das mulheres na transição

- Aniamik, M. (1991). "Hungary: a lost of rights?", *Feminist Review*, n.39.
- Baalsrud, E. S. (1992). *Free or Equal? Female voices from central and Eastern Europe*. Norwegian equal Status Council, n.2.
- Bren, P. (1992). "The status of women in post-1989 Czechoslovakia". *RFE/RL Research Report*, v.1, n.41.
- Cahiers du Gediss (1995). *Transition en Europe de l'Est: main d'oeuvre et citoyennes de seconde zone?*, n.12.
- Cermakova, M. (1995). *Women, work and society*. Institute of Sociology, Academy of Sciences of the Czech Republic. (Working Paper n.4).
- Rai, S., Pilkington, H., Phizacklea, A., eds. (1992). *Women in the face of change*. London, Routledge.
- Stastna, J. (1995). "New opportunities in the Czech Republic". *Transition*, v.1, n.16, pp. 24-28. 8 September.
- Szalai, J. (1991). "Some aspects of the changing situation of Women in Hungary in the process of transition", *Research Review*, n.2.
- Tryfan, B. (1994). "Rural change in Poland and its effects upon women in the family and the society". In: UNESCO. *Women on the move, contemporary changes in family and society*. Paris.
- United Nations (1992). *The impact of economic and political reform on the status of women in Eastern Europe*. (Anais de Seminário Regional das Nações Unidas em Viena, 8-12 de Abril de 1991, Centre for Social Development and Humanitarian Affairs, New York).
- Watson, P. (1993). "The rise of masculinism in Eastern Europe". *New Left Review*, n.198.

### Desigualdades no mercado de trabalho

- Heinen, J. (1990). "Inequalities at work: the gender division of labour in the Soviet Union and Eastern Europe". *Studies in Political Economy*, n.33.
- Heinen, J. (1995). *Chômage et devenir de la main d'oeuvre féminine en Pologne, Le coût de la transition*. Paris, L'Harmattan.
- Hubner, S., Maier, F., Rudolph, H. (1991). *Women's employment in Central and Eastern Europe, status and prospects*. Paris. (Conferência organizada por ILO, OECD, CCEET, sobre mercado de trabalho e implicações para a política social da mudança estrutural na Europa Central e do Leste, Paris, setembro).
- Janovska, Z., Martini-Piwiek, J., Goral, Z. (1992). *Female unemployment in Poland*. Friedrich Ebert Foundation in Poland, Warsaw, may.
- Koncz, K. (1991). "Employment of women in Hungary: new and old problems". Oslo. (Contribuição para a conferência organizada pelo "Equal Status Council on Women in Eastern Europe and the USSR", Oslo, 18-22, novembro).
- Kotowska, I. (1995). "Discrimination against women in the labor market in Poland in the transition to a market economy". *Social Politics International Studies in Gender, State, and Society*, v.2, n.1.
- Małinowska, E. (1995). "Socio political changes in Poland and the problem of sex discrimination". *Women studies International Forum*, v.18, n.1.
- Paukert, L. (1991). "La situation économique de la femme face à la libéralisation du marché. Le cas de la Tchécoslovaquie". *Revue Internationale du Travail*, v.130, n.5-6.

- Paukert, L. (1994). *Women's employment in East European countries during the periode of transition to a market economy system*. ILO.
- Siemienska, R. (1993). *Women, work, and gender equality in Poland: reality and its social perception*. University of Warsaw, Institute of Sociology. (Mimeo).

### Educação e formação

- Lado, M., Adamik, M., Toth, F. (1991). *Training for women under condition of crisis and structural adjustment: the case of Hungary*. Budapest, Labor Institute. (Discussion Paper).

### Autoridade e poder

- Nagy, B. (1994). "Women in management". *Szociológiai Szemle*, n.2.
- Reading, A. (1992). *Polish women, solidarity and feminism*. Graham & Graham Editorial, Brighton.
- United Nations (1993). *Women in decision making (case study on Hungary)*. New York, Centre for Social Development and Humanitarian Affairs.

### Cidadania

- Einhorn, B. (1993). *Cinderella goes to market, citizenship, gender and women's movement in East Central Europe*. London, Verso.
- Funk, N., Mueller, M. (1993). *Gender, politics and post communism*. London, Routledge.
- Wolchik, S., Meyer, A. (1985). *Women, state and party in Eastern Europe*. Duke University Press.

### Brasil

Por Helena Hirata  
socióloga  
Gediss

- Abreu, A. et Sorj, B. (orgs.). (1993). *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadoras a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora. 132 p.
- Almeida Neves, M. (1995). *Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Rio de Janeiro, Vozes. 292 p.
- Barsted, L.L. et Lavinias, L. (1997). *Direitos trabalhistas da mulher*. Rio de Janeiro. 83 p. + anexos. (Convênio Ministério do Trabalho, Ipea).
- Bruschini, C. (1994). *O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. In: II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, Ipea (Série Seminários n° 7/94) (V Conferência Internacional da Mulher, Pequim, 1995).
- Bruschini, C. et Sorj, B. (orgs.). (1994). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Marco Zero. 285 p. (ver especialmente os artigos de: Puppim, A.B. sobre mulheres em funções gerenciais; Segnini, L.R.P. sobre a feminização do trabalho nos bancos; Fontalón, T. sobre as mulheres na esfera do Judiciário; Reis, M.C.D. sobre as professoras primárias; Matos, M.I.S., sobre as empregadas domésticas).

- Cappelin-Giuliani, P. (1992). "Emploi, famille et débat syndical: la discussion sur la division sexuelle du travail". In: *Stratégies familiales et emploi: perspective franco-brésilienne*. pp.45-66. (Cahiers du Gedisst n. 4, Paris, Iresco-CNRS).
- Delgado, M.G.B. (1995). Sindicalismo latino-americano: o difícil dialogo entre mulheres e homens. In: Portella de Castro, M.S. e Wachendorfer, A. (coord.). *Sindicalismo latinoamericano entre la renovación y la resignación*. Brasil, Caracas, Ildes-FES, Nueva Sociedad, pp. 149-160.
- Castro, E. (1994). "Travail, genre et relations de pouvoir dans le Carajas (Amazonie)". In: *Travail, politique et genre: perspective internationale*, pp. 81-100. (Cahiers du Gedisst, n.9-10, Paris, Iresco-CNRS).
- Estudos Feministas* (1994). CIEC/ECO/UFRJ, n.esp., 2º sem. [Número especial com comunicações apresentadas no colóquio internacional "Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Quebec", organizado por CIEC e IFCS (Rio de Janeiro), GEDISST (França) e GREMF (Quebec), no Rio de Janeiro, 6-10 jun. 1994. Cf. especialmente os artigos da parte "Mercado de trabalho e discriminação sexista", pp. 153-199].
- ILDES/FES, UFRJ, ELAS, NEMGE/USP, INCA (org.) (1995). *A mulher no mundo do trabalho*. 2 v. (Anais do seminário, Atibaia, 4-5 dez. 1995).
- Marques Pereira, B. e Carrier, A. (coord.). (1996). *La citoyenneté sociale des femmes au Brésil. Action collective, reproduction, informalité et domesticité*. Paris, L'Harmattan, Unesco, Celais, Université Libre de Bruxelles, 190 p.
- Mulher e Trabalho* (1997). Boletim da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo, jan. (Cida - Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional, n.4, junho 1997).
- Sabóia, J. *Mercado de trabalho no Brasil* (1996): *evolução e tendências recentes*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ. 18 p.+ anexo. (Texto para Discussão).
- Barreto, Siqueira de Sá E. e Zibas, D.M.L (org.). (1996). *Brazilian issues on education, gender and race*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas. 342 p. (Cf. particularmente o artigo de Bruschini, C., sobre mercado de trabalho e gênero; de Ferret, C.J. sobre trabalho e educação; de Madeira, F.R., sobre trabalho e pobreza).
- Soares, A. (1996). "Nouvelles technologies = nouvelles qualifications? Le cas des caissières de supermarché". *Recherches Féministes*, v.9, n.1, pp. 37-56.
- Souza-Lobo, E. (1995). *Domination et résistance: travail et quotidienneté*. Paris, Iresco-CNRS, 149 p. (Coll. Cahiers du Gedisst). (Tradução de artigos não difundidos em francês da edição póstuma que reúne os principais escritos da autora: *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense/SMC, 1991).

## América Latina

Por Laís Abramo  
socióloga  
Ilpes  
e Irma Arriagada  
socióloga  
Cepal

- Abramo, Laís (1997). *Imágenes de género y políticas de recursos humanos en un contexto de modernización productiva*. Santiago de Chile, Ilpes.
- Abreu, Alice Rangel de Paiva (1995). "Globalización, género y trabajo". *Ediciones de las Mujeres*, n.22, Santiago de Chile, ISIS, novembro.

- Abreu, Alice Rangel de Paiva y Abramo, Laís. *Gênero e trabalho na sociologia latinoamericana*. São Paulo, ALAST/Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. (No prelo).
- Aguirre, Rosario (1995). "Relaciones de género y trabajo femenino: enfoques teóricos y evidencias empíricas". Depto. Sociología, Facultad de Ciencias Sociales/ Universidad de la República de Uruguay. (Mimeo).
- Arriagada, Irma (1997). *Realidades y mitos del trabajo femenino urbano en América Latina*. Santiago de Chile, CEPAL. (Serie Mujer y Desarrollo, n.21).
- Arriagada, Irma (1997). *Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo*. Santiago de Chile, CEPAL. (Serie Mujer y Desarrollo, n.21).
- Benería y Feldman S. (eds) (1992). *Unequal burden: economic crisis, persistent poverty, and women's work*. Oxford, Westview Press.
- CEPAL (1995). *Panorama social de América Latina*. Santiago de Chile.
- CEPAL (1997). *Las mujeres en América Latina y el Caribe en los años noventa: elementos de diagnóstico y propuesta*. Santiago de Chile. (Serie Mujer y Desarrollo, n.18).
- Chaney, Elsa y Castro, Mary Garcia (eds). (1993). *Muchacha, cachifa, empleada, empregadinha sirvienta y...mas nada*. Venezuela, Editorial Nueva Sociedad.
- Espinosa, Cristina (1993). "Sistemas de producción, género y desarrollo". In: Patricia Portocarrero (ed). *Estrategias de desarrollo: intentando cambiar al vida*. Lima, Flora Tristán Ediciones.
- Gálvez, Thelma (1994). "Igualdad de oportunidades: indicadores estadísticos". *Revista de Estadística y Economía*, Santiago de Chile, n.8, junio.
- González, Pablo (1992). *El diferencial de ingresos entre hombres y mujeres: teoría, evidencias e implicaciones de política*. Santiago de Chile. (Colección Estudios Cieplan, n. 34, junio).
- Guzmán, Virginia y Todaro, Rosalba (1995). "La discriminación laboral ingresa en la agenda pública". *Ediciones de las Mujeres*, Santiago de Chile, Isis, n.22, novembro.
- Guzmán, V. Portocarrero, P. y Vargas, V. (comp.) (1991). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Lima, Ediciones entre Mujeres.
- Hirata, Helena, Husson, Michel, y Roldán, Martha (1995). "Reestructuraciones productivas y cambios en la división sexual del trabajo y del empleo (Argentina, Brasil y México)". *Sociología del Trabajo*, Nueva Época, Madrid, Siglo XXI, n. 24, primavera.
- Lara, Sara (ed.). (1995). *El rostro femenino del mercado de trabajo rural en América Latina*. Caracas, Unrisd/ Nueva Sociedad.
- León, Magdalena (ed.) (1982). *Debate sobre la mujer en América Latina y el Caribe. Discusión acerca de la unidad producción-reproducción*. Bogotá, Acep, v.I, II y III.
- Pollack, Molly (1997). *Reflexiones sobre los indicadores del mercado de trabajo para el diseño de políticas con un enfoque basado en el género*. Santiago de Chile, Cepal. (Serie Mujer y Desarrollo, n.19).
- Pollack, Molly (1993). *Feminización del sector informal en América latina y el Caribe*. Santiago de Chile, Cepal. (Serie Mujer y Desarrollo, n.11).
- Psacharopoulos, George y Zafiris Tzannatos (1992). *Latin American women's earnings and participation in the labour force*. The World Bank, February. (Working Paper n.856).
- Psacharopoulos, George y Tzannatos, Zafiris (1992). *Women's employment and pay in Latin America: overview and methodology*. Washington D.C, World Bank, Regional and Sectoral Studies.

- Psacharopoulos, George y Tzannatos, Zafiris (1992). *Case Studies on women's employment and pay in Latin America*. Washington D.C, World Bank, Regional and Sectoral Studies.
- Rico, Nieves (1996). *Formación de los recursos humanos femeninos: prioridad del crecimiento y la equidad*. Santiago de Chile, Cepal. (Serie Mujer y Desarrollo, n.15).
- Roldán, Martha (1995). "Nuevos procesos de trabajo y jerarquías de género en los 90". *Ediciones de las Mujeres*, n.22, Santiago de Chile, Isis, noviembre.
- Valdés, Teresa y Gomáriz, Enrique (1992). *Mujeres Latinoamericanas en cifras*. Flacso, Instituto de la Mujer España, Santiago.
- Valenzuela, María Elena (1997). *Equidad de género y trabajo de la mujer en América Latina*. Santiago de Chile. (Documento presentado a Séptima Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe, Cepal, Santiago de Chile, noviembre).
- Vega Ruiz, Luz (1992). "El trabajo a domicilio: Hacia una nueva regulación?" *Revista Internacional del Trabajo*, v.III, n. 1.

### Argentina

- Gallart, María Antonia (1992). *Las trabajadoras de villas: familia, educación y trabajo*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Población. (Cuadernos del Cenep n.46).
- Geldstein, Rosa y Delpino, Nena (1994). *Mujeres como principal sostén económico del hogar*. Buenos Aires. (Boletín Informativo Techint n.277, enero-marzo).
- Wainerman, Catalina y Lattes, Zulma (1980). *El trabajo femenino en el banquillo de los acusados: la medición censal en América Latina*. Ciudad de México, Terra Nova, The Population Council.

### Brasil

Contemplado com bibliografia específica elaborada por Helena Hirata.

### Colômbia

- Arango, Luz Gabriela (1991). *Mujer, religión e industria (Fabricato 1923-1982)*. Medellín, Universidad de Antioquia, Universidad Externado de Colombia.
- Arango, Luz Gabriela, Viveros, M. y Bernal, R. (1995). *Mujeres ejecutivas: dilemas comunes, alternativas individuales*. Ediciones Uniandes - Ecoe Ediciones.
- Bonilla, Elssy (1992). *La mujer colombiana en la universidad y en el mundo del trabajo*. Unesco/Oreale. (Proyecto principal de educación - Boletín 29, dezembro).

### Chile

- Abramo, Laís y Armijo, Marianela (1995). "¿Cambio tecnológico en la empresa: igualdad de oportunidades para la mujer?". In: Agacino, R. y Echeverría, M. (org.). *Flexibilidad y condiciones de trabajo precarias*, Santiago, PET. (Em português: *Estudos feministas*, v.5, n.1, 1997).

- Arriagada, Irma (1995). "La equidad en la educación y el trabajo: algunas especificidades de género". In: Durston, J., Larranaga, O. y Arriagada, I. *Educación secundaria y oportunidades de empleo e ingreso en Chile*. Santiago, Cepal (Serie Políticas Sociales, n.10).
- Díaz, Ximena, Medel, Julia e Schlaen, Nora (1996). *Mujer, trabalho y familia: el trabajo a domicilio en Chile*. Santiago, CEM.
- CEM - Centro de Estudios de la Mujer (1988). *Mundo de mujer: continuidad y cambio*. Santiago.
- Henríquez, Helia (1996). "Las diferencias en el ingreso de mujeres y hombres". In: E. Valenzuela. *Igualdad de oportunidades para la mujer en el trabajo*. Santiago de Chile, Sernam.
- Hola, Eugenia y Todaro, Rosalba (1992). *Los mecanismos del poder: hombres y mujeres en la empresa moderna*. Santiago de Chile, CEM.
- Lerda, Sandra y Todaro, Rosalba (1997). "Cuánto cuestan las mujeres? Un análisis de los costos laborales por sexo". *Sociología del Trabajo*, Madrid, Nueva Época, Siglo XXI Editores, n.30.
- Selamé, Teresita e Henríquez, Helia (1995). *Estudio acerca de la mujer trabajadora a domicilio*. Santiago, Sernam.
- Reca, Inés (1996). "Familia y trabajo: una tensión no resuelta". In: E. Valenzuela. *Igualdad de oportunidades para la mujer en el trabajo*. Santiago de Chile, Sernam.
- Valenzuela, María Elena (1996). *Igualdad de oportunidades para la mujer en el trabajo*. Santiago de Chile, Sernam.
- Yañez, Sonia e Todaro, Rosalba (1997). *Sobre mujeres y globalización*. Santiago de Chile, CEM.

### México

- Benería, Lourdes y Roldán, Martha (1992). *Las encrucijadas de clase y género: trabajo a domicilio, subcontratación y dinámica de la unidad doméstica en la ciudad de México*. Ciudad de México, El Colegio de México, Fondo de Cultura Económica/Economía Latinoamericana.
- García, Brígida y Oliveira, Orlandina de (1993). *Trabajo femenino y vida familiar en México*. El Colegio de México.
- González, Soledad, Ruiz, Olivia; Velasco, Laura y Woo, Ofelia (1995). *Mujeres, migración y maquila en la Frontera Norte*. Tijuana, El Colegio de la Frontera Norte/El Colegio de México.
- Pollack, Molly y Jusidman, Clara (1997). "El sector informal urbano desde la perspectiva de género: el caso de México". Santiago de Chile, Cepal. (Serie Mujer y Desarrollo, n.20).
- Rodríguez, Beatriz y Welti, Carlos (1993). "La investigación en México sobre la participación de la mujer en la actividad económica en áreas urbanas y los efectos en su condición social". México, Grupo Interdisciplinario de Mujer, Trabajo y Pobreza (Gimtrap)/ El Colegio de México. (Mimeo).

### Peru

- Guzmán, Virginia y Portocarrero, Patricia (1992). *Construyendo diferencias*. Lima, Flora Tristán Ediciones.

## Canadá

Por Diane-Gabrielle Tremblay  
economista  
Télé-Université de l'Université du Québec

- Armstrong, P. et Armstrong, H. (1994). *The double ghetto: canadian women and their segregated work*. 3ème édition. Toronto, McClelland and Stewart.
- Beauregard, M. (sous la dir.) (1994). *Le maintien des femmes dans les secteurs non traditionnels*. Québec, Chaire d'étude sur la condition des femmes, Université de Laval.
- Bellemare, D., Poulin Simon, L., Tremblay, D.-G. (1995). "Le paradoxe de l'âgeisme dans une société vieillissante: une perspective économique". In: *Entre travail, retraite et vieillissement: le grand écart*, organisée par A.-M. Guillemard, J. Légaré et P. Ansart, Paris, L'Harmattan.
- Bellemare, D., Poulin Simon, L., Tremblay, D.-G. (1995). "Vicilissement, emploi, préretraite; les facteurs socio-économiques influant sur la gestion de la main-d'œuvre vieillissante". *Relations industrielles*, v.50, n.3, 1995, pp. 483-514.
- Bellemare, D., Dussault G., Poulin Simon, L. et Tremblay, D.-G. (1996). *L'emploi, le travail et les relations professionnelles: la vision des économistes du travail nord-américains*. (A ser publicado em obra coletiva organizada por Murray G. e Morin M.-L. Quebec/Paris, Presses de l'Université de Laval e DARES, Ministério francês do Trabalho).
- Conseil du Statut de la Femme (1994). *Actes du symposium ACFAS - Les femmes et le travail: dépasser les obstacles et les résistances*. Québec, Conseil du Statut de la Femme.
- Conseil du Statut de la Femme (1996). *Portrait statistique de la situation du marché du travail pour les femmes (Montréal et Québec)*. Québec, Conseil du Statut de la Femme.
- Dagenais, H. (sous la dir. de) (1996). *Science, conscience et action; 25 ans de recherche féministe au Québec*. Montréal, Ed. Remue-Ménage, 300 p. (3 artigos sobre trabalho e gênero: R. Dandurand, F. Descarries et C. Corbeil, D.-G. Tremblay).
- Dagenais, H. (sous la dir. de) (1996). "La vie quotidienne des professeurs d'université". *Les Cahiers de la FQPPU*, n.1, p.71. (Anais do colóquio organizado pelo Comitê das Mulheres no meio universitário da "Fédération québécoise des professeurs et professeurs d'université", 26 de março de 1996, *Les Cahiers de la FQPPU*, n.1, p.71).
- Recherches Féministes*, v.9, n.1. (Número temático sobre Mulheres e Tecnologia, incluindo 4 textos sobre trabalho, tecnologia e mulheres em Quebec: de P. Tancred e K. Messing; A. Soares; E. Lebel e M. Lavallée, D.-G. Tremblay e M. de Sève).
- Tancred, P. (1995). "Women's work: a challenge to the sociology of work". *Gender, Work and Organization*, v.2, n.1, pp. 11-22.
- Tremblay, D.-G. (1995). *Technologies et organisation du travail dans les bureaux: d'hier à aujourd'hui*. Québec, Presses de l'Université du Québec, 350 p.
- Tremblay, D.-G. et De Sève, M.-K. (1996). "Un pas en avant, un pas en arrière. Formes persistantes et changeantes de la division sexuelle du travail dans un contexte de transformations technologiques et organisationnelles". *Cahier de Recherche*, v.96, n.6. Montréal, Direction de la Recherche, Télé-Université.

## China

Por Tania Angeloff  
socióloga  
Université Paris VIII - Mages

Esta bibliografia visa abarcar a questão das mulheres do ponto de vista socioeconômico, na República Popular da China nos anos 90. Ela está longe de ser exaustiva e se restringe às obras e artigos publicados ou traduzidos em língua ocidental (com algumas indicações sobre a situação das mulheres em Taiwan e Hong Kong, no contexto de obras comparativas). A implementação da política de abertura econômica em 1992 teve inegáveis incidências sobre o estatuto e a situação socioeconômica das mulheres chinesas, sob diferentes aspectos, dentre os quais abordar-se-ão aqui apenas os principais:

### 1. Obras gerais sobre as mulheres chinesas frente à modernização

Indicam-se, a seguir, as obras que caracterizam a situação das mulheres na China depois da morte de Mao Tsé Tsung (1976), que inaugura um período de grandes transformações na história econômica e social da China contemporânea. Em contrapartida, não se pode deixar de evocar a questão da discriminação sexual que tem lugar no momento do nascimento, os infanticídios e abandonos de meninas, fenômenos tradicionais na China, reforçados pela política do filho único, em vigor desde 1978. Para orientar o(a) Leitor(a) na bibliografia, as obras e artigos que nos parecem fundamentais estão assinalados com um asterisco.

- \*Croll, E. (1983). *Chinese women since Mao*. London, Third World Books.
- Croll, E. (1995). *Changing identities of Chinese women: rhetoric, experience and self-perception in Twentieth Century China*. London, Hong Kong University Press.
- \*Coale, A. J., Banister, J. (1994). "Five decades of missing females in China". *Demography*, v.31, n.3, pp.459-479.
- \*Honig, E., Hershatter, G. (1988). *Personal voices. Chinese women in the 1980's*. Stanford, Stanford University Press.
- HRIC - Human Rights in China. (1995). *Caught between tradition and the State: Violation of the Human Rights of Chinese Women*. New York.
- HRIC (1995). *Fighting for their rights: Chinese women's experiences under political persecution*. New York.
- \*Rai, S., Pilkington, H., Pluzacktea, A. et al. (1992). *Women in the face of change: the Soviet Union, Eastern Europe and China*. London.
- Siao, R., Chao, Y. (1994). "Provincial laws on the protection of women and children". *Chinese Law and Government*. janeiro/ fevereiro.
- \*Thoborg, M. (1995). *Chinese Women, an annotated bibliography*. Stockholm, SIDA.

Zeng, Y. et al. (1993). "Causes and Implications of the recent increase in the reported sex ratio birth in China". *Population and Development Review*, v.19, n.2, pp.283-302.

## 2. Mulheres, emprego e formação

Das cidades aos campos, a realidade do trabalho das mulheres é plural. Do mesmo modo, ela difere de uma província para outra e de uma cidade para outra. As obras e artigos aqui selecionados tentam destacar a diversidade das situações encontradas. Todos acentuam as desigualdades de tratamento entre homens e mulheres, desigualdades preexistentes às mudanças econômicas, mas frequentemente por elas reforçadas.

- Barrett, R. E., Bridges, W. P., et al. (1991). "Female labor force participation in urban and rural China". *Rural Sociology*, pp.1-21.
- \*Bauer, J. et al. (1992). "Gender inequality in urban China: education and employment". *Modern China*, v.18, n.3, pp.333-370.
- Davis, D. (1992). "Job mobility in Post-Mao Cities: increases on the margins". *China Quarterly*, pp.1062-1085, dezembro.
- Hannum E., Xie Y. (1994). "Trends in educational gender inequality in China: 1949-1985". *Research in Social Stratification and Mobility*, 13, pp.73-98.
- Jacka, J. (1990). "Back to the work: women and employment in Chinese industry in the 1980's". *Australian Journal of Chinese Affairs*, pp.1-23.
- Jacka, J. (1997). *Women's work in rural China: change and continuity in a Era of Reform*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lee, C.K. (1995). "Engendering the world of labour: women workers, labour market and production politics in the South China economic miracle". *American Sociological Review*, v.60, n.3, pp.378-397.
- Päusch, R. (1995). "Die chinesische Frau zwischen Beruf und Familie: Stimmen aus der Literatur zum Thema Liebe und Ehe im heutigen China". *Internationales Asienforum*, v.26, n.2, pp.171-192.
- \*Stockman, N. (1994). "Gender inequality and social structure in Urban China". *Sociology* (Oxford), v.28, n.3, pp.759-777, August.
- \*Xuewen S., Stockman, N., Norman, B. (1992). "The dual burden: East and West: women's working lives in China, Japan and Great Britain". *International Sociology*, v.7, n.2, pp. 209-223.

## 3. Mulheres e controle social

Os três artigos aqui apresentados (dentre os quais se destaca a excelente análise de Borge Bakken) são uma ilustração de algumas formas de controle social exercido sobre as mulheres na China. Poderiam figurar nesta parte as obras e os artigos que tratam do controle dos nascimentos e políticas de contracepção (forçada), mencionados na primeira parte.

- \*Bakken, B. (1992-1993). "Never for the first time: 'premature love' and social control in today's China". *China Information*, v.7, n.3, pp.9-26.
- Beaver, P. D., Hou, L., Wang, X. (1995). "Rural Chinese women: two faces of economic reform". *Modern China*, v.21, n.2, pp.205-213.
- Bo, Z., Wenxiu, G. et al. (1992). "Sexuality in Urban China". *Australian Journal of Chinese Affairs*, 28, pp.1-22.

## 4. Mulheres e política

Nesta parte, cujo título é de abrangência muito geral, a palavra "política" tem uma concepção ampla: ela tanto designa a relação das mulheres com o Estado, com a atividade política (especialmente pelo intermédio da poderosíssima Federação das Mulheres Chinesas) e com o processo de tomada de decisão política, quanto remete mais amplamente à integração política e social das mulheres na China e ao que se poderia qualificar como "feminismo" chinês.

- Chun, L. (1995). "Toward a Chinese feminism: a personal story". *Dissent*, New York, p.477-485, printemps.
- \*Gilmartin, C.K., Hershatter, G., Rofel, L., White, T. et al. (1994). *Engendering China. Women, culture, and the State*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Riley, N. E. (1995-1996). "Gender equality in China: two steps forward, one step back". *China Briefing*, pp.79-108.
- Rosen, S. et al. (1993). "Women and politics in China". *Chinese Law and Government*, v.26, n.5-6.

## 5. "Estatuto" das mulheres e estado das pesquisas sobre a questão das mulheres

Quais são o lugar e o papel assignados às mulheres na China contemporânea? As referências indicadas abaixo constituem pistas para tentar responder à questão que pesquisadores, jornalistas e políticos chineses designam "estatuto". Neste contexto, parece pertinente mencionar alguns artigos que apresentam o estado da pesquisa sobre a questão das mulheres.

- Daí, K. (1991). "The life and status of Chinese rural women from observation of three age groups". *International Sociology*, v.6, n.1, pp.5-23.
- Evans, H. (1995). "Defining difference: the 'scientific' construction of sexuality and gender in the people's Republic of China". *Signs* (Chicago, 111), v.20, n.2, pp.357-394.
- Gupta Basant, S. (1994). "Women and the media in China: a survey of 'Beijing Review' and 'China Reconstructs', 1978-1990". *China Report*, v.30, n.4, pp.421-431.

- \*Jaschok M., Miers, S. (1994). *Women and Chinese patriarchy. Submission, servitude and escape*. Hong Kong, Hong Kong University Press.
- \*Nivard, J. (1993-1994). "Recherche sur les femmes. Ressources bibliographiques chinoises: 1980-1993". *Revue Bibliographique de Sinologie*, XI-XII.
- Rai, S. (1994). "Gender issue in China: a survey". *China Report*, v.30, n.4, pp.407-420, oct-déc.
- \*Rosen, S. (1994). "Chinese women in the 1990's: images and roles in contention". *China Review*, 17, pp.1-28.

## Japão

Por Machiko Osawa  
economista  
Japan Womens' University  
Helena Hirata  
socióloga  
Gediss - CNRS

### Livros

- Fujimura-Fanselow, Kumiko; Kameda, Atsuko (1995). *Japanese women, new feminist perspectives on the past, present and future*. New York, The Feminist Press at the City University of New York (part 4: Women at Work).
- Furugori, Tomoko (1997). *Hiseiki Rodosha no Keizaibunseki*. Tokyo, Toyo Keizai Shinposha. (Análise econômica de trabalhadores não-regulares).
- Kisokeizaikagakukenyuujiyo (ed) (1995). *Nihonkeigyô to Kazoku*. Tokyo, Aoki Shoten. (Corporação japonesa e família).
- Nissei Kiso Kenkyuujyo (ed) (1994). *Nihon no Kazoku ha dou kawattanoka*. Tokyo, NHKshuppan. (Como tem mudado a família japonesa). Ed.: Research Institute of Japan Life Insurance).
- Ochiai, Emiko (1989). *Kindai kazoku to feminizumu*. Keiso Shobo, Tokyo. (Família moderna e feminismo).
- Ochiai Emiko (1994). *21 seiki Kazokube*. Tokyo, Yuhikaku. (Panorama da família no século 21).
- Oobuchi, Hiroshi (ed) (1995). *Josei no Taifusatikuku to shugyou patan*. Tokyo, Ministry of Finance, Printing Office. (O ciclo de vida das mulheres e comportamento do emprego).
- Osawa, Mari (1993). *Nihonshakai wo jenda de miru*. Tokyo, Jijitsushinsha. (Analisando a sociedade japonesa através do gênero).
- Osawa, Machiko (1993). *Keizai Henka to joshi rodo*. Tokyo, Nihonkeizai Hyoronsha. (Mudança econômica e mulheres trabalhadoras).
- Osawa, Machiko (1988). "Working mothers: changing patterns of employment and fertility in Japan". *Economic Development and Cultural Change*, v.36, n.4, July.
- Osawa, Machiko (1991). "Les transformations des structures du cycle de la vie des femmes au Japon". *Sociologie du Travail*, 1.
- Owaki Masako (1996). *Hataraku josei no saiban rei = ikusuto kara sexual harassment made*. Tokyo, Gakyo shobo. (Demandas judiciais de mulheres trabalhadoras = do recrutamento ao assédio sexual).
- Saso, Mary (1995). *Women in the Japanese workplace*. London, Hillary Shipman.

- Shakai Seisaku Gakkai (ed.) (1993). *Josei rodo to shakai seisaku*. Tokyo, Ochanomizu Shobo. (O trabalho da mulher é política social).
- Shinozuka, Eiko (1995). *Josei to Kazoku*. Tokyo, Yomiuri Shinbunsha. (Mulher e família).
- Shinotsuka, Eiko (1995). *Jyosei ga Hataraku Shakai*. Tokyo, Keiso Shobo. (A sociedade onde a mulher trabalha).
- Yamada, Masahiro (1994). *Kindai Kazoku no Yukue*. Tokyo, Shinyousha. (Panorama da moderna família).
- Yano, Masakazu (ed) (1995). *Seikajukan no shakaigaku*. Tokyo, Todaishuppan-kai. (A Sociologia da alocação do tempo).
- Yashiro, Naohiro (1993). *Kekkon no Keizai*. Tokyo, Futamishobo. (A Economia do casamento).
- Yoshizaki, Natsuko (1997). *Josei de arukoto no kibo*. Tokyo, Keiso-shobou. (A expectativa da mulher).

### Artigos

- Hayashi, Hiroko (1995). "Kentou 10nen no genjo to kadai". *Julist Yuhikaku*, nov. (Décimo aniversário da lei de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no emprego e o problema no futuro).
- Imada, Sachiko (1996). "Josei no shugyou pattern". *Nihon Rodo Kenkyu Zasshi*, n.443, maio. (Padrão de trabalho da mulher).
- Osawa, Machiko (1995). "Josei no shugyo to danjo koyo kintouhou". *Julist Yuhikaku*, novembro. (O emprego de mulheres japonesas e a lei de igualdade de oportunidades no emprego).
- Shinotsuka, Eiko, Yokomura, Ai (1994). "Working conditions of the Japanese South American women". *Japanese Journal of Women's Studies*, n.3, 1994 (artigo em japonês, resumo em inglês).
- Shioda, Sachiko (1996). "On the Japanese model of gender: the problem of the present system for the taxation and Social Security". *Japanese Journal of Women's Studies*, n.4 (artigo em japonês, resumo em inglês).



## Les Cahiers du Mage

### Bon de commande

Mage/Iresco  
59-61, rue Pouchet  
75017 Paris - France  
Tél : 01 40 25 10 37  
Fax : 01 40 25 11 70

Nom : .....

Prénom : .....

Institution : .....

Adresse : .....

Tél : .....

Je souhaite recevoir  
les Cahiers du Mage

|      |      |                                  |
|------|------|----------------------------------|
| 1996 | 1997 | (entourer<br>l'option souhaitée) |
|------|------|----------------------------------|

Ci-joint règlement par chèque

|     |     |
|-----|-----|
| oui | non |
|-----|-----|

Ci-joint bon de commande  
(règlement par virement  
à réception de la facture du Mage)

|     |     |
|-----|-----|
| oui | non |
|-----|-----|

Abonnement annuel  
4 numéros (port compris)

France (TTC) : 200 FF  
Etranger : 250 FF

Etudiants (TTC) : 100 FF  
(photocopie de la carte)

Règlement

- à l'ordre du Mage  
- à adresser avec le coupon complété à Mage/Iresco  
59/61 rue Pouchet - 75017 Paris

## Resenhas

### El papel del trabajo materno en la salud infantil: contribuciones al debate desde las ciencias sociales.

Claudio Stern (coord.). México: The Population  
Council, El Colegio de México, 1996.

Brígida García Guzmán,  
professora e pesquisadora do Centro de  
Estudios Demográficos y de Desarrollo  
Urbano, El Colegio de México.

El libro "El papel del trabajo materno en la salud infantil", constituye un esfuerzo pionero coordinado por Claudio Stern, en el cual se reúne un grupo selecto de estudios en torno a la creciente participación económica femenina en México y sus repercusiones sobre la salud infantil. Además de los capítulos en los cuales se reportan los resultados de las investigaciones concretas, el lector(a) interesado(a) encontrará en este importante libro capítulos en donde se resume en forma crítica la literatura existente sobre este tema, se reflexiona sobre las aproximaciones cuantitativas y cualitativas que algunos autores han seleccionado para sus estudios, y se analiza la legislación familiar mexicana y su relación con el poder paterno, el poder materno y el bienestar infantil. La estrategia del proyecto global, auspiciado por la Oficina Regional del Population Council para América Latina y El Caribe, es presentada por el coordinador, Claudio Stern, al principio del libro.

Esta presentación es seguida por otro capítulo en el cual un investigador independiente al proceso de elaboración de los trabajos, Carlos Javier Echarri, sintetiza de forma interesante y accesible las aportaciones, algunas de las limitaciones, así como las diversas fuentes de información utilizadas.

En el capítulo "Trabajo materno y salud infantil: hacia una guía teórica para las políticas sociales", Viviane Brachet-Márquez lleva a cabo una detallada y aguda crítica sobre los estudios que analizan el trabajo extradoméstico femenino y sus repercusiones sobre la salud infantil, no sólo con el propósito de lograr una mejor elaboración teórica y metodológica, sino con el objetivo de proponer programas de acción de apoyo a la mujer y a la infancia. Para esta autora, las investigaciones realizadas hasta fines de los años ochenta adolecían de importantes limitaciones. Por ejemplo, en el plano metodológico se tendían a mezclar niños con necesidades nutricionales distintas y se medían de manera sincrónica tanto el trabajo materno extradoméstico como la salud infantil a pesar de que las hipótesis hacían referencia a relaciones diacrónicas. A su vez,

en el aspecto teórico, según esta autora ha faltado elaboración conceptual sobre el trabajo materno remunerado y la manera en que éste puede influenciar la salud infantil, a pesar de eso varios estudios permiten identificar los principales factores intervinientes (tipo de trabajo desempeñado, horarios largos y cortos, tipo de cuidado alternativo existente para el hijo(a), contribución del padre al presupuesto de alimentación y colaboración de otros miembros del hogar en la generación de ingresos).

La identificación de estas variables intervinientes hace más fácil ilustrar qué aspectos son susceptibles de ser modificados por las políticas públicas. Este es el caso de la contribución del padre a la alimentación de su hijo(a), principal objeto de estudio del otro capítulo que aporta Viviane Brachet-Márquez a este libro, titulado "Poder paterno, poder materno y bienestar infantil: el papel de la legislación familiar mexicana". En este capítulo Brachet-Márquez reporta los hallazgos de un muy interesante estudio sobre los recursos legales a los que tuvo acceso un grupo de mujeres mexicanas para obtener la cooperación de sus maridos o compañeros en la manutención de sus hijos, así como los resultados que obtuvo cuando buscaron utilizarlos. La investigación se basa en una muestra no probabilística de 95 mujeres que solicitaron asesoría jurídica en una organización no gubernamental. Brachet-Márquez llega a la conclusión de que la acción de los tribunales familiares mexicanos es predominantemente simbólica, o aceptan lo inevitable al otorgar el divorcio, basándose en reglas que no pueden ser debidamente instrumentadas en las condiciones socioeconómicas actuales. La sección sobre recomendaciones de este capítulo puede ser extremadamente útil para la puesta en práctica de políticas; llama la atención la precisión con la cual están planteadas, así como la importancia que se le otorga a lo que puede ser en realidad puesto en marcha en el contexto mexicano actual. Tanto lo que la autora denomina reformas estructurales, como las propuestas específicas de cambios a la ley pueden conducir a transformaciones relevantes. Sin embargo, ella también está consciente que mientras las mujeres no asuman la responsabilidad por sus propias vidas, las posibilidades de éxito serán escasas; esto por supuesto implicaría que estuviesen plenamente capacitadas para escoger y decidir las condiciones bajo las cuales tienen hijos, y se casan o se unen conyugalmente.

Antes de pasar al análisis de otras investigaciones que se reúnen en el libro, es importante hacer mención a la reflexión metodológica sobre la complementariedad u oposición de las aproximaciones estadísticas y cualitativas que llevan a cabo Fernando Cortés, Eduardo Menéndez y Rosa María Rubalcava en el cuarto capítulo de la obra: "Aproximaciones estadísticas y cualitativas, oposiciones, complementaciones e incompatibilidades". Para estos autores, las aproximaciones estadísticas y cualitativas son complementarias y no antagónicas, y su uso particular dependerá de los objetivos de cada investigación, del tipo de problema

planteado, del nivel de análisis que se piense necesario abordar, del tipo de información que se pretenda producir y de las habilidades técnicas que posea cada investigador(a). El lector(a) encontrará en este capítulo ilustraciones concretas de la posible complementariedad entre las diferentes aproximaciones, así como referencias precisas y útiles sobre el significado de conceptos tales como los de medición, confiabilidad y validez en las distintas tradiciones científicas.

En lo que se refiere a los trabajos de investigación que conforman este libro, estos cubren una interesante gama de posibilidades de análisis en torno a la relación entre trabajo extradoméstico femenino y salud infantil. En primer lugar mencionaríamos dos capítulos basados en la información recolectada por la Encuesta Nacional de Fecundidad y Salud (Enfes) de 1987 (Juan Guillermo Figueroa Perea y otros autores: "Experiencia laboral y patrones reproductivos en México" y "Características de la inserción laboral de mujeres con hijos en edad preescolar").

El estudio de la relación entre experiencia laboral y patrones reproductivos constituye una manera indirecta de aproximarse a la asociación entre trabajo extradoméstico y salud infantil. El principal resultado en este sentido es que la experiencia laboral previa al nacimiento del primer hijo retrasa el inicio de la vida reproductiva y por lo tanto puede tener una influencia benéfica sobre la salud infantil. Esto es así porque sabemos por una serie de análisis previos que los hijos de madres adolescentes y los primogénitos tienen generalmente mayor riesgo de muerte que los niños cuyas madres tienen entre 20 y 34 años. Esta manera de explorar la relación entre el trabajo extradoméstico de las mujeres, los patrones reproductivos y la salud infantil, evita los problemas metodológicos que se presentan debido a la temporalidad diferencial involucrada en los distintos procesos y la ausencia de historias laborales en las encuestas de fecundidad. Al hacer hincapié en el trabajo previo al nacimiento del primer hijo y de los subsecuentes, se tiene asegurado el hecho de que la actividad laboral ocurre con anterioridad a los eventos reproductivos. Otra virtud de este capítulo es que se plantea la posibilidad de numerosos factores intervinientes (escolaridad, grupo social y lugar de residencia, entre otros), pero se controla su influencia mediante análisis estadísticos multivariados.

En el capítulo sobre las características de la inserción laboral de las mujeres con hijos en edad preescolar se combina el análisis de la Enfes con el de la Encuesta sobre Determinantes de la Práctica Anticonceptiva en México - Edepam - de 1988. Sobresale en este capítulo el análisis de la inserción laboral de las madres según una serie de factores asociados, así como aspectos poco conocidos en el caso de México, como son el tipo de apoyo al que se recurre para el cuidado de los hijos y las percepciones de las propias mujeres sobre sus entradas y salidas del mercado de trabajo. Los hallazgos permiten destacar

que las mujeres que se ocupan en los sectores no agrícolas recurren principalmente a los familiares y amigos para el cuidado de los hijos y mínimamente a instituciones especializadas; también es relevante apuntar que el estudio de las percepciones femeninas sobre el trabajo extradoméstico reafirma el que las mujeres indiquen como razones más frecuentes para participar laboralmente el apoyo al esposo y a terceras personas más que las referencias personales. Finalmente, la oposición del esposo y el cuidado de los hijos son las razones más comunes para dejar de involucrarse en el mercado de trabajo.

Otro conjunto de capítulos se acercan en forma más directa al análisis de la relación entre trabajo materno remunerado y salud infantil porque incluyen mediciones sobre la morbilidad de los niños pequeños, así como sobre las lesiones accidentales. El capítulo de Doroteo Mendoza y otros autores sobre "Efectos de la participación de la mujer en la fuerza laboral y de las estrategias de cuidado infantil en la morbilidad de los menores de seis años, en la Ciudad de México", se basa en la información recolectada por la Encuesta sobre Disponibilidad y Necesidades de Cuidado Infantil – Edineci – de 1988. Uno de los aportes más importantes es que los autores consideran niños de distintas edades y además diferentes tipos de morbilidad (general, gastroentérica y lesiones accidentales) además de tener en cuenta asociaciones bivariadas y multivariadas. Este rico cuadro de posibilidades nos ofrece una visión compleja de las relaciones entre trabajo extradoméstico femenino y morbilidad infantil. Según ese estudio, cuando los niños son pequeños (de cero a 11 meses) el trabajo extradoméstico materno no constituye un factor de riesgo para la salud infantil. En cambio, respecto a los niños que tienen de 12 a 35 meses se llegó a las siguientes conclusiones: por un lado, el trabajo extradoméstico resultó positivo para la salud de los niños en lo que respecta a la morbilidad gastroentérica, debido al aporte en términos de ingreso que la mujer proporciona; por otro lado, se observó que la incorporación femenina al mercado laboral – sobre todo si las jornadas laborales son completas o se realizan fuera de casa – llevan a incrementar las lesiones accidentales. Este tipo de estudios permite apreciar la dificultad de establecer relaciones causales simples y unidireccionales en torno al trabajo femenino remunerado y la salud infantil, así como la necesidad de profundizar en el análisis de las condiciones de trabajo y de las remuneraciones, así como de los tipos de morbilidad.

Un caso extremo en el cual la salud infantil se encuentra directamente afectada por las condiciones en que se ocupan las madres es el de las vendedoras ambulantes que a veces no tienen más alternativa que llevar a sus hijos pequeños a la vía pública. La investigación de Patricia Hernández Peña y Alfredo Zetina Moguel, "Cuidado y salud en hijos de vendedoras ambulantes de la Ciudad de México" trata precisamente este caso. Tanto el comercio informal como la presencia de

mujeres en dicha actividad es un fenómeno creciente en la capital y en muchas otras ciudades del país, pero sorprendió incluso a los autores el alto número de mujeres con hijos pequeños en la vía pública. Se analizaron los casos de 426 mujeres, que eran las que cumplían con el criterio de tener hijos pequeños dentro de una investigación más amplia sobre la salud reproductiva de las vendedoras ambulantes, seleccionadas por muestreo aleatorio. La investigación es cuidadosa y se estudiaron tanto la prevalencia de enfermedades agudas y accidentes en los niños (que resultó ser más alta que en la población en general), como su asociación con el tipo de cuidado infantil. Una de las conclusiones principales es que la permanencia del niño(a) en la vía pública con la madre se asoció con una mayor frecuencia de enfermedades y accidentes. Este hallazgo pone de manifiesto la falta de alternativas para el cuidado infantil en el caso extremo de algunas madres que se ven en la necesidad de trabajar en la calle, y señala pautas claras para la puesta en marcha de políticas públicas que busquen aliviar las condiciones de vida que enfrentan tanto los hijos(as) como las madres.

A diferencia de los estudios anteriores, el trabajo extradoméstico materno no resultó ser factor de riesgo en lo que respecta a la gravedad de las lesiones accidentales de los niños que demandan atención hospitalaria de cero a cuatro años, según se reporta en el capítulo de Martha C. Híjar Medina y otros autores, titulado "Trabajo materno y gravedad de lesiones accidentales en niños menores de cinco años." (Este es un estudio de casos y controles, cuyo tamaño de muestra fue de 700 entrevistas, en seis hospitales pediátricos del Distrito Federal). No obstante, es preciso reconocer que esta investigación y las mencionadas más arriba no son estrictamente comparables debido a que emplean distintas metodologías, se refieren a poblaciones diferentes; además, en este caso, lo que interesa es la gravedad de la lesión accidental en relación con las condiciones en que la madre participa en el mercado de trabajo. Hechas las salvedades necesarias, resulta interesante que se compruebe mediante técnicas estadísticas multivariadas que la gravedad de las lesiones accidentales infantiles está más relacionada con un nivel socioeconómico bajo, la ausencia de una unión conyugal, atención inadecuada y retraso en dicha atención, que con el trabajo extradoméstico de la madre. Aunque, como bien señalan los autores, estos resultados no son generalizables más allá de los casos estudiados, el estudio aporta mucho al conocimiento del entramado de relaciones que resulta necesario establecer alrededor de la relación entre salud infantil y participación laboral materna.

Un capítulo novedoso es el referido a los "Efectos del status laboral de la madre sobre su salud emocional y sobre los patrones de apego de los(as) hijos(as)", elaborado por María Asunción Lara y otras autoras. En este caso, el foco de atención es la salud mental de las

madres que participan laboralmente, así como el patrón de apego de sus hijos (evaluado mediante dibujos de familia elaborados por los pequeños para ubicar patrones seguros, evitativos, ambivalentes y desorganizados). Se investigaron 211 díadas madre-niño; 103 de las madres eran enfermeras de hospitales del sur de la Ciudad de México y fueron comparadas con 108 amas de casa seleccionadas entre sus vecinas con el objeto de mantener constante el nivel socioeconómico de ambas poblaciones. Este capítulo incluye una buena discusión de antecedentes, recurre a diferentes metodologías en el campo psicosocial y estadístico, y aporta resultados poco esperados. Por un lado, las mujeres no empleadas reportaron mayores niveles de malestar emocional que las empleadas, aunque en ambas poblaciones el malestar es alto (entre las enfermeras el malestar se relacionó con la tensión ocupacional, el turno vespertino, el trabajar en áreas críticas, el tamaño de la vivienda y el recibir ayuda doméstica de parte de un familiar femenino; entre las amas de casa, el aún mayor malestar emocional se asoció con la tensión de la pareja y la materna). En otro orden de consideraciones, no se encontraron diferencias significativas entre los patrones de apego de los pequeños de ambos tipos de madres. Adicionalmente, se observó una diferencia significativa en el nivel de desarrollo cognoscitivo en favor de los hijos de las enfermeras.

Otro capítulo que aborda una problemática no cubierta por los demás autores es el de Takehiro Misawa y Octavio Ixtacuy, "Empleo materno y nutrición infantil: trabajadoras de las empacadoras plataneras en Chiapas". En este caso el objeto de estudio es la asociación entre trabajo materno remunerado y nutrición infantil. Se observaron en este caso 125 madres trabajadoras asalariadas en las empacadoras plataneras de Chiapas, ubicadas mediante un censo, y se utilizaron indicadores de patrones de consumo, identificación de enfermedades gastrointestinales, así como medidas antropométricas directas de peso y talla. Mediante la utilización de un análisis estadístico de trayectoria (que plantea cadenas de efectos) se llegó a las siguientes conclusiones: los efectos positivos asociados al ingreso materno sobre la nutrición infantil, así como los negativos relacionados con la no disponibilidad de cuidadores adecuados, son distintos según el *status* migratorio de la madre y el estado nutricional.

Cuando el nivel de alimentación es limitado y el crecimiento físico se encuentra retrasado – lo cual es el caso de los niños inmigrantes –, el efecto del ingreso materno resulta de mucha importancia para mejorar el estado nutricional actual del niño. En cambio, si la desnutrición es crónica, no se encontraron efectos positivos relacionados con el trabajo materno de las migrantes. Finalmente, cuando el nivel de alimentación es relativamente adecuado y el crecimiento físico menos deficiente – lo cual es el caso de los niños mexicanos – el

efecto negativo de no contar con cuidadores adecuados resulta más importante que el efecto positivo del ingreso materno.

Finalmente, el capítulo de Florinda Riquer Fernández sobre "Dinámica doméstica y cuidado infantil en familias de bajos recursos", basado en una investigación de corte cualitativo, aporta elementos complementarios al tema del trabajo femenino remunerado y la salud infantil con respecto a los demás capítulos basados en aproximaciones cuantitativas. Como bien lo plantea esta autora, es útil recordar que las investigaciones cualitativas responden a preguntas sobre dinámicas y procesos y posibilitan ciertas generalizaciones teóricas, pero no pueden responder interrogantes sobre cuántos individuos registran un cierto comportamiento, ni permiten generalizaciones empíricas. Este estudio se basa en 22 entrevistas en profundidad a madres de hijos menores de cinco años de bajos recursos, que desempeñan un trabajo remunerado en la Ciudad de México. El objetivo es profundizar en las relaciones entre el trabajo remunerado de las madres y los factores que condicionan la salud de sus hijos, haciendo hincapié en los tipos de arreglos familiares existentes (compuestos y nucleares) y en la organización del cuidado infantil. Se separan las mujeres en dos tipos principales: por un lado están las "pequeñas madres" (mujeres que pasan de la primera infancia a la vida adulta sin vivir la adolescencia); por el otro están las "hijas de familia" (mujeres que tuvieron quien se hiciera cargo de ellas por más tiempo). En ambos casos y teniendo en cuenta el tipo de familia en que viven, se exploran los saberes y prácticas sobre cuidado infantil, así como las experiencias frente a la enfermedad y la muerte.

Como es posible comprobar, este libro constituye un singular esfuerzo editorial y de coordinación científica. Pocas veces se ha logrado en México que un grupo selecto de investigadores acuda al llamado de una convocatoria para desarrollar un tema de investigación prioritario en ciencias sociales, que este esfuerzo se desarrolle con éxito dentro de un trabajo de equipo y que termine mediante una publicación conjunta final. Es importante también elogiar la diversidad de encuestas y tipos de entrevistas directas realizadas por los investigadores, así como la rigurosidad de los análisis.

Las distintas investigaciones permiten problematizar visiones unidireccionales sobre los posibles efectos del trabajo materno remunerado sobre la salud infantil. No pocos de estos estudios señalan efectos benéficos de la participación laboral materna y del ingreso adicional que aportan las mujeres, como serían las mejoras en la alimentación familiar o en el desarrollo cognoscitivo de los niños y niñas. No obstante, también se indican los mayores riesgos de accidentes que enfrentan los hijos pequeños de madres que participan en el mercado de trabajo cuando no cuentan con el cuidado alternativo adecuado. Este es un campo muy importante para el diseño de políticas públicas, las cuales pueden llevar

a mejorar en el corto y mediano plazo tanto el bienestar infantil como la salud emocional de las madres.

Además de llevarnos a problematizar las visiones causales unidireccionales, las investigaciones que conforman este libro ofrecen numerosos ejemplos de cómo opera una compleja red de variables intervinientes cuando se busca conocer la influencia del trabajo materno remunerado sobre la salud infantil. Las condiciones en que se desempeña el trabajo extradoméstico y las alternativas existentes para el cuidado infantil fueron tal vez los aspectos más estudiados, pero cada trabajo contiene sugerencias y recomendaciones sobre otros factores intervinientes que permitirán el avance en las investigaciones futuras y una toma de decisiones mejor informada.

### Communicating gender in context.

Helga Kotthoff y Ruth Wodak (eds.). Amsterdam/  
Philadelphia: John Benjamins Company, 1997.

Marlene Choque Aldana,  
doutoranda em Ciências Sociais,  
El Colegio de México.

Aunque la literatura feminista se ha desarrollado abundantemente, el debate europeo sobre la gramática, la comunicación y el género es poco conocido en el mundo de habla inglesa y mucho menos en el contexto latinoamericano. El género sólo ha tenido un lugar privilegiado en las lenguas germánicas, románticas y eslavas, donde constituye una parte esencial de la estructura léxica, sintáctica y morfológica.

Las lingüistas feministas desde sus inicios han considerado seriamente la perspectiva del lenguaje como centrado en el hombre, que conlleva al uso de términos masculinos para referir a los seres humanos específica y genéricamente. Algunas han señalado que el genérico masculino es ambiguo y discriminatorio, y otras lo han considerado como un simple rasgo de la gramática sin relación con la discriminación sexual.

Ante estas controversias, las colaboradoras del volumen que se comenta intentan responder a cruciales interrogantes: ¿Cómo es simbolizado el género en el lenguaje? ¿En qué situaciones la estilización de género juega un rol importante? ¿Cómo es producida lingüísticamente? ¿Cuándo hombres y mujeres crean un estatus igual/desigual en consideración con el otro? ¿Las situaciones de igual estatus tienen un impacto más allá de sí mismas? ¿Cómo y por qué el género es más importante en los textos? ¿Qué diferencias de género hay en el cambio de código?

El objetivo central del libro es el abordaje de las complejidades de género, mediante la contextualización de las afirmaciones acerca

del género y los contratos sexuales en relación al marco cultural, situacional o institucional. Las autoras parten de la idea de que el lenguaje tiene relación con la sociedad. Analizan los patrones sociolingüísticos, gramaticales y comunicativos de género. A través del análisis del discurso ilustran las diferencias de estilo en el marco de interacción, aunque explican el poder de las formas de habla dentro de un marco político más amplio (Bourdieu).

Los artículos analizan la importancia del género en la conversación y las sutiles diferencias contextuales en el comportamiento hablado de hombres y mujeres, pero no asumen como premisa que ciertos estilos o códigos comunicativos caracterizan consistentemente a un sexo o el otro. Sostienen que, en ciertos contextos, algunos rasgos de estilo lingüístico son usados para expresar relaciones sociales las cuales a su vez caracterizan relaciones de género.

En la actualidad el estudio de las comunicaciones de género es compleja, al considerar la interrelación de factores que influyen en la conversación y en la construcción contextual de la feminidad/masculinidad y de un contrato sexual, a través de imágenes ideales de feminidad y masculinidad transmitidas por los medios masivos, las ideologías tradicionales de género y el auto-posicionamiento comunicativo de sí mismos/sí mismas dentro de un contexto que interactúa constantemente con el entorno. La producción de simetrías/asimetrías ocurre en varios niveles los cuales no coinciden necesariamente.

Las nuevas teorías del género tienden a concebirlo como una categoría identitaria desarrollada indirectamente. La construcción contextual de los roles de género no está separada de las tradiciones, las instituciones y los comportamientos comunicativos concretos de mujeres y hombres. Los roles de género son producidos, reproducidos y actualizados a través de los actos comunicativos específicos y contextualizados de manera generizada. Aunque también se evidencian formas de resistencia. Las mujeres y los hombres no se comportan como dopes culturales, sino que hacen elecciones cuando hablan, por consiguiente, pueden subvertir las normas de género. Como señala Coates: "El cambio social y cultural es posible precisamente porque no usamos los discursos disponibles para nosotros de manera acrítica, sino que participamos activamente en la construcción de significados".

Los artículos tienen como marco de referencia el debate actual de las teorías de género centrado en dos perspectivas antagónicas — constructivista y deconstructivista —, con una actitud crítica hacia las posturas idealistas por ser inadecuadas para analizar el orden social generizado. En la perspectiva constructivista (Goffman), el sexo biológico no es el elemento sustancial o atributo en que se basa la construcción del género. En "El contrato entre los sexos" propone al género como una materia de reflexividad institucional, ya que las diferencias físicas entre

los sexos no tienen un gran efecto sobre nuestra capacidad de realizar la mayoría de nuestras tareas. Entonces el problema pendiente es por qué las sociedades usan diferencias irrelevantes para asuntos socialmente importantes. La institucionalización de géneros implica actos normativos en la asignación de posiciones, la distribución de recursos y de poder. Este proceso es social en todos sus matices. La única cosa que es observable universalmente es que la gente construye su naturaleza; aunque no lo hacen de la misma manera en cualquier contexto.

Por su parte, la perspectiva desconstruccionista o ideal de "representación", concibe al discurso con una fuerza omnipotente para crear la realidad. La representación del género social es tan importante que el sexo biológico sólo es parte de esta representación. Sin embargo, a este concepto le falta la dimensión del poder y de la experiencia social materializada.

Koyyhoff y Wodak en el prefacio citan a Tannen quien recupera el trabajo temprano de Goffman para proponer un nuevo marco teórico que conceptualice las relaciones entre lenguaje y género: las formas de hablar son vistas como vinculadas sexo-clase, es decir, vínculos con la clase mujeres o la clase hombres más que con los miembros individuales de dicha clase. La relación entre lenguaje y género es un asunto de "exhibición" (display) más que de 'identidad'. En otras palabras, el comportamiento no es un reflejo de naturaleza individual (identidad) sino una representación que el individuo está realizando (exhibición). Para Tannen se ha logrado una mejor comprensión de la relación entre el lenguaje y el género gracias al concepto de marco, por el cual los patrones de comportamiento de género son vistos como un vínculo de sexo-clase más que un vínculo-sexo.

En cuanto a la postura que asumen las colaboradoras desde una perspectiva metodológica, recurren al análisis del discurso con orientación cualitativa, pues para los estudios lingüísticos de género muestra una mayor sensibilidad teórica y metodológica hacia categorías de contexto. En algunas situaciones se han comprobado formas de dominio femenino. Contextos variados pueden sostener grados diferenciados de simetría o poder.

Las autoras también investigan la conexión entre las posiciones situacionales y sociales y las macro sociales y micro-contextos textuales. Encuentran que personas con un elevado estatus social no siempre toman automáticamente una posición dominante en la conversación. La conexión entre el orden social macro y micro no siempre es directa. No obstante, el estatus social es muy influyente como factor exógeno.

Las interacciones son generizadas y ordenan su relevancia según el contexto. Pueden adoptar diversas modalidades: de controlador y controlado, de acuerdo y de desacuerdo, de cooperación y de competencia, formalidad e informalidad. Además se reemplazan unas a

otras o pueden coexistir con otras relaciones producidas por sí mismas y más allá.

La concepción del lenguaje de las autoras es clara criticando las posturas que conciben al lenguaje como un sistema independiente o un simple rasgo de la gramática y que no consideran la discriminación sexual. Los artículos se organizan en tres partes, y se efectúa una breve síntesis de cada uno.

## Símbolos y reglas

Friederike Braun (Universidad de Kiel) presenta una faceta de lo masculino como fenómeno normativo. Reflexiona sobre la traslación de términos generales de los seres humanos en lenguajes sin género (tal como el turco). También muestra como en lenguajes con género como el alemán, hay una marcada tendencia para trasladar oraciones sin referencias personales de género como masculinas.

Bärbel Miemitz (Universidad de Saarbrücken) estudia las normas de género en el idioma polaco. Demuestra que la categoría semántica sexo es parte integral del sistema de género con una fuerte oposición de la "persona en masculino" vs. "todo lo que no sea masculino". Señala que en el polaco ambos sexos pueden ser indicados, pero que la coordinación de las terminaciones femenina y masculina es un proceso difícil, porque en ciertos contextos un número considerable de formas congruentes de palabras tienen que ser acordadas doblemente.

Susan Romaine (Universidad de Oxford) analiza los significados simbólicos. Reexamina las bases de la distinción tradicional entre el género natural y gramatical, dando particular atención a la "filtración" entre ambos en idiomas distintos al inglés, donde se supone que el sexo no tiene nada que ver con el género como sistema de clasificación nominal. Propone diferentes reformas para idiomas con diferentes sistemas de género.

## Rasgos conversacionales, códigos y actividades

El concepto de "cambio de turno" ha sido considerado fundamental en el análisis conversacional desde el influyente trabajo de Saks/Schegloff/Jefferson. Estudios posteriores intentaron estudiar la producción de asimetrías en las conversaciones en base a las regularidades observadas en los cambios de turno. Morgenthaler y Kotthoff advierten que la categorización de los tipos de intervención (interrupción y traslape) son inadecuados para los estudios lingüísticos de género.

Ulrike Ahrens (Universidad Libre de Berlín) estudia el interjuego simultáneo al hablar entre la organización formal y el contenido. Presenta una clasificación de tipos de interrupción sensibles al contexto

que constituye una herramienta más refinada para determinar el dominio potencial de las interrupciones. Esta tipología permite conocer cómo el consenso y el desacuerdo son constituidos en la conversación.

Christine Bierbach (Universidad de Mannheim) analiza grabaciones de reuniones de una "Asociación de vecinos" y trabajadores de un barrio catalán (1979-1985), con el objeto de comprender el estatus de las mujeres españolas. Encuentra en éstas ciertos rasgos interaccionales — interrupciones, cantidad y duración de los turnos y estrategias asertivas — que sugieren una imagen "atípica" y estilos competitivos comunicativos. Con estos hallazgos discute los prejuicios que se tienen de la clase media en la mayoría de los estudios lingüísticos de género y cuestiones metodológicas relacionadas con los parámetros cualitativos y cuantitativos, además de los grados posibles de generalización acerca de los atributos de género.

Helga Kottorf (Universidad de Konstanz) estudia los actos de habla que intervienen en la negociación del estatus de jerarquía en los debates televisivos. Ilustra la asimetría entre los interlocutores en conferencia, mostrando cómo se establece el rol de "experto" entre los conferencistas. Los hombres reciben esta confirmación más a menudo y es más probable que asuman este rol, mientras que las mujeres deben negociar más frecuentemente dicho estatus. Por lo tanto, hay una jerarquía entre expertos y legos que implica una jerarquía entre sexos.

Susan Günthner (Universidad de Konstanz) analiza historias de quejas contadas en grupos de amigas, colegas, madres e hijas. Se centra en las estrategias retóricas de "trabajo emocional" y en el establecimiento de "identidades compartidas". Demuestra el alto grado de cooperación en la creación de estas narrativas y la constitución de una "unidad" emocional.

Britt-Louise Gunnarsson (Universidad de Upssala) busca identificar los patrones de dominio interaccional y el trato dentro de la institución universitaria. Encuentra que los estudiantes (varones) hacen más comentarios críticos que las estudiantes, aunque tienen mayor duración que fundamentación, pero son bien evaluados y altamente valorados. Con esto advierte que en la academia todavía hay una confusión y la masculinidad y el poder que induce a la marginalización de la mujer.

Jenny Cheshire y Penelope Gardner-Chloros (Universidad de Londres) presentan investigaciones acerca de las diferencias de género en el cambio de código (code-switching). Sostienen que la falta de un patrón consistente (o de una normatividad) refleja que el cambio de código tiene diferentes connotaciones en diferentes comunidades, e incluso en diferentes grupos de la misma comunidad.

## Una jerarquía de las feminidades

Jennifer Coates (Instituto Roehampton, Londres) ilustra las diversas formas de construcción de la feminidad. En base a discusiones conversacionales sobre el ser mujer y la auto-presentación (grabadas entre amigas jóvenes y mujeres en Gran Bretaña), demuestra cómo diferentes discursos dan lugar a diferentes feminidades. También señala que las ideas dominantes de feminidad a veces son soportadas y otras subvertidas, y que además hay tensiones y contradicciones en las conversaciones de mujeres.

Ruth Wodak, Brigitte Felderer, y Philomena Essed señalan que además del género hay otras variables identitarias que juegan un importante rol, tales como el trato personal, expectativas, valores, ideología y racismo.

Philomena Essed (Universidad de Amsterdam) analiza el significado del liderazgo en el cuestionamiento de la discriminación racial en un contexto académico. Agrega la categoría de etnicidad a la discusión. Ilustra cómo las mujeres negras desde su propia experiencia de discriminación contribuyen con estrategias de poder con sus estudiantes negras.

Ruth Wodak (Universidad de Viena) considera los diferentes estilos de liderazgo femenino, enfatizando en el modelo de la madre, la mujer fuerte tradicional, en la construcción de identidad profesional para directoras de escuelas. Mediante un análisis de discurso cualitativo muestra cómo funcionan las relaciones de poder en un entorno escolar. Concluye que hay más de un estilo de liderazgo femenino.

Brigitte Felderer (Universidad de Viena) analiza el comportamiento conversacional de una joven política en un debate televisivo (campaña electoral nacional en Austria), entre Petrovic (líder femenino del Partido Verde) y Busek (presidente del Partido Austriaco). Aunque el moderador y Busek intentaron forzarla a un rol inferior, Petrovic con una defensa exitosa reformuló la situación y se resistió a ser sometida a una estructura jerárquica. La principal contribución de este estudio es el llamado a considerar la diferenciación de los estilos femeninos para no quedarse en el mero contraste entre mujeres y hombres.

Sylvia Moosmuller (Univ. Viena) examina la relación entre el discurso y la prosodia en la autorepresentación de mujeres políticas. Contribuye a profundizar la comprensión del impacto de los patrones de entonación en los atributos de género, mostrando cómo un fenómeno ultrasegmentado afecta a la percepción de las actitudes hacia las mujeres.

Como se ha visto se trata de un texto que presenta una variedad de estudios que realizan diferentes innovaciones metodológicas, ponen a prueba planteamientos teóricos centrales y propone recomendaciones empíricas para una amplia audiencia, no sólo de lingüistas, sino también de científicos sociales, psicólogos, y a todos los interesados en las mujeres y hombres.

### La división sexual del trabajo: permanencia y cambio.

Helena Hirata e Danièle Kergoat, con la colaboración de Marie-Hélène Zylberberg-Hocquard. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad (Argentina), Centro de Estudios de la Mujer (Chile) e Piette/Conicet (Argentina), 1997.

Rosario Aguirre e  
Ema Julia Massera, investigadoras,  
Departamento de Sociología  
Universidad de la República, Uruguay.

Esta compilación pone al alcance del público de habla española los estudios que desde 1983 viene desarrollando el Gedisst (Grupo de Estudios sobre la División Social y Sexual del Trabajo), vinculado al CNRS de Francia, en torno a los conceptos de relaciones sociales de sexo y división sexual del trabajo.

El libro nos permite seguir, en forma viva, la trayectoria de la investigación. Dado el entendimiento que las autoras tienen de su propio trabajo, el libro también nos permite recuperar la trayectoria del objeto de investigación, el movimiento real de las mujeres trabajadoras.

El enfoque de este grupo interpela a la Sociología del Trabajo francesa en tanto ésta ignora la división sexual del trabajo. También pone en cuestión los enfoques económicos, tales como la teoría de la segmentación o del ejército industrial de reserva. Por otra parte, se rescata el abordaje desde otras disciplinas, como la Historia, la Psicopatología y la Psicodinámica del Trabajo, que aportan al análisis de las relaciones entre los sexos y de la división sexual del trabajo.

Questionando los análisis dominantes en las Ciencias Sociales, que conducen a una justificación y naturalización conservadora de la sociedad, las autoras proponen plantear el análisis en términos de relación social, reintroduciendo la dinámica y el cambio y la posibilidad de ver y promover el cambio.

El enfoque de relación social entre los sexos se opone a la idea de complementariedad de los roles y a la clásica idea de especialización de los roles sexuales. La relación social entre los sexos es vista en términos antagónicos y de poder, de sexo y de clase, en diferentes formaciones sociales y épocas. Para las autoras, relación social significa contradicción, antagonismo, lucha por el poder, resistencia a considerar que los sistemas dominantes son totalmente determinantes y que las prácticas sociales sólo reflejan esas determinaciones.

Precisamente, señalan las autoras, que el desafío que originó la creación del Gedisst fue la necesidad de construir una ruptura epistemológica en las formas de conocer. A este aspecto está dedicada la Primera Parte del libro.

Nos dicen las autoras que el objetivo fue superar el *malestar semántico* que les impedía ver y comunicar sus hallazgos. Era necesario develar cómo proceden predominantemente las Ciencias Sociales y crear nuevos conceptos.

Al separar y crear las dicotomías público/privado, ciudadanía/mundo del trabajo, producción/reproducción, varón/mujer y al valorar, ver y estudiar el primer elemento de los pares, las Ciencias Sociales conducen a naturalizar la sociedad capitalista actual a partir de los valores masculinos. Se produce la invisibilidad de la mujer y de su mundo. Y, cuando aparece visible, lo hace bajo la idea de "vínculo social" entre hombres y mujeres, bajo forma dicotómica e "igualitaria".

De ese modo, el conocimiento creado por las Ciencias Sociales no sólo no es universal sino que presenta como universal lo que es masculino en nuestra sociedad. Para las autoras resultaba imposible investigar utilizando la metodología y las categorías cognitivas existentes.

El desafío que se planteó el Gedisst fue negar y superar el análisis dicotómico y el plano único y abstracto del análisis. Realizar un análisis sexuado, desde la mujer, como contribución para una comprensión universal de las relaciones sociales y del cambio social. No hacer una investigación específica sino modificar la comprensión que tenemos de la realidad social.

El primer paso fue articular, tratar en forma simultánea, producción y reproducción, relaciones de sexo y relaciones de clase. Pero eso, necesario, se mostró insuficiente. Se podía volver fácilmente a caer en la cosificación de las relaciones, reduciéndolas a los lugares e instituciones e inmovilizándolas. Fue preciso pasar de la articulación producción/reproducción al planteamiento en término de relaciones sociales.

En ese camino, fue necesario construir algunas precisiones:

- Negativa a establecer una jerarquía entre las relaciones sociales y a establecer un principio único de coherencia, determinístico, que allane las contradicciones y los antagonismos observados, sino situar la multiplicidad y diversidad de determinaciones y la contradicción en el centro de la definición de las mismas.

- Acabar con el postulado implícito según el cual una relación social se ejerce en un lugar determinado: la familia, la fábrica, la escuela... Las relaciones de clases y de sexos organizan la totalidad de las relaciones sociales y afectan a varones y mujeres, independientemente del lugar en el cual se ejerzan. No confundir la modalidad específica que adopta determinada relación en determinado lugar o institución con la totalidad de esa relación social.

- Devolver al tiempo el status de categoría epistemológica fundamental, a la Historia el lugar de la construcción social singular y a la ciencia histórica un papel fundamental.

- Obra de un colectivo multidisciplinario que recupera a las disciplinas superando sus actuales limitaciones.

Los estudios de casos realizados por estas investigadoras permiten dar cuenta de las variaciones en el trabajo según el sexo en países muy diferentes en términos de desarrollo económico, cultural y político y en períodos históricos diferentes. A esto están dedicadas la Segunda, Tercera y Cuarta Parte del libro.

Esta perspectiva histórica comparada permite captar a través de cambios y crisis la existencia de una relación social de sexo, mostrar y conceptualizar la singularidad de la situación de mujer en el trabajo, las permanencias y los cambios.

Los cambios son importantes: las mujeres están presentes en forma masiva en los lugares de trabajo. En algunos lugares ya son masa crítica. Esto plantea la posibilidad, que aflora en movimientos de trabajadoras, de que estas puedan empezar a ver el trabajo – y los cambios en el trabajo – como algo propio, que les interesa.

Las permanencias, no obstante, son relevantes, observándose una profundización de la división sexual del trabajo, parcialmente vinculada a una división internacional del trabajo.

En forma persistente, los estudios muestran que existe un trabajo masculino y un trabajo femenino y que esto se ha profundizado recientemente. En particular, en cuanto a los cambios más recientes, hay un descubrimiento de que el taylorismo y las nuevas formas de trabajo son sexuados. La solidez de la persistencia y la profundización de la división sexual del trabajo de por sí interroga sobre las razones. Las autoras resaltan la relación interna entre la realidad del trabajo y la del mundo reproductivo y las relaciones sociales de sexo, interiorizadas por varones y mujeres, haciendo muy sólida la permanencia de larga duración de estas relaciones.

Estudios comparados, entre países del Norte y del Sur y estudios de corte histórico sobre el trabajo a partir de la Revolución Industrial, realizados por las autoras, permiten precisar las permanencias y sus nuevas formas. Las autoras han podido mostrar una correlación entre trabajo femenino, orígenes del taylorismo y permanencia actual del taylorismo yuxtapuesto con flexibilidad. Esto se percibe tanto en el Norte como en el Sur. En países como Brasil, a su vez, el taylorismo continúa siendo predominante, en especial en los sectores de la producción donde se emplean mujeres. En cambio, las nuevas formas de organización del trabajo, que suponen flexibilidad y polivalencia, creatividad y sublimación, se verifican en industrias de los países del Norte, en espacios de mano de obra masculina.

Estos estudios comparados y los estudios sobre las calificaciones laborales muestran la íntima relación entre división sexual del trabajo y división social de sexo.

Los estudios históricos muestran cómo se disuelven el trabajo familiar y las comunidades pre-industriales, cambiando la relación entre mundo del trabajo y mundo de la familia, pero no para abolir la división de sexos sino para darle nueva forma.

Hoy, en la industria, las calificaciones superiores se masculinizan, las categorías de obreros no calificados se feminizan. Entre las mujeres, la desocupación es mayor cuanto mayor es su calificación. Las fábricas son abandonadas por las mujeres y en las oficinas sólo el personal superior es masculino. Los guetos femeninos se acentúan (fábricas de mujeres, talleres de mujeres). A las mujeres se las asocia sólo con destreza y rapidez, trabajo repetitivo y en línea, formación en el puesto de trabajo, polivalencia mal paga, asociadas a la movilidad forzada y los contratos de duración limitada.

Las autoras muestran que esto no se construye sólo en la empresa. Señalan que el trabajo productivo forma a la mujer, tanto como el educativo y la familia, pero eso no se ve, porque la calificación formal de las mujeres se hace fuera del trabajo, “es” innata, natural, privada, individual y, por lo tanto, no reconocida ni por los empleadores ni por las mujeres y cuando estas la reconocen la consideran algo individual. Del lado de los empleadores como de los asalariados varones y mujeres, la identificación entre sexo y trabajo se da así “naturalmente” y en forma muy sólida.

No obstante ello, el análisis del movimiento de las enfermeras francesas, que recoge el libro, así como otros elementos, principalmente en los estudios de corte histórico, aporta otro tipo de evidencias de gran interés, también originado en el “ser” femenino.

Lo novedoso del movimiento de las enfermeras es que vinculan un buen salario con el sentido de su profesionalidad. Al cuestionar el salariado femenino como marginal y excluido, develan y cuestionan la relación asalariada, que es sexuada. Y lo hacen desde la voluntad de atribuir un nuevo sentido al trabajo: las enfermeras quieren hacer bien su trabajo, son conscientes de que tratan de grandes temas de la gente – salud y muerte, pobreza – como tratar al enfermo. Nos dicen que para cuidar es necesario también escuchar, tocar, hablar y, para cuidar bien, hay que hacer el trabajo con placer. Ellas quieren cuidar a seres humanos en sus especificidades concretas y complejas, dar la posibilidad al enfermo de autocontrolar más su salud. Les gusta y quieren disfrutar del trabajo así concebido. Ponen de relieve las dimensiones relacionales, cognitivas, de comunicación, afectivas y de atribución de sentido propio al trabajo.

Independientemente de las limitaciones del movimiento, relativas a sus motivaciones íntimas de vocación y apostolado, y a que el planteo sobre el trabajo no llega a proponer efectivamente otro trabajo – no hay una verdadera reivindicación sobre el control del trabajo y un cuestionamiento de las relaciones de dominación existentes en el

trabajo de las enfermeras –, nos parece interesante destacar dos aspectos para avivar la reflexión.

El primero tiene que ver con el enfrentamiento tácito de las enfermeras al taylorismo y a sus formas renovadas, siendo que, curiosamente, utilizan predominantemente mujeres en el trabajo, como se ha señalado, y a la identificación también tácita de las enfermeras con nuevas formas de trabajo que, como hemos visto, realizan sobre todo varones. Es interesante observar que las enfermeras vinculan lo que el capitalismo taylorista separa. Vinculan el trabajador con el trabajo y con el destinatario, vinculan salario con valor de uso y sentido del trabajo, esfera pública del ciudadano (donde todos son actores) con esfera privada del mundo del trabajo (dominio exclusivo y no negociado del capital).

El segundo aspecto que nos gustaría señalar es que el trabajo que esbozan las enfermeras, tiene mucho que ver con valores "femeninos", pero alcanza una formulación universal. Es de destacar que sean las mujeres que pretendan introducirse en profundidad en el mundo del trabajo, cuestionando las formas dominantes y proponiendo otras, extremo que no se observa hoy entre los asalariados varones. Es notorio que las nuevas formas de trabajo en experimentación, donde predomina el salariado masculino, han sido una iniciativa del capital. En un momento en que el trabajo entra en una "caja negra" y las reivindicaciones de los asalariados se mueven en el nivel del empleo, es notable observar este movimiento de mujeres asalariadas que se "meten" con el trabajo. En este sentido, rescatamos la referencia, en otro artículo del libro, a los movimientos feministas franceses del siglo pasado, que mostraron cierta indiferencia por el debate en torno al derecho al voto de la mujer y, por el contrario, si se empeñaron en emancipar al individuo por el trabajo y reclamar la condición de igualdad de varones y mujeres en el trabajo.

Nos parece que hay aquí un tema y un desafío para los asalariados, varones y mujeres, y para la Sociología del Trabajo. Además, permitiría a esta última dialogar con la sociología feminista y viceversa, una prueba más del valor heurístico y el potencial de aporte para una comprensión universal de las relaciones sociales y del cambio social que trae el enfoque de las autoras y, de un modo general, de la sociología de género.

Algunos de estos trabajos han sido conocidos en América Latina en su versión original, y han sido material de referencia en numerosas investigaciones sobre trabajo femenino realizadas en la región, fundamentalmente en término de las vinculaciones entre producción y reproducción. Este libro permite ampliar la difusión de este enfoque, aportando una nueva conceptualización para comprender la construcción social de las relaciones sociales en el trabajo y también para tratar de la problemática del cambio social.

## Sexes et sociétés: répertoire de la recherche en France.

Danièle Senotier e Nathalie Cattaneo. Paris: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, 1998.

*Editoria da Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo.*

Sexes et Sociétés, um importante levantamento da produção sociológica sobre gênero de 1985 a 1995, na França, vem em boa hora; a contínua multiplicação de pesquisa sobre o tema torna balanços deste tipo de enorme valia para a área.

Elaborado pelo Gedisst (Groupe d'Études sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail), do CNRS-Iresco, esse livro consiste num inventário dos pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com questões relacionadas às relações sociais de sexo e à divisão sexual do trabalho. Trata-se, na verdade, de um extenso levantamento sobre os(as) pesquisadores(as) que levam em conta a dimensão de gênero em seus trabalhos, dirigido não só a especialistas e estudiosos(as) sobre o tema, mas também a ministérios, associações, sindicatos, buscando responder interrogações formuladas pelos diferentes atores sociais a respeito do papel das mulheres na sociedade.

O livro é organizado a partir de uma concepção ampla do universo que se propõe a inventariar: ainda que restrito à produção francófona, incorpora estudos relativos a outros países, assim como análises comparativas internacionais elaboradas por pesquisadores e pesquisadoras que trabalham na França. Embora contemple principalmente as disciplinas relacionadas às Ciências Sociais, abre-se para outras áreas do conhecimento, tendo em vista a compreensão presente em sua elaboração de que as relações sociais de sexo são transversais a todos os campos de pesquisa, concernindo, portanto, às diferentes disciplinas do conhecimento.

Contendo 370 nomes, o levantamento foi elaborado a partir de um questionário enviado a novecentos pesquisadores(as). Muito fácil de manusear, o livro é organizado por ordem alfabética dos nomes, apresentados a partir de fichas catalográficas contendo informações sobre: disciplina, filiação institucional, dados de localização (como e-mail, fax e telefone), temas de pesquisa, palavras-chave, áreas geográficas com que trabalha e três principais publicações. A ficha inclui também os grupos de estudo e pesquisa que o(a) pesquisador(a) integra, sua participação na editoração de revistas ou boletins, bem como na organização de seminários, além dos organismos públicos com os quais colabora como consultor(a).

O livro apresenta, ainda, um índice temático, elaborado a partir das palavras-chave; um índice das áreas geográficas (países) abran-

gidas pelas pesquisas; um índice das disciplinas e domínios do conhecimento e um índice da localização geográfica das pessoas catalogadas. Traz também, anexa, uma lista das siglas que aparecem nas fichas e o questionário enviado aos(as) pesquisadores(as).

Por sua enorme utilidade, a iniciativa deve não apenas ser louvada e divulgada. Mais do que isso, ela poderia muito bem inspirar empreendimentos semelhantes na América Latina, onde, embora também já existam inúmeros centros de pesquisa e publicações sobre o tema, há ainda carência de um levantamento sistemático das pesquisas e dos(as) pesquisadores(as) que a elas se dedicam.

## AUTORES

**Benita** Roth  
Department of Sociology, Suny-Binghamton  
Binghamton, NY 13902  
New York - Estados Unidos

**Clevis** Elena Rapkiewicz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro/  
COPPE - Programa de Engenharia de  
Sistemas, Linha de Pesquisa Informática e  
Sociedade  
Caixa Postal 68511  
21945-970 Rio de Janeiro, SP - Brasil  
<clevis@cos.ufrj.br>

**Danielle** Chabaud-Rychter  
Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et  
Sexuelle du Travail, Centre National de la  
Recherche Scientifique (INRS)  
59-61, rue Pouchet 75017  
Paris - Cedex 17 - França

**Ellen** Reese  
Department of Sociology, University of  
Missouri  
Columbia, 109, Sociology Bldg., Ninth St.  
Columbia Missouri 65211 - Estados Unidos

**Elizabeth** Bortolaia Silva  
Department of Sociology and Social Policy,  
University of Leeds  
Leeds LS2 9JT - Inglaterra  
<e.b.silva@leeds.ac.uk>

**Helena** Hirata  
Gedist/Iresco  
59-61, rue Pouchet  
75017 Paris - Cedex 1759 - França  
<hhirata@aol.com>

**Laís** Abramo  
Instituto Latinoamericano y del Caribe de  
Planificación Económico-Social (Ilpes)  
Av. Dag Hammarskjöld, s/n, Edificio CEPAL,  
Casilla 1567  
Santiago - Chile  
<labramo@eclac.cl>

**Natacha** Djani  
15, rue Louis de Broglie  
Résidence Le Clos Vert  
31 100 Toulouse - França

**Paloma** Candela Soto  
Escuela Técnica Superior de Ingenieros de  
Caminos, Canales y Puertos, Universidad  
Politécnica de Madrid, Ciudad Universitaria  
28040 Madrid, España  
<pcandela@sdigital.es>

**Rodolfo** Tuirán  
Consejo Nacional de Población (Conapo)  
Calle Angel Urraza, numero 1137  
Colonia del Valle, Codigo Postal 03100  
México, DF

**Rosalba** Todaro  
Centro de Estudios de la Mujer (CEM)  
Purísima 353  
Santiago - Chile  
<rtodaro@rdc.cl>

**Ruth** Milkman  
Department of Sociology, University of  
California, Los Angeles  
Box 951551  
Los Angeles CA 90095 - Estados Unidos

**Vania** Salles  
Centro de Estudios Sociológicos, El Colegio  
de México  
Camino al Ajusco 20  
1000 México, DF - México

## CORRESPONDENTES NACIONAIS

### Argentina

Julio Cesar Neffa  
Secretaria de Ciencia y Tecnología  
Pronaire - Programa Nacional de Tecnología,  
Trabajo y Empleo  
Casilla de Correo 950 - C. Central CP 1000, Buenos  
Aires  
Fax: (54-1) 311-7890  
E-mail: postmaster@pietle.edu.ar

### Bolivia

Rodolfo ErósteGUI  
Ildis - Torre de las Américas, Bloque B, 2º MZZ  
Cajón Postal 8745, La Paz

### Chile

Cecilia Montero  
Assessoria Estratégica  
Eliodoro Yanez 1110 of. D - Providencia Santiago  
Telefax: (56-2) 225-6087  
E-mail: monteroc@reuna.cl

### Colombia

Carmen Marina López  
CIS - Corporación Investigación Social  
Contemporánea  
CRA 13 n° 33-74 ofc. 402, Santafé de Bogotá  
Tel: (57-1) 244-9059 Fax: (57-1) 288-3280  
AA 241405  
E-mail: cis@latino.net.co

### Costa Rica

Juan Pablo Pérez Sáinz  
Flacso - Programa Costa Rica  
Apartado 11747, San José 1000  
Tel: (506) 224-8059/224-26095 Fax: (506) 225-6779  
E-mail: flacsocr@sol.flacsa.co.cr

### Cuba

José Luiz Martín Romero  
Centro de Investigaciones Psicológicas y  
Sociológicas  
Calle B 352 esq. 15 Vedado, C. Habana  
Tel.: (53-9) 353-66 Fax: (53-7)-334327

### México

Fernando Pozos  
Centro de Investigaciones en C. Sociales  
Universidad de Guadalajara - Liceo n° 210  
Apartado Postal 2-1047 CP 4281 Guadalajara,  
Jalisco  
Tel.: (52-36) 58-4630 Fax: (52-36) 58-3880  
E-mail: fpozos@udgserve.cencar.udg.mx

### Peru

Carmen Vildoso Chirinos  
Edaprospro  
Octayio Bernal, 598 - Jesus Maria, CP 11-0825,  
Lima 11  
Tel.: 463-4173 Fax: 463-0776  
E-mail: acet@chiavin.rcp.net.pe

### Porto Rico

Carlos Alá Santiago  
Universidad de Puerto Rico  
PO BOX 364984 San Juan 00936-4984  
Tel.: (787) 250-0000 Ext 3132/3124 Fax: 787 250-  
6120  
E-mail: ala-santiago@upr1.upr.edu

### Uruguay

Luiz Stofovich  
Ciedur  
Joaquín Requena 1375 11200, Montevideo  
Tel.: (5982) 498447 Fax: (5982) 488908  
E-mail: ciedur@chasque.apc.org

### Venezuela

Consuelo Irazzo  
Cendes/UCV  
Avenida San Carlos, La Floresta - Quinta Los  
Tranzo - Edo Miranda  
Caracas  
Tel/fax: (582) 987-3193  
E-mail: cizrango@conicit.gov

## Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho

Ano 3, Número 5, 1997

Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho

### Trabalho e Sociedade: Desafios Teóricos

*Trabajo y desarrollo endógeno: notas para una ética  
del trabajo en América Latina*  
Cecilia Montero

*El paradigma perdido de la interdisciplinariedad:  
volver a los clásicos*  
Juan José Castillo

*Subjetividade e linguagem do trabalho*  
José Sérgio Leite Lopes

*Como observar a interpretação*  
Anni Borzeix

*Por uma sociologia da confrontação  
(a propósito da interdisciplinaridade)*  
Philippe Zarifian

*Física, biología, cognición y teología y la  
interpretación sociológica del trabajo*  
Pierre Tripier

*La interacción entre la sociología de la educación  
y la sociología del trabajo*  
María Antonia Gallart

*A sociologia e a antropologia do trabalho no  
contexto da mundialização*  
Robert Cabanes

*La flexibilidad del trabajo en América Latina*  
Enrique de la Garza

*Os sindicatos e a integração econômica européia*  
Richard Hyman

*División sexual del trabajo y exclusión social*  
Orlandina de Oliveira e Marina Ariza

### Balances

*O II Congresso Latino-americano de Sociologia  
do Trabalho: um balanço*  
Laís Abramo, Alice Abreu e Maria Leite

### Resenhas

Revista Latino-americana de  
ESTUDOS do TRABALHO

# INSTRUÇÕES AOS COLABORADORES

A *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho* aceita colaborações que abordem questões relacionadas ao campo dos estudos do trabalho, pertinentes à América Latina, independentemente da nacionalidade do(a) colaborador(a).

As propostas deverão obedecer aos seguintes requisitos formais:

1. Os trabalhos deverão ser enviados em disquete (preferencialmente em formato Word 2.0, Word 7.0 ou compatíveis, acompanhados de uma cópia impressa;
2. A extensão máxima dos textos é de 30 páginas (incluindo bibliografia, notas, quadros, gráficos e anexos), em espaço duplo e corpo de letra 12.
3. Os(as) autores(as) deverão encaminhar, em folha à parte, os seguintes dados: nome completo, filiação institucional, endereço, telefone, fax e endereço eletrônico;
4. As notas de rodapé deverão ser reduzidas ao mínimo possível e seu conteúdo restrito a ampliações ou precisões de questões abordadas no texto. Elas não devem ser usadas para citações ou referências bibliográficas;
5. As citações bibliográficas deverão vir integradas no corpo do artigo através do formato (Autor(es), Ano, páginas). No caso de haver várias referências ao(s) mesmo(s) autor(es), no mesmo ano, a distinção será feita da seguinte forma:

Primeiro texto: Autor(es), Ano, páginas

Segundo texto: Autor(es), Ano a, páginas

Terceiro texto: Autor(es), Ano b, páginas

6. A bibliografia correspondente às citações bibliográficas deverá vir no final do texto, contendo os seguintes elementos:

Livros: Autor(es), (Ano da publicação), *Título*, Editorial, Local da Publicação.

Artigos em coletâneas: Autor(es), (Ano da publicação), "Título", em: *Título da coletânea*, organizador ou editor, Editorial, Local da Publicação, páginas do artigo.

Artigos em Revista: Autor(es), (Ano da publicação), "Título", *Revista*, volume, número, Local da Publicação, páginas do artigo.

7. Os quadros e gráficos deverão vir impressos em folhas à parte; os locais aproximados de sua inserção deverão vir assinalados no texto.
8. Os textos deverão vir acompanhados de um resumo, de até 10 linhas, em duas versões: uma no idioma em que foi escrito e outra em inglês.
9. A *Revista* aceita resenhas sobre livros com, no máximo, 5 páginas. Aceita também notas críticas sobre eventos de relevo para a comunidade científica latino-americana, como congressos ou seminários sobre temas da área.
10. Todas as propostas enviadas à Revista estarão sujeitas ao seu sistema de arbitragem por consultores especializados, a cujo resultado os autores terão acesso, respeitado o princípio da não-identificação do avaliador.

| ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA DO TRABALHO                              |                                       |     |            |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-----|------------|
| REVISTA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS DO TRABALHO                                    |                                       |     |            |
| AFILIACIÓN y SUBSCRIPCIÓN / MEMBERSHIP and SUBSCRIPTION                            |                                       |     |            |
| Nombre / Name: _____                                                               |                                       |     |            |
| Dirección / Address: Calle/Street: _____                                           |                                       |     |            |
| Ciudad/City: _____ ZIP Code: _____ Pais / Country: _____                           |                                       |     |            |
| E-mail: _____ Tel: _____ Fax: _____                                                |                                       |     |            |
| 1) Afiliación a la ALAST/ Membership - Pago anual/Annual fee:                      |                                       |     |            |
| Brazil                                                                             | R\$ 35                                | [ ] |            |
| Living in Latin America                                                            | US\$ 35                               | [ ] |            |
| Living outside Latin America                                                       | US\$ 50                               | [ ] |            |
| 2) Subscripción anual a la RELET/ Annual subscription of RELET (2 issues)          |                                       |     |            |
| Brazil:                                                                            | R\$ 20 + R\$ 5 (Correio) = R\$ 25     | [ ] |            |
| Living in Latin America:                                                           | US\$20 + US\$ 5 (Correio) = US\$ 25   | [ ] |            |
| Living outside Latin America:                                                      | US\$ 40 + US\$ 10 (Correio) = US\$ 50 | [ ] |            |
| 3) Precio especial / Special Price: Membership + Subscription (2 issues) =         |                                       |     |            |
| Brazil:                                                                            | R\$ 25 + R\$ 25 = R\$ 50              | [ ] |            |
| Living in Latin America:                                                           | US\$ 25 + US\$ 25 = US\$ 50           | [ ] |            |
| Living outside Latin America:                                                      | US\$ 25 + US\$ 50 = US\$ 75           | [ ] |            |
| 4) Single issue:                                                                   |                                       |     |            |
| Brazil:                                                                            | R\$ 12 + R\$ 5 (Correio) = R\$ 17     | [ ] |            |
| Living in Latin America:                                                           | US\$ 12 + R\$ 5 (Correio) = R\$ 17    | [ ] |            |
| Living outside Latin America:                                                      | US\$ 25 + R\$ 10 (Correio) = R\$ 35   | [ ] |            |
| TOTAL                                                                              |                                       |     | US\$ _____ |
|                                                                                    |                                       |     | R\$ _____  |
| Fuera de Brasil / Outside Brazil:                                                  |                                       |     |            |
| Tarjeta de Crédito/ Credit Card: Mastercard / Diners                               |                                       |     |            |
| En Brasil / Inside Brazil:                                                         |                                       |     |            |
| a) Cheque (apenas em Reais) nominal à ALAST                                        |                                       |     |            |
| b) Depósito em conta corrente da ALAST: Banco Itaú - Agência 0400 - Rio de Janeiro |                                       |     |            |
| Conta corrente no. 29370-0                                                         |                                       |     |            |

ALAST: Largo de S.Francisco, 1 s/418 - 20.051-070 Rio de Janeiro - R.J. - Brasil Tel/fax: (+55-21) 224-8965  
RELET: Morgado de Mateus, 615 - 04.015-902 S.Paulo - S.P. - Brasil - Tel: (+55-11) 574-0399 Fax: (+55-11) 574-5928

# Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho

Ano 4, Número 7, 1998

Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho

## Gênero, Tecnologia e Trabalho

*Reestruturação produtiva, trabalho e  
relações de gênero*  
Helena Hirata

*Fazendo gênero na cozinha: tecnologias e práticas*  
Elizabeth Bortolaia Silva

*Inovação industrial em eletrodomésticos:  
concepção de uso e concepção de produção*  
Danielle Chabaud-Rychter

*Gênero y trabajo en las decisiones empresariales*  
Laís Abramo e Rosalba Todaro

*Pobreza, hogares y condición femenina*  
Vania Salles e Rodolfo Tuirán

*La experiencia de vida y trabajo de las mujeres en  
España: el caso de las cigarrerías en las primeras  
décadas del Siglo XX*  
Paloma Candela

## Debates

*A macro-sociologia do trabalho doméstico remunerado*  
Ruth Milkman, Ellen Reese e Benita Roth

## Avanços de pesquisa

*A manutenção de microcomputadores no feminino*  
Clevi Rapkiewicz e Natacha Djani

## Balanços

*Gênero e Trabalho: Bibliografias internacionais*

## Resenhas

